



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Distribuição, estrutura e dinâmica recente da população da
Bahia: uma análise interescalar baseada em microdados**

Araori Silva Coelho

Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva
Orientadora

Salvador, dezembro de 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

MESTRADO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DISTRIBUIÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA RECENTE
DA POPULAÇÃO DA BAHIA: UMA ANÁLISE INTERES CALAR
BASEADA EM MICRODADOS**

Araori Silva Coelho

Orientadora: Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Salvador, dezembro de 2009

C672

Coelho, Araori Silva.

Distribuição, estrutura e dinâmica recente da população da Bahia: uma análise interescalar baseada em microdados / Araori Silva Coelho. _
Salvador, 2009.
202f.

Orientadora: Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia,
Instituto Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009.

1. Geografia da População - Bahia. 2. Demografia - Bahia. 3. Censo Demográfico – Análise de dados. I. Silva, Barbara-Christine Nentwig.
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto Geociências. III. Título.

CDU 911. 3:314(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

MESTRADO EM GEOGRAFIA

**DISTRIBUIÇÃO, ESTRUTURA E DINÂMICA RECENTE
DA POPULAÇÃO DA BAHIA: UMA ANÁLISE INTERES CALAR
BASEADA EM MICRODADOS**

ARAORI SILVA COELHO

Orientadora: Profa. Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à

Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

da

Universidade Federal da Bahia

Aprovado:

Comissão Examinadora

.....

Dra. Barbara-Christine Nentwig Silva

.....

Dra. Ângela Maria Carvalho Borges

.....

Dra. Dária Maria Cardoso Nascimento

Data da Aprovação: /..... /.....

Grau conferido em: /..... /.....

Dedicatória

Aos avôs

Esmeraldo Vieira (*in memoriam*) e Joziel Morais

AGRADECIMENTOS

Via de regra, fazer uma dissertação de mestrado é um trabalho solitário. É nos momentos de reclusão criativa que as idéias transpõem a mente e ganham a forma de texto científico. Apenas uma assinatura marca a sua autoria, tal como dita a tradição acadêmica. Porém, muitos são aqueles envolvidos na sua realização: familiares, amigos, colegas, companheiros, instituições. Sem a sua ajuda, seu apoio, sua companhia e seu reconhecimento, impossível seria a realização da pesquisa. Diante disso, para simbolizar a gratidão deste que escreve, eis as pessoas e entidades que são importantes para este feito.

Primeiramente, à Universidade Federal da Bahia, na qual estou matriculado ininterruptamente desde o ano 2000, agradeço pelos cursos de licenciatura, de bacharelado e de mestrado. Deixo-a não mais na condição de aluno, mas de mestre, com um sentimento de alegria e saudade ao mesmo tempo.

Não há palavras que possam expressar gratidão ou mesmo um modo para retribuir à professor Barbara-Christine e ao professor Sylvio Bandeira por tudo aquilo que me proporcionaram, desde a iniciação científica até a orientação deste mestrado, e tantas outras coisas.

Muito obrigado a todos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, especialmente à professora Catherine Prost, sua coordenadora, pela sua postura humana e pela brilhante gestão do Mestrado.

O apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, através da bolsa de pesquisa, foi fundamental para a realização deste trabalho. Dessa forma, a FAPESB desempenha plenamente suas atribuições sociais e científicas.

Muito obrigado também à professora Dra. Dária Nascimento, a quem muito admiro. Ademais, cito algumas pessoas que torceram muito e participaram ativamente por uma boa conclusão desta dissertação. A Erivaldo e Anízia – meus pais. A Caetê, Cendi e Maitê – meus irmãos. A Ueldnei, Jaime, Tiago, Robson, Ricardo, Gilberto, Fabíola e Paulo – os amigos-irmãos de longas datas. A Aluztane, Aneeza, Ana e Najara – as amigas de pouco tempo, mas de grande estima e consideração. Espero não ter esquecido nem omitido ninguém. Mais uma vez, obrigado a todos.

O cansaço físico, mesmo que suportado forçosamente, não prejudica o corpo, enquanto o conhecimento imposto à força não pode permanecer na alma por muito tempo.

Platão. *A República*.

RESUMO

Este trabalho é essencialmente um estudo de Geografia da População da Bahia. Ele tem o objetivo de (i) contribuir para a compreensão da complexa e diversificada organização do espaço geográfico baiano expressado através de suas características e fenômenos demográficos, (ii) ao mesmo tempo que avalia a qualidade e aplicabilidade dos microdados censitários para esta finalidade. Aplicando uma metodologia interescalar, foram analisados e sintetizados os resultados obtidos com várias representações cartográficas de geoinformações populacionais do Estado, que foram mapeadas em diferentes escalas de representação cartográfica, com diferentes classificações de dados. Praticamente todo o material desta pesquisa é proveniente dos microdados censitários do IBGE, cujo advento abre um vasto horizonte de inovadoras possibilidades no estudo da Geografia da População, na medida em que permite um super detalhamento da informação demográfica, agora possível até a menor de todas as unidades da divisão territorial estatística brasileira – o setor censitário.

Palavras-chave: estrutura demográfica; distribuição demográfica; dinâmica demográfica; Bahia; microdados.

ABSTRACT

Distribution, structure and recent dynamics of the population in the State of Bahia: an interscaled analysis based on micro-data

This paperwork is essentially a study of the geography of the population in the State of Bahia. Its objective is (1) to contribute to the understanding of the complex and diversified organization of the geographic area of Bahia, expressed through the features and demographic phenomena, (2) it evaluates, at the same time, the quality and applicability of the micro-data based on the census to this purpose. It was analyzed and synthesized all the results from several cartographic representation of geo-information of the population in the State of Bahia which were mapped in different scales of cartographic representation with different classification of data. Most of the material of this research is based on information from the census micro-data of IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) which opens a vast horizon to innovative possibilities in the study of the population's geography, because it offers us a super detail of demographic information, which is now possible even to the smallest of all unities of the territorial division of the Brazilian statistics- the census sector.

Key-words: Demographic structure; Demographic distribution; Demographic dynamics; Bahia; micro-data.

FIGURAS

Figura 1 – Estrutura dos objetivos da pesquisa	21
Figura 2 – Trecho de um Mapa Municipal Estatístico – 2007	43
Figura 3 – Aspecto de um Mapa Urbano Estatístico.....	44
Figura 4 – Aspecto da Malha de Setor Censitário 2007	45
Figura 5 – Município de Porto Seguro – Malha de Setor Censitário Rural 2007 – Situação de domicílio	46
Figura 6 – Cidade de Alagoinhas – Malha de Setor Censitário Urbano 2007.....	47
Figura 7 – Criação das bases de dados, bases cartográficas e mapas temáticos a partir da agregação dos microdados em níveis territoriais maiores	58
Figura 8 – Município de Formosa do Rio Preto – Inconsistências das malhas de setor censitário de 2000 e 2007	60
Figura 9 – Município de Formosa do Rio Preto – Áreas Mínimas de Comparação das malhas de setor censitário de 2000 e 2007	62
Figura 10 – Construção da base cartográfica única	63
Figura 11 – Bahia – Municípios com alteração nos limites entre 2000 e 2007.....	64
Figura 12 – Bahia – Casos de mudança mais acentuada nos limites municipais – 2000-2007	65
Figura 13 – Brasil – Mesorregiões – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000 e 2007	71
Figura 14 – Roraima, Bahia e Rio de Janeiro – Grandes grupos etários – 2000.....	76
Figura 15 – Bahia – Grandes grupos etários, por sexo – 2000.....	76
Figura 16 – Bahia – Grandes grupos etários, por sexo – 2007	77
Figura 17 – Bahia – Estrutura da população por sexo e idade – 2000 e 2007.....	77
Figura 18 – Brasil – Unidades da Federação – População de 15 anos ou mais – Taxa de analfabetismo – 2000	78
Figura 19 – Distrito Federal, Brasil, Bahia e Maranhão – População de 25 anos de idade ou mais – Níveis de instrução – 2000	79
Figura 20 – Brasil – Unidades da Federação – População de 10 anos ou mais – Rendimento nominal mensal (s.m.) – 2000	83
Figura 21 – Bahia – Microrregiões – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000.....	88
Figura 22 – Bahia – Microrregiões – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2007.....	89

Figura 23 – Bahia – Municípios – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000.....	91
Figura 24 – Bahia – Municípios – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2007.....	92
Figura 25 – Bahia – Distritos – Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000	94
Figura 26 – Bahia – Municípios – Densidades demográficas – 2000	95
Figura 27 – Bahia – Municípios – Densidades demográficas – 2007	96
Figura 28 – Bahia – Municípios – Mudanças nas densidades demográficas – 2000-2007	97
Figura 29 – Bahia – Distritos – Densidades demográficas – 2000.....	99
Figura 30 – Bahia – Distritos – Densidades demográficas – 2007.....	100
Figura 31 – Município de Sento Sé – Distritos – 2007.....	101
Figura 32 – Bahia – Distritos – Mudanças nas densidades demográficas – 2000-2007.....	102
Figura 33 – Bahia – Malha de Setor Censitário – Densidades demográficas – 2000.....	103
Figura 34 – Bahia – Malha de Setor Censitário – Densidades demográficas – 2007.....	104
Figura 35 – Município de Serra do Ramalho – Malha de Setor Censitário – Densidades demográficas – 2007	106
Figura 36 – Município de Serra do Ramalho – Distribuição da população municipal, por situação de domicílio – 2007	106
Figura 37 – Município de Ilhéus – Malha de Setor Censitário – Densidades demográficas – 2000	108
Figura 38 – Bahia – Municípios – Taxa de crescimento geométrico anual da população – 2000-2007.....	109
Figura 39 – Bahia – Distritos – Taxa de crescimento geométrico anual da população – 2000-2007.....	114
Figura 40 – Bahia – Malha de Setor Censitário – Taxa de crescimento geométrico anual da população – 2000-2007	115
Figura 41 – Município de Sento Sé – Malha de Setor Censitário – Taxa de crescimento geométrico anual da população – 2000-2007.....	116
Figura 42 – Bahia – Municípios – Aglomerados censitários isolados (ou localidades) – 2000-2007	123
Figura 43 – Bahia – Localidades – 2007	125
Figura 44 – Bahia – Migrantes, por unidade da federação de nascimento – 2000.....	131
Figura 45 – Bahia – Municípios – População residente natural de outras unidades da federação – 2000	134
Figura 46 – Bahia – Municípios – Destino dos migrantes nascidos em Sergipe, Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo – 2000.....	137

Figura 47 – Bahia – Municípios – Destino dos migrantes nascidos na Região Sul – 2000 ...	138
Figura 48 – Bahia – Municípios – Razão de sexo – 2000-2007	141
Figura 49 – Bahia – Distritos – Razão de sexo – 2000.....	142
Figura 50 – Bahia – Distritos – Razão de sexo – 2007.....	143
Figura 51 – Bahia – Malha de Setor Censitário – Razão de sexo – 2000.....	144
Figura 52 – Bahia – Malha de Setor Censitário – Razão de sexo – 2007.....	145
Figura 53 – Município de Feira de Santana – Malha de Setor Censitário – Razão de sexo – 2000	146
Figura 54 – Bahia – Município – População jovem – 2000	148
Figura 55 – Bahia – Município – População jovem – 2007	149
Figura 56 – Bahia – Distritos – População jovem – 2000	150
Figura 57 – Microrregião Geográfica de Seabra – Distritos – População jovem – 2000 e 2007	151
Figura 58 – Bahia – Distritos – População jovem – 2007	152
Figura 59 – Bahia – Municípios – População idosa – 2000	153
Figura 60 – Bahia – Municípios – População idosa – 2007	154
Figura 61 – Bahia – Distritos – População idosa – 2000.....	155
Figura 62 – Bahia – Distritos – População idosa – 2007.....	156
Figura 63 – Bahia – Municípios – População jovem – Taxa de crescimento geométrico anual – 2000-2007	158
Figura 64 – Bahia – Municípios – População idosa – Taxa de crescimento geométrico anual – 2000-2007	159
Figura 65 – Bahia – Municípios – Índice de envelhecimento – 2000	160
Figura 66 – Bahia – Municípios – Índice de envelhecimento – 2007	161
Figura 67 – Bahia – Taxa de analfabetismo por faixa etária – 2000	162
Figura 68 – Bahia – Distritos – População idosa – Taxa de analfabetismo – 2000	163
Figura 69 – Bahia – Distritos – Pessoas de 5 a 14 anos – Taxa de analfabetismo – 2000	164
Figura 70 – Bahia – Distritos – Pessoas acima de 5 anos – Taxa de analfabetismo – 2000 ..	165
Figura 71 – Bahia – Municípios e Distritos – Responsáveis por domicílios – Taxa de analfabetismo – 2000	167
Figura 72 – Bahia – Responsáveis por domicílio, por nível mais avançado de formação – 2000	169
Figura 73 – Bahia – Municípios e Distritos – Responsáveis por domicílio com Nível Fundamental incompleto – 2000.....	170

Figura 74 – Bahia – Municípios e Distritos – Responsáveis por domicílio com Nível Fundamental completo – 2000.....	170
Figura 75 – Bahia – Municípios e Distritos – Responsáveis por domicílio com Nível Médio completo – 2000	171
Figura 76 – Bahia – Municípios e Distritos – Responsáveis por domicílio com Nível Superior completo – 2000.....	172
Figura 77 – Bahia – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos – 2000.....	173
Figura 78 – Município de Buritirama – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos – 2000.....	174
Figura 79 – Município de Salvador – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos – 2000.....	175
Figura 80 – Bahia – Municípios – Responsáveis por domicílio sem rendimento mensal – 2000	176
Figura 81 – Bahia – Municípios – Responsáveis por domicílio com menos de um salário mínimo de rendimento mensal – 2000	177
Figura 82 – Bahia – Municípios – Responsáveis por domicílio com mais de dez salários mínimos de rendimento mensal – 2000	178
Figura 83 – Bahia – Áreas Mínimas de Comparação – Delimitação das áreas de povoamento – 2000.....	181
Figura 84 – Bahia – Áreas Mínimas de Comparação – Delimitação das áreas de povoamento – 2007.....	182
Figura 85 – Bahia – Áreas de povoamento – 2000.....	183
Figura 86 – Bahia – Áreas de povoamento – 2007.....	184
Figura 87 – Município de Correntina – Distribuição da população e do território por áreas de povoamento – 2007	189

TABELAS

Tabela 1 – Brasil – Unidades da Federação – População contada e estimada – 2007	55
Tabela 2 – Brasil – Unidades da Federação – População contada e estimada, se todos os municípios com mais de 170 habitantes fossem estimados – 2007	56
Tabela 3 – Brasil – Regiões – Unidades da Federação – Taxa de urbanização – 2000.....	73
Tabela 4 – Brasil – Unidades da Federação – Taxa de urbanização, excluindo os municípios não contados em 2007	75
Tabela 5 – Brasil – Unidades da Federação – Pessoas analfabetas de 25 anos ou mais – 2000.....	81
Tabela 6 – Brasil – Unidades da Federação – Pessoas analfabetas de 25 anos ou mais – 2007.....	81
Tabela 7 – Brasil – Unidades da Federação – Pessoas de 10 a 17 anos e pessoas de 10 anos ou mais, sem rendimento – 2000.....	84
Tabela 8 – Brasil – Unidades da Federação – Pessoas de 10 anos ou mais com rendimento inferior a um salário mínimo – 2000	85
Tabela 9 – Município de Ilhéus – Classes de densidade demográfica rural da figura 37	107
Tabela 10 – Bahia – Dez municípios com pior perda populacional, em percentagem – 2000-2007	110
Tabela 11 – Bahia – Dez municípios com pior perda populacional, em valores absolutos – 2000-2007	111
Tabela 12 – Bahia – Dez municípios com maior crescimento populacional, em percentagem – 2000-2007	112
Tabela 13 – Bahia – Dez municípios com maior crescimento populacional, em valores absolutos – 2000-2007	113
Tabela 14 – Bahia – Maiores cidades em área urbana (km ²) – 2000.....	118
Tabela 15 – Bahia – Maiores cidades em área urbana (km ²) – 2007.....	119
Tabela 16 – Bahia – Dez cidades mais e menos populosas – 2000.....	120
Tabela 17 – Bahia – Localidades – 2000-2007	121
Tabela 18 – Bahia – Município – Localidades (ou aglomerados) – 2000-2007	122
Tabela 19 – Bahia – Dez municípios com mais localidades – 2000	124
Tabela 20 – Bahia – Dez municípios com mais localidades – 2007	124

Tabela 21 – Bahia – Dez maiores povoados – 2000.....	126
Tabela 22 – Bahia – Dez maiores povoados – 2007.....	127
Tabela 23 – Bahia – Dez maiores vilas – 2000	128
Tabela 24 – Bahia – Dez maiores vilas – 2007	128
Tabela 25 – Brasil – População nascida na Bahia morando em outros estados – 2000.....	132
Tabela 26 – Brasil – Unidades da Federação – População nativa que vive fora do seu estado – 2000.....	133
Tabela 27 – Bahia – Municípios – População residente (%) natural de outras unidades da federação – 2000	135
Tabela 28 – Bahia – Dez municípios com maior percentual de migrantes naturais de outras unidades da federação – 2000.....	135
Tabela 29 – Bahia – Dez municípios com mais migrantes naturais de outras unidades da federação – 2000.....	136
Tabela 30 – Bahia – População de 5 anos ou mais – Dez municípios com as taxas de analfabetismo mais baixas e mais altas – 2000	166
Tabela 31 – Bahia – Áreas de povoamento com base em microdados censitários – Principais características – 2000-2007	188

SIGLAS

AMC	Áreas Mínimas de Comparação.
CIMd	Carta Internacional ao Milionésimo digital.
Denatran	Departamento Nacional de Trânsito.
DSG	Divisão do Serviço Geográfico, Exército do Brasil.
DTB	Divisão Territorial Brasileira.
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
FPM	Fundo de Participação dos Municípios.
FTP	<i>File Transfer Protocol</i> (Protocolo de Transferência de Arquivo).
GIS	<i>Geographic Information System</i> (<i>vide</i> SIG).
GPS	<i>Global Positionment System</i> (Sistema Global de Posicionamento).
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
JPEG	<i>Joint Photographic Experts Group</i> .
MLE	Mapa de Localidade Estatístico.
MME	Mapa Municipal Estatístico.
MUE	Mapa Urbano Estatístico.
PIB	Produto Interno Bruto.
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal.
PDA	<i>Personal Digital Assistant</i> (Assistente Pessoal Digital).
PDF	<i>Portable Document File</i> (Arquivo de Documento Portável).
PNAD	Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílio.
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal.
Renavan	Sistema de Registro Nacional de Veículos.
RMS	Região Metropolitana de Salvador.
SAD69	<i>South American Datum 1969</i> .
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática.
SIG	Sistema de Informação Geográfica.
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i> (pacote estatístico para as ciências sociais).
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
USB	<i>Universal Serial Bus</i> (Condutor Universal em Série).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.2 QUESTÕES E HIPÓTESES DE PESQUISA.....	22
1.3 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA	24
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	26
2. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO	27
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.2 MATERIAIS DE PESQUISA.....	33
2.2.1 Considerações gerais sobre o censo demográfico brasileiro	34
2.2.2 Microdados censitários	40
2.3 METODOLOGIA	57
3. ANÁLISE GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO BAIANA	67
3.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA BAHIA	68
3.2 A BAHIA ENQUANTO PARTE DO SISTEMA DEMOGRÁFICO BRASILEIRO	69
3.3 DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA BAIANA E SUA DINÂMICA.....	86
3.4 MOSAICOS DO POVOAMENTO URBANO E RURAL.....	117
3.5 A MIGRAÇÃO NOS DADOS CENSITÁRIOS.....	130
3.6 ESTRUTURA POPULACIONAL E SUA DINÂMICA NA BAHIA.....	139
3.6.1 Estrutura populacional baiana por sexo	140
3.6.2 Estrutura etária da população baiana	147
3.6.3 Escolaridade e renda da população baiana	162
4. SÍNTESE DA ANÁLISE DEMOGRÁFICA BAIANA	180
5. CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS	194

1. INTRODUÇÃO

Do geral para o específico. Do maior para o menor. Do velho para o novo. Do todo para uma parte. Vários são os métodos de abordagem usados pela Geografia, uma ciência de caráter bastante peculiar, pois, não é só uma ciência da natureza, nem somente uma ciência da sociedade, mas sim as duas simultaneamente, indissociavelmente. Por isso que trata-se de uma disciplina tão diversificada em seus objetos de estudo, contudo, um objeto é comum a todas as geografias: o espaço geográfico, uma estrutura construída pela relação (frequentemente pelo conflito) entre sociedade e natureza, na qual cada lugar, cada recorte espacial em si é único e individual, ao mesmo tempo que está impregnado de aspectos mundiais, articulado (ou marginalizado) nas complexas teias de relações sócio-econômicas que integram produção e consumo do mercado global.

Pelo seu caráter complexo e contraditório, para ser compreendido com mais exatidão, muitas vezes o espaço tem que ser olhado como o específico criando o geral (CHRISTOFFOLETTI, 1982; CORRÊA, 1995), o menor criando o maior, a parte se fazendo mais que o todo. O espaço não é somente um palco para o homem encenar sua existência na Terra, tampouco um agente passivo, um escravo, uma vítima da ocupação destrutiva que a sociedade tem empreendido em nosso planeta, nem algo externo e perfeitamente separável ao ser humano – de forma alguma. O homem deve ser olhado como um elemento do espaço geográfico, no qual ele é um agente transformador extremamente ativo e também uma parte vulnerável aos fenômenos naturais, em alguns casos, mais vulnerável que as plantas.

Um exemplo bastante peculiar que ilustra estas idéias vem da Bahia. No seu sertão semi-árido, por conta das dificuldades que as famílias enfrentam na adaptação aos períodos de seca prolongada, muitos trabalhadores migram constantemente para outras fazendas e centros urbanos distantes. Enquanto os homens fogem, ou, melhor dizendo, são expulsos de sua terra natal, os mandacarus ali permanecem verdes e agrestes, na agressividade protetora de seus espinhos, persistindo vivos à escassez d'água. Mais frágeis que os cactos, se percebe que, se o espaço geográfico é um palco onde se encena uma peça, o homem não é o personagem principal. Pode ser que o homem não seja mais vulnerável que a planta mencionada, pois, ele goza da liberdade bípede para migrar, mesmo que seja para baixo da sombra logo adiante. Mas, as raízes que o fazem permanecer em sua terra são mais fortes que as do cacto e até mesmo do que as do juazeiro, porque são raízes culturais.

Desta forma, o presente trabalho é sobre Geografia da Bahia, em seu aspecto mais humano: a população. Este grande estado dentro da federação brasileira foi escolhido inspirado em Silva *et al.* (2004, p. 8), que abre alas de seu atlas geo-histórico e cultural expressando como a Bahia é um resumo do Brasil, pela sua dimensão territorial e sua diversidade histórica e Geográfica. São muitas as semelhanças geográficas que se pode apontar, dentre elas, tal qual o seu país, este Estado possui desde florestas até regiões secas algo que parecidas com os desertos, contendo ainda muitas savanas e estepes – ou melhor, cerrados – onde há avanço da fronteira agrícola. Este grande cenário tropical (sensivelmente maior que a Espanha) se constitui de uma complexa rede de relações que formam e transformam seu espaço geográfico, de natureza rica e exuberante, habitado por um povo cordial e tão diverso na sua cultura.

1.1 OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA

O título *Distribuição, estrutura e dinâmica recente da população da Bahia: uma análise interescalar baseada em microdados* desdobra as palavras-chave que expressam de maneira clara e direta o objeto e objetivos desta dissertação.

A Geografia da População baiana no começo do século XXI é o objeto de estudo deste trabalho, mais especificamente naquilo que se pode extrair dos dados oficiais do Censo Demográfico 2000 e da Contagem da População 2007, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão de pesquisa do Governo Federal que acumula sete décadas de *know-how* no exercício de suas atribuições científicas. Sobre este aspecto – início do século XXI – trata-se de um trabalho atual, apesar de sua ênfase em um período tão curto, de apenas sete anos. Isto é causa e consequência dos objetivos e metas a serem perseguidos.

Analisar e mapear, com uma metodologia interescalar, os fenômenos e características populacionais da Bahia, nos primeiros anos do século XXI, é o objetivo geral deste trabalho. Significa que um mesmo dado demográfico do Estado será analisado com apoio das cartas temáticas coropléticas em diferentes níveis de divisão territorial (municípios, distritos e setores censitários e, ocasionalmente, em microrregiões geográficas). Comparar um fenômeno geográfico em uma área com diferentes detalhamentos da divisão territorial põe em evidência a sua diversidade geográfica. Por exemplo, a densidade demográfica média do Estado da Bahia era de 23,16 hab./km² no ano 2000; fracionado nas 32 microrregiões, este valor oscila de 3,88 a 1.290,07 hab./km², ou seja, a média estadual é o nivelamento de densidades muito díspares.

O método interescalar, além de observar a Bahia como um conjunto de partes, também considera que o Estado é parte de um conjunto maior, o Brasil, no caso. Procedendo a este estudo dessa maneira, dá-se um contexto e um referencial de algo muito mais abrangente àquilo que o recorte espacial da pesquisa em si mesmo.

Microdado é novidade na Geografia do nascente século XXI. A ausência de bibliografia sobre o assunto para áreas grandes como a Bahia é indicativo disso. Por definição, microdado é o menor nível geográfico de representação cartográfica de uma informação, segundo a documentação do Agregado por Setor Censitário do Resultado do Universo do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003a) e da Contagem da População 2007 (IBGE, 2008a). É algo ainda de certa forma hermético, pouco conhecido e aplicado entre as ciências do espaço. No caso do censo demográfico, microdado diz respeito aos dados do setor censitário, a menor unidade da divisão estatística do território brasileiro, correspondendo às áreas definidas para a coleta primária de informações em campo pelo agente censitário. Pode ser um quarteirão de uma cidade ou um conjunto de fazendas vizinhas na zona rural.

Distribuição, estrutura e dinâmica são as três vertentes (GEORGE, 1991) de análise da Geografia da População. De modo sintético, a primeira diz respeito à forma de dispersão/concentração das pessoas no espaço geográfico, simbolizado pelas diferentes intensidades de povoamento existentes numa região, ou seja, pela variação da densidade demográfica no espaço. A segunda é o estudo das características das pessoas e sua variabilidade no espaço, ou seja, refere-se à composição etária e de sexo da população, à renda familiar, escolaridade, dentre outros aspectos populacionais. Por fim, a terceira vertente estuda os componentes de transformação da população, tanto em sua distribuição quanto em sua estrutura, englobando mortalidade, natalidade, migração, envelhecimento, empobrecimento e enriquecimento, por exemplo.

De qualquer modo, as três vertentes sempre estão integradas, correlacionadas (GEORGE, 1991; ZELINSKY, 1969). Imaginemos o povoamento de uma microrregião geográfica, composta por vários municípios, do Oeste Baiano, como Barreiras, só a título de exemplo, no ano 2007. É um recorte espacial muito grande (53 mil km²), de povoamento escasso e bastante estratificado, no qual as duas maiores cidades (40 mil em Luís Eduardo Magalhães e 116 mil habitantes em Barreiras) concentram 60% da população regional (258 mil pessoas), abrangendo juntas apenas 144 km², uma fração insignificante de 0,27% do território regional. As outras cidades e vilas são muito menores e afastadas umas das outras, tão pequenas que juntas somam apenas 13% dos moradores da região, mais os 27% dispersos da zona rural microrregional. Como explicar este quadro de povoamento rarefeito com concentração e

urbanização isolada somente com dados do ano de 2007? Neste caso, para se obter uma resposta completa, sem margem a dúvidas e especulações, precisa-se analisar esta distribuição junto com sua dinâmica pelo menos nas últimas duas décadas. Deve-se considerar também que, nem sempre, apenas o estudo da geoinformação demográfica explica uma dinâmica de povoamento, havendo a necessidade de se obter dados da produção industrial, agropecuária, mineração, da rede logística, dentre outras.

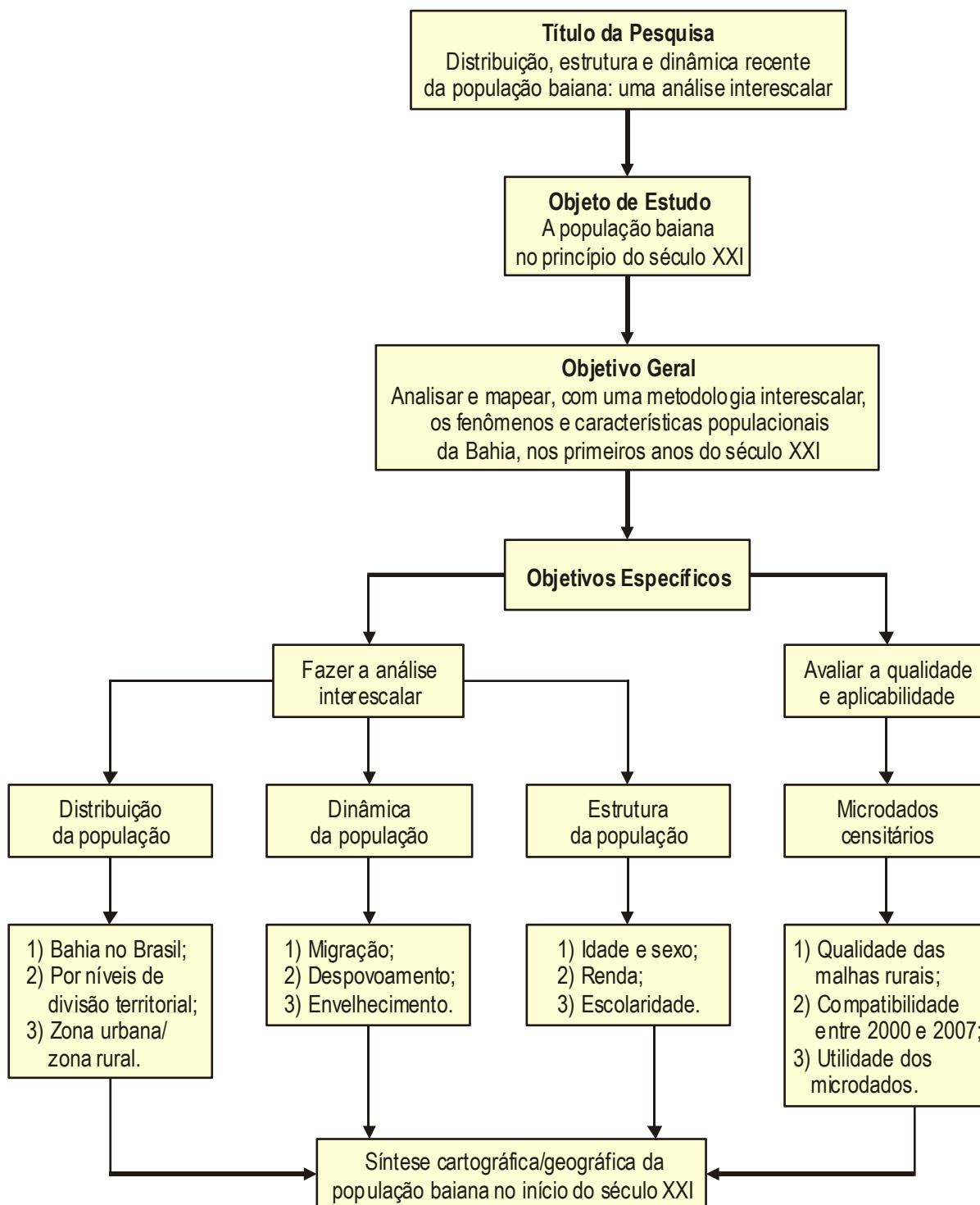
Diante das idéias acima expostas, de modo sintético, os quatro grandes objetivos específicos desta dissertação são os seguintes:

1. análise da distribuição da população baiana;
2. estudar a estrutura populacional do estado;
3. exame da dinâmica demográfica baiana;
4. avaliar a qualidade e aplicabilidade dos microdados censitários.

Estes objetivos específicos se desdobram em metas de análise mais prática, detalhada e concreta, esquematizada na figura 1. Nos capítulos seguintes será explicado como cada um destes vários objetivos específicos se desdobram na metodologia e nas hipóteses de pesquisa.

Lendo o diagrama da figura 1, percebe-se como a análise geodemográfica da Bahia se ramifica por temas diversos e distintos para depois, no penúltimo capítulo deste estudo, culminar na síntese cartográfica por sobreposição de temas e assim gerar um produto final que qualifique de maneira ampla e abrangente os fenômenos e características populacionais do Estado da Bahia, enquanto a conjugação de um universo de populações distintas, mas que são partes integrantes de algo maior.

Figura 1 – Estrutura dos objetivos da pesquisa



Elaboração: Araori Coelho, 2009.

1.2 QUESTÕES E HIPÓTESES DE PESQUISA

O quadro 1 a seguir esquematiza as grandes questões de pesquisa, desdobrando-as em hipóteses, a partir dos objetivos específicos deste trabalho, já que, numa pesquisa, os tópicos de objeto, objetivo, questões e hipóteses se desencadeiam sequenciadamente e estão intrinsecamente ligados. A seguir, cada questão, mais a sua respectiva explicação provável (hipótese), será destrinchada.

Quadro 1 – Questões de pesquisa, hipóteses e objetivos

QUESTOES	HIPOTESES	OBJETIVOS
Qual a participação da Bahia na composição da população brasileira?	A população residente da Bahia cresceu menos que a média nacional, mas se aproximou mais um pouco dos padrões nacionais da composição por sexo e idade.	Analisar a representatividade da população baiana no universo da população brasileira, quanto à sua composição por sexo e idade.
Como a população baiana está dispersa em seu território e qual a sua dinâmica atual?	Persiste a distribuição populacional desigual pelo seu território, com a diminuição gradual da intensidade do povoamento em direção ao oeste, porém, com novas e maiores ilhas de adensamento.	Analisar a distribuição da população da Bahia e sua dinâmica em municípios, distritos e setores censitários, e pela situação de domicílio.
Como está se desenvolvendo o processo de migração no Estado?	Os imigrantes vindos de outros estados se concentram em determinadas áreas dentro da Bahia, de acordo com a atividade econômica em crescimento.	Analisar as principais origens e destinos dos movimentos migratórios interestaduais dentro do Estado da Bahia.
Qual será e como está se transformando a composição etária e de sexo da população baiana?	A Bahia segue uma tendência mundial de envelhecimento e feminilização, porém, com maior contraste das diferenciações regionais de sexo e idade.	Analisar a composição etária e de sexo da população baiana e a sua transformação nas diversas partes do seu território.
Qual a composição da população baiana segundo a sua renda?	Predominam áreas de população com renda muito baixa e sem renda, havendo ilhas dispersas de população com uma renda melhor.	Analisar as características da renda da população baiana, detectando as áreas de melhor e pior renda no estado.
Qual a composição da população baiana segundo o seu grau de instrução?	Apesar da diminuição progressiva do analfabetismo, ele ainda é muito alto em algumas áreas do Estado e ainda há grande carência de pessoas formadas em outros níveis de educação.	Analisar a população baiana segundo o grau de instrução e suas mudanças recentes.
Qual a qualidade e aplicabilidade dos microdados censitários do IBGE?	Os microdados censitários podem ser mapeados na Bahia, podendo representar fenômenos populacionais locais.	Avaliar a qualidade e aplicabilidade dos microdados censitários.

Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Qual a participação da Bahia na composição da população brasileira? A Bahia representa uma parte bastante significativa do território e da população do sistema demográfico brasileiro e por isto tem características que seguem o padrão deste conjunto. Mas, hipoteticamente, a Bahia tem aspectos peculiares que lhe diferenciam da maioria dos estados brasileiros, ao mesmo tempo que se assemelha a outros estados, ainda assim preservando particularidades bastante contrastantes. Enfim, é algo que precisa de investigação e comprovação.

Como a população baiana está dispersa em seu território e qual a sua dinâmica atual? Cada parte que compõe este Estado tem sua forma e intensidade de povoamento e cabe a esta pesquisa caracterizar como esta diversidade se manifesta e se transforma, de 2000 a 2007, segundo diferentes níveis de detalhe territorial.

Como está se desenvolvendo o processo de migração no Estado? A Bahia é tradicionalmente o berço e ponto de partida de emigrantes que povoam e trabalham outros espaços do Brasil. Espera-se que, para estes primeiros anos do século XXI, este quadro tenha se modificado um pouco. Nele, hipoteticamente, o Estado assume também a função de pólo de atração de populações que queriam desenvolver atividades econômicas nas ilhas de prosperidade (SILVA; SILVA, 2006; 2008) que estão dispersas pelo grande oceano de estagnação que é o seu interior.

Qual será e como está se transformando a composição etária e de sexo da população baiana? Hipoteticamente, espera-se que o perfil demográfico baiano siga sensivelmente (apesar do curto espaço de tempo analisado) a tendência mundial de feminilização e envelhecimento, porém, é preciso medir como este perfil varia nas diversas regiões que compõem o Estado.

Qual a composição da população baiana segundo a sua renda? Infelizmente, esta questão só pode ser respondida para o ano 2000 e mesmo assim apenas para os chefes de domicílio. Em 2007 estes dados não foram levantados por tratar-se de uma contagem da população. Supõe-se que a resposta para esta pergunta esteja numa grande área homogênea de renda mensal muito baixa, em torno de um salário mínimo – ou até menos –, em oposição a núcleos de renda mais alta que aí sim provocam a desigualdade regional de renda da população. Neste trabalho de pesquisa haverá a análise e mapeamento temático deste assunto também em nível de microdados.

Qual a composição da população baiana segundo o seu grau de instrução? Para esta questão, espera-se uma resposta parecida da pergunta acima, pois, via de regra, renda e educação são duas características bastante concordantes (HUGON, 1977; CAMARANO, BELTRÃO, 1990). Aqui também haverá consideração apenas dos dados de 2000 por conta do

levantamento demográfico de 2007 tratar-se de uma contagem que, basicamente, só coleta informações de sexo, idade e composição familiar, mesmo assim menos detalhados que um censo demográfico completo.

Qual a qualidade e aplicabilidade dos microdados censitários do IBGE? Será frequente nesta dissertação o uso dos microdados censitários. Para tal, houve considerável investimento de tempo na experimentação, adequação e compatibilização destes materiais de 2000 e 2007 para todo o Estado da Bahia. Nossa hipótese é que esta modalidade de dados censitários e cartográficos vão evidenciar os fenômenos e características populacionais em escala local de todo o Estado. Sobre este assunto não há bibliografia significativa que auxiliasse na operacionalização das grandes malhas de setor censitário.

1.3 JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Dentre as ciências humanas, a Geografia da População é aquela que investiga a distribuição dos seres humanos no espaço geográfico, correlacionando causas e conseqüências de natureza diversa (econômica, social, climática, a exemplo) com a variação da quantidade de pessoas no tempo e no espaço (ZELINSKY, 1969, p. 9). Mas a Geografia da População não se interessa apenas pelo arranjo espacial das comunidades, buscando também caracterizar os grupos humanos por idade, sexo, renda e escolaridade, dentre outros aspectos. Alguns estudiosos se especializam na análise de fatores e fenômenos dinâmicos, como migração, envelhecimento e feminilização, pois, são processos de modificação que influenciam profundamente as economias nacionais, a renovação do mercado de trabalho, o mercado consumidor, o sistema previdenciário, a reposição da população nacional. Então, esta ciência humana, “filha” da Geografia, é de extrema importância para o estado-nação contemporâneo, ou melhor, ela é estratégica, porque dá entendimento sobre a riqueza mais preciosa do país: o seu povo.

Com o advento da última revolução tecnológica, especificamente com os avanços dos sistemas de telecomunicação e de infra-estrutura logística, houve a intensificação do contato entre as culturas distantes dispersas no globo. Este arrolamento de fatos acontecendo simultaneamente foi se espalhando desigualmente pelo globo, chegando à Bahia, um recorte espacial do território brasileiro formado por partes desiguais entre si, seja no parque industrial instalado, seja no poder de compra da população – e mesmo no acesso a serviços essenciais à vida –, por exemplo. Com isso, as re-configurações do espaço baiano acontecem de acordo com uma nova dinâmica, dentro de novos contextos (local, regional, nacional e global) intercalados.

O território baiano é um mosaico de partes desiguais, produzidas por contradições, sendo algumas pré-capitalistas, preservando características remanescentes de um passado gradativamente mais distante para os maiores centros urbanos do Estado. Sabendo-se desse quadro, se faz necessário um estudo das características e fenômenos demográficos recentes do Estado da Bahia, apoiado numa metodologia interescolar que compare o comportamento do mesmo fenômeno através de mapas temáticos e de síntese, lado a lado com gráficos e tabelas, exposto em diferentes níveis de divisão territorial – municípios, distritos, setores censitários e, ocasionalmente, microrregiões.

Não se trata apenas de uma medição numérica das mudanças demográficas da Bahia nos primeiros anos do século XXI, apesar de prescindir dessa etapa de natureza mais estatística em sua análise. A espacialização populacional atual do Estado será exposta através de mapas temáticos e de síntese, lado a lado dos gráficos e tabelas que agrupam os dados que foram usados nestes mapas.

A motivação científica para esta pesquisa está apoiada em dois pilares. Primeiro, há uma busca pela compreensão das transformações do espaço baiano com ênfase em sua população, que é refém de processos globais (o neoliberalismo, a flexibilização das relações de trabalho, as privatizações, por exemplo). Simultaneamente, também é uma causadora destas mudanças, na medida em que participa (concorre) dentro da economia brasileira, mesmo que a maioria de seus habitantes esteja marginalizada destes processos. Em segundo lugar, mas não menos importante, como motivação metodológica, eis a aplicação dos microdados censitários e das malhas rurais, que agora estão disponíveis gratuitamente ao público em geral, com a possibilidade de comparação de dois momentos (2000 e 2007) e podem ser processadas por microcomputadores comuns.

Um dos fatores de motivação pessoal para a realização deste estudo está na natureza humana da Geografia da População, que adentra em temas muito presentes na própria vida do pesquisador, no que diz respeito à sua árvore genealógica. Sob este aspecto, muitas famílias metropolitanas têm um passado marcado pela migração do interior distante, tal como será descrito no histórico da ocupação do território deste Estado. Estereotipicamente, as famílias de nossos avós tinham a prole numerosa, afinal, além de não haver acesso a métodos anticoncepcionais, era preciso mão-de-obra para a produção rural. Atualmente, de modo geral, a sociedade urbanizada tem famílias pequenas e as pessoas têm uma maior expectativa de vida, havendo um grupo cada vez maior de idosos, às vezes maior que o dos jovens.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Cinco capítulos compõem este trabalho. O primeiro é sua introdução, imbuído de elementos como objeto de estudo, objetivo geral e os específicos, justificativa, motivação, questões da pesquisa, hipóteses, que se perpassam pela sua complementaridade, apesar da formalidade cartesiana dos títulos.

No segundo capítulo, reservado para o marco teórico-metodológico, haverá a exposição das referências teóricas que fundamentam esta pesquisa, de forma integrada à metodologia interescolar implementada. Também é nesta parte da dissertação que se alcança um objetivo específico: avaliar a qualidade e aplicabilidade dos microdados do censo brasileiro, tanto de seus produtos de base cartográfica quanto dos bancos de dados disponíveis para este nível de micro detalhe geográfico. Este menor nível de divisão territorial demográfica divide a Bahia em 7.200 partes no ano 2000 e 9.200 em 2007, havendo aí uma demonstração do quanto a Malha de Setores Censitários tem potencial para evidenciar processos locais que são agrupados e diluídos pela divisão político-administrativa deste Estado plural que é a Bahia, quanto à sua diversidade regional (SILVA *et al.*, 2008).

Na ciência geográfica, análise e síntese do espaço são processos empíricos indissociáveis, porém distintos. Aqui estes processos estão dispostos em dois grandes capítulos. O terceiro capítulo, maior desta dissertação, enfatiza a análise, destrinchando em duas grandes partes, uma para a distribuição do povoamento e outra para a estrutura demográfica, sendo cada um deles com sua dinâmica. Desta maneira se pretende responder à maior parte das questões desta pesquisa, ligadas à composição etária, escolaridade, renda, à distribuição e dinâmica populacional do Estado.

O quarto capítulo é a síntese dos resultados da análise, com quatro mapas de síntese demográfica do estado, com a sinalização das características e fenômenos demográficos mais comuns e os mais peculiares dentro do Estado, na medida do que for possível a partir das possibilidades metodológicas proporcionadas pela comparação dos microdados de 2000 com 2007 – um intervalo de tempo relativamente curto.

Por fim, o quinto e último capítulo traz a conclusão do estudo, abordando questões acerca da validade das respostas para as questões iniciais de pesquisa, com uma auto-avaliação da eficácia da metodologia aplicada diante dos resultados alcançados, além de uma expectativa de o quanto esta leitura está próxima da realidade.

2. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro capítulo dos tratados de Geografia Humana sempre é de Geografia da População (DAMIANI, 2006, p. 7).

O estudo da população é um passo imprescindível na compreensão da organização geográfica do espaço. Assim, é importante fazer um estudo integrado da dinâmica, da estrutura e da distribuição da população baiana em diferentes escalas, possibilitando comparações e priorizando pequenas unidades espaciais porque, quanto mais detalhada a escala de análise, mais aparentes e diferenciados ficam os fenômenos demográficos locais, que freqüentemente desaparecem com a generalização das escalas de pouco detalhe.

A análise da bibliografia foi feita sobre (1) contribuições gerais da Geografia da População, buscando apoio teórico-conceitual e metodológico, (2) gerais sobre a população brasileira e (3) específicas sobre estudos de população na Bahia e suas regiões, com o objetivo de contextualizar a pesquisa. O quadro 2 sistematiza os autores e sua respectiva contribuição que alimentaram este estudo da população baiana.

A obra mais antiga encontrada para a elaboração deste trabalho é *Geografia da fome*, um estudo pioneiro feito no Brasil em 1946 por Josué de Castro, que, como diz o autor, trata de um problema populacional tão antigo quanto a humanidade. Aí se faz uma regionalização da fome no país, considerando questões médicas, sanitárias, econômicas, históricas e ambientais, dentre outras. Tal obra serviu como base para o entendimento de algumas questões da distribuição da população no Brasil. Apesar de escrita em meados do século passado, infelizmente continua atual, de certa forma, pois persiste a pobreza e as fortes desigualdades regionais do país.

Sobre as contribuições de caráter geral, que formam a base teórica deste trabalho, as obras consultadas (ZELINSKY, 1969; NEVES, 1973; BEAUJEU-GARNIER, 1974; TREWARTHA, 1974; GEORGE, 1991) tratam a Geografia da População numa perspectiva mundial. Os textos desenvolvem o assunto de modo geral, com algumas particularidades, dado que a ordem de abordagem dos temas analisados varia um pouco de autor para autor.

Quadro 2 – Contribuições teóricas de caráter geral e específico

CARATER	ANO	AUTOR	CONTRIBUIÇÃO
Geral – Teórico-metodológico	1946	Josué de Castro	Regionalização pioneira do problema da fome no Brasil correlacionando aspectos ambientais do espaço com fatores históricos, econômicos e médicos-sanitários.
	1969	Wilbur Zelinsky	Obras didáticas para nível superior de caráter sintético e introdutório da Geografia da População.
	1974	Glenn Trewartha	
	1973	Adolfo Neves	Evolução histórica, sociológica e econômica da população mundial, através das transformações em sua distribuição, dinâmica e estrutura.
	1974	Beaujeu-Garnier	Aprofundamento na definição da Geografia da População enquanto ciência, seus conceitos-chave e campo de atuação.
	1982	Robert Woods	Comparação de diversas teorias da Geografia da População e suas metodologias quantitativas, especialmente da dinâmica demográfica.
	1982	Antônio Christofolletti	Panorama evolutivo da Geográfica, pelo ponto de vista teórico-metodológico de suas várias escolas de pensamento geográfico ao longo do século XX.
	1991	Pierre George	Aprofundamento na definição da Geografia da População enquanto ciência, seus conceitos-chave e campo de atuação.
Geral – Estudos da população e da Geografia do Brasil	1958	Delgado de Carvalho	Análise geográfica dos processos de transformação na organização regional brasileira em seus diversos níveis de amplitude espacial e complexidade, em todas as grandes regiões do país.
	1977	Paul Hugon	Utilização de dados (secundários e primários) coletados por amostragem estatística de domicílios, para investigação e crítica da estrutura demográfica e econômica da população brasileira.
	1979	João Madeira	
	1981	Jessé Montello	
	1984	Peter McDonough; Amaury Souza	
1958/2009	IBGE	Séries de estudos demográficos do Brasil feitos pelo órgão oficial nacional de Geografia e Estatística.	
Específico – Estudos da população e da Geografia da Bahia	1948	Milton Santos	Abordagem pioneira do povoamento do Estado da Bahia sob uma perspectiva histórico-econômica.
	1952	Ruth Magnani	Análise pioneira das densidades demográficas da população da Bahia em 1940 com embasamento na idéia de gênero de vida.
	1976/1982	CRH (vários autores)	Série de estudos da estrutura demográfica de Salvador e do Recôncavo Baiano.
	1996/2003	SEI	Série de relatórios técnicos quantitativos da dinâmica demográfica de cada região administrativa da Bahia, feitos pelo seu órgão oficial de Geografia e Estatística.
	2004	Sylvio Silva; Barbara-Christine Silva	Análise da transformação da Geografia Regional da Bahia com o advento da globalização, abordando fenômenos geográficos como a fronteira agrícola, metropolização e urbanização, dentre outros recorrentes no Estado.
	2006	Barbara-Christine Silva; Aline Rocha	Análise cartográfica e estatística da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia na segunda metade do século XX.
	2008	Sylvio Silva, Barbara-Christine Silva; Araori Coelho	Análise interescolar das diferenciações, desequilíbrios e desigualdades regionais do Brasil e seus estados, sintetizando aspectos populacionais, econômicos e sociais.

Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Nos primeiros capítulos, em geral, há uma explicação das raízes epistemológicas da Geografia quando estuda os fenômenos e características da população, definindo temas de interesse desta ciência, seu campo de atuação e suas metodologias. Aqueles que mais se aprofundam na definição do campo de estudo da Geografia da População são George (1991) e Beaujeu-Garnier (1974), reeditados e atualizados nas décadas de 1990 e 1970, respectivamente. Os livros de Zelinsky (1969) e Trewartha (1974) são de caráter didático e expõe esta questão conceitual mais sinteticamente – um modelo seguido pelos livros que tratam da Geografia da População do Brasil, como o fez Hugon (1977), Madeira (1979), Montello (1981), McDonough e Souza (1984).

Nos capítulos seguintes das obras analisadas vem um ensaio de regionalização demográfica do mundo, a partir (1) do processo histórico de ocupação dos continentes, (2) do potencial de povoamento de cada zona climática do planeta, (3) dos padrões atuais de distribuição populacional e (4) das características sócio-econômicas dos grupos humanos. Universalmente, os tratados de Geografia da População dedicam a maior parte de seu conteúdo à busca de uma delimitação global de grandes regiões de povoamento, considerando as quatro variáveis citadas para se obter uma síntese racional e concreta.

Diante das dificuldades que o pesquisador enfrenta, no que diz respeito a aquisição de dados para suas análises, os autores desfecham seus trabalhos comentando os problemas da obtenção de informações sobre a população para a realização de estudos de abrangência internacional. Tendo em mão estes dados, nem sempre pode-se fazer uma série histórica, pois, é comum em muitos países que seus recenseamentos não tenham periodicidade constante, como Peru e Equador. A comparação de dados de diferentes nações nem sempre é possível, diante das diferenças metodológicas na realização dos censos demográficos, que, frequentemente são apenas meras contagens, por recolherem informações superficiais. Inúmeros governos preferem se basear em estimativas feitas a partir de velhos levantamentos. Confrontado com estes empecilhos, George (1991), já no início de seu livro, critica a forma como os censos são realizados em todo o mundo. Seu relato ainda é pertinente na atualidade, pois, num mesmo país às vezes é difícil comparar um levantamento com outro pelas disparidades metodológicas que vão surgindo com o tempo.

Esta dificuldade na aquisição dos dados não é aplicável ao presente trabalho. O Brasil possui uma seqüência histórica regular de recenseamentos decenais (a partir de 1940), com metodologias compatíveis, sendo pioneiro na América Latina (MADEIRA, 1979) a fazer o levantamento de algumas informações (a exemplo da fecundidade e fertilidade), e boa parte de seu acervo hoje está disponível em meio digital.

Os livros brasileiros de Madeira (1979) e McDonough e Souza (1984) utilizam dados recolhidos em amostragem estatística de domicílios, sendo o primeiro baseado na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), pesquisa oficial do governo brasileiro, e o segundo faz uma aplicação de questionários por conta própria.

Neste levantamento, o estudo mais remoto sobre a Geografia da População baiana é *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (1948), de Milton Santos. Trata-se de uma tese escrita para o concurso de professor catedrático do Ginásio Municipal de Ilhéus, para lecionar Geografia Humana. Magnani (1952), com o texto *Comentário do Mapa de Densidade da População da Bahia em 1940*, relaciona a intensidade do povoamento das diversas regiões do Estado a fatores históricos, econômicos e naturais, chegando a mencionar os “gêneros de vida” regionais de La Blache.

Dentre as instituições que escreveram livros de caráter específico, que tratam sobre a Geografia da População baiana, destaca-se a SEI, com a *Série de Estudos e Pesquisas*, publicada desde o final da década de 1980. Como trabalho recente, publicado em 2003, a *Dinâmica sociodemográfica da Bahia – 1980-2000*, é uma análise em escala municipal e de regiões administrativas, faz uma análise das últimas transformações da estrutura, composição e distribuição populacional no Estado, além de apontar algumas tendências demográficas. *O Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos* (2002) é um livro baseado em um indicador criado pela SEI que combina informações sociais e econômicas para auxiliar o governo estadual no planejamento dos seus programas de desenvolvimento.

Na Universidade Federal da Bahia, o CRH – Centro de Recursos Humanos, desde a metade da década de 1970, vem publicando inúmeros estudos populacionais sobre a Região Metropolitana de Salvador e o Recôncavo Baiano, sempre enfatizando aspectos sócio-econômicos, tais como desemprego, renda familiar, pobreza urbana, levando-se em consideração o processo histórico de ocupação do espaço baiano.

O artigo *Análise da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia – 1940-2000*, de Silva e Rocha (2003), faz uma análise estatística e cartográfica das mudanças da rede urbana baiana da segunda metade do século XX, a partir de dados demográficos oficiais. Destaca-se a primazia metropolitana da capital Salvador, que mantém sua importância mesmo com o surgimento e rápido crescimento das cidades médias dispersas pelo interior deste imenso Estado brasileiro. Interessante como a Bahia progressivamente vem perdendo população rural, seja por sua urbanização ou por migração, mas o estado ainda preserva o maior contingente de população no campo em todo o Brasil, década após década.

Desta forma, o presente trabalho vem compor as pesquisas existentes sobre a população baianos em três vertentes, aparentemente distintas, porém extremamente articulados, que são: distribuição, estrutura e dinâmica. A primeira trata, fundamentalmente, da dispersão e concentração da população no território estadual. A estrutura, proposta neste trabalho, diz respeito à composição etária e por sexo, renda e escolaridade da população baiana. Considerando-se as mudanças recentes nesta distribuição geográfica e na estrutura, tem-se a dinâmica, que vai se refletir no crescimento demográfico (crescimento natural e migrações).

Portanto, a migração é outro assunto importante que emerge da análise geográfica da dinâmica demográfica recente da Bahia, que se constitui num dos objetivos deste trabalho. Sendo assim, as profundas desigualdades regionais do Estado – e mesmo as do país – provocam os deslocamentos populacionais, que precisam ser analisados e entendidos em escala de maior detalhe.

Neste sentido, a presente dissertação entende como a população baiana está distribuída no território estadual em seus diversos níveis político-administrativos (locais e regionais) e entre suas diferentes zonas de ocupação (urbana e rural). Além de apreender a estrutura etária e de gênero do conjunto de habitantes que vivem no Estado da Bahia, em seus diferentes níveis de divisão territorial. Através da utilização de técnicas cartográficas, poderemos visualizar ao longo da pesquisa, como está ocorrendo o processo recente de transformação da estrutura, da distribuição e do crescimento desta população, ou seja, a dinâmica da população baiana, com suas repercussões estruturais e espaciais.

Estas questões darão rumo à pesquisa, que estará em busca da compreensão dos fenômenos geográficos, ligados à população, que aparecem em escalas de grande detalhe geográfico e cartográfico, sempre abrangendo a totalidade do Estado da Bahia. A análise das informações geográficas através do mapeamento temático, integrado com tabelas e gráficos próprios de estudos da população, será a base para subsidiar o entendimento da organização espacial da população baiana em seu território, suas características e dinâmica.

Considerando que a Geografia se firmou, nas últimas décadas, como a disciplina que estuda, sob diferentes perspectivas e escalas, a complexidade da organização do espaço, em função, direta ou indiretamente, do papel dos seres humanos, é natural que a Geografia da População tenha um lugar de destaque. Com efeito, isto aparece desde os trabalhos clássicos de Friedrich Ratzel (*Anthropogeographie*, 1891) e Vidal de La Blache (*Principes de Géographie Humaine*, 1922) até trabalhos já mais específicos e recentes, como os de Jacqueline Beaujeu-Garnier (*Géographie de la Population*, 1958), Pierre George (*Questions de Géographie de la Population*, 1959) e Wilbur Zelinski (*A Prologue to Population Geography*, 1966).

Vários destes livros (ou outros destes autores) foram traduzidos para o português, de onde foram tiradas as referências acumuladas. Moraes (2002) menciona muitos destes autores, obras e respectivas idéias em seu livro *Geografia: pequena história crítica*, bastante difundida nos cursos de Geografia pelo país.

No Brasil, como vimos, o pioneiro Josué de Castro (*Geografia da fome*, 1946) regionalizou o problema da fome na população brasileira, correlacionando, dentre outros temas, desnutrição, pobreza, problemas médico-sanitários, a explosão demográfica das regiões pobres do mundo, as desigualdades sociais brasileiras e o êxodo rural. Destacam-se ainda, como exemplos brasileiros, as contribuições de Montello (*A população brasileira*, 1991), Rossini (*Atlas da população do Estado de São Paulo*, 1991) Santos (*A urbanização brasileira*, 2005) e Damiani (*População e Geografia*, 2006).

Do ponto de vista teórico-conceitual, o estudo da população em Geografia expressa importantes questões que permeiam a pesquisa e coloca sempre desafios para o pleno entendimento do espaço geográfico. Em primeiro lugar, historicamente a grande questão é a de que a distribuição da população no espaço geográfico é determinada (ou possibilitada) por condições ambientais (o debate do determinismo de Ratzel *versus* o possibilismo de La Blache). Aqui o conceito de densidade (habitantes por quilômetros quadrados) é fundamental, bem como o de urbanização (crescimento da população urbana sobre a total).

Outra grande questão é a de que a distribuição da população é histórica e geograficamente muito desigual em todo o mundo e que isto tem sido muito importante para justificar o argumento de que a Geografia, na perspectiva da análise corológica, seria o estudo da diferenciação regional, proposto, dentre outros, por Richard Hartshorne. Por extensão, a região demográfica é aquela que apresenta uniformidade nas características populacionais. Além disso, a análise geográfica da estrutura da população levanta importantes questões históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas que aproximam fortemente a Geografia das demais ciências humanas e sociais para o entendimento de questões como gênero, estrutura etária, classe de renda, composição étnica, cultura, política, dentre outras, sempre destacando seus rebatimentos espaciais.

E finalmente, a dinâmica da população, histórica e geograficamente, coloca, de um lado, questões de natureza médica (CASTRO, 1946), bioestatística, demográfica, social, comportamental, cultural, econômica, religiosa e política integradas com questões ligadas aos processos migratórios, envolvendo também aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, todas atuando com diferentes intensidades têmporo-espaciais. Assim, pode-se dizer que o estudo geográfico da população, em resumo, constitui-se fundamentalmente da

análise e explicação da: (1) da distribuição espacial da população; (2) da estrutura da população e (3) do crescimento e da mobilidade da população, sempre destacando sua interdependência com todas as demais questões geográficas, na tentativa de contribuir para a compreensão da totalidade espacial.

Desta forma, diante desta estruturação teórica apresentada, a presente pesquisa pretende mostrar um panorama da população baiana destacando alguns aspectos relativos a: efetivo, estrutura, dinâmica em sua dimensão geográfica na base de microdados.

2.2 MATERIAIS DE PESQUISA

Uma grande quantidade de dados oficiais do IBGE alimenta este trabalho. Para esta dissertação não foram levantados dados primários, nem foram consultados dados demográficos produzidos por outros órgãos do governo, tampouco dados secundários extra-oficiais.

O IBGE é, sem sombra de dúvida, o maior produtor de informações geográficas do Brasil. A maior parte do seu acervo é de natureza demográfica ou está diretamente associado a este assunto. As geoinformações populacionais produzidas pelo Instituto são provenientes principalmente das seguintes pesquisas/levantamentos:

- Censos demográficos
 - Resultados do universo (ou não-amostra)
 - Resultados da amostra
- Contagens da população
- Estatísticas do registro civil
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
- Estimativas da população municipal

Especificamente, o Censo Demográfico 2000 e a Contagem da População 2007 são as principais fontes do material que embasou toda esta dissertação, pois, são os únicos levantamentos populacionais do Brasil que têm microdados para todos os níveis territoriais, desde os microdados e distritos até as unidades da federação e grandes regiões. Porém, as informações da contagem da população são relativamente superficiais se comparadas à complexidade e quantidade de dados levantados pelo censo demográfico. Para suprir esta lacuna, ora utilizou-se dados de educação e renda oriundos da PNAD, pelo menos para a totalidade do Estado, não

havendo a possibilidade de detalhar para os demais níveis locais e sub-regionais, haja vista a natureza desta pesquisa anual nacional.

Igualmente ao censo e à contagem, a PNAD 2007 também possui microdados (IBGE, 2008d) disponíveis gratuitamente na internet. Seu diferencial é a profundidade temática, referente a consumo de bens e serviços, educação, trabalho, rendimento, migração e morbidade, dentre outros assuntos. Estas informações são obtidas anualmente pela aplicação de 400 mil formulários em todo Brasil.

Avaliar a qualidade e a aplicabilidade dos microdados censitários de 2000 e 2007 é mais do que um objetivo específico de pesquisa. Estes produtos super detalhados da população brasileira são compostos por complexas e extensas planilhas de cadastro geográfico, mais de mil mapas estatísticos (no caso da Bahia), aproximadamente 200 *shapes* chamados de malhas rurais em cada levantamento populacional.

2.2.1 Considerações gerais sobre o censo demográfico brasileiro

Esta pesquisa baseia-se no censo demográfico que pode ser definido como o levantamento completo da população nacional, realizado no último ano de cada década, com a finalidade principal de dar conhecimento amplo sobre a sua composição para embasar o planejamento governamental de longo prazo (TREWARTHA, 1974). Na verdade, o censo é mais do que isso. É adentrar o seio de cada família do Brasil, em cada domicílio – ou melhor, em cada casa, apartamento, barraco e cabana. O censo é fruto da presença marcada dos pesquisadores nas metrópoles, cidadezinhas e povoados. Afinal, alguém teve que ir para a fazenda, carregando milhares de formulários, na chuva e no sol, trilhando a mata e o matagal, andando entre brejos e pantanais. Alguém teve que subir a ladeira e descer a pirambeira, andar de canoa nos labirintos de igarapés, riachos e veredas desse país-continente, para perguntar a cada pé de gente que mora neste chão, brasileiro ou não, colocando no papel como é o povo.

Incansável na sua tarefa de falar com cada brasileiro, o agente censitário entra em todas as casas que abram as portas para recebê-lo. A ele não interessa os transeuntes nos bevederes, ou quem repousa à sombra dos quiosques. Outrora o censo levantou a população presente, mas, atualmente o que importa é a população residente, os moradores. Hospitais, asilos, quartéis, penitenciárias, conventos, mosteiros, orfanatos e moradas desse tipo também são visitadas e, se houver alguma restrição de acesso ao recinto, a própria casa preenche e envia os formulários ao IBGE.

Para compilar os mapas dos setores censitários, de uso do agente recenseador em campo, não basta apenas traçar vetores sobre imagens de satélite, velhas cartas topográficas e plantas urbanas. Também é preciso calcular estimativas de crescimento populacional para detectar setores censitários com crescimento suficiente que justifique a sua divisão em dois ou mais setores novos, senão um recenseador sozinho corre o risco de não abranger todos os moradores do lugar.

Para fazer o trabalho de porta em porta, ou seja, a coleta de dados Brasil afora, o IBGE precisa admitir centenas de milhares de agentes censitários, além de dezenas de milhares de supervisores para coordenar este trabalho.

Mas, porque tantas pessoas? Geralmente, cada setor censitário, a depender do seu tipo, tem de 500 a 1500 moradores, ou de 100 a 200 domicílios. Cada recenseador fica encarregado de um setor. Daí, como se projetava uma população de 166 milhões de brasileiros para 2000 (IBGE, 1999a, p. 224), dividiu-se o país em 215 mil setores e contratou-se 200 mil trabalhadores temporários para esta grande empreitada. O resultado do censo revelou 169 milhões de pessoas morando no Brasil, um erro de apenas 1,77% além da estimativa oficial de 1998.

A Contagem da População 2007, juntamente com o Censo Agrícola 2006, incorporaram um importante avanço na etapa de levantamento de campo e, conseqüentemente, na totalização dos resultados. Trata-se da aplicação dos *hand helds*, ou PDA, pelos agentes recenseadores, abolindo as pranchetas e formulários impressos. Este microcomputador portátil, do tamanho de uma calculadora de mão, além de ser muito mais leve que a sacola abarrotada de papéis, ainda gera a coordenada geográfica do domicílio inquirido, podendo-se posteriormente localizar as casas atingidas pelo agente que operou o aparelho em campo. Após estes dois levantamentos que, apesar de sua realização defasada, com data retroativa, representam outro importante avanço, que é o fornecimento de dados para criação do cadastro territorial para o censo.

Para a etapa de totalização dos dados, que antes era feita por digitadores que transcreviam formulários, basta conectar os PDA, via USB ou *wireless*, a um computador para que se faça a transferência de todas as informações captadas na pesquisa direta, bastando apenas alguns segundos com cada *hand held*. Como a Contagem da População foi arrolada em julho, no fim do mês seguinte os resultados já estavam no Diário Oficial da União (IBGE in: DOU, 31 ago. 2007, p. 77).

Um marco do Censo Demográfico 2000 está no uso intensivo de aporte computacional no planejamento da operação censitária e na divulgação dos resultados gratuitamente via Internet, colocando o IBGE definitivamente na era da microinformática da *world wide web*.

Em 2001, o Instituto cria o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um sistema de informação on-line gratuita, com a possibilidade de consultar o banco de dados da entidade sob a forma de tabelas, listas de *ranking*, gráficos e mapas temáticos, constituindo-se um poderoso *webgis*, pela qualidade e quantidade de informações do seu acervo. Com o tempo, paulatinamente o SIDRA foi agregando dados de levantamentos mais velhos, como os censos de 1872 a 1991, ao passo que acumulou a função de sistematizar a publicação das constantes pesquisas que o Instituto realiza em sua rotina normal de trabalho. Vieram a Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), dentre muitas outras, mas tudo começou com o censo 2000.

Outro *webgis* que o Instituto lançou mão para divulgar resultados do censo é o Servidor de Mapas, que hoje agrega informações geoambientais e da divisão político-administrativa do Brasil usada nos últimos censos. Nele estão disponíveis várias edições da Malha Municipal, de 1991 a 2005, com os *shapes* prontos para utilização em SIG.

No tocante aos microdados censitários, uma das maiores novidades do Censo Demográfico 2000 foi o Estatcart, um programa de interface extremamente simples que contém as bases de dados urbanos vinculadas aos seus respectivos mapas-base. Qualquer pessoa comum que receba um mínimo de instruções pode operar este sistema para gerar mapas e tabelas, mesmo em microcomputadores pessoais mais antigos. O programa também manuseia dados municipais e estaduais.

Boa parcela destes resultados está publicado na seção de *download* do portal do IBGE, através de dois servidores FTP: um para estatística e outro para geociências, representando os dois grandes departamentos do Instituto. Na seção de estatística, para o Censo 2000, tem-se planilhas de Excel e relatórios em formato PDF, especialmente dos resultados da amostra, que são mais diversificados quanto à temática da informação. Já na seção de Geociências tem-se o mapeamento estatístico, representado pelos Mapas Municipais Estatísticos (MME), mais os *shapes* de todos os níveis de divisão territorial do Brasil, desde os setores censitários das malhas rurais, até as grandes regiões geográficas das malhas municipais, tudo gratuito.

É pertinente mencionar neste momento que o Censo 2000, assim como os demais, está disponível ainda na Loja Virtual e na Biblioteca Virtual. A primeira comercializa publicações em CD-ROM, DVD, livros, mapas e pôsteres. A segunda mantém um acervo digital gratuito de *e-books* nos formatos PDF e JPEG – que são universais entre os microcomputadores conectados à Internet – de muitos documentos históricos do século XIX, até os relatórios dos últimos estudos e pesquisas realizados pelo Instituto.

Muitos foram os levantamentos populacionais feitos aqui na então América Portuguesa, porém, eram contagens isoladas, localizadas e sem repetição periódica, tal qual os levantamentos estatísticos modernos, de base técnico-científica. Informações históricas oficiais apontam que a primeira contagem da população com abrangência nacional a ser realizada no Brasil data do ano de 1872, sob o reinado de Dom Pedro II (IBGE, 2000a). Mas, o primeiro censo demográfico brasileiro foi o de 1890, já sob a égide do governo republicano positivista. De lá para cá o Brasil já fez seu décimo segundo censo demográfico – o de 2000 – e mais duas contagens da população – uma em 1996 e outra em 2007. O trecho da citação a seguir, extraído dos Resultados a Amostra do Censo Demográfico 2000, sintetiza como se deu a conturbada história dos levantamentos populacionais no Brasil no século XX.

A principal fonte de informações populacionais no Brasil são os Censos Demográficos. Estes, em princípio, deveriam ser decenais. Mas, na verdade, apresentam uma história atribulada. Os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro no Censo de 1900 foram considerados deficientes e os resultados referentes ao Distrito Federal cancelados. Um novo recenseamento do Estado do Rio de Janeiro foi então feito em 1906. Por razões de ordem política o recenseamento de 1910 foi suspenso. O mesmo ocorreu com o Censo de 1930. O Censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%. Por outro lado, os Censos de 1940, 1950 e 1970 são considerados exemplares. Um escândalo administrativo suspendeu o processamento do Censo de 1960, o qual só foi completado, ainda de forma precária, quase 20 anos depois. Os censos posteriores enfrentaram crescentes problemas operacionais no levantamento de campo. O censo previsto para 1990 foi adiado para o ano seguinte, novamente por problemas político-administrativos, sem que esse adiamento, no entanto, resultasse em ganhos de qualidade em relação aos censos anteriores. (SILVA, BARBOSA in: IBGE, 2006, p. 31).

Ninguém melhor para falar sobre a estatística brasileira que o IBGE. Muito *know-how* foi construído ao longo deste último século fazendo-se os levantamentos da sociedade brasileira, que se multiplicou década após década, como nos mostra os censos que ficaram como legado, eles que, um dia, foram instrumento de planejamento e gestão da grande nação brasileira. Mesmo as experiências negativas foram proveitosas, pois, ensinaram-nos a não repeti-las sob nenhuma justificativa.

Traçando uma linha evolutiva ao longo do tempo, percebe-se o quanto os recenseamentos do Brasil avançaram. Em 1920 tem-se o primeiro censo agrícola e o primeiro industrial (IBGE, 1956). Houve um “hiato censitário” em 1930, por conta da turbulência política que se passava no país, causada pela crise que marcou o fim da “Política do Café com Leite”, suplantada pela Nova República.

Mas, para 1940, o governo nacional empenhou-se como nunca, fazendo o primeiro censo moderno do Brasil, criando o IBGE em 1938, agregando as funções de instituto de estatística e também de geografia, caso único no mundo, comparável apenas ao INEGI

(*Instituto Nacional de Estadística, Geografía y Informática*) do México, pois, quase sempre os países separam estas atribuições em dois ou mais órgãos distintos.

Em 2 de fevereiro de 1938 o governo nacional aprova o Decreto-lei nº 311 (CASTRO; BARBUDA, 2006), que obrigava todas as mais de mil prefeituras brasileiras da época a fornecerem os mapas municipais para a realização do Censo Demográfico 1940, caso contrário, haveria penalização severa. Este mapeamento de base, ainda que em qualidade de croqui, representa um dos maiores avanços no conhecimento cartográfico e geográfico nacional, algo almejado desde antes do censo de 1872. Doravante, o recenseamento geral de 1940 deixou um importante acervo de informações geográficas, especialmente seu banco de dados geoestatísticos e o mapeamento municipal do Brasil. Tendo isto em mãos, o IBGE, congregando esforços com vários órgãos de planejamento dos governos estaduais, estabelece as Regiões Fisiográficas em 1945 – um marco para a Geografia Regional brasileira.

No início da década de 1950, o IBGE já goza de *know-how* próprio advindo da realização de um recenseamento geral. O censo demográfico é mais uma vez realizado simultaneamente ao censo agrícola, ao censo industrial, comercial e de serviços, acrescido de um inquérito especial sobre transportes e comunicações. Sua realização seguiu orientação da Organização das Nações Unidas para o Censo das Américas de 1950 (IBGE, 1961, p. VI). O Brasil está mais complexo, são mais pessoas, fazendas, empresas e fábricas, e isso demanda levantamentos igualmente mais complexos.

Uma década depois, no recenseamento geral de 1960, mais uma vez há expansão na qualidade investigativa deste levantamento, o sétimo a abranger o território nacional. Sua grande mudança que permanece até hoje está em registrar a população residente, não mais a presente. O censo econômico torna-se cada vez maior, com inquéritos especiais sobre energia elétrica e da atividade imobiliária. Porém, os resultados deste censo permaneceram inacabados, sem tratamento, até 1977, quando o IBGE mobiliza-se para concluí-lo, sendo que um censo (o de 1970) já havia sido realizado há algum tempo e arrolava-se o planejamento do próximo recenseamento geral (o de 1980).

Na Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, o hino da seleção brasileira dizia “80 milhões em ação”, reflexo não só da empolgação que contagiava o país do futebol, do povo embriagado pelo civismo tropical e pelo patriotismo pandego, mas de uma estimativa oficial de população, que era de 84.679.000 brasileiros, para ser mais exato (IBGE, 1966). Infelizmente, foi uma decepção muito amarga para todos a derrota nessa competição que ocorre a cada quatro anos. Mas, uma música tão boa não poderia ser desperdiçada, então na próxima copa, a de 1970 (UOL, 2006), atualizou-se sua letra para “90 milhões em ação”, que é a sua versão mais popular, haja vista a conquista do tricampeonato mundial naquele ano.

O Censo Demográfico de 1970 veio confirmar 94 milhões de brasileiro, algo muito próximo da estimativa de 95 milhões (IBGE, 1966). Quando feito, incluiu o Censo Predial, detalhando a coleta de dados de infra-estrutura domiciliar no Brasil, que antes era feita de maneira tópica. O uso das fitas magnéticas, transcritas a partir de cartões perfurados, agilizou a totalização dos resultados deste censo, permitindo o uso de um formulário maior na amostra, que atingia 25% dos domicílios particulares e 25% dos domicílios coletivos. O boletim do universo, ou não-mostra como era chamado na época, tinha apenas dez questões e cabia num cartão no formato A5 – em 2000, último levantamento a usar este documento em papel, o formulário passou para quatro páginas A4, aumentando oito vezes. O boletim da amostra de 1970, por sua vez, tinha 32 questões, a maioria delas era apenas para homens e mulheres acima de 15 anos.

Seguindo a diretriz de realizar o censo econômico quinquenal a partir de 1975, em 1980 esta modalidade de levantamento torna-se mais completa e complexa, incorporando mais tópicos especiais em sua pesquisa, tais como os tipos de transporte, do rodoviário ao aeroviário. Por outro lado, o censo demográfico é cada vez menos social, reduzindo consideravelmente o levantamento de informações dos domicílios coletivos (IBGE, 1983, p. XIII). O boletim da não-amostra encolhe de dez para seis perguntas, mas, o boletim da mostra aumenta para 57 questões para cada pessoa residente no domicílio.

Três aspectos do Censo Demográfico 1990 merecem destaque: (1) a queda acentuada no crescimento populacional da última década, muito aquém das expectativas da sociedade e do governo, arranhando a credibilidade institucional; (2) a não realização dos censos econômicos, por decisão política, quebrando uma série de quase meio século; (3) o atraso de um ano na sua realização, que acabou mudando seu nome para Censo Demográfico 1991.

A desaceleração das taxas de crescimento vegetativo deixou a população brasileira menos jovem, sensivelmente mais idosa e as famílias têm menos filhos. Ainda persiste a migração da zona rural pobre para as metrópoles, mas num ritmo mais lento. Tendências como estas marcaram o Censo 1991 e prosseguem mais fortes hodiernamente, conforme os levantamentos populacionais conseguintes. Tudo isso é reflexo das mudanças da sociedade brasileira no desfecho do século XX.

Por conta das questões políticas que atrasaram um ano o Recenseamento Geral 1990, a Contagem da População 1995 também foi adiada um ano e feita simultaneamente ao Censo Agropecuário 1996. Sua motivação principal veio da necessidade de atualizar as estimativas populacionais de mais de mil municípios criados em cinco anos. Esta municipalização veio em consequência de uma diretriz política do período da ditadura militar que estancou a criação de novas prefeituras por quase 30 anos.

Constituiu-se um marco da Geografia brasileira o Censo Demográfico 2000, o mais complexo já feito neste país, pelo uso intensivo de informática. O formulário da amostra tem 32 páginas, apesar de ser aplicado em 10% a 20% dos domicílios, uma fração menor que os 25% dos censos anteriores. Mas, há quesitos detalhados para trabalho, rendimento, instrução, mortalidade, fecundidade, estrutura domiciliar, acesso a serviços de saneamento e limpeza urbana, como nunca feito antes no Brasil. Para o presente trabalho, o que importa são os dados do universo que podem ser visualizados ao nível dos microdados.

O que se pretendeu neste tópico foi trazer à tona questões que denotam a importância de um censo demográfico e dar suas características principais. Neste âmbito é fundamental traçar uma linha evolutiva dos levantamentos populacionais brasileiros ao longo do tempo, que culmine nas pesquisas atuais, com emprego intensivo de tecnologias computacionais nos levantamentos em campo, no processamento e difusão dos resultados para que haja material para ser trabalhado em dissertações como esta. Aqui há uma preocupação em caracterizar o povo baiano não como um grupo estático e sempre desigual, mas como uma sociedade diversificada em sua composição, um agente ativo na dinâmica organização do seu espaço geográfico.

2.2.2 Microdados censitários

Microdado é o dado referente ao menor nível de desagregação geográfica mapeável de uma informação (IBGE, 2003a; 2008a). É o tipo de dado que não é restrito somente à prática da ciência geográfica. As empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, a título de exemplo, têm dados de consumo por domicílio (por transformador), cada qual vinculado a seu respectivo endereço postal. Porém, na sua base cartográfica da companhia, só é possível mapear os dados por poste, daí, este é o nível de microdados. O mesmo pode ser dito sobre as operadoras de telefonia móvel, que possuem informações sobre cada linha, inclusive o endereço postal do proprietário, mas pode colocar no mapa os dados das antenas.

No caso do censo demográfico brasileiro, microdado refere-se a setor censitário, a menor unidade da divisão estatística do censo brasileiro, ou seja, a unidade geográfica operacional dos levantamentos populacionais no Brasil. Como é o menor nível territorial de levantamento em campo, também é o menor nível mapeável, por mais que o banco de dados tenha resultados separados por domicílio, a partir dos quais cria-se os agregados por estados, municípios e setores censitários.

Dizer apenas que o setor censitário é a menor unidade da divisão estatística do Brasil não define totalmente o que ele é, sua natureza e sua importância científica. Pois bem, antes

de avaliar a qualidade, importância e aplicabilidade dos microdados, é preciso saber mais sobre essa unidade pequena, mas elementar para a realização do censo. Além do mais, os microdados censitários envolvem uma série de produtos diretamente associados a esta pequena unidade de levantamento em campo, englobando mapas, metadados, malhas e planilhas diversas, como consta no quadro que se segue. Nele há inclusive os principais lugares e formas de aquisição destes produtos. Interessante como a maior parte deles é distribuída gratuitamente via internet, em formatos de arquivo universal, operáveis em qualquer computador pessoal minimamente equipado, apesar de seu manuseio ser possível apenas por *peopleware* especializado em Sistemas de Informações Geográficas.

**Quadro 3 – Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007
Produtos que compõem os microdados censitários**

Nome do produto		Descrição	Fonte
Agregado por Setor Censitário	Planilhas de variáveis	Planilhas do Resultado do Universo contendo os valores do microdados codificados por variáveis.	FTP de Estatística do IBGE. (ftp://ftp.ibge.gov.br)
	Descrição de setor censitário	Metadados do Agregado por Setor Censitário. Descreve o perímetro dos setores com os pontos visíveis em campo.	FTP de Estatística do IBGE. (ftp://ftp.ibge.gov.br)
	Documentação do arquivo	Metadados do Agregado por Setor Censitário. Descreve cada uma das variáveis de código presentes nas planilhas de microdados.	FTP de Estatística do IBGE. (ftp://ftp.ibge.gov.br)
Agregado por Área de Ponderação		Planilhas em formato SPSS contendo os microdados do Resultado da Amostra.	Loja Virtual do IBGE.
Mapa Municipal Estatístico		Mapa estatístico que contém todos os setores censitários do município, por cima de uma base cartográfica que contém rede hidrográfica, rede de transportes, localidades e principais acidentes geográficos.	FTP de Geociências do IBGE (ftp://geofp.ibge.gov.br).
Mapa Urbano Estatístico		Mapa estatístico de um único setor censitário urbano, por cima de uma base cartográfica com o arruamento da cidade, principais referências e edificações, para orientação do agente censitário em campo.	FTP de Geociências do IBGE (ftp://geofp.ibge.gov.br).
Malha de Setor Censitário Rural		Conjunto de shapes georreferenciados com a delimitação de todos os setores censitários rurais de uma unidade da federação. Nela, cada cidade e vila é um polígono único de setores urbanos agrupados.	FTP de Geociências do IBGE (ftp://geofp.ibge.gov.br).
Malha de Setor Censitário Urbano		Conjunto de shapes georreferenciados com a delimitação de todos os setores censitários urbanos das cidades.	FTP de Geociências do IBGE (ftp://geofp.ibge.gov.br).

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Amostra de uso público – Microdados; IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Araori Coelho, 2009.

No decorrer deste tópico de metodologia, todos estes produtos serão didaticamente explicados com o máximo de clareza possível, a partir de perguntas e respostas prováveis que uma pessoa comum faria se interessada neste assunto.

O setor censitário é a menor unidade geográfica do recenseamento em campo, mas é “menor” de que tamanho? No Brasil, existem setores de todos os tamanhos. Sua superfície varia de um a seis milhões de hectares. Porque esta variação tão acentuada? Antes de tudo, isto é reflexo da dimensão continental da nação brasileira e sua rica diversidade macrorregional. Ela incorpora áreas metropolitanas verticalizadas, intensamente habitadas, com dezenas de milhares de habitantes por quilômetro quadrado, até a vastidão anecúmena dos confins da Serra Tumucumaque, no município de Óbidos, noroeste do Pará, com densidade média inferior a 0,001 hab./km².

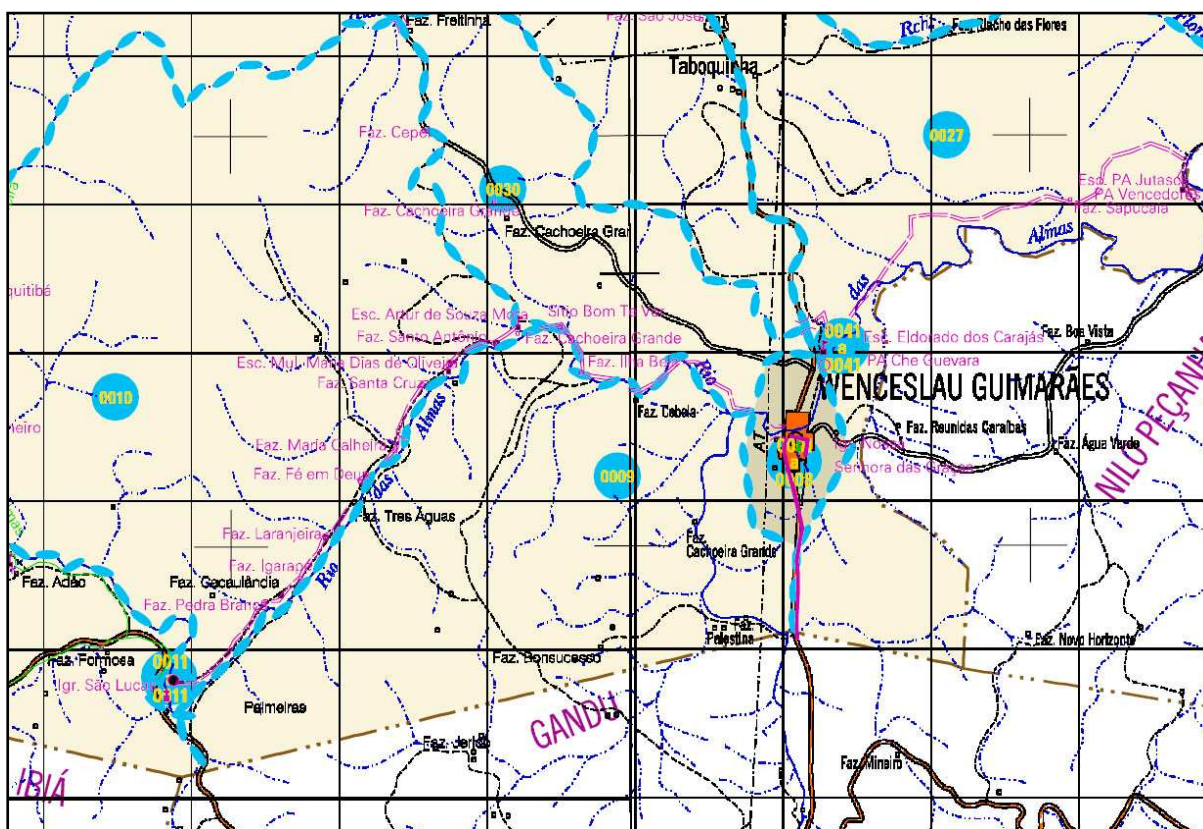
Basicamente, o censo percorre tanto as cidades quanto o campo, ou seja, enquanto uns agentes vão a lugares onde as casas estão coladas lado a lado, outros agentes percorrem a zona rural, onde o vizinho mais próximo mora a duas léguas. Então, o que dá dimensão geográfica ao setor é o tipo da ocupação instalada na paisagem. Em lugares de população aglomerada, segundo as definições técnicas do IBGE (1999b), tais como cidades, vilas e povoados, os setores são pequenos e têm, em média, 200 domicílios ou 1000 moradores. Significa que, um único edifício de 150 ou 200 apartamentos pode ser demarcado como um setor censitário. Já nas áreas rurais de população bastante dispersa, entre fazendas e casas espalhadas pelo campo, onde é necessário percorrer uma distância maior do que nas cidades, o setor censitário engloba em torno de 100 domicílios ou 500 moradores.

Como se sabe os limites de um setor censitário? Os agentes recebem Mapas de Localidades Estatísticas de (MLE) e os Mapas Municipais Estatísticos (MME). A figura 2 é parte da Contagem da População 2007, com um trecho extraído do MME de Wenceslau Guimarães, Bahia, o qual retrata aspectos gráficos deste instrumento de levantamento populacional.

Sumariamente, um MME demarca os setores censitários rurais sobre uma base cartográfica com referências geográficas do lugar, que mostra estradas, rios, fazendas e outras formas da paisagem da zona rural. Neste mapa, cada cidade, vila e demais localidades têm um pequeno polígono individual que aglomera seus setores censitários.

Os Mapas Urbanos Estatísticos (MUE), por sua vez, traz as ruas, avenidas, alamedas e belvederes, dentre outras estruturas da cidade, tudo para viabilizar a orientação do agente para percorrer o caminho certo *in loco*. Estes mapas estatísticos – que estão mais para croquis – também são fundamentais para mapeamento dos microdados, a partir dos agregados por setor censitário, como será pormenorizado oportunamente, mais a diante.

Figura 2 – Trecho de um Mapa Municipal Estatístico – 2007

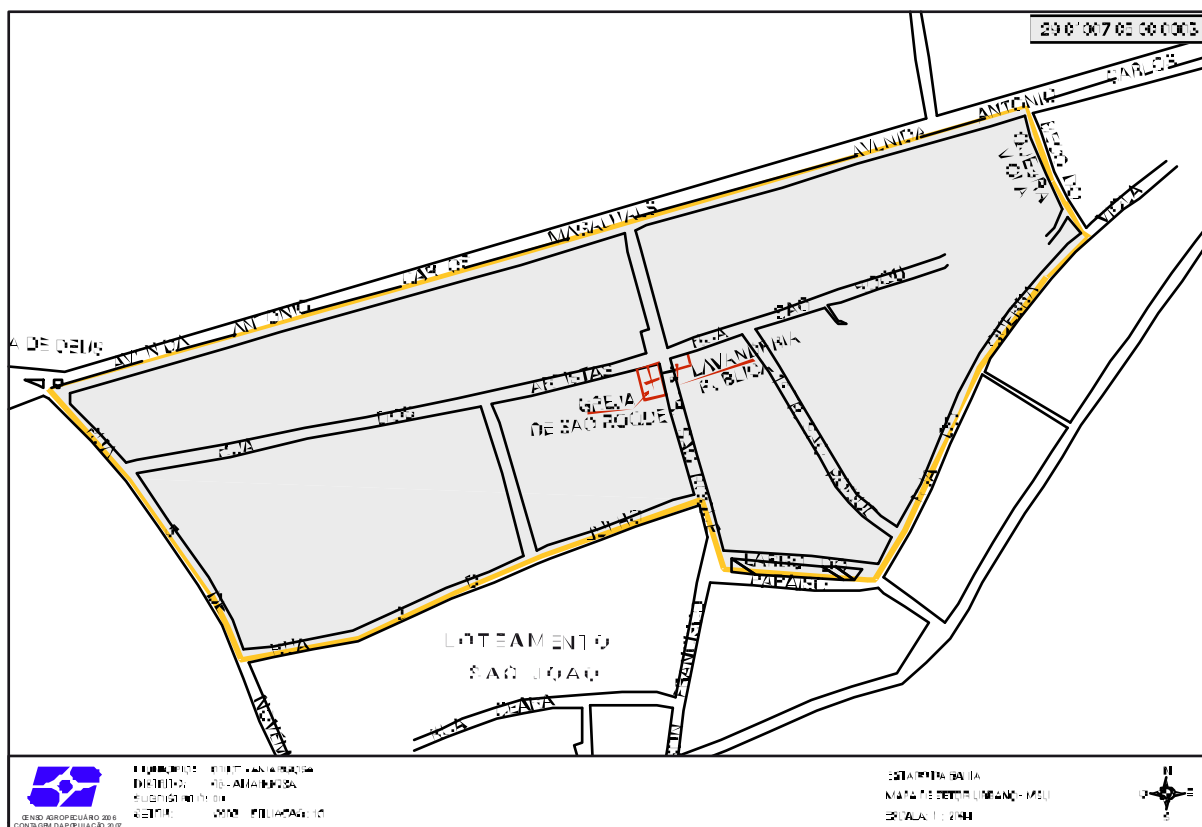


Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007**. Mapa Municipal Estatístico (MME) – Wenceslau Guimarães – BA.

Os mapas estatísticos são produzidos a partir dos mapas de setor censitário, urbano ou rural. Eles servem para que os agentes censitários não só percorram toda extensão do seu setor, como para prevenir que uns não adentrem o setor alheio refazendo o trabalho do outro, provocando duplicação dos dados. Com o advento do PDA com GPS embutido, esta margem para erros foi drasticamente reduzida, pois, cada questionário aplicado tem sua localização com altitude, latitude e longitude, alertando o agente quando este transpõe os limites do seu setor censitário. A título de curiosidade, cada formulário respondido também possui data e horário de criação, uma informação que permite ao Instituto, dentre outras coisas, controlar se o agente fez expediente durante o horário comercial.

Para as áreas urbanas existe o Mapa Urbano Estatístico (MUE), contendo a delimitação do setor censitário e o arruamento que o recenseador deve percorrer na cidade. A figura 3 faz parte da Contagem da População 2007, representando o setor censitário de código 290100705000003 da cidade de Amargosa, Estado da Bahia, reduzido para metade de seu tamanho real.

Figura 3 – Aspecto de um Mapa Urbano Estatístico



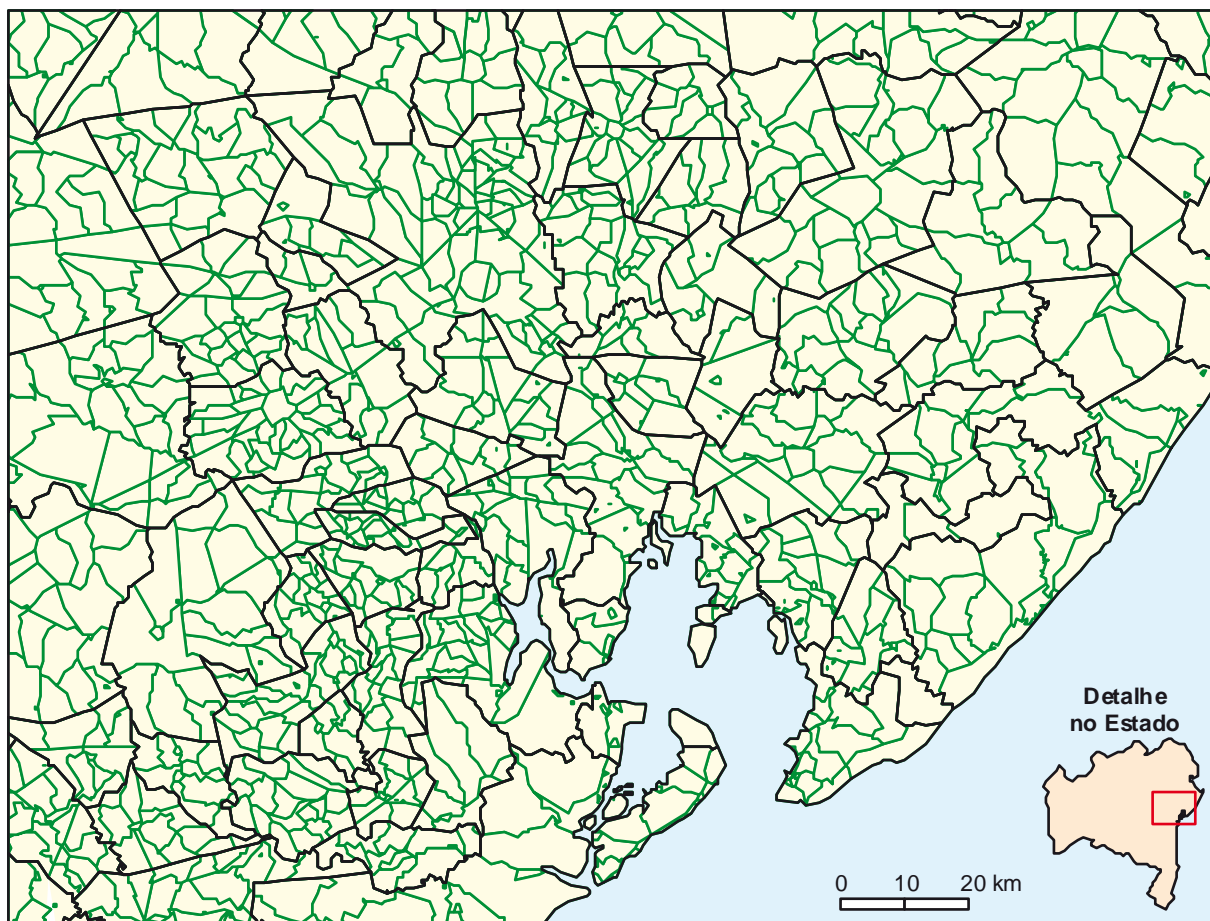
Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007**. Mapa Urbano Estatístico – Amargosa. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mue2007/ba/mue2007/setor/amargosa/29010070500003.pdf>. Acesso em: 7 out. 2009.

Como se desenha um mapa estatístico? A base cartográfica que gera os croquis estatísticos do censo é formada a partir da conjugação de vários tipos de documentos, construídos em várias escalas e épocas, apoiados por tecnologias que mudaram muito com o passar das décadas. A maior parte desses documentos são as antigas cartas topográficas – em escalas de 1:50.000 a 1:250.000, muitas delas produzidas pelo Radam Brasil, Divisão do Serviço Geográfico (DSG) e Sudene na década de 1970 – atualizadas por um sem número de diferentes tipos de imagens de satélite, além das excursões a campo registradas com simples GPS de mão. Por sobre esta base, delimita-se os setores censitários rotulados com seu respectivo código, tudo isso com base na divisão censitária anterior.

Como se mapeia os resultados dos microdados? No Censo Demográfico 2000 o IBGE lançou um produto que revolucionou a representação cartográfica dos seus resultados – a Malha de setor Censitário Rural, ou simplesmente malha rural. Trata-se de um *shape*, um aramado, contendo apenas a divisão territorial do Brasil em setores censitários rurais. Nele, cada localidade (povoado, vila e cidade) está agrupada em um pequeno polígono único. No mapa da figura 4 há um aspecto da malha de setor censitário da Bahia no ano 2007, com a

sobreposição dos limites municipais e a distinção do oceano – elementos que não fazem parte desta malha propriamente dita, mas estão acrescentados aqui porque facilitam a sua leitura.

Figura 4 – Aspecto da Malha de Setor Censitário 2007

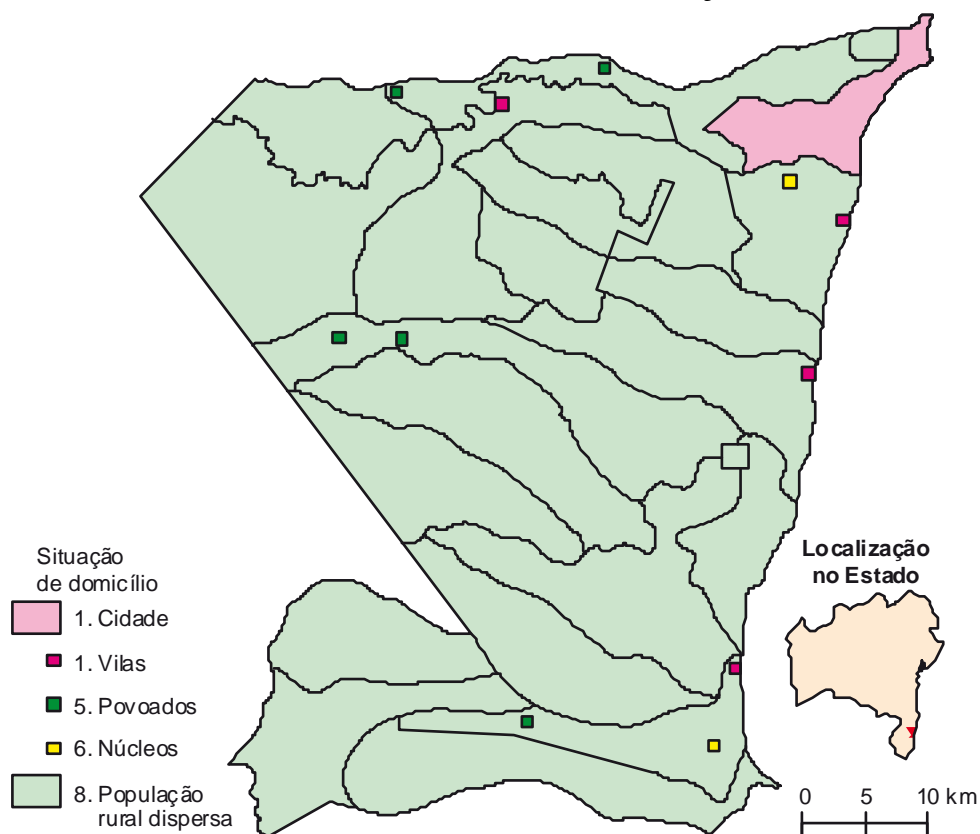


Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**; IBGE. **Carta Internacional ao Milionésimo Digital – SD-24** (Salvador). Elaboração: Araori Coelho, 2009.

A malha de setor censitário rural (ou simplesmente malha rural) fornece uma série de informações da Geografia da População brasileira. Em 2000, a malha rural brasileira 69 mil polígonos, evoluindo para 77 mil em 2007. Nestas malhas – e somente nelas – existe as áreas de povoamento rural disperso pontilhadas com localidades censitárias ou aglomerados, que são cidades, vilas e povoados. A Bahia tem mais de 2.500 localidades, assim como Minas Gerais; São Paulo tem 2.400; Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul ultrapassam 1.500 localidades cada um, enquanto que o Acre tem apenas 37. Estes pequenos pontos no mapa estão distribuídos segundo padrões regionais, sejam alinhados ao longo do litoral, dos rios e das estradas que rasgam os confins desta nação continente.

A figura 5 foi extraída da Malha Rural 2007, representando o município de Porto Seguro e a situação de domicílio dos seus polígonos, no caso, 1 para área urbana de cidade ou vila, 5 e 6 para povoados e núcleos rurais, respectivamente, e 8 para as áreas de povoamento rural disperso.

**Figura 5 – Município de Porto Seguro
Malha de Setor Censitário Rural 2007 – Situação de domicílio**



Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Estas malhas são um tipo de base cartográfica na qual as localidades são exageradas com pequenos quadrados, de tamanho mais ou menos padronizado, para viabilizar seu mapeamento, pois, suas reais dimensões são tão diminutas que, nesta escala de mapeamento simplesmente não apareceriam nem como um ponto. Porém, recomenda-se sua generalização para adequá-la à escala

Existe ainda a malha de setor censitário urbano, ou simplesmente malha urbana, como a da figura 6, representando a cidade de Alagoinhas em 2007. Pelo detalhe maior que um mapeamento urbano exige, sua escala é muito maior que a das malhas rurais, variando de

1:5.000 a 1:50.000. Todas estão georreferenciadas com latitude e longitude em coordenadas UTM, desenhadas na Projeção Transversa de Mercator, com base no SAD 69.

**Figura 6 – Cidade de Alagoinhas
Malha de Setor Censitário Urbano 2007**



Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Urbano 2007** – Alagoinhas – Bahia. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Para o Censo Demográfico 2000, o IBGE disponibiliza pouco mais de mil malhas, uma para cada área urbana da sede municipal (ou cidades) dos mil municípios brasileiros com mais de 25 mil habitantes em 1996. Importante enfatizar que não é para as maiores cidades e sim para os municípios mais populosos. Já em 2007, este acervo cresce surpreendentemente, abraçando todas as mais de cinco mil sedes municipais onde os recenseadores passaram – só não há malha urbana para 129 cidades dos municípios com mais de 170 mil habitantes. Este produto também não contempla vilas e outras localidades urbanas.

Os arquivos *shape* das malhas distribuídas pelo IBGE só funcionam no ambiente de um Sistema de Informações Geográficas. *Shape* é um conjunto de formas geométricas (polígonos, linhas ou pontos) com localização na superfície terrestre, associados a uma tabela de atributos alfanuméricos. Um dos atributos da malha de setor censitário rural é o código do setor (ou geocódigo), o qual permite a anexação de dados externos para sua representação temática em um SIG. Na tabela desta malha existem ainda informações úteis, como a área e

perímetro dos polígonos, situação de domicílio, mais os nomes e códigos de municípios, distritos, micro e mesorregiões geográficas.

O que é o código de setor censitário? Toda unidade da Divisão Territorial Brasileira (DTB) possui código, tal como cada homem tem uma impressão digital que não se repete. O geocódigo é o rótulo numérico que identifica o setor censitário, acumulando sucessivamente os códigos das unidades de nível hierárquico superior nos quais está incluído. DTB é o banco de dados que reúne os nomes e códigos de todos os recortes geográficos oficiais do país, em nove níveis hierárquicos, conforme a listagem abaixo, do menor para o maior: (1) Bairro, (2) Subdistrito, (3) Distrito, (4) Município, (5) Microrregião Geográfica, (6) Mesorregião Geográfica, (7) Unidade da Federação, (8) Região Geográfica, (9) Brasil.

O código de setor censitário é composto por 15 dígitos numéricos, acumulando a identificação de cinco dos nove níveis já mencionados. Para explicar na prática como se escreve um código de setor censitário, tomemos o seu maior exemplar da Contagem da População 2007, o de número 150530405000051 (quadro 4).

Como este número de setor termina em 51, quer dizer que antes dele há outros 50, pois sua numeração é em ordem crescente, a começar na cidade, pelo setor do paço municipal, com o número 1. Percebe-se que o setor censitário só acumula os níveis territoriais da divisão político-administrativa, deixando de lado os bairros e a regionalização estatística das mesorregiões e microrregiões geográficas. Por sua vez, da mesma forma as microrregiões, ainda que estando hierarquicamente subordinadas às mesorregiões, não incorporam o seu geocódigo.

Quadro 4 – Composição do código de setor censitário

15	05304	05	00	0051
Unidade da Federação	Município	Distrito	Subdistrito	Setor censitário

Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setores Censitários – Documentação do Arquivo, p. 15. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Há vários tipos de município neste grande país, desde os metropolitanos, como Lauro de Freitas, Bahia, com centenas de milhares de habitantes e em acelerado crescimento, até os municípios gigantes, totalmente rurais, pontilhados de dezenas pequenos povoados, sem nenhuma vila, como Monte Santo, no mesmo Estado. Vizinho a este último está Euclides da Cunha, que também é muito rural, mas com uma cidade três vezes maior e meia dúzia de

vilas, com população urbana marcando presença pelo interior da grande municipalidade. Agrupando-se municípios dentro de um mesmo Estado, tem-se as microrregiões geográficas, que, juntas, por sua vez, formam as mesorregiões geográficas, como parte da divisão estatística do Brasil.

Quais são os tipos de setor censitário? Há duas formas de se classificar os setores censitários: por situação de domicílio e por tipo. Para que haja uma compreensão da real natureza dos microdados do censo, é preciso ter em mente que eles são reflexo direto do trabalho de campo, ou seja, daquilo que há de mais operacional no censo. Sua demarcação é feita, primeiramente obedecendo ao zoneamento municipal legislado pelas quase seis mil prefeituras Brasil afora, depois, o IBGE considera os objetos geográficos visíveis na paisagem para delimitá-los como grupos de 100 ou 200 domicílios.

Há oito situações de domicílio para os setores censitários, respeitando o respectivo zoneamento municipal, que delimita o perímetro urbano, cujo conteúdo é uma cidade ou vila (situação urbana) e aquilo que está além dele é o campo (situação rural). São três códigos de situação urbana (IBGE, 2003a, p. 8-9):

- **Situação 1 – Área urbanizada de cidade ou vila:** “área legalmente definida como urbana caracterizada por construções, arruamentos, e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas, reservadas à expansão urbana” (IBGE, 2003a, p. 8).
- **Situação 2 – Área não-urbanizada de cidade ou vila:** área incluída no perímetro urbano, porém, com ocupação rural, sem urbanização.
- **Situação 3 – Localidade urbana isolada:** consiste nas localidades definidas como urbanas que estão fora das cidades e vilas. Na Bahia, geralmente são localidades turísticas litorâneas, como Arembepe e Guarajuba, no município de Camaçari, e Praia do Forte, em Mata de São João.

São cinco as situações rurais (IBGE, 2008a, p. 8-9), a depender do grau de adensamento da ocupação do seu espaço. Aglomerado é o tipo de ocupação formada por domicílios e edificações permanentes, adjacentes, alinhadas de acordo com uma via principal de acesso e arruamento reconhecível. São quatro modalidades de aglomerado (ou localidade) e uma para população dispersa.

- **Situação 4 – Aglomerado rural de extensão urbana:** localidade com características rurais distante menos de um quilômetro da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila. Funcionalmente, é um pedaço da cidade. Geralmente é um aglomerado que cresceu em torno de um estabelecimento comercial ou industrial, ou conjuntos habitacionais fora do perímetro urbano, um loteamento residencial já habitado, ou mesmo o que o Instituto define como aglomerado sub-normal, que será oportunamente definido logo mais adiante. Não há localidades como esta aqui na Bahia nesta última contagem da população.
- **Situação 5 – Povoado:** localidade rural mais comum no Brasil. São aglomerados rurais com pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente, uma escola com do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e um templo religioso de qualquer credo. Ocorre especialmente em municípios grandes e rurais de estados como a Bahia, que não passaram pelo intenso processo de emancipação após 1989. Por sinal, dos 7.000 povoados deste país, a maior parte são baianos (1.600 ou 23% do total, para o ano 2007).
- **Situação 6 – Núcleo:** localidade rural com único proprietário do solo, seja um grupo industrial ou agrícola, de caráter empresarial. Em toda a Bahia existem apenas dez, segundo a Contagem da População 2007.
- **Situação 7 – Outros aglomerados rurais:** localidade rural que não reúne todas as características definidoras de um povoado, seja pela ausência de um estabelecimento comercial de bens de consumo constante, da escola primária ou do templo religioso. São 21 espalhados pela Bahia em 2007.
- **Situação 8 – Zona rural, exclusive aglomerados isolados:** compreende toda a zona rural de povoamento disperso, sem a formação de aglomerados. Sozinha, compõe 98,64% do território nacional em 2007, pois, a população aglomerada das cidades, vilas e localidades em geral ocupa uma porção muito pequena do espaço brasileiro, além de haver uma demarcação oficial de áreas não habitadas.

Na tabela de atributos da Malha Rural aparece a situação de domicílio dos polígonos, dando a possibilidade de mapeamento exato do avanço da urbanização brasileira em escala regional. Esta tabela também possui o que o Instituto denomina tipo de setor, que pode ser comum, onde o Instituto tem pleno acesso, ou especial, que distingue aquelas áreas onde há impossibilidade de acesso ou onde não lhe compete fazer o censo. São estes os códigos de tipo de setor (IBGE, 2008a, p. 9-10):

- **Tipo 0 – Setor comum ou não especial** onde o IBGE tem liberdade de acesso garantido por lei. Engloba quase a totalidade do território nacional.
- **Tipo 1 – Aglomerado subnormal.** Conjunto de mais de 50 domicílios construídos recentemente invadindo terreno público ou particular, onde o IBGE designa um membro da comunidade para fazer o papel de agente censitário, devido às condições peculiares de violência suburbana, fato que o Instituto não deixa claro na documentação dos agregados por setor censitário.
- **Tipo 2 – Quartel ou base militar.** É formado por um mínimo de 50 moradores, cuja contagem populacional fica a cargo das forças armadas.
- **Tipo 3 – Alojamento ou acampamento** de no mínimo 50 moradores, onde os formulários do censo são aplicados pela sua administração.
- **Tipo 4 – Embarcação, barco ou navio.** São as naves atracadas nos portos e na costa que constituem a moradia permanente na data de referência de realização do censo, que aí é aplicado pela autoridade portuária.
- **Tipo 5 – Aldeia indígena.** Tem um mínimo de 20 moradores em uma ou duas moradas, onde a Funai colabora com o IBGE fazendo a aplicação dos formulários do censo.
- **Tipo 6 – Penitenciária, cadeia, colônia penal ou presídio.** Tem um mínimo de 50 moradores. O poder judiciário repassa ao Instituto os dados do censo carcerário para incorporação no recenseamento nacional.
- **Tipo 7 – Asilo, orfanato, convento, monastério, hospital.** Residência de 50 moradores ou mais que aplicam e respondem os formulários e repassam ao Instituto para incorporação de seus dados no recenseamento nacional.

O que interessa ao governo brasileiro na realização de um censo demográfico é a sua população residente, daí, todas as moradas devem ser pesquisadas, mesmo que sejam as selas de presídios ou monastérios. Ademais o censo também cobre os pensionatos e cortiços (ou avenidas), que são diluídos dentro dos setores comuns, mas os seus quartos são classificados como unidades em domicílio coletivo permanente.

Existe outro tipo de microdado censitário? Sim. Na prática, o censo demográfico brasileiro constitui-se de dois grandes levantamentos complementares simultâneos que alimentam com seus resultados dois grandes bancos de microdados distintos. O de maior abrangência diz respeito aos *Resultado do Universo*, cujo formulário de quatro páginas é aplicado em 100% dos domicílios. Seus microdados são mapeáveis em setores censitários e têm em torno de

3.600 variáveis. O que se chama de *Resultado da Amostra* é fruto da aplicação de um formulário de mais extenso, com 27 páginas, numa parcela de 10% dos domicílios, cujos microdados são mapeáveis em áreas de ponderação e têm 36.000 variáveis. Se o município tiver uma população muito pequena (abaixo de 15.000 habitantes), a mostra é de 20% dos domicílios.

Como se demarca uma área de ponderação no planejamento do IBGE? É um processo muito diferente daquele que faz os setores censitários. Estas áreas em questão não são mapeadas no planejamento, mas sim depois que os dados dos formulários são totalizados no banco de dados. Toda amostra, por definição estatística, é uma parte representativa do todo e, no caso do censo, este todo deve ter pelo menos 5.000 domicílios, para que haja formulários o suficiente (500 no mínimo) para uma medição o mais precisa possível (IBGE, 2003e). Então, quando termina a transcrição dos dados no computador, o programa automaticamente junta os setores censitários vizinhos e cria áreas de ponderação, conforme as instruções dadas pelos geógrafos do Instituto. Salvador, por exemplo, tinha um total aproximado de 550.000 residências em 2000, então teria em torno de 110 áreas de ponderação, porém, na realidade são 85 porque a maioria dos formulários foi aplicada em poucas áreas da cidade, especialmente nas de população mais pobre. Assim, se a Bahia, com seus 3,2 milhões de domicílios, deveria ter 630 áreas de ponderação, tem apenas 510 no Censo Demográfico 2000. Isto também se deve ao fato de que os municípios com 15 mil ou menos habitantes têm 20% de amostra e constituem-se numa única área de ponderação.

O que são estas milhares de variáveis e para que servem? Inúmeras perguntas surgem da análise destes “dois recenseamentos”, por assim dizer. O acervo do Universo é fantástico, com suas 3.600 informações para cada um dos mais de duzentos mil setores censitários. Como adjetivar então a Amostra, com 36.000 variáveis? Por sua vez, são dezenas de milhares as áreas de ponderação. Pensando numa informação bem elementar, por exemplo, o IBGE distingue a idade das pessoas ano a ano em seu banco de dados, de 0 a 100 anos, daí, tem-se 101 variáveis. Distinguindo-se homens e mulheres, são 101 de cada, então, já são 303 variáveis, restando ainda 3.300 informações nos resultados do universo. Estas idades também são expressas em grupos de cinco anos, então, tem-se aí 20 grupos para homens, mulheres e o seu total, daí, mais 60 variáveis.

O quadro 5 tem a finalidade de sintetizar o máximo possível uma comparação entre a quantidade e qualidade das informações (variáveis) presentes nos microdados destes dois levantamentos populacionais nacionais (2000 e 2007).

**Quadro 5 – Variáveis dos microdados do Censo Demográfico 2000
(Resultado do Universo) da Contagem da População 2007**

(continua)

Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo			Contagem da População 2007		
Planilha	Variáveis	Conteúdo	Planilha	Variáveis	Conteúdo
Básico	33	Divisões territoriais às quais pertencemos sobres, dados gerais	Básico	19	Divisões territoriais às quais pertencem os setores
Domicílio	236	Infra-estrutura domiciliar: abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto, cômodos, dormitórios, banheiros	Domicílio	44	Sexo dos moradores, nº de moradores por domicílio
Morador	165	Acesso dos moradores à infra-estrutura domiciliar			
Responsável 1	222	Idade, instrução e rendimento dos responsáveis	Responsável	51	Idade e sexo dos responsáveis
Responsável 2	151	Instrução dos responsáveis de 10 a 21 anos			
Responsável 3	171	Instrução dos responsáveis de 22 ou mais anos			
Responsável 4	192	Idade, instrução e renda dos homens responsáveis			
Responsável 5	192	Idade, instrução e renda das mulheres responsáveis			
Pessoa 1	135	Parentesco e idade das pessoas	Pessoa 1	158	Parentesco e idade das pessoas
Pessoa 2	135	Parentesco e idade dos homens	Pessoa 2	200	Idade das pessoas, homens e mulheres
Pessoa 3	135	Parentesco e idade das mulheres			
Pessoa 4	213	Idade e sexo dos conjugues	Pessoa 3	204	Sexo e idade dos responsáveis, conjugues, filhos netos, pais e irmãos
Pessoa 5	145	Idade e sexo dos conjugues			
Pessoa 6	204	Idade e sexo dos filhos			
Pessoa 7	151	Idade e sexo de outros parentes	Pessoa 4	138	Sexo e idade de outros parentes e não parentes, migrantes de outros estados
Instrução 1	186	Pessoas alfabetizadas e não-alfabetizadas por idade	—	—	—
Instrução 2	213	Instrução por idade e parentesco			
Instrução 3	186	Homens alfabetizados e não-alfabetizados, por idade			
Instrução 4	149	Instrução por idade e parentesco dos homens			
Instrução 5	186	Mulheres alfabetizadas e não-alfabetizadas, por idade			
Instrução 6	149	Instrução por idade e parentesco das mulheres			

**Quadro 5 – Variáveis dos microdados do Censo Demográfico 2000
(Resultado do Universo) da Contagem da População 2007** (conclusão)

Censo Demográfico 2000 – Resultado do Universo			Contagem da População 2007		
Planilha	Variáveis	Conteúdo	Planilha	Variáveis	Conteúdo
Descrição dos setores	5	Descrição do perímetro do setor censitário	Descrição dos setores	15	Descrição do perímetro do setor censitário e identificação das localidades
Municípios instalados em 2001	11	Listagem de municípios criados em 2001	—	—	—
Compatibilização 2000-2001	20	Atualização dos dados de 2000 com os novos municípios criados em 2001	—	—	—
Mandado	20	Adequação das planilhas de acordo com mandado judicial de criação/extinção de municípios no decorrer do censo 2000	—	—	—
TOTAL	3.605	—	TOTAL	829	—

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultados do Universo – Documentação do Arquivo. 2 ed., Rio de Janeiro, 2003; IBGE. **Contagem da população 2007** – Agregado por Setor Censitário – Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro, 2008. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Este quadro foi produzido a partir da transcrição e análise da documentação dos agregados por setor censitário de 2000 e 2007. Lançando um primeiro olhar sobre esta questão, a quantidade de variáveis dos resultados do universo do censo é quatro vezes a contagem. Somando-se universo e amostra, são 39 mil informações, ou seja, o censo 2000 é 47 vezes a contagem de 2007. Daí, as diferenças entre as duas pesquisas ficam bastante visíveis.

Segundo a Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988, a contagem da população intercala-se entre dois censos decenais (e não o inverso), para complementar as estatísticas que balizam a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De acordo com a Lei Complementar nº 59, de 11/12/88, das duas contagens que o Instituto fez, a de 1996 ficou um ano defasada e a de 2007 atrasou dois anos, ignorando a maioria dos municípios de população supostamente maior que 170 mil habitantes. Preencheu-se esta lacuna de 129 municipalidades não recenseadas (IBGE, 2008a, p. 42-43), com uma projeção, admitindo-se a mesma taxa de crescimento geométrico anual de 1996 a 2000. Resta ainda uma exceção dentro da exceção: 22 municípios com mais de 170 mil moradores foram “excluídos desta exclusão” porque sua população representa uma parcela considerável do total estadual, o que supostamente comprometeria a totalização. Mas não é bem isto que se evidencia analisando os fatos, conforme a tabela 1.

**Tabela 1 – Brasil – Unidades da Federação
População contada e estimada – 2007**

Unidades da Federação (UF)	População (1.000 hab.)			População (% da UF)	
	Total	Contada	Estimada	Contada	Estimada
Rondônia	1.454	1.454	—	100,00	—
Acre	654	654	—	100,00	—
Amazonas	3.168	3.168	—	100,00	—
Roraima	394	394	—	100,00	—
Pará	7.071	4.707	2.364	66,57	33,43
Amapá	585	585	—	100,00	—
Tocantins	1.248	1.248	—	100,00	—
Maranhão	6.118	6.118	—	100,00	—
Piauí	3.030	3.030	—	100,00	—
Ceará	8.184	4.819	3.365	58,89	41,11
Rio Grande do Norte	3.014	3.014	—	100,00	—
Paraíba	3.641	3.641	—	100,00	—
Pernambuco	8.487	5.032	3.455	59,29	40,71
Alagoas	3.015	3.015	—	100,00	—
Sergipe	1.939	1.939	—	100,00	—
Bahia	14.080	9.425	4.655	66,94	33,06
Minas Gerais	19.262	12.585	6.676	65,34	34,66
Espírito Santo	3.351	1.702	1.649	50,79	49,21
Rio de Janeiro	15.406	3.289	12.118	21,35	78,65
São Paulo	39.838	13.486	26.352	33,85	66,15
Paraná	10.280	6.257	4.022	60,87	39,13
Santa Catarina	5.868	4.309	1.559	73,43	26,57
Rio Grande do Sul	10.582	6.273	4.309	59,28	40,72
Mato Grosso do Sul	2.265	2.265	—	100,00	—
Mato Grosso	2.854	2.854	—	100,00	—
Goiás	5.644	3.403	2.242	60,29	39,71
Distrito Federal	2.456	—	2.456	—	100,00

Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Já a tabela 2 supõe que todos os municípios com mais de 170 mil habitantes foram estimados em 2007, esquecendo-se da exceção que o IBGE abriu. Interessante como seus percentuais de estimação seriam menores que o Rio de Janeiro e o Distrito Federal, com 80% e 100% de projeção.

**Tabela 2 – Brasil – Unidades da Federação
População contada e estimada, se todos os municípios
com mais de 170 habitantes fossem estimados – 2007**

Unidades da Federação (UF)	População (1.000 hab.)			População (% da UF)	
	Total	Contada	Estimada	Contada	Estimada
Rondônia	1.454	1.082	372	74,43	25,57
Acre	654	365	289	55,84	44,16
Amazonas	3.168	1.555	1.612	49,10	50,90
Roraima	394	146	248	37,15	62,85
Amapá	585	241	344	41,17	58,83
Tocantins	1.248	1.068	180	85,60	14,40
Maranhão	6.118	4.930	1.188	80,59	19,41
Piauí	3.030	2.252	778	74,31	25,69
Rio Grande do Norte	3.014	1.833	1.181	60,81	39,19
Paraíba	3.641	2.595	1.046	71,27	28,73
Alagoas	3.015	1.939	1.076	64,31	35,69
Sergipe	1.939	1.419	520	73,17	26,83
Mato Grosso do Sul	2.265	1.358	907	59,94	40,06
Mato Grosso	2.854	1.924	930	67,42	32,58

Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Diante disso, surgem vários questionamentos: Qual a lógica desse parâmetro de exclusão e estimação adotado pelo IBGE na Contagem da População 2007? Porque esse limite de 170 mil habitantes para a estimação? Porque não 100 mil ou 200 mil? Que critério científico foi adotado para esta exclusão/estimação? Caso o critério não tenha sido científico, qual a sua real justificativa?

Os municípios mais populosos do Brasil são, geralmente, os das capitais, cada uma com sua região metropolitana. Daí, esta contagem de 2007 desprestigiou em grande parte o Brasil mais urbanizado, o Brasil metropolitano. No entorno da Baía de Todos os Santos, na RMS, por exemplo, dois entre os seus 14 municípios – Salvador e Camaçari – tiveram sua população estimada.

Estes são problemas que o pesquisador deve ter em mente quando for usar microdados e qualquer dado demográfico do IBGE. Porém, esta modalidade de geoinformação super detalhada abre um novo leque de possibilidades dentro da pesquisa geográfica, não somente no campo da Geodemografia.

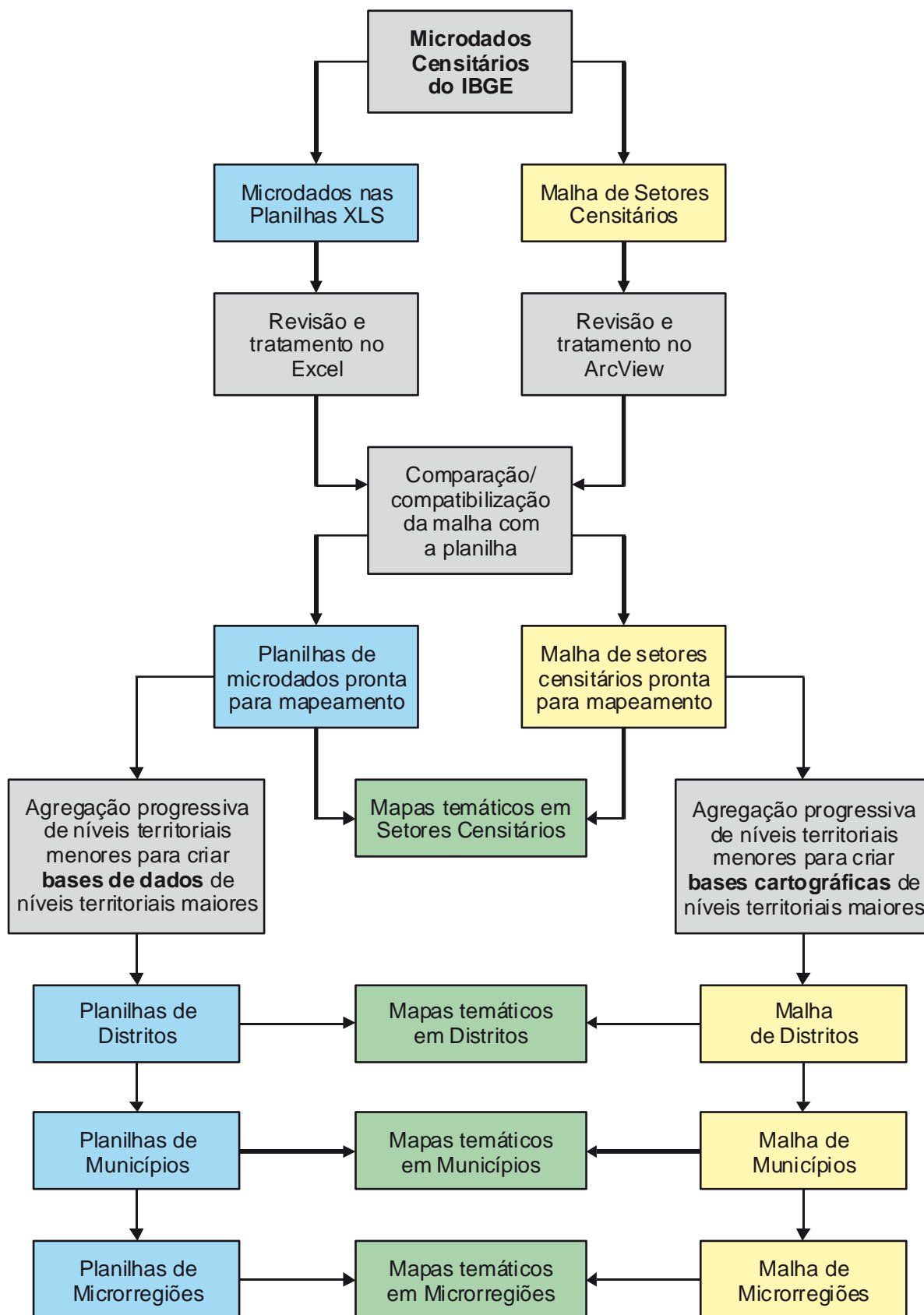
2.3 METODOLOGIA

Nas épocas que antecedem o sistema de informações geográfica, antes do advento da informática nas ciências do espaço, a produtividade daqueles que faziam mapas era muito baixa, se comparada à atualidade. Esta etapa de desenho dos produtos cartográficos e geoestatísticos ficou mais rápida, assim como aumentou sua exatidão e detalhamento escalar.

A sistematização de sua aplicação torna estas novas possibilidades tecnológicas em novas metodologias de análise geográfica. Uma delas é a análise interescalar (SILVA; SILVA; COELHO, 2008, p. 23): uma determinada área tem informações geográficas comparadas através do mapeamento temático em diferentes níveis de divisão territorial, sob diferentes classificações de dados e em diferentes momentos.

Está explícito no título desta dissertação que a análise interescalar tem base em microdados porque todo o banco de dados e as bases cartográficas foram geradas a partir do agrupamento progressivo dos setores censitários (figura 7). Isto foi imprescindível neste trabalho por conta do detalhamento temático da informação que somente os microdados permitem, com suas 3.600 variáveis. Por exemplo: taxa de analfabetismo dos menores de 18 anos filhos de responsável por domicílio que não tem rendimento mensal, para os distritos da Bahia. Pode-se ter isto para qualquer outro nível territorial desejado, sejam para microrregiões, municípios ou setores censitários.

Figura 7 – Criação das bases de dados, bases cartográficas e mapas temáticos a partir da agregação dos microdados em níveis territoriais maiores



Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Para criar uma informação customizada como a apresentada, basta proceder os seguintes passos:

- definir a variável a customizar;
- consultar e anotar quais são os códigos das variáveis necessárias na Documentação do Arquivo (IBGE, 2003a; 2008a) do Agregado por Setor Censitário;
- resgatar os valores das variáveis nas planilhas de microdados (às vezes é preciso consultar mais de uma planilha);
- calcular a variável customizada em uma planilha nova à parte;
- agregar os valores segundo o nível territorial desejado;
- confeccionar o gráfico, mapa ou tabela necessário para análise.

O caso exemplo citado só é viável com um censo demográfico pelo seu caráter abrangente, que pesquisa escolaridade e renda da população, além de trabalho, migração, antropometria, dentre outras características. Uma contagem da população, como a de 2007, praticamente só fornece dados de sexo e idade da população residente, mais a sua relação de parentesco com o responsável pelo domicílio. Mesmo assim, é possível saber quantos dependentes menores de 10 anos vivem com um responsável acima de 75 anos de idade para qualquer município, distrito ou setor censitário da Bahia, por exemplo.

Para que haja comparação entre os dados de épocas diferentes, é preciso que a divisão geográfica seja a mesma, pois, as divisões político-administrativas alteram-se com o passar do tempo. Entre 2000 e 2007 o governo estadual criou dois municípios a partir de dois distritos (Barrocas e Luís Eduardo Magalhães), que fez o Estado passar de 415 para 417 divisões neste nível administrativo. Como não houve mudança no traçado das fronteiras destas novas divisões, considerou-se 417 municípios nos dois momentos para facilitar a comparação dos dados populacionais.

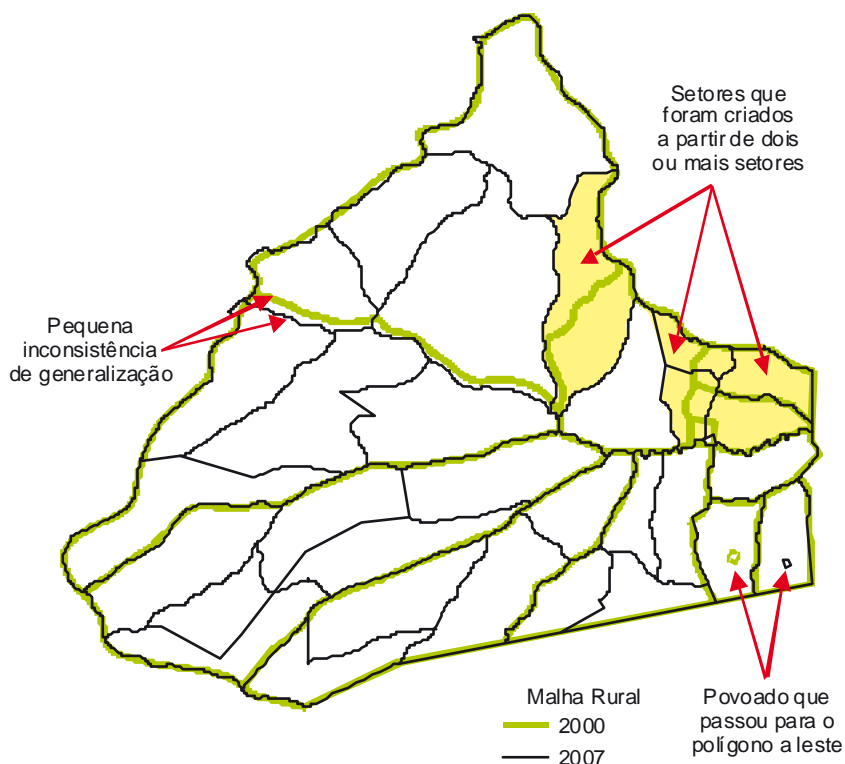
Já os distritos são subdivisões do município, cuja criação é regulamentada por legislação das prefeituras. No ano 2000 a Bahia contava 812 distritos, mudando muito pouco até 2007, aumentando para 830, criando 20 e extinguindo duas.

Na compatibilização da divisão distrital de 2000 com 2007, aplicou-se uma técnica muito usada pelo IBGE em seus estudos municipais de escala nacional que envolvem séries históricas de décadas. Entre as décadas de 1940 e 1980 houve uma série de publicações de cadastro geográfico intitulado *Divisão Territorial Brasileira (DTB)*, que após um hiato de 20 anos, voltaram a ser publicadas sob a forma de planilhas de Excel, logo após o Censo Demo-

gráfico 2000. Para compatibilizar as mudanças da divisão política do Brasil em nível municipal, que eram visíveis entre uma DTB e outra, o IBGE compila outra série de publicações de cadastro territorial chamada *Áreas Mínimas de Comparação (AMC)*. Esta técnica é a harmonização da divisão municipal a partir da junção de municípios novos com os velhos, com base no processo de emancipação, para que se possa comparar dados em série histórica. Como exemplo, se Barra, na margem esquerda do Rio São Francisco, na Bahia, desmembrou Buritirama em 1962 e Muquém em 1989, qualquer estudo regional que englobe sua área entre as décadas de 1960 a 1990, necessariamente terá que considerar este trio como um bloco único por todo o período.

Esta técnica de AMC foi assimilada e adaptada para o presente trabalho no que diz respeito aos distritos e setores censitários, para viabilizar a análise interescalar. Porém, havia inconcomitâncias entre as malhas rurais de 2000 e 2007, que não casavam perfeitamente seus contornos, conforme ilustrado na figura 8 – exemplificando o caso do município de Formosa do Rio Preto, não somente o maior da Bahia, como de todo o Nordeste.

**Figura 8 – Município de Formosa do Rio Preto
Inconsistências das malhas de setor censitário de 2000 e 2007**



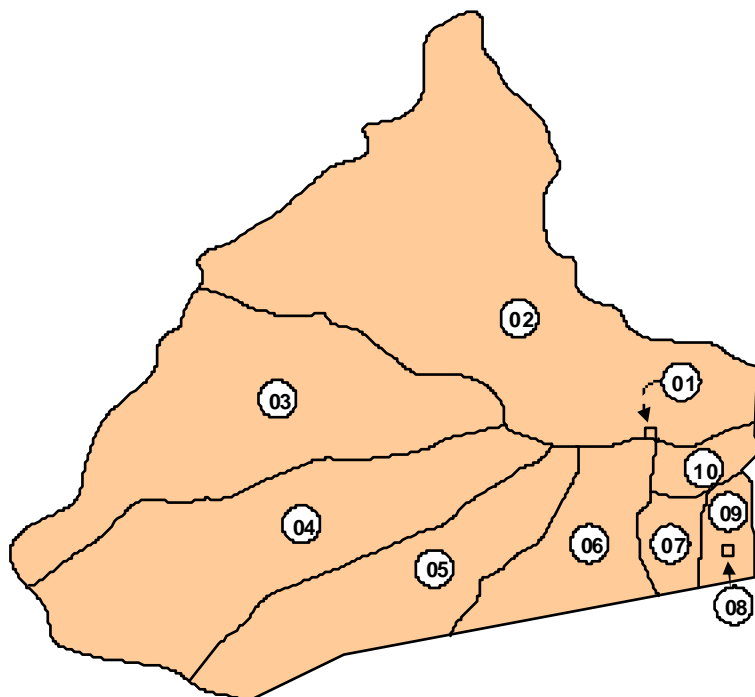
Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

As duas malhas em questão (setores censitários de 2000 e de 2007) não casam perfeitamente porque, com o tempo, a população dos lugares muda – aumentando muito, a exemplo do Oeste Baiano, onde avançou a ocupação alavancada pelo agronegócio da oleicultura (SILVA; SILVA, 2004b, p. 166). Desta forma, os antigos e imensos setores rurais próximos a Barreiras foram fracionados em inúmeros setores novos. No confronto das duas malhas, é notável o ganho de qualidade em 2007, reflexo do emprego mais intensivo de imagens de satélite atuais e medições com GPS em campo para fundamentar melhor os Mapas Municipais Estatísticos (IBGE, set. 2009, p. 10). Porém, mesmo considerando as inúmeras discordâncias entre as malhas, é viável sua comparação, pois, ambas são desenhadas na mesma escala e a malha mais recente é, essencialmente, uma atualização da malha anterior.

O esquema da figura 9 ilustra como as malhas rurais de 2000 e 2007 foram copiladas numa malha única, especialmente para compor a base cartográfica do estudo das dinâmicas populacionais. Esta figura foi desenvolvida a partir da anterior. Para se delimitar uma AMC, observa-se as duas malhas sobrepostas em ambiente SIG, buscando em cada município, com zoom compatível à escala 1:1.000.000, o encaixe entre os limites dos polígonos. As áreas de limite coincidente são selecionadas e rotuladas com um código de AMC nas tabelas de atributos de cada uma das duas malhas. Por fim, no ArcView, a Malha de Setor Censitário 2007 é dissolvida pelo código de AMC e assim se faz a malha que futuramente será usada para criar os mapas de dinâmica populacional em microdados. Importante enfatizar agora que esta malha de AMC de setores censitários não foi novamente agregada em distritos e municípios para nenhuma finalidade, servindo única e exclusivamente para os microdados. Houve sim o agrupamento de microdados de 2000 para fazer os dados dos distritos de 2000 e daí os municípios de 2000, procedendo-se do mesmo jeito para 2007.

Se no ano 2000 a Bahia tinha uma malha rural com 7.200 polígonos, em 2007 esse número pulou para 9.500, ou seja, 32% mais dividida, mais complexa. Com Formosa do Rio Preto, ocorreu o seguinte: em 2000, seus 22 setores censitários foram desigualmente agrupados em 13 polígonos na malha rural, pois, juntos, os 10 setores urbanos da cidade tornaram-se um único polígono; em 2007, o município dobrou o número de setores censitários (44) e quase triplica os polígonos da malha (35). Na AMC desenhada na figura 9, Formosa do Rio Preto tem apenas 10 polígonos, o que viabiliza (i) a representação dos dados no mapa, porque reduz o número de divisões dos microdados, e (ii) permite a comparação dos microdados de 2000 e 2007.

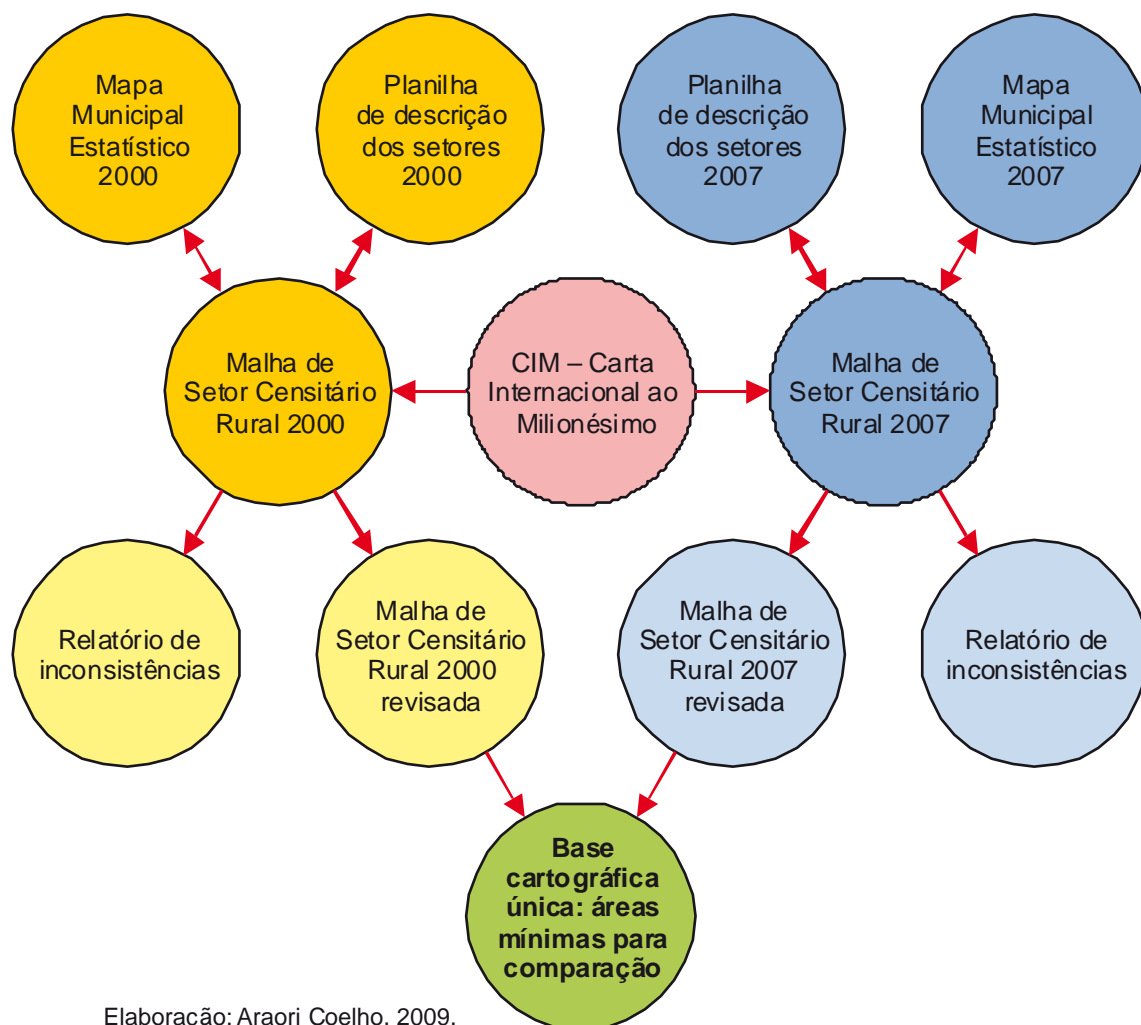
Figura 9 – Município de Formosa do Rio Preto
Áreas Mínimas de Comparação das malhas de setor censitário de 2000 e 2007



Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

O fluxograma da figura 10 resume o processo de criação da base cartográfica única, que iniciou-se com a correção das malhas rurais de 2000 e 2007, a partir da comparação a respectiva documentação de cadastro territorial (planilha de descrição de setores e os MME) e às planilhas de variáveis dos microdados. Quem deve garantir a qualidade deste produto geoinformacional é o seu produtor, o IBGE. Também houve a consulta frequente á CIM, que é um documento do mapeamento sistemático, bastante atualizado, na escala 1:1.000.000 (as malhas estão em 1:2.500.000). A revisão dos dois *shapes* revelou uma série de inconsistências em relação às documentações de cadastro, que foram devidamente reportadas em relatório sob a forma de tabela, com a descrição do problema, mais e localização e a correção adotada. A revisão feita neste trabalho de pesquisa foi apenas para viabilizar a junção dos microdados nas malhas, nada aprofundado ou detalhado demais que um geógrafo sozinho não possa realizar em um mês.

Figura 10 – Construção da base cartográfica única

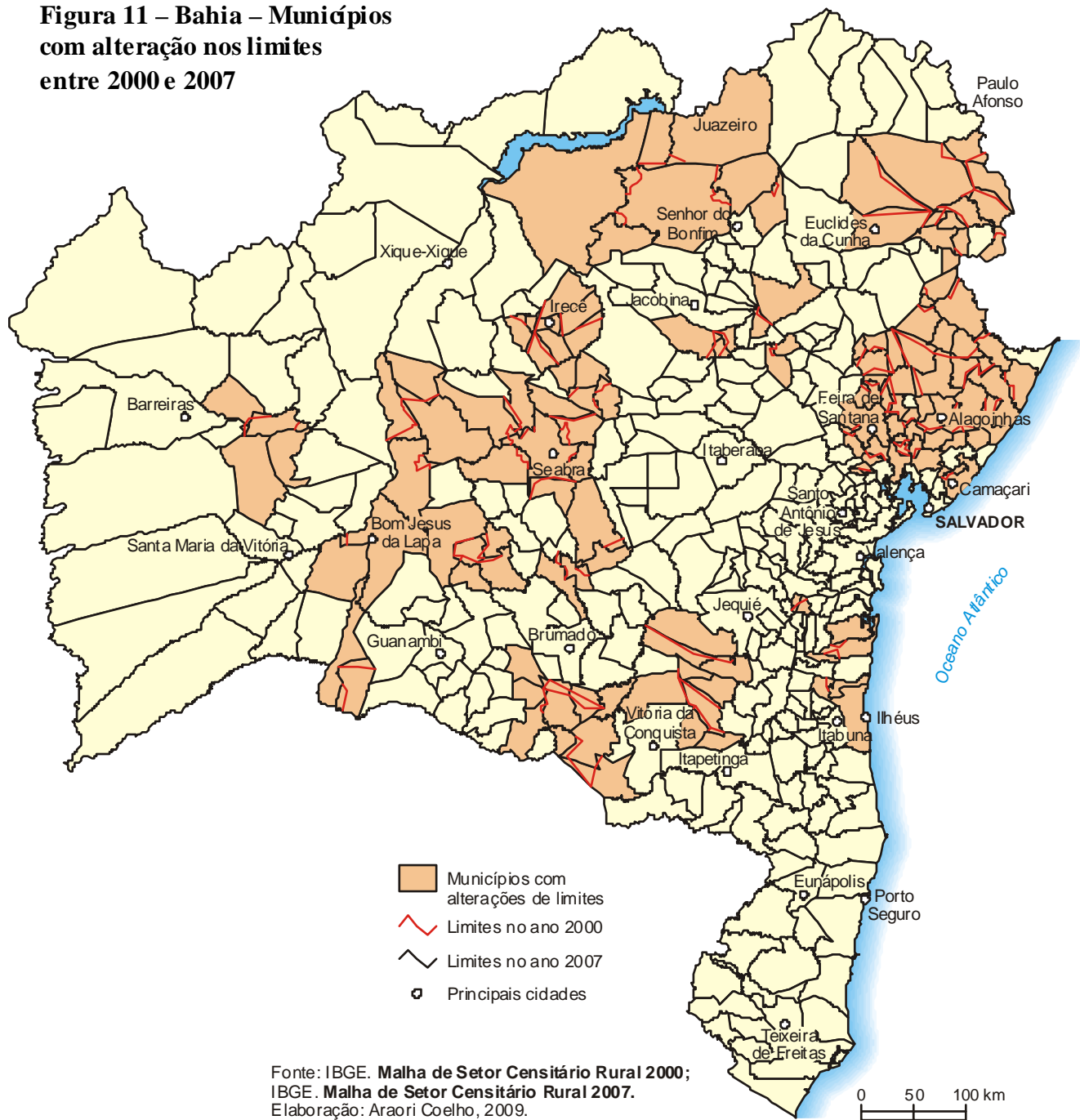


Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Tomando como base as malhas revisadas, procedeu-se o agrupamento progressivo de setores censitários em níveis territoriais maiores, como explicado na figura 7, página 58. Esta metodologia só foi viável com o casamento da base de dados com a base cartográfica, tanto para 2000 quanto para 2007. Para quaisquer trabalhos envolvendo microdados censitários, recomenda-se proceder com a revisão aqui ilustrada.

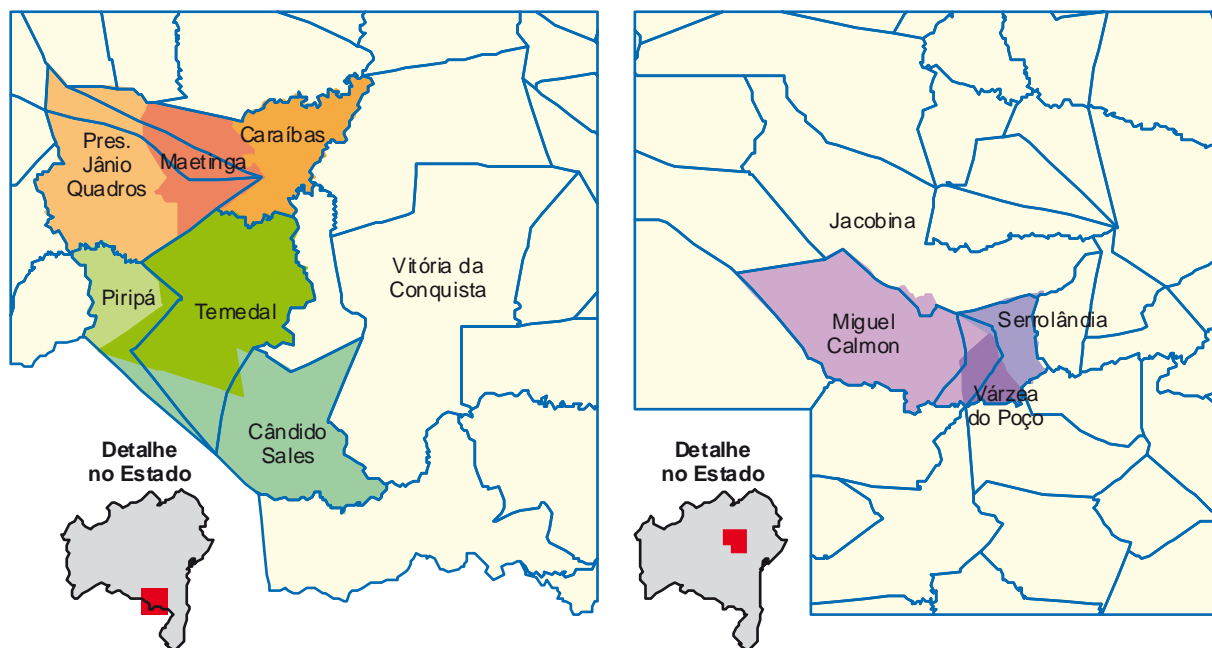
Não somente o crescimento populacional causa alterações nas malhas de um censo para outro. As mudanças de limites municipais também forçam um novo desenho do mapeamento estatístico dos levantamentos populacionais brasileiros. Na Bahia, os limites de 2000 e de 2007 são discordantes para 141 municípios, conforme mostra a figura 11. Isto é reflexo não só da modificação da legislação por parte do governo estadual, como a melhoria das bases cartográficas empregadas no seu mapeamento.

Figura 11 – Bahia – Municípios com alteração nos limites entre 2000 e 2007



Juntos, os municípios baianos com alterações de limite abrangem uma área muito significativa, de 159.295 km². Está em questão um recorte muito grande da Bahia com prejuízo na comparação não só dos seus microdados, como dos outros níveis da divisão estatística e político-administrativa do Estado. Em alguns lugares este problema é mais expressivo, como é o caso dos três trios de municípios selecionados como exemplo na figura 12.

Figura 12 – Bahia – Casos de mudança mais acentuada nos limites municipais – 2000-2007



Fonte: IBGE. Malha de Setor Censitário 2000; IBGE. Malha de Setor Censitário 2007. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

- **Maetinga, Presidente Jânio Quadros e Caraíbas** – Próximo a Vitória da Conquista, estes três municípios, marcados de tons de laranja na figura 12, cujo formato latitudinal foi totalmente redesenhado pelo Estado para as formas de paralelogramo e triângulo, o que mudou completamente os setores de recenseamento destas unidades. Na ilustração que se segue, o azul demarca a situação dos limites municipais em 2000 e as cores abrangem os novos limites de 2007.
- **Tremedal, Cândido Sales e Piripá** – Também nas proximidades de Vitória da Conquista, imediatamente ao sul de Maetinga, estes três municípios (marcados em tons de verde na figura acima) mudaram bastante o formato de seus limites, principalmente as linhas retas que ligam pontos abstratos sem referência concreta reconhecível na paisagem.
- **Miguel Calmon, Serrolândia e Várzea do Poço** – Colorido em tons de roxo na figura acima. Ao sul de Jacobina, Várzea do Poço modificou-se totalmente entre os dois últimos levantamentos populacionais do IBGE e isto contagiou o vinho do leste e do oeste. Lembrando que se a malha rural modificou-se é por causa do MME

que lhe deu origem e, antes disso, foi usado em campo pelo agente censitário na coleta de informação. Segundo a medição direta na malha rural e nas planilhas de resultados da Contagem da População 2007, três povoados passaram de Serrolândia para Várzea do Poço que, por sua vez, perdeu um povoado para Miguel Calmon.

Na imensidão que é o nosso Estado, ocorrem situações semelhantes, tal como Seabra, no centro geográfico da Bahia, onde o redesenho de suas fronteiras balançou sete de dez vizinhos imediatos, mas, a área do município e o seu formato não foram drasticamente refeitos. Campo Formoso, recuou consideravelmente de 7.200 km² para 6.800 km² nos sete anos estudados, aumentando Juazeiro, Sobradinho, Seabra, Umburanas e Jaguarari, cinco municípios grandes. Mas, estas áreas semi-áridas que passaram a estas cinco prefeituras vizinhas são praticamente desabitadas, justamente por isto não houve impacto significativo em nenhuma das seis unidades envolvidas.

Em casos como os ilustrados acima (de Maetinga, Tremedal e Várzea do Poço, por exemplo) há sérios prejuízos na comparação de dados demográficos municipais e sobremaneira nos microdados. Mas, como fica a representação da série histórica de informações? Simples: os setores censitários que passam de um município para o outro devem ser agregados em uma mesma AMC de microdados, pois, sua unidade territorial fundamental é o setor censitário, jamais o município. Pela própria metodologia de AMC do IBGE, os municípios com sérias alterações de fronteiras são aglomerados em uma mesma unidade, ainda que não haja cisão ou fusão municipal entre eles.

Os microdados compreendem não somente as planilhas de informações de setor censitário, como também a base cartográfica de levantamento de dados em campo e os *shapes* para mapeamento dos resultados do censo, pois, não existe informação geográfica sem localização. Muitos são os defeitos desta modalidade super detalhada de dados populacionais, mas ela oferece inúmeras possibilidades de compreensão da organização do espaço geográfico. No capítulo que se segue há exploração destas possibilidades que os microdados possibilitam em busca de respostas para as questões desta pesquisa.

3. ANÁLISE GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO BAIANA

O espaço geográfico é a estrutura construída pela relação entre homem e natureza, é mais uma parte que compõe o todo que é o nosso mundo. O espaço é reflexo do conflito entre o velho e o novo, da dominação dos ricos sobre os pobres, da sucessão do antigo pelo recente, ou mesmo da subversão e inversão de tudo isso, pois, o espaço tem sua dinâmica de mudanças constantes, por mais inerte que pareça aos observadores menos atentos.

Assim é a Bahia, única entre seus estados irmãos, formando a família que chamamos Brasil. Uma família de membros muito diferentes, tão numerosa quanto nova, mas que preserva sua unidade histórica, cultural, política e econômica. Uma família que, em verdade, é uma federação que outrora era um império do Novo Mundo, a reunião das antigas colônias portuguesas na América, diferentemente das colônias de Espanha, que formaram dezenas de repúblicas independentes, apesar de sua unidade cultural, linguística e igualdade econômica.

Passado, presente e futuro são momentos que se sequenciam e se chocam ao longo tempo formando o que chamamos de história. A inicial maiúscula confere a este nome outro significado, mais amplo, sendo o nome da ciência que estuda este tempo percebido e medido pelos homens. Lugarejo, lugar, paisagem e região estão contidas uma sobre a outra, naquilo que se denomina espaço geográfico, no qual a configuração e relação entre os elementos que lhe compõe chamamos geografia. Mais uma vez, a inicial maiúscula confere um significado mais amplo a esta palavra, dando-lhe a acepção de ciência, aquela que estuda o espaço, seus elementos constituintes e sua inter-relação.

Para se compreender um espaço, no caso a Bahia, é preciso saber do espaço maior que o contém – o Brasil – e também daqueles espaços menores contidos em si – microrregiões, municípios, distritos e setores censitários. É preciso também analisar, com equilíbrio, a Bahia sendo parte e a Bahia sendo todo. Mas, isto não impede enfatizar um ponto de observação – o de microdados, tal como se propõe esta pesquisa – evidenciando suas características peculiares, explorando seu potencial de análise, obviamente, no seu contexto Geográfico.

Aqui se propõe uma análise interescalar da Geografia da População baiana, situando-a no contexto do Brasil e analisar o Estado segundo diferentes níveis de divisão territorial, tudo isso segundo dados oficiais do Censo Demográfico 2000 e da Contagem da População 2007.

3.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA BAHIA

O embrião do espaço baiano atual nasce no Recôncavo da Baía de Todos os Santos do século XVII, segundo Milton Santos, em seu livro *A urbanização brasileira* (5. ed., 2005, p. 19), onde se articula a primeira rede urbana no Brasil, ao mesmo tempo da Zona da Mata pernambucana, cujas cidades, capitaneadas por Salvador, eram o apoio logístico, centro político e proteção militar da cultura comercial do açúcar para exportação, constituindo a estratégia de colonização portuguesa na América.

Salvador é a primeira cidade européia nas Américas, capital do maior empreendimento das conquistas de ultramar lusitanas. A então capital do Brasil era uma acrópole mais conhecida como “Cidade da Baía” do que como “Cidade do São Salvador”. Construída estrategicamente para aproveitar a proteção natural sobre o *horst* cercado pelo pequeno “Mar Mediterrâneo” que deu nome à capitania e à capital que, além disso, se localizava no centro do litoral colonial. Era o centro econômico, político e populacional brasileiro, pois, durante alguns séculos era o único portão de entrada e saída de fluxos entre colônia e metrópole.

Salvador exerceu a primazia no Brasil durante quase três séculos consecutivos, fazendo o monopólio do poder político colonial, era o pólo logístico e de comércio exterior, além de ser o maior ponto de partida da ocupação econômica do grandioso e distante interior continental neste período histórico. Se a cana favoreceu o povoamento da costa, foi por causa do gado bovino que começou a penetração da ocupação para o que se denominava de Sertão. Depois foi a vez da mineração alavancar a interiorização e fixação dos colonos no grande território lusitano na América.

Na Bahia, até o início do século XX ainda predomina a ocupação mais intensa de uma faixa costeira descontínua, com no máximo uma centena de quilômetros, que se firmava na produção voltada para exportação de *agrocommodities* tropicais sem valor agregado, com uso intensivo de mão-de-obra braçal escrava ou sub-remunerada e sem capacitação.

Delgado de Carvalho (1958), grande geógrafo e historiador, nos primeiros capítulos da *Enciclopédia Brasileira de Municípios*, publicada entre as décadas de 1950 e 1960 pelo IBGE, analisa com bastante propriedade a dinâmica microrregional de ocupação da faixa subcosteira do leste do país. A fronteira agrícola avança para oeste incorporando novas áreas aos circuitos produtivos regionais, criando zonas de prosperidade econômica, intercalando outras zonas decadentes onde a fronteira outrora havia passado.

Nesta época ocorre o auge da transição demográfica brasileira, que já tinha se iniciado no pós-guerra, persistindo até a década de 1970. É nessa época que as taxas de natalidade

superam o patamar de 3% ao ano, acompanhado pela regressão da taxa de mortalidade decorrente de uma série de fatores, dentre eles a melhoria no saneamento urbano, à maior abrangência e eficiência das campanhas de saúde pública e à popularização de muitos avanços da medicina. O Brasil passa por boas décadas de verdadeira explosão demográfica.

É na década de 1960 que ocorre o *boom* na criação de novos municípios na Bahia e de tantos outros estados, impulsionado pela proliferação de pequenos centros urbanos de apoio ao novo empreendimento de expansão da atividade agrária. A par e passo, acontece também a rápida expansão da rede logística rodoviária nacional, suplantando a rede ferroviária, interligando as metrópoles industriais do Centro-Sul e a nova capital nacional aos confins rurais mais distantes do Brasil, incluindo o sertão semi-árido, especialmente a Região Nordeste e o Estado de Minas Gerais, os lugares mais castigados pela intermitência hídrica das secas. É aí onde a população camponesa subsiste em situação de miséria extrema, mais vulnerável às adversidades climáticas que os mandacarus, como dito anteriormente. Com a possibilidade, ou melhor, com a oportunidade de evadir-se do meio quase sempre hostil, as famílias pegam a estrada e começam o esvaziamento do Sertão a partir dessa segunda metade do século XX.

A desruralização do interior brasileiro é o combustível que alimenta a urbanização e suburbanização no Sudeste (SANTOS, 2005), inchando as periferias metropolitanas. O bolsão de pobreza que se estendia por milhões de quilômetros quadrados agora está compactado no entorno das duas grandes capitais econômicas nacionais.

Logo mais tarde, a industrialização também se instala nas capitais regionais, tais como Salvador, Recife e Fortaleza, dentre outras, as quais prosperam rapidamente e atraem parte deste fluxo do êxodo rural que dirigia-se quase que exclusivamente para São Paulo e Rio de Janeiro. É nesta época que se acentua a macrocefalia urbana nos estados fora do Sudeste, pois, eles ganham metrópoles de população superior a um milhão de habitantes sem desenvolver uma rede de cidades intermediárias – consequência dos séculos consecutivos de economia exclusivamente agroexportadora.

3.2 A BAHIA ENQUANTO PARTE DO SISTEMA DEMOGRÁFICO BRASILEIRO

A Bahia é parte do Brasil, o qual é um país de desigualdade regional muito intensa, sob os mais diversos aspectos (SILVA *et al.*, 2004, p. 4). Nesse contexto, o Estado compõe 6,63% do território nacional, o que é muito próximo dos 6,89% de Minas Gerais e dos 6,77% da Região Sul. Porém, cada uma destas grandes áreas tem características fisiográficas particu-

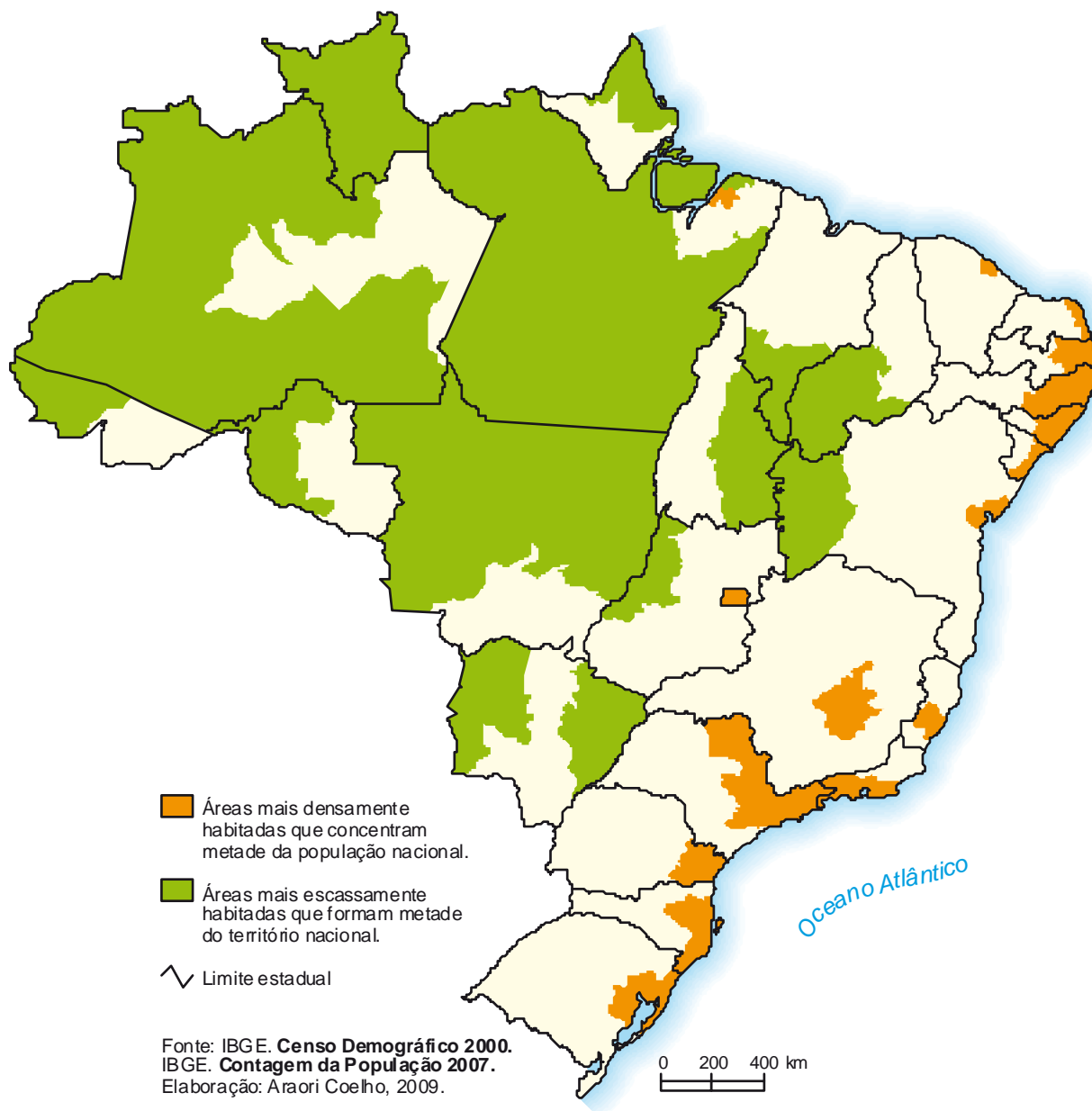
lares, sofrendo processos históricos distintos de ocupação, resultantes de sucessivas ações geopolíticas e geoeconômicas ao longo dos séculos, que privilegiam alguns lugares em detrimento de outros. Diante disso, a Bahia abriga 7,70% da população nacional, contra 10,54% de Minas Gerais e 14,79% do Sul, para o ano 2000, sendo que, em 2007, isso quase nada se alterou.

Pode parecer que no quesito da distribuição da população, a Bahia fique desprivilegiada no cenário nacional. Mas, outras partes do país encontram-se com menos habitantes do que deveriam ter se houvesse isonomia na proporção entre território e população. Os estados do Maranhão e do Piauí, que juntos formavam a Região do Meio Norte, nas regionalizações pretéritas do IBGE, têm superfície de 6,85% do Brasil, percentual muito próximo da Bahia. Porém, estes dois estados nordestinos têm 5,01% dos moradores do país, ou seja, metade de Minas Gerais e um terço do Sul.

Expressar a desigualdade da distribuição da população brasileira em um único mapa é um desafio para qualquer estudioso da Geografia. É preciso comunicar em uma única figura que a maioria dos brasileiros estão concentrados no litoral, ao mesmo tempo que grande parte de seu território é escassamente povoado. Pensado nisso, fez-se a soma da população das mesorregiões mais densamente habitadas até que se conseguisse 50% dos moradores do país – aí tem-se a faixa mais habitada. Depois, juntou-se a superfície das mesorregiões de menor densidade demográfica, por sua vez, até abarcar-se 50% do território nacional – aí tem-se a zona menos habitada. Estas duas classes foram marcadas em um mesmo mapa de mesorregiões, apenas com os limites estaduais por cima, para facilitar a localização das duas estruturas nacionais (figura 13).

Analisando esta distribuição do povoamento na escala geográfica das 137 mesorregiões, percebe-se que a parte dos 50% menos habitada do território brasileiro tem entre 4% e 5% da população nacional no período estudado. Em oposição, a área mais densa, que possui 50% da população nacional, ocupa apenas 4% da superfície do país. O que se tem com isto é uma incrível oposição simétrica de valores. Nestes sete anos, a área menos povoada aumentou sensivelmente sua população de 7,9 para 9,0 milhões. Na área mais densamente habitada, seus 83 milhões de pessoas passaram para 91 milhões, aumentando sua densidade média de 251 hab./km² para 275 hab./km².

Figura 13 – Brasil – Mesorregiões
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000 e 2007



Percebe-se na figura acima que a população brasileira se adensa em uma faixa costeira estreita e descontínua, com poucos vetores de interiorização, o que evidencia o quanto a população é um fenômeno discreto. Por outro lado, as áreas mais escassamente povoadas formam quatro blocos: (i) a Amazônia, praticamente, que abarca quase toda a Região Norte, mais o imenso norte mato-grossense e o noroeste goiano; (ii) o cerrado do leste tocantinense, oeste baiano, sudoeste piauiense e o sul maranhense, numa área de 434 mil km² que passou de 1,6 para 1,8 milhão de habitantes em sete anos, mas oscila em torno de 3,5 e 4,0 hab./km²; (iii) parte sul do Pantanal mato-grossense, que é o mega município de Corumbá mais alguns

vizinhos menores, numa área de 110 mil km², do tamanho da soma dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, porém, com uma população 30 vezes menor e 42% concentrada na cidade supracitada; (iv) o leste sul mato-grossense, com uma superfície equivalente a Pernambuco, mas que abriga somente 350 mil pessoas, ou seja, é 24 vezes menor que os 8,5 milhões de pernambucanos. Neste contexto nacional, apenas Bahia e Pará possuem as duas classes (verde e abóbora), mostrando o quanto é desigual o povoamento destes estados, a ponto disso aparecer em escala nacional, mesmo com uma classificação tão simplificada.

Fazendo um painel da Geografia da População brasileira para este início de século, torna-se proeminente mencionar que sua conformação regional começa a se delinear da forma como a conhecemos hoje a, pelo menos, 40 anos. É quando os processos de reconfiguração macrorregional que a população vivencia atualmente se consolidam hegemônicos na ordenação do território nacional. Na década de 1970 ocorre a institucionalização das regiões metropolitanas industrializadas, milionárias, cuja explosão demográfica foi alimentada pela migração rural, ou melhor dizendo, pela desruralização de grandes áreas do imenso interior agrário. Nesta época também se consolida o movimento de colonização da Amazônia, que ainda acontece na atualidade, mais forte do que nunca.

Hoje, vivemos num Brasil urbano, industrializado, exportador de máquinas, aço e *agrocommodities*, um país em franca expansão das redes tecnológicas, engajado em blocos econômicos continentais.

No quadro da desigualdade regional brasileira, de hierarquia de pequenas áreas centrais envoltas em uma imensa periferia estagnada, inerte, temos o povo, a população brasileira, uma sociedade urbanizada, ou melhor, suburbanizada por conta das grandes periferias metropolitanas e das localidades muito pequenas rotuladas de urbanas, pelo simples fato de sediarem uma administração municipal. Atualmente, o Estado mais rural é a Bahia (tabela 3) por abrigar o maior contingente demográfico residente no campo. Para o ano de 2007, devido uma limitação técnica da contagem da população, não é possível medir o grau de urbanização de metade dos estados, mas pode-se fazer isto com relativa atualidade para o ano 2000, quando houve o censo demográfico mais completo já feito nesta terra.

A Bahia mais Sergipe é, por assim dizer, o Nordeste meridional, pelas características geográficas que o distingue de maneira oposta ao Nordeste setentrional, formado por Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Juntos, estes estados formam uma das áreas mais densamente habitadas do Brasil, sendo uma faixa costeira com centro geométrico na região metropolitana de Recife, que alinha outras duas a 250 km ao norte e uma a 200 km ao sul, todas três capital de estado com mais de um milhão de moradores. Sem contar que há

outras cidades médias no interior agreste que articulam cidades menores numa das redes urbanas mais desenvolvidas do Brasil. A Bahia e seu pequeno vizinho têm apenas Salvador como região metropolitana – menos populosa que Recife e Fortaleza –, mais duas cidade em torno de 500 mil habitantes. Fora isso, há uma meia dúzia de cidades entre 100 mil e 300 mil pessoas, distantes entre si, fracamente conectadas e mal articuladas em meio a um imenso interior tropical semi-árido.

**Tabela 3 – Brasil – Regiões
Unidades da Federação – Taxa de urbanização – 2000**

Unidades territoriais	População (1.000 hab.)			Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
Brasil	169.799	137.954	31.845	81,25
Norte	12.901	9.014	3.886	69,87
Rondônia	1.380	885	495	64,11
Acre	558	370	187	66,41
Amazonas	2.813	2.107	705	74,92
Roraima	324	247	77	76,15
Pará	6.192	4.121	2.072	66,55
Amapá	477	425	52	89,03
Tocantins	1.157	860	297	74,32
Nordeste	47.742	32.975	14.766	69,07
Maranhão	5.651	3.364	2.287	59,53
Piauí	2.843	1.789	1.055	62,91
Ceará	7.431	5.315	2.115	71,53
Rio Grande do Norte	2.777	2.037	740	73,35
Paraíba	3.444	2.447	997	71,06
Pernambuco	7.918	6.058	1.860	76,51
Alagoas	2.823	1.920	903	68,01
Sergipe	1.784	1.273	511	71,35
Bahia	13.070	8.772	4.298	67,12
Sudeste	72.412	65.549	6.863	90,52
Minas Gerais	17.891	14.672	3.220	82,00
Espírito Santo	3.097	2.463	634	79,52
Rio de Janeiro	14.391	13.821	570	96,04
São Paulo	37.032	34.593	2.440	93,41
Sul	25.108	20.322	4.786	80,94
Paraná	9.563	7.786	1.777	81,41
Santa Catarina	5.356	4.218	1.138	78,75
Rio Grande do Sul	10.188	8.318	1.870	81,65
Centro-Oeste	11.637	10.093	1.544	86,73
Mato Grosso do Sul	2.078	1.747	331	84,08
Mato Grosso	2.504	1.988	517	79,37
Goiás	5.003	4.397	607	87,88
Distrito Federal	2.051	1.961	90	95,63

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Norte e Nordeste, mesmo com realidades completamente distintas, são as regiões brasileiras de maior percentual de população rural – aproximadamente 30%. Por outro lado, a urbanização brasileira foi um tanto forçada na década de 1990, com a criação de mil novos municípios, dos quais 88% tinham cidades muito pequenas, com menos de 5.000 habitantes, que seriam melhor classificadas como vilas. Delas, no ano 2000, 267 tinham menos de 1.000 moradores, seriam mesmo povoados. Qualquer que seja o critério adotado, a maioria absoluta destas novas municipalidades é rural. Dois terços delas têm menos de 50% de urbanização. Interessante como esta situação está distante da realidade nacional, onde 38% dos municípios (incluindo os novos) têm a maioria de sua população vivendo no campo, fora que 48% das cidades são menores que 5.000 habitantes. Em 2007, com base nos microdados da contagem da população, o Brasil aumentou de 267 para 303 cidades com menos de mil moradores, mas, as cidades com menos de cinco mil caíram um pouco para 47%, ao invés de 48% em 2000. Talvez sete anos seja um intervalo insuficiente para medir alterações na urbanização brasileira.

Impossível quantificar a taxa de urbanização dos lugares não contados em 2007. Mas, os municípios com mais de 170 mil habitantes que tiveram sua população estimada neste ano, sem sombra de dúvida, são extremamente urbanizados. Daí, para se fazer uma comparação da urbanização nestes sete anos, é preciso excluir os municípios que não foram contados em 2007 da base de cálculo de 2000.

Na tabela 4 estão apenas os doze estados com estimativa e contagem em 2007. O Distrito Federal não figura aqui porque nele houve apenas a estimativa. O que se pretende neste instrumento de visualização de dados numéricos é medir o quanto a exclusão dos municípios mais populosos – que também são os mais urbanizados – num levantamento populacional pode influenciar a medição da urbanização dos estados.

As taxas de urbanização estadual de 2000, desconsiderando-se os municípios não contados em 2007, são sempre mais baixas, variando 6,31 pontos percentuais em Goiás (de 87,88% para 81,57%) até 17,39% no Ceará (de 71,53% para 54,14%), que ficou mais rural que a Bahia (com 55,12%). Já em 2007, percebe-se uma ligeira acentuação da urbanização em todos os estados, onde as taxas aumentaram entre 2 e 4 pontos percentuais, é claro que, desconsiderando-se os municípios estimados em 2007, cujo maior peso demográfico fica por conta dos que fazem parte das regiões metropolitanas. Na Bahia, por exemplo, dos sete que tiveram população estimada, Salvador abriga 2,9 dos 4,7 milhões de habitantes estimados, ou seja, responde sozinha por quase dois terços da população projetada.

Tabela 4 – Brasil – Unidades da Federação – Taxa de urbanização, excluindo os municípios não contados em 2007

Estados	Taxa de urbanização (%)		
	Média estadual em 2000	Excluindo os municípios não contados em 2007	
		2000	2007
Bahia	67,12	55,12	58,91
Ceará	71,53	54,14	57,26
Espírito Santo	79,52	63,35	67,86
Goiás	87,88	81,57	84,33
Minas Gerais	82,00	73,90	77,14
Pará	66,55	52,23	56,77
Paraná	81,41	71,95	75,31
Pernambuco	76,51	63,60	68,03
Rio de Janeiro	96,04	84,35	89,35
Rio Grande do Sul	81,65	72,20	74,78
Santa Catarina	78,75	73,00	77,63
São Paulo	93,41	87,60	89,95

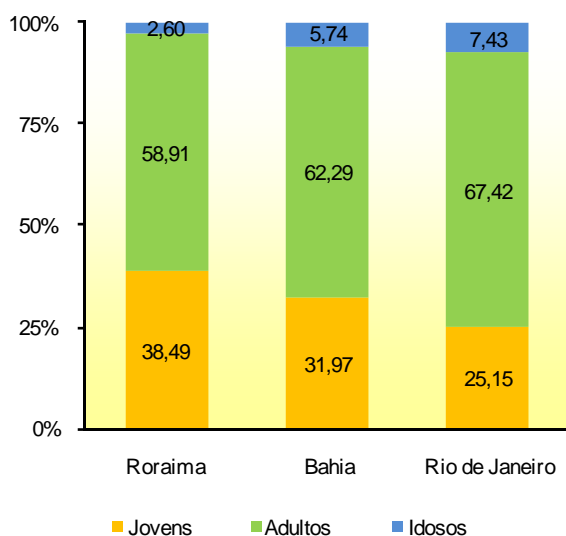
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Na verdade, conforme já dito anteriormente, a Contagem da População 2007 tem algumas limitações e exceções que dificultam a sua comparação com os levantamentos demográficos nacionais anteriores. Trata-se na verdade de um levantamento rural, pois, foi feita em paralelo ao Censo Agropecuário 2006 e desconsiderou as cidades maiores.

Censo após censo a Bahia revela-se uma miniatura do Brasil (SILVA *et al.*, 2004, p. 4), sob os mais variados aspectos, reproduzindo processos e estruturas nacionais em menor escala. Um claro exemplo disso é sua população, concentrada no leste, numa estreita e descontínua faixa litorânea, com um imenso interior continental relativamente pouco habitado, pontuado por centros microrregionais de tamanho médio (no caso, em torno de 50 mil habitantes), afastados entre si e mal conectados, a exemplo de Bom Jesus da Lapa, Brumado, Irecê e tantos outros. Porém, quando as atenções se voltam para os aspectos sociais da população baiana (escolaridade e renda), percebe-se que o estágio de desenvolvimento social do estado está muito aquém do padrão nacional. Não se pode esquecer que o Brasil é um país de terceiro mundo, daí já se começa a perceber a gravidade do subdesenvolvimento baiano.

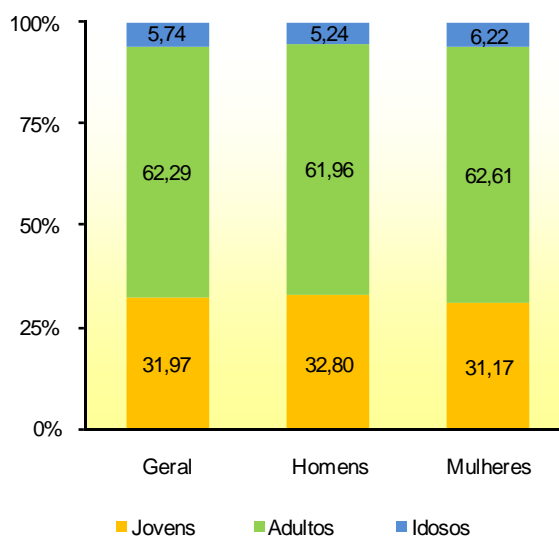
O gráfico da figura 14 situa o Estado no contexto nacional, no que diz respeito à estrutura etária em três grandes grupos, expressos em percentuais. Obedecendo às convenções da Geografia da População, jovens são aqueles entre 0 e 14 anos completos, adultos possuem entre 15 e 64 anos, e os idosos, que têm 65 anos ou mais.

Figura 14 – Roraima, Bahia e Rio de Janeiro – Grandes grupos etários – 2000



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Figura 15 – Bahia – Grandes grupos etários, por sexo – 2000



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Roraima é o estado mais jovem e também é o menos velho, cujo percentual de população idosa é menor que a metade da média nacional. Rio de Janeiro é o estado menos jovem que também o mais velho, com uma vez e meia o percentual médio brasileiro. No centro da figura está a Bahia, dentro das médias nacionais.

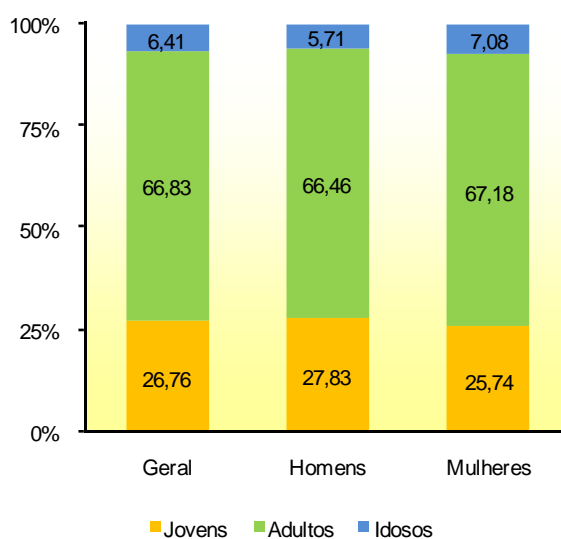
Da mesma forma, a variação desta estrutura etária se dá na Bahia tal qual no Brasil, conforme o gráfico da figura 15, com um percentual ligeiramente maior de idosos para as mulheres que para os homens, os quais têm uma proporção maior de jovens. Mas, a Bahia é muito extensa, contém diversas realidades regionais em seu corpo, fato que influencia e é influenciado pelas diferentes estruturas etárias instaladas nas “populações baianas”.

A Contagem da População 2007 não permite fazer gráficos desse tipo para a Bahia e os demais estados que tiveram municípios com população estimada, pois, nestes casos de exceção, não há qualquer detalhamento da informação, mesmo as faixas etárias. Porém, pode-se preencher esta lacuna com a PNAD para o total estadual. Assim sendo, para fins de comparação, a figura 16 replica a figura 15, porém, refere-se ao ano 2007.

Visualizando-se os dados mais recentes, a Bahia está um pouco mais idosa – os maiores de 65 anos eram 5,74% em 2000 e passaram a 6,41% em 2007. O Estado também está sensivelmente menos jovem – de 31,97% em 2000, os menores de 15 anos são agora 26,76%, ou seja, houve um recuo de 5,21 pontos percentuais na sua representatividade. Entretanto, de

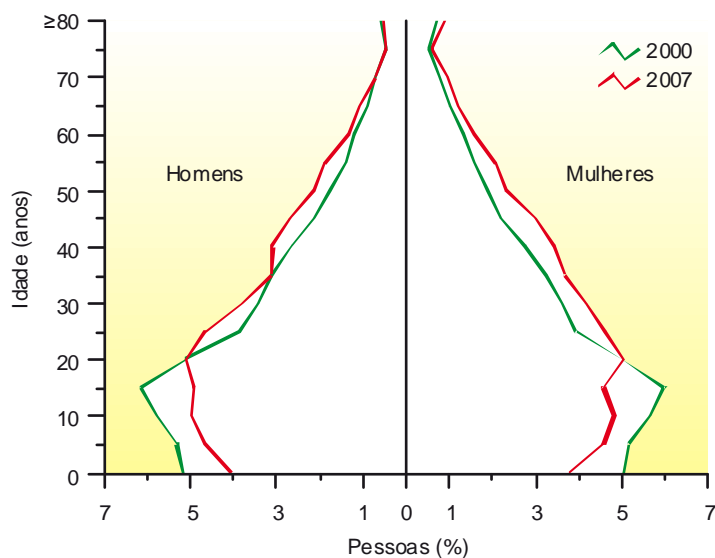
acordo com os metadados da PNAD, há um coeficiente de variação entre 0,8% e 1,1% nas medições que se aplicam ao total da população baiana, tomando-se como base os microdados. Este fenômeno de envelhecimento pode ser mais bem visualizado na Figura 17, um gráfico de linhas que sobrepõe as pirâmides etárias de 2000 e 2007, sinalizando o recuo da base e o alargamento da parte central do gráfico.

Figura 16 – Bahia – Grandes grupos etários, por sexo – 2007



Fonte: IBGE. **PNAD 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

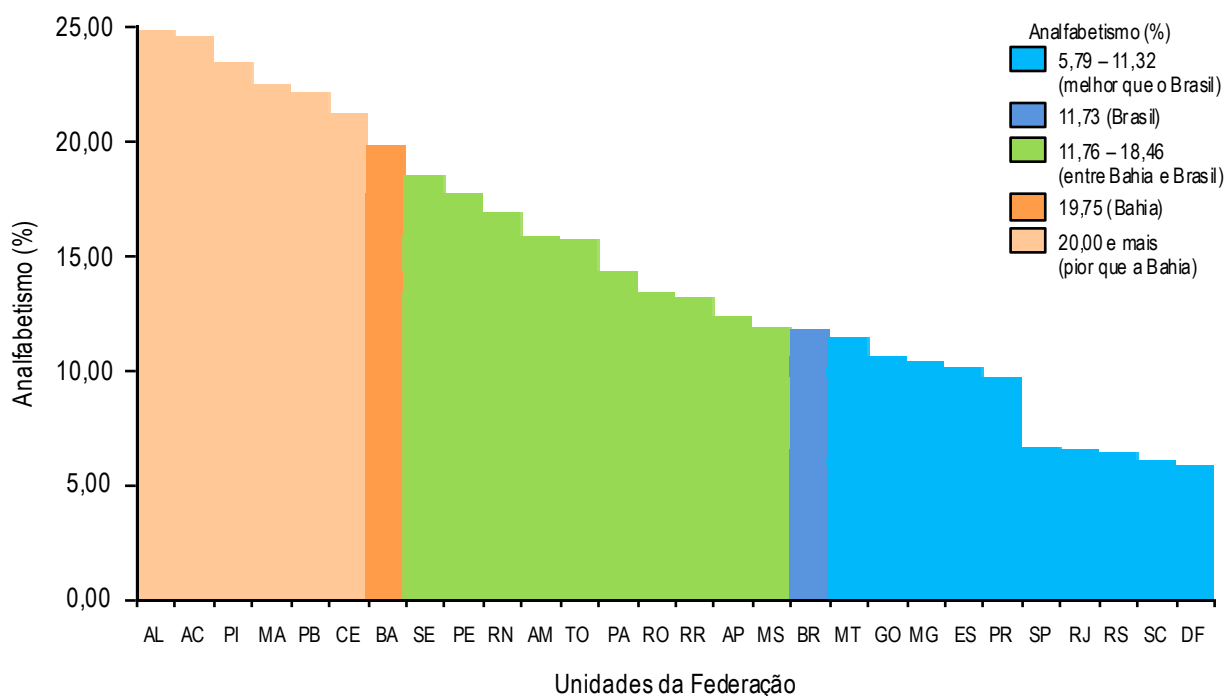
Figura 17 – Bahia – Estrutura da população por sexo e idade – 2000 e 2007



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000**; IBGE. **PNAD 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Devido à relativa superficialidade das informações da Contagem da População 2007, escolaridade e rendimento – objetos de pesquisa desta dissertação – somente serão analisados com detalhamento escalar em 2000. Desta forma, por exemplo, não há como medir fenômenos dinâmicos tais como o crescimento recente da parcela da população com diploma de graduação, diante da expansão do ensino superior particular que o Brasil vivencia desde o final da década de 1990 (CALDERON, 2000, p. 61), com a permissão legal para sua mercantilização. Há possibilidade de comparar alguns dados estaduais de renda e educação a partir da PNAD 2007. Neste âmbito, a Bahia mostra-se presente na periferia nacional, com índices de escolaridade muito abaixo dos padrões nacionais. Primeiramente é preciso observar o que há de mais elementar na educação de um cidadão: a taxa de alfabetização dos adultos e idosos (de 15 anos ou mais).

**Figura 18 – Brasil – Unidades da Federação
População de 15 anos ou mais – Taxa de analfabetismo – 2000**



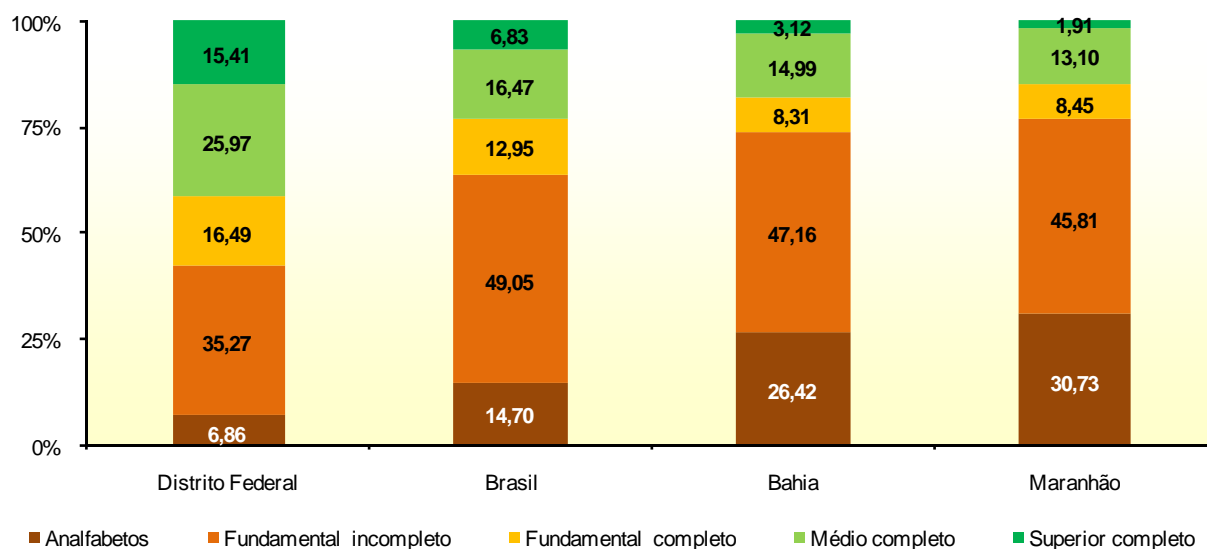
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado da Amostra – Educação. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Apenas dez das 27 unidades da federação possuem índices de analfabetismo adulto (dos maiores de 15 anos) melhores que média nacional, o que evidencia a desigualdade da distribuição dos serviços de educação no país. Mesmo nas regiões com melhores índices,

percebe-se a dessemelhança entre os estados, como é o caso do Paraná, com quase 10% de analfabetos, contra aproximadamente 6% do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já a Bahia está muito distante desta realidade, com uma parcela de aproximadamente 20% da população adulta sem instrução.

Na divulgação dos dados de instrução para os estados, na sinopse da amostra, o IBGE as pessoas por faixas etárias de cinco em cinco anos, e a escolaridade por nível de ensino completo, seja o 1º grau, 2º grau ou nível superior, na época do Censo Demográfico 2000. Na figura 19 há exposição dos casos de três estados selecionados, mais o Brasil, comparando-se o quesito educação: o pior, à esquerda do gráfico; o melhor caso, à direita; mais a Bahia e o Brasil, ao meio. As colunas estão coloridas de acordo com a composição da população pelo nível de instrução mais elevado, considerando quatro níveis de instrução: analfabetos, pessoas com ensino fundamental (completo ou não), ensino médio e ensino superior. Quem possui menos de um ano completo de estudo está incluído entre os analfabetos. Aqueles que possuem até a 7ª série como mais avançada compõem o grupo que tem o nível fundamental incompleto. Os que terminaram a 8ª série estão na classe do fundamental completo, incluindo aqueles que só fizeram até o 2º ano do 2º grau ou ensino médio. Da mesma forma, aqueles que concluíram o 3º ano estão no grupo do ensino médio completo, mais aqueles que não terminaram o nível superior. Por sua vez, o nível superior engloba os portadores de diploma de graduação e também a pós-graduação, seja mestrado ou doutorado.

**Figura 19 – Distrito Federal, Brasil, Bahia e Maranhão
População de 25 anos de idade ou mais – Níveis de instrução – 2000**



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra – Educação. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Considerou-se a população de 25 anos ou mais de idade porque esta faixa etária é o suficiente para um brasileiro concluir os quatro níveis de educação oferecidos no país. O Maranhão apresenta os piores índices de escolaridade e o Distrito Federal tem os melhores índices, provavelmente pelo fato de ser a capital do país e importar a mão-de-obra especializada de várias regiões do Brasil. Ao meio está a Bahia, com mais de um quarto de sua população acima de 25 anos, sem um único ano de estudo, analfabeta.

Para as idades mais avançadas, o analfabetismo é sempre mais elevado, pois, para os maiores de 15 anos, o Brasil tem 11,73% de aliteração, enquanto que para os maiores de 25 anos, esta cifra sobe para 14,70%. Além disso, a média nacional para 2000 era de 49,05% de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, 12,95% com Ensino Fundamental completo, 16,47% com Ensino Médio completo e 6,83% com Nível Superior.

Este padrão só é real para um quinto das unidades da federação, com população melhor instruída. Trata-se do Distrito Federal e os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Os intermediários seriam Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo, com 5% de graduados e aliteração abaixo da média nacional (15%). Aos estados restantes, os índices são muito piores. Paraíba e Pernambuco têm mais de 5% de população com nível superior, o que é bom no Norte-Nordeste, mas seu analfabetismo é muito alto, na casa dos 30%. Lembrando que aqui está se analisando apenas a população acima de 25 anos, ou seja, a idade suficiente para ter nível superior.

Somente se pode ter uma noção verdadeira do real problema da baixa escolaridade da população brasileira olhando-se os números absolutos do analfabetismo, não apenas os percentuais. Desta forma, ainda considerando-se as pessoas de 25 anos e mais, fez-se a tabela 5 e a tabela 6, que mostram a população absoluta sem instrução para de cada estado e a sua respectiva participação percentual neste fenômeno nacional, em 2000 e 2007. Assim sendo, é possível fazer a comparação da evolução – ou retração – deste problema social que está presente em todo o território nacional, mais tênue ou mais severo a depender do lugar. Importante explicitar neste momento que, na tabela 6, os resultados do ano 2007 foram ajustados de acordo com o coeficiente de variação percentual dos resultados da PNAD, calculados individualmente para cada unidade da federação.

**Tabela 5 – Brasil – Unidades da Federação
Pessoas analfabetas de 25 anos ou mais – 2000**

Unidades da Federação	Analfabetos acima de 25 anos		Unidades da Federação	Analfabetos acima de 25 anos	
	Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)		Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)
Rondônia	118	0,72	Sergipe	304	1,85
Acre	85	0,52	Bahia	2.085	12,65
Amazonas	271	1,65	Minas Gerais	1.544	9,37
Roraima	27	0,17	Espírito Santo	259	1,57
Pará	664	4,03	Rio de Janeiro	721	4,37
Amapá	35	0,21	São Paulo	1.822	11,05
Tocantins	142	0,86	Paraná	653	3,96
Maranhão	1.023	6,21	Santa Catarina	245	1,48
Piauí	585	3,55	Rio Grande do Sul	504	3,06
Ceará	1.327	8,05	Mato Grosso do Sul	162	0,99
Rio Grande do Norte	489	2,97	Mato Grosso	213	1,29
Paraíba	711	4,32	Goiás	425	2,58
Pernambuco	1.356	8,23	Distrito Federal	84	0,51
Alagoas	624	3,79	BRASIL	16.478	100,00

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

**Tabela 6 – Brasil – Unidades da Federação
Pessoas analfabetas de 25 anos ou mais – 2007**

Unidades da Federação	Analfabetos acima de 25 anos		Unidades da Federação	Analfabetos acima de 25 anos	
	Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)		Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)
Rondônia	175	0,79	Sergipe	420	1,89
Acre	140	0,63	Bahia	2.753	12,42
Amazonas	342	1,54	Minas Gerais	2.041	9,21
Roraima	51	0,23	Espírito Santo	345	1,56
Pará	864	3,90	Rio de Janeiro	816	3,68
Amapá	65	0,29	São Paulo	2.241	10,11
Tocantins	232	1,05	Paraná	785	3,54
Maranhão	1.731	7,81	Santa Catarina	316	1,43
Piauí	907	4,09	Rio Grande do Sul	554	2,50
Ceará	1.675	7,56	Mato Grosso do Sul	236	1,06
Rio Grande do Norte	754	3,40	Mato Grosso	365	1,65
Paraíba	1.091	4,92	Goiás	634	2,86
Pernambuco	1.568	7,07	Distrito Federal	109	0,49
Alagoas	953	4,30	BRASIL	22.164	100,00

Fonte: IBGE. **PNAD 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

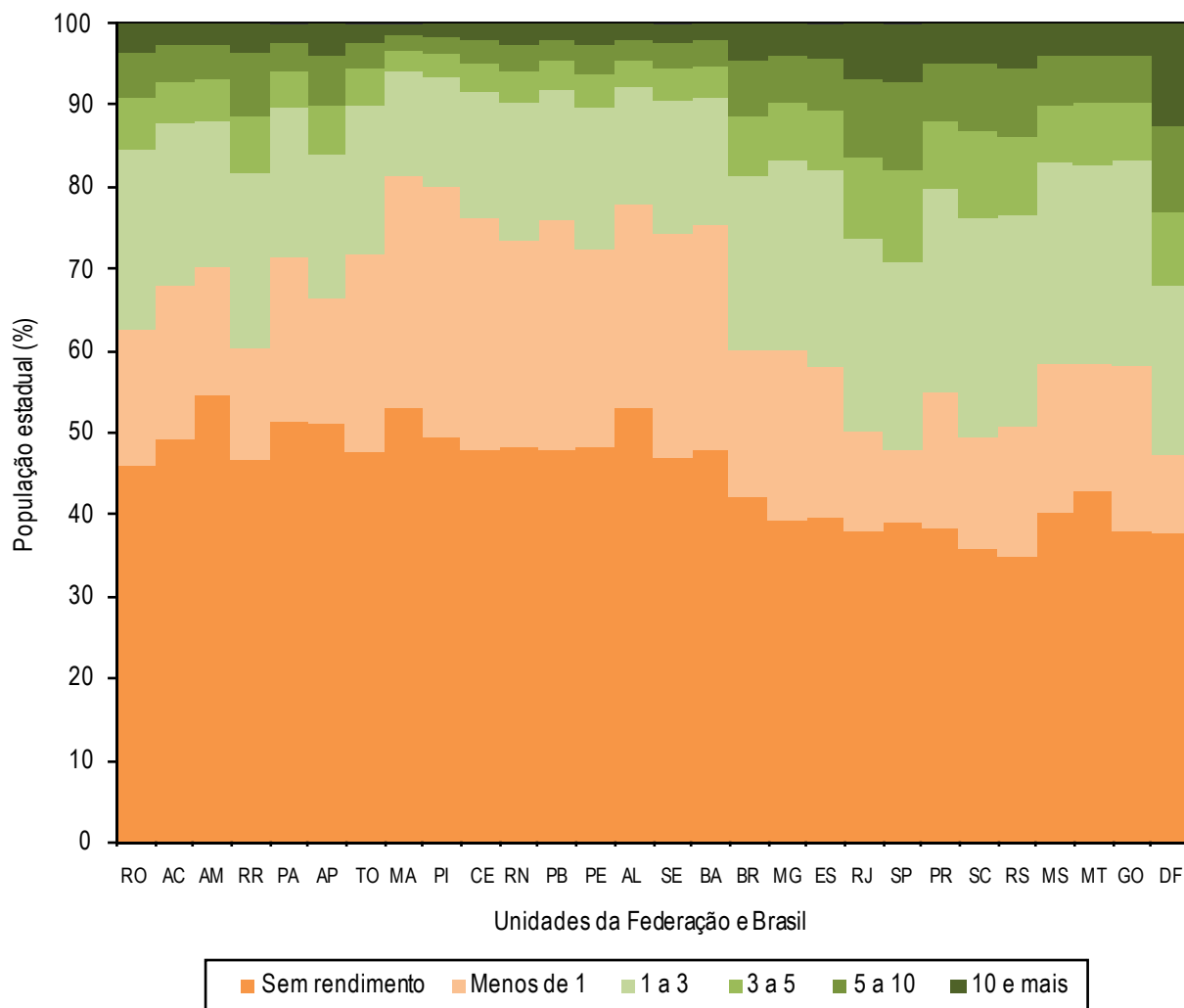
Em 2000, Bahia, São Paulo e Minas Gerais possuem os maiores contingentes de população aliterada, todos com mais de 1,5 milhão de pessoas nesta situação. Pernambuco, Ceará e Maranhão passam de um milhão, mas, diante de sua população residente ser bem menor que a dos outros três estados, este milhão alcança quase um terço do total de seus moradores. Porém, nacionalmente, o problema é mais grave na Bahia, campeã às avessas no quesito educação. Esta grande quantidade de pessoas sem instrução é quase igual à soma dos dez estados das regiões Norte e Centro-Oeste, ou seja, quase dois terços do território brasileiro. São 5,2 milhões de quilômetros quadrados, ou melhor, uma área dez vezes a da Bahia.

Este *ranking* de estados mais problemáticos nesta questão se mantém em 2007. Mas, a leitura conjunta das duas tabelas, de modo mais abrangente, revela que os valores mais recente são mais altos. Este crescimento aparente em sete anos varia percentualmente de 10%, no Rio Grande do Sul, até 90%, em Roraima, e 35% para o país, cujo crescimento populacional foi de 12% no mesmo período. Em valores absolutos, o caso de menor acréscimo é do Distrito Federal (25 mil) e o maior é da Bahia (668 mil), sendo que o Brasil tem agora 5,7 milhões de novos analfabetos, sendo que utilizou-se os coeficientes de variação para subestimar estes contingentes de pessoas aliteradas. Diante da progressiva desaceleração do crescimento vegetativo da população brasileira, qual o origem desta multidão de novos aliterados? Diante desse fato – mesmo não sendo um objetivo desta dissertação –, até que ponto a PNAD é compatível (ou comparável) ao censo demográfico?

Outro quesito importante da estrutura demográfica é o rendimento. Para o Censo 2000, o IBGE divulgou estes dados para as pessoas de 10 anos ou mais. No estudo do rendimento da população baiana em relação ao padrão nacional, a figura 20 classifica as pessoas com 10 anos ou mais em seis grupos ou faixas de rendimento, em salários mínimos (s.m.), de acordo com as declarações dos entrevistados:

- **sem rendimento** – Pessoas desprovidas de qualquer fonte de renda, não importando sua classe social, seja o mendigo, o médico desempregado ou o menino de 11 anos na 5ª série;
- **menos de 1 s.m.** – Pessoas cujo rendimento mensal não alcançou R\$ 151,00 (um salário mínimo) em 2000, sejam estagiários ou trabalhadores sub-remunerados;
- **1 a 3 s.m.** – Quem ganhou de R\$ 151,00 a menos de R\$ 353,00;
- **3 a 5 s.m.** – Quem recebeu de R\$ 353,00 a menos de R\$ 755,00;
- **5 a 10 s.m.** – Aqueles com rendimento entre R\$ 755,00 até menos de R\$ 1.510,00;
- **10 s.m. e mais** – Quem teve rendimento médio mensal de R\$ 1.510,00 e mais;

Figura 20 – Brasil – Unidades da Federação
População de 10 anos ou mais – Rendimento nominal mensal (s.m.) – 2000



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra – Educação. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Há uma coluna mais ou menos ao meio do gráfico que refere-se aos padrões nacionais de distribuição de renda da população de cada unidade da federação. Visivelmente, o país se divide em duas metades assimétricas, desiguais, havendo uma queda abrupta entre o Nordeste e o Sudeste. Juntando-se as pessoas sem renda e com menos de um salário mínimo, os percentuais variam de 47% a 82%, ou seja, 13% abaixo da média nacional de 60%, até 22% acima dela, o que denota uma desigualdade regional muito grave.

Considere-se o total de pessoas com 10 anos ou mais. A tabela 7 compara o percentual de pessoas sem rendimento com o percentual de pessoas de 10 a 17 anos (menores de idade), na qual a uma parte considerável não trabalha porque está nas escolas – ou pelo menos deveria.

**Tabela 7 – Brasil – Unidades da Federação
Pessoas de 10 a 17 anos e pessoas de 10 anos ou mais, sem rendimento – 2000**

Unidades da federação	População (%)		Unidades da federação	População (%)	
	De 10 a 17 anos	De 10 anos ou mais, sem rendimento		De 10 a 17 anos	De 10 anos ou mais, sem rendimento
Rondônia	24,02	46,16	Sergipe	23,51	47,05
Acre	26,53	49,32	Bahia	23,60	48,10
Amazonas	26,44	54,77	Minas Gerais	19,77	39,37
Roraima	25,92	46,75	Espírito Santo	20,29	39,63
Pará	25,89	51,47	Rio de Janeiro	16,41	38,08
Amapá	26,97	51,15	São Paulo	17,98	38,93
Tocantins	24,92	47,64	Paraná	19,37	38,58
Maranhão	27,55	53,08	Santa Catarina	19,34	35,93
Piauí	25,28	49,64	Rio Grande do Sul	17,63	34,98
Ceará	23,54	48,14	Mato Grosso do Sul	20,98	40,31
Rio Grande do Norte	22,56	48,33	Mato Grosso	22,06	42,93
Paraíba	22,76	47,89	Goiás	19,94	38,26
Pernambuco	22,04	48,28	Distrito Federal	19,17	37,82
Alagoas	24,61	52,97			

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Com base o resultado da amostra, tabulou-se por estado as pessoas sem rendimento, informação registrada a partir dos 10 anos de idade. Desconsiderando-se totalmente o rendimento, colocou-se incluiu-se na tabela as pessoas entre 10 e 17 anos de idade, que, teoricamente, segundo as leis brasileiras, estão fora da População Economicamente Ativa.

A tabela acima mostra que há possibilidade de exagero na parcela de pessoas sem renda, a qual sempre é maior que um terço da população total dos estados, ultrapassando a metade em alguns casos. Fazendo-se a leitura a partir dos extremos, o percentual de pessoas de 10 a 17 anos varia de 16,41%, no Rio de Janeiro, até 27,55%, no Maranhão, perfazendo uma amplitude de 11,14 pontos percentuais. Já a percentagem de pessoas sem rendimento oscila de 34,98%, no Rio Grande do Sul, até 54,77%, no Amazonas, com amplitude de 19,79%. Neste íterim a Bahia aparece entre os estados mais jovens e de parcela mais significativa de população sem renda. Descontando-se este contingente de menores de idade da população sem renda, ela cai abruptamente em todos os estados, para quase metade do que revela o Resultado da Amostra, o que é uma redução considerável, mas, ainda assim é um sinal de pobreza alarmante. Simplificando esta equação, população jovem é (quase) igual a população sem renda.

O Brasil possui 17,92% de sua população de 10 anos ou mais com rendimento mensal inferior a um salário mínimo, no ano 2000. Seria otimismo exagerado explicar que trata-se de

estagiários de meio período e estudantes bolsistas, quase um quinto dos brasileiros. São trabalhadores sub-remunerados, informais, super explorados, semi-escravizados, ganhando muitas vezes um quarto de salário mínimo. Este percentual nacional se manifesta de maneira desigual nas várias partes do país, a exemplo do Piauí, com 30,49% de pessoas com rendimento mensal inferior a um salário, em oposição a São Paulo, com 9,21% de seus moradores nesta situação de fragilidade social. Neste quesito a Bahia é o quintopior do Brasil, com 27,39%.

Necessário se faz, nesse momento, dar os valores absolutos das pessoas com 10 anos ou mais sem rendimento e também inferior a um salário mínimo, pois, somente a título de exemplo, suponhamos uma cidade de 20 mil habitantes, dos quais 50% possuem renda inferior a um salário mínimo, próxima a outra cidade de 200 mil habitantes, porém, com 20% de população na mesma situação de miséria. Tem-se aí 10.000 pessoas na primeira e 40.000 na segunda. Qual cidade tem o problema mais grave? A de 50% ou a de 20%? A de 10 mil ou a de 40 mil? Em primeiro lugar, deve-se considerar o problema em todos os seus aspectos, sejam absolutos ou relativos. A resposta é uma questão de ponto de vista do pesquisador. Pensando dessa forma, fez-se a tabela 8 a seguir mostra o número de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento inferior a um salário mínimo e sua representatividade nacional, inspirada na tabela 5 que fez o mesmo com analfabetos.

Tabela 8 – Brasil – Unidades da Federação – Pessoas de 10 anos ou mais com rendimento inferior a um salário mínimo – 2000

Unidades da Federação	Pessoas com rendimento inferior a 1 s.m.		Unidades da Federação	Pessoas com rendimento inferior a 1 s.m.	
	Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)		Total (em mil)	Relativo (% do Brasil)
Rondônia	177	0,72	Sergipe	381	1,55
Acre	77	0,32	Bahia	2.845	11,60
Amazonas	322	1,31	Minas Gerais	3.009	12,27
Roraima	32	0,13	Espírito Santo	468	1,91
Pará	935	3,81	Rio de Janeiro	1.460	5,95
Amapá	53	0,22	São Paulo	2.825	11,51
Tocantins	215	0,88	Paraná	1.283	5,23
Maranhão	1.216	4,96	Santa Catarina	591	2,41
Piauí	682	2,78	Rio Grande do Sul	1.345	5,48
Ceará	1.633	6,66	Mato Grosso do Sul	302	1,23
Rio Grande do Norte	555	2,26	Mato Grosso	309	1,26
Paraíba	778	3,17	Goiás	800	3,26
Pernambuco	1.537	6,27	Distrito Federal	159	0,65
Alagoas	542	2,21			

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

No cenário brasileiro, em termos demográficos, é assim que aparece a Bahia: entre os piores nos mais diversos aspectos de sua estrutura e distribuição. Sinalizar sobre estas questões de maneira dinâmica para os últimos sete anos não é muito viável, pois, os dois levantamentos censitários (2000 e 2007) que embasam esta pesquisa são muito díspares, tanto em abrangência geográfica quanto em qualidade e detalhamento da informação coletada. Recorreu-se aqui aos dados da amostra e à PNAD para compor alguns pontos da análise, as quais também são discordantes em alguns pontos.

A Bahia é parte de um todo muito heterogêneo, tal qual se pode concluir neste tópico. Por sua vez, a Bahia também é um todo de partes heterogêneas, tal como se pretende analisar no decorrer do tópico que se segue, embasado pela análise interesalar dos materiais de pesquisa trabalhados conforme pormenoriza o capítulo da metodologia.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA BAIANA E SUA DINÂMICA

Como todo fenômeno geográfico, a população tem localização. Os seres humanos estão dispersos pelo espaço por causa e consequência de uma série de fatores e motivações, influenciados por mais uma série de condições de natureza diversificada (históricas, climatológicas, econômicas, hidrográficas, políticas...) que se estabelecem com o desenrolar da relação entre os elementos constituintes do próprio espaço. Cada pedaço do mundo tem sua individualidade e longevidade, pois, o espaço se transforma no fluxo de passagem do tempo, na sucessão dos processos históricos, a exemplo da região, uma entidade geográfica constituída por unidades menores com características em comum, ou mesmo hierarquizadas, controladas por um centro polarizador.

Tal como todo fenômeno discreto, a população manifesta-se no espaço de maneira pontual, concentrada em nódulos muito pequenos, o que inclusive representa um desafio para sua representação cartográfica em pequenas escalas, nas quais se exagera alguns elementos para que eles apareçam no mapa. Os fenômenos contínuos, pelo contrário, são estruturas que se estendem por grandes áreas, a exemplo da vegetação, do clima, das bacias hidrográficas.

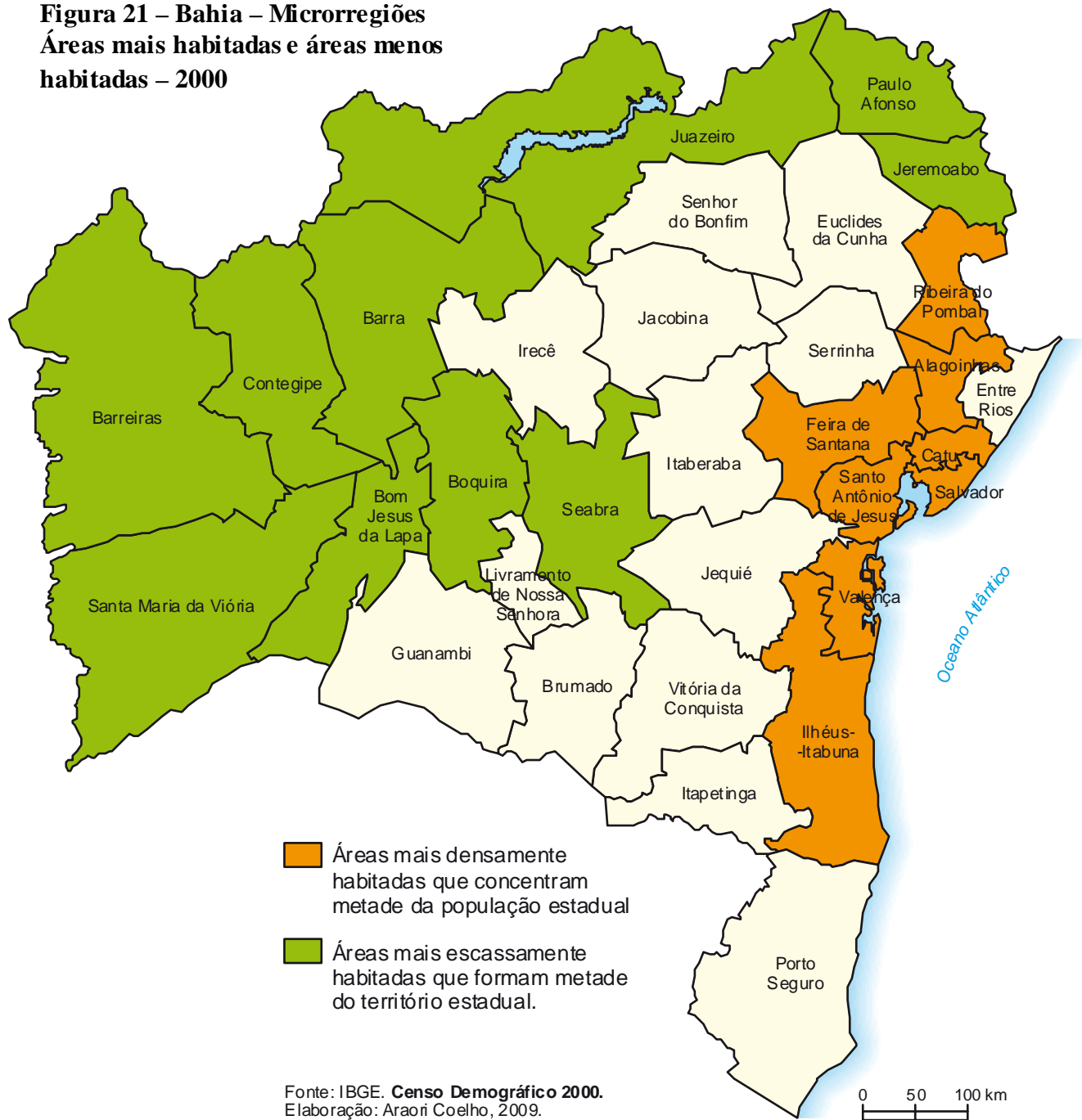
É assim que se deve encarar a população baiana, que, tal como toda população, é concentrada em alguns pontos do seu vasto território, porém de maneira bastante particular, a começar pela incrível diversidade de paisagens que compõem o território estadual, cada uma tem potencial ecológico e condições ambientais peculiares, ou seja, cada uma tem sua riqueza natural, seu potencial econômico e habitabilidade.

Mas, a maior parte da Bahia, algo em torno de dois terços de seu território, é composta por ambientes de natureza fortemente marcada pela intermitência das chuvas, condicionada a tolerar longos períodos sem chuva, sob o sol tão quente quanto impiedoso. Este clima tropical, que aqui e ali tem ares de deserto, é o que se chama de semi-árido.

Desenhando o quadro regional da natureza baiana, pode-se dividir o Estado em três grandes compartimentos, considerando-se seu relevo, clima e vegetação. A leste, o primeiro é da mata atlântica sob o planalto costeiro, entrecortada por pequenas planícies, algumas delas de interface fluviomarinha e outras de influência quase exclusiva das águas salgadas, compondo um mosaico de florestas, restingas e manguezais. Nesta área de clima úmido é onde se concentra mais da metade da população e da economia estadual. Transpondo-se esta área florestada para o interior, atravessa-se uma faixa de transição irregular e descontínua, chegando-se ao que seria o segundo grande compartimento de natureza: o semi-árido. De maneira geral, eis uma região de clima mais seco, rios intermitentes, solos rasos e pedregosos, relevo de depressões e pediplanos. Mas, há muitas exceções nesta grande área interiorana, recortada por serras e chapadas residuais de outras eras, tais como ruínas envelhecidas e carcomidas pelo tempo geológico, onde as nuvens esbarram nas suas altitudes mais elevadas e produzem ecossistemas sub-úmidos de relativa extensão geográfica. A Oeste do Rio São Francisco, chega-se ao terceiro grande compartimento de natureza do Estado, formado pelo cerrado e pelas florestas caducas, sob um clima tropical sub-úmido que é progressivamente mais úmido subindo-se o chapadão retalhado por rios e veredas alinhadas no sentido sudoeste-nordeste. Este quadro natural tem influência direta sobre a distribuição da população baiana, em grande parte afetada pelo mosaico de ecossistemas presentes no Estado, compondo uma grande diversidade regional estando combinada a aspectos econômicos, sociais e políticos.

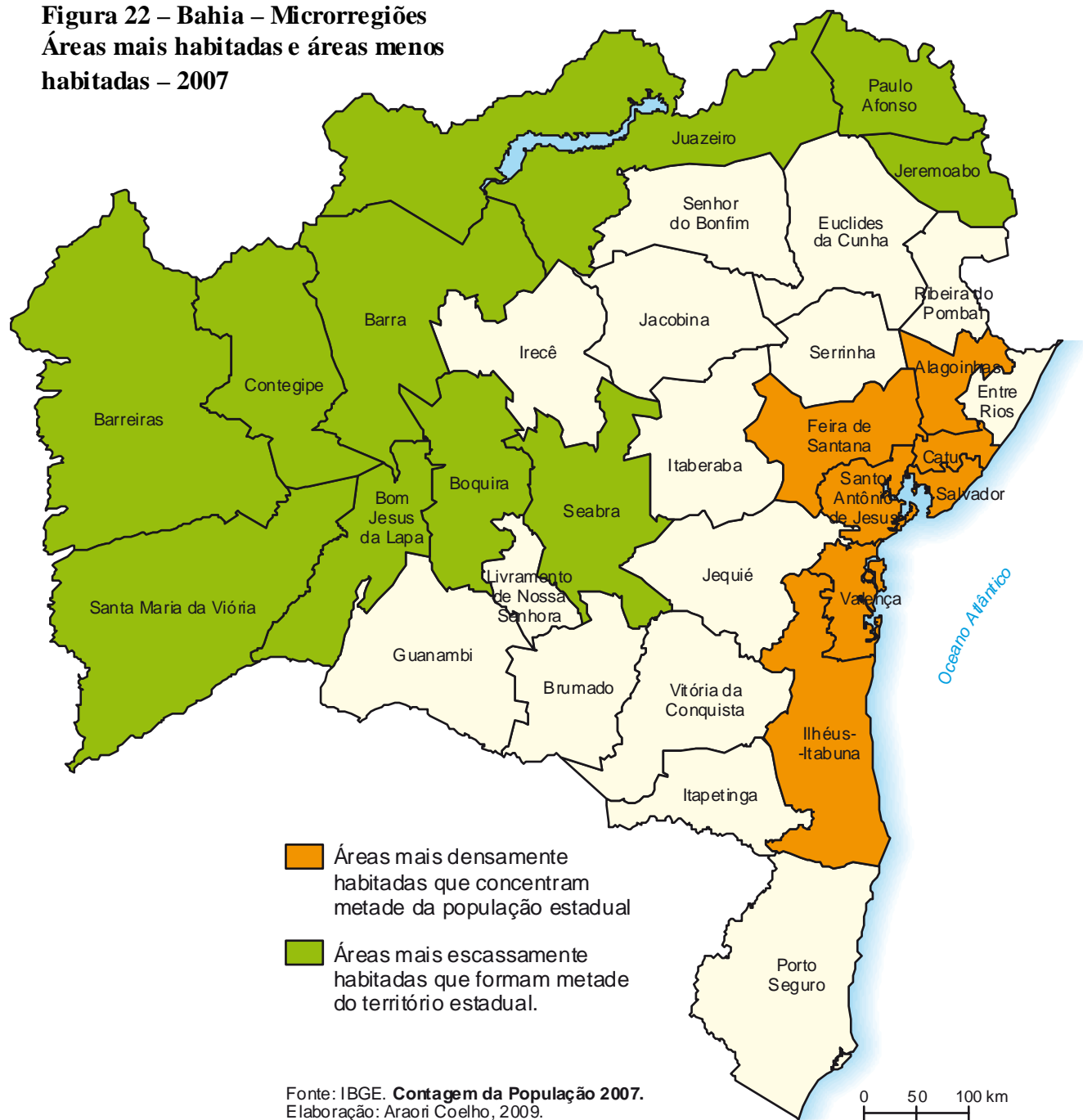
Neste tópico 3.3 e sub-tópicos, pretende-se analisar a Geografia da População baiana em seus mais variados aspectos e como este povo tem mudado neste breve início do século XXI, explorando as possibilidades que os microdados censitários podem oferecer em uma pesquisa de cunho demográfico. No mapa do Brasil da figura 13, página 71, é demonstrada a idéia de distribuição (ou melhor, a de concentração) populacional no país, destacando as áreas mais anecumênicas em oposição às áreas mais densas. O critério adotado era de acumular a população residente das mesorregiões de maior densidade demográfica até que completassem a metade dos brasileiros. Por outro lado, também estão as áreas de menor densidade demográfica, somando suas áreas até completar metade do território nacional. Da mesma forma, fez-se a figura 21 e a figura 22, só que, desta vez, na base das 32 microrregiões baianas.

Figura 21 – Bahia – Microrregiões
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000



O mapa acima mostra como um fenômeno geográfico manifesta-se pela continuidade, agrupando áreas vizinhas de mesma característica. No ano 2000, estas microrregiões menos habitadas têm densidades entre 3,87 e 12,55 hab./km², abrigando 14,57% da população estadual (1,9 milhão de pessoas), de modo muito menos estratificado que no Brasil em mesorregiões, que é de apenas 4,5%. Trata-se de um Estado de Tocantins dentro da Bahia, mas, com o dobro da sua população. Já as áreas mais povoadas têm densidade média relativamente alta, de 100,04 hab./km², mas oscila muito, entre 36,38 e 1.226,30 hab./km². Esta área se estende por 11,39% do território baiano, de certa forma simétrica, tal como no Brasil.

Figura 22 – Bahia – Microrregiões
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2007



Nota-se apenas uma pequena mudança entre a figura 21 e a figura 22: a microrregião de Ribeira do Pombal sai da classe dos compartimentos mais intensamente habitados, que, com isso, reduz sua participação na área do estado de 11,39% para 9,98%, mas aumenta substancialmente sua densidade demográfica para 123,19 hab./km², num território contínuo de 56.367 km² e 7,0 milhões de baianos, onde antes havia 6,5 milhões em 64.350 km². Estes valores de superfície e população mudam com o tempo, pois, são definidos por uma parcela de espaço mais intensamente povoado que confina metade dos habitantes do Estado.

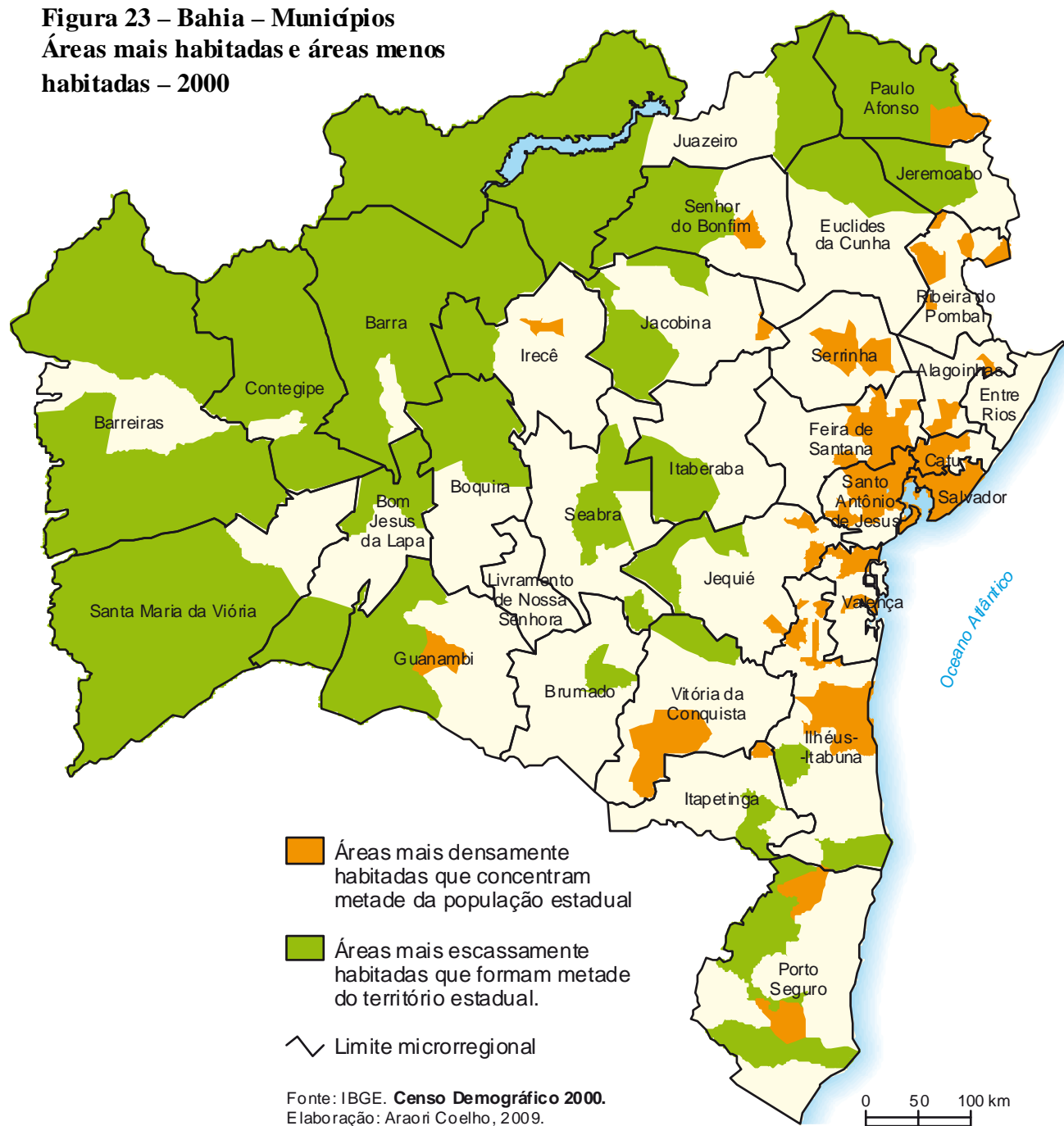
A área menos povoada da Bahia passa para 2,1 milhões de moradores, subindo um pouco sua densidade demográfica de 6,79 para 7,45 hab./km² em apenas sete anos, permanecendo um pouco acima do patamar anterior em termos da participação no total da população estadual (14,71%). A comparação destes dois mapas já sinaliza que a Bahia passa por um processo de acentuação da concentração de seu povoamento, o que é perfeitamente justificado pela sua desigualdade regional, onde os diferentes lugares têm ritmo próprio de evolução. Mas, a consideração de apenas dois documentos tão simplificados não é embasamento suficiente para alicerçar tal conclusão.

Diante disso, façamos a leitura destes dados detalhados para o nível de municípios na figura 23 e na figura 24, com 417 divisões territoriais, dando uma maior diferenciação de áreas. Aí se manteve os limites e os nomes das microrregiões geográficas para possibilitar a visualização cartográfica dos lugares onde o fenômeno se manifesta de maneira muito diferenciada, onde as disparidades se avizinham. É justamente o que acontece com os mapas supracitados. Dez microrregiões possuem as duas classes extremas, no ano 2000, reduzindo-se para nove em 2007.

Nelas, percebe-se que o Recôncavo da Baía de Todos os Santos, ao redor da capital, é a porção que mais adensa a população estadual, contagiando o litoral no sentido sul, formando uma estreita faixa costeira e sub-costeira descontínua até Ilhéus e Itabuna, que forma um núcleo mais extenso de aglomeração demográfica. Fora isso, algumas ilhas mais intensamente habitadas rodeadas por extensas áreas intermediárias. Estas ilhas, por sinal, são cada vez mais raras, a exemplo de Guanambi, na microrregião homônima.

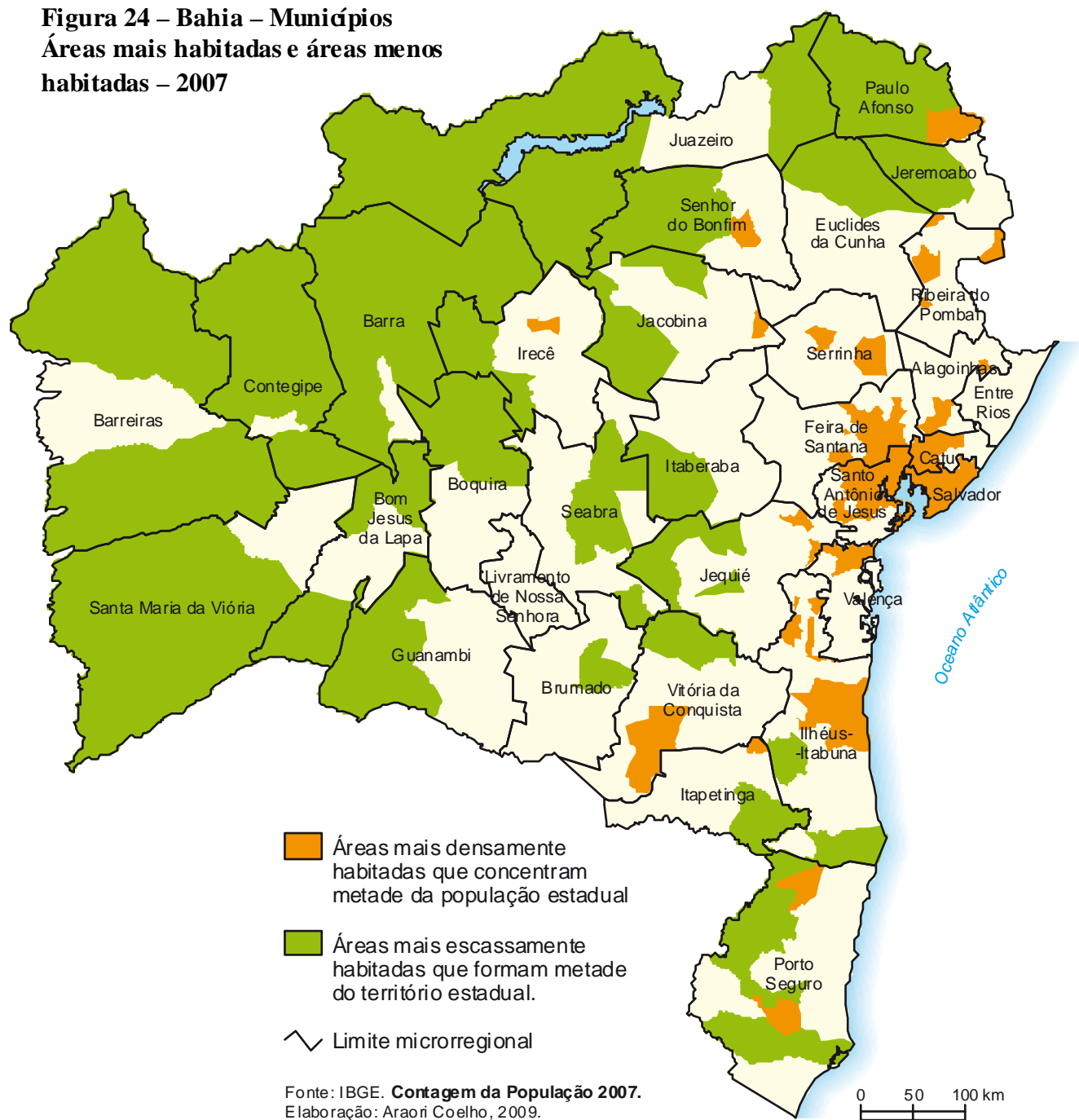
Nos mapas feitos na base de microrregiões, as áreas menos habitadas do Estado formam uma zona contínua em forma de arco, estendendo-se do Norte ao Oeste. Sob o ponto de vista da Geografia Física, de acordo com Ab'Saber (2003), esta área menos habitada está inserida entre os domínios da caatinga e, sobremaneira, do cerrado, apresentado variados tipos de clima tropical, desde o chuvoso (nem tanto quanto no litoral), passando pelo sub-úmido, até alcançar o semi-árido, com seus longos períodos de seca, baixa pluviometria e intensa intermitência hídrica. Curiosamente, neste arco menos habitado – em relação ao contexto baiano – a população se adensa mais nas áreas de maior escassez de água, deixando o cerrado praticamente desabitado. Somente fatores históricos de uso e ocupação do espaço justificam esta peculiar configuração regional de povoamento, pois, via de regra, lugares de clima mais seco e quente são menos habitados que os de clima mais úmido.

Figura 23 – Bahia – Municípios
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000



Nos mapas de municípios, a grande zona despovoada se encolhe e torna-se falhada em alguns trechos por conta do avanço de vetores de ocupação, tais como os de Barreiras e Bom Jesus da Lapa. Em contrapartida, vetores de densidade mais baixa seguem para o miolo geográfico do Estado, pelas chapadas e piemontes que englobam Morro do Chapéu, Campo Formoso e grande parte das microrregiões de Itaberaba, Seabra, Jequié e Vitória da Conquista, chegando perto do litoral. Curioso o caso da região de Porto Seguro, com dois núcleos de adensamento – Teixeira de Freitas e Eunápolis – em oposição ao interior menos.

Figura 24 – Bahia – Municípios
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2007



Quando se altera o enfoque da análise cartográfica para uma base territorial mais dividida, mais descontínua torna-se o fenômeno geográfico mapeado. Assim ocorre com a análise interescalar da distribuição demográfica da Bahia, pois, quando posta em microrregiões (que são unidades bem extensas), a população se concentra numa única região litorânea. Mas, quando se põe esta distribuição em municípios (que são unidades bem pequenas), o resultado é totalmente diferente, pois, agora a população está espalhada em várias manchas espalhadas pelo território estadual.

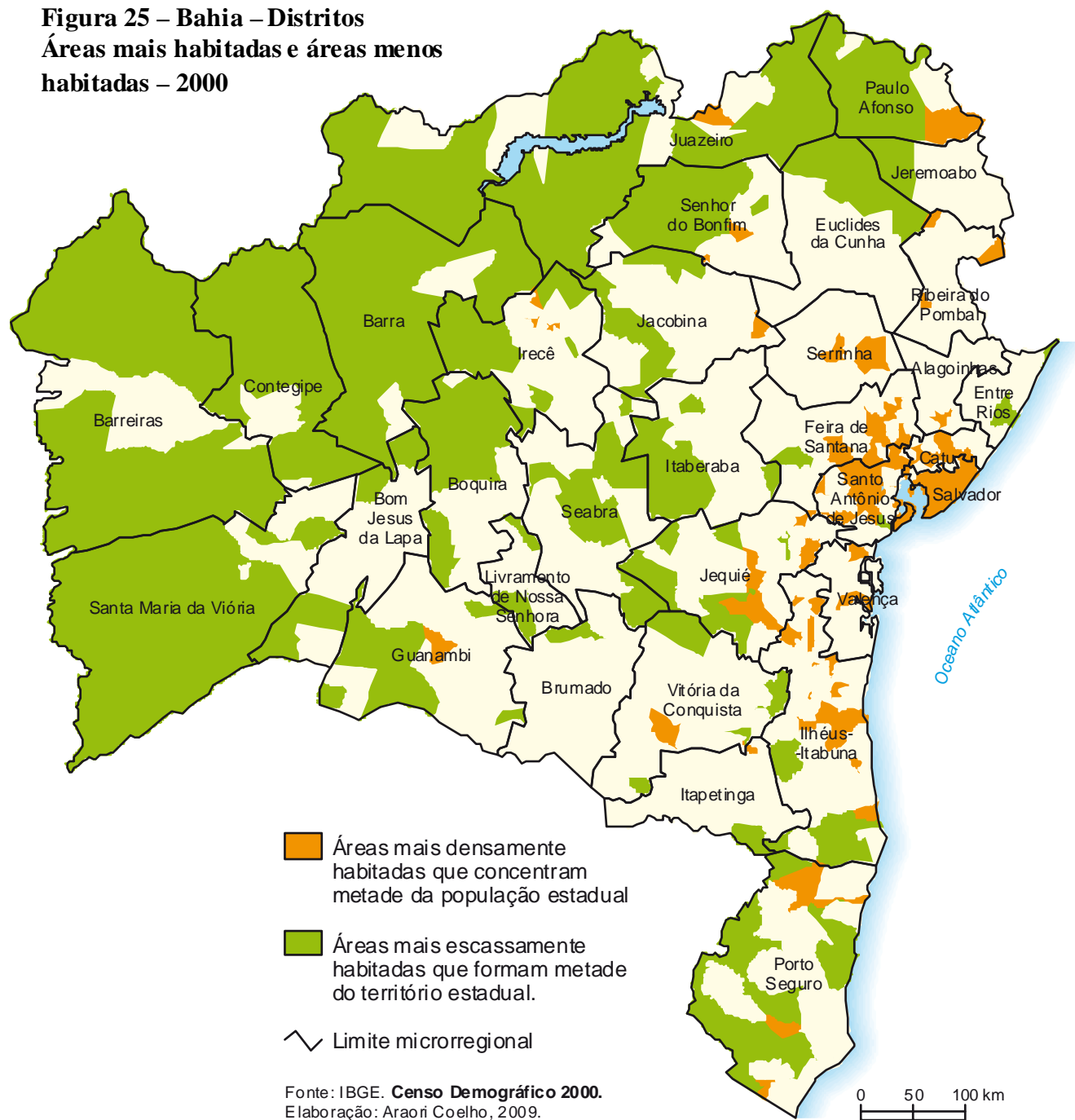
Em 2000, os 89 municípios mais densamente habitados concentravam metade da população estadual, numa área descontínua de 36.823 km² (6,52% do território baiano), especialmente no Recôncavo e na Região Metropolitana de Salvador. Já em 2007, saíram 15 municípios desta lista e entrou um novo no grupo dos mais densamente habitados, fazendo um *ranking* de 76, ocupando uma área que se reduziu para 30.586 km² (5,42% do Estado), com densidade demográfica média de 228,78 hab./km², contra 175,54 hab./km² em 2000. Sua densidade mínima era de 50,75 hab./km² e aumenta sensivelmente para 57,73 hab./km², sem mencionar a máxima, que salta de 7.678,58 para 9.106,99 hab./km², em Salvador. Isto se deve sobremaneira à estimativa para o município da capital, que lhe estipula 2,9 milhões de habitantes em 2007, numa taxa de crescimento geométrico anual de 2,53% (a mesma medida entre 1996 e 2000), mais que o dobro da média estadual, de acordo com os resultados de campo da última contagem da população. Estes fatos evidenciam claramente o adensamento da distribuição populacional baiana.

Já a área mais escassamente habitada, acolhida 1,34 milhão de pessoas em 2000, aumentou para 1,42 milhão, reduzindo sua participação na população baiana de 10,33% para 10,11% –reflexo da concentração populacional. A área mais escassamente habitada perfazia 77 municípios em 2000, com densidades que variavam de 10,50 a 1,08 hab./km², numa média de 4,72 hab./km². Em 2007, quatro municípios entram neste *ranking* às avessas e um sai, perfazendo um grupo de 80, cuja densidade agora varia de 0,94 a 10,92 hab./km², numa média de 5,04 hab./km², muito aquém da média estadual de 24,87 hab./km².

Como parte da análise interescalar, se faz pertinente detalhar o mapeamento para a escala de distritos, uma subdivisão administrativa do município, que retalha o Estado em 812 partes em 2000 e 830 em 2007. Com isto, haverá a cisão das partes mais rurais dos municípios grandes que são centros regionais, como Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié, com 10, 9 e 7 vilas cada um. Já Itabuna, não possui distritos, assim com outros 202 municípios, quase a metade do total, segundo a base geográfica do Censo Demográfico 2000. Para este ano, o resultado cartográfico do mapeamento em distritos é o da figura 25.

A área mais densamente ocupada, que antes era uma faixa, das áreas que adensam 50% dos baianos, reduz-se agora para 4,42% do território estadual, com densidades superiores a 57,73 hab./km², numa média de 261,97 hab./km². Este fato é reflexo do detalhamento da divisão geográfica, que já separa os distritos rurais dos distritos-sede que contêm as cidades médias e grandes, mostrando a diversidade de intensidade do povoamento de municípios como Juazeiro, Guanambi e Porto Seguro, que possuem as duas classes sob a administração de sua prefeitura. Neste mapa de 2000, a Bahia revela-se como um legítimo mosaico.

Figura 25 – Bahia – Distritos
Áreas mais habitadas e áreas menos habitadas – 2000



Metodologicamente, a análise interescalar permite a comparação de diferentes resultados cartográficos obtidos pelo mapeamento de um fenômeno em diferentes níveis de divisão geográfica, obedecendo ao mesmo critério de classificação de dados em todos os mapas. Quanto maior o número de divisões territoriais de um dado recorte espacial, menor será a formação de áreas homogêneas, tal como ocorre nesta sequência de cinco mapas da figura 21 até a figura 25. Percebe-se com este método o quanto a população baiana aparece mais

concentrada nos níveis político-administrativos menores (municípios e distritos). Ao longo do tempo também há um adensamento populacional, em todos os mapas analisados.

Depois de contrapor áreas mais e menos habitadas, agora é preciso analisar como estão dispostas as várias faixas de densidade de povoamento deste grande estado, através de uma classificação diferente – de intervalo isoescalar – pois, este trabalho procura entender a população baiana nos seus aspectos mais complexos e diversificados. Que o detalhamento comece pela figura 26 e pela figura 27.

Figura 26 – Bahia – Municípios
Densidades demográficas – 2000

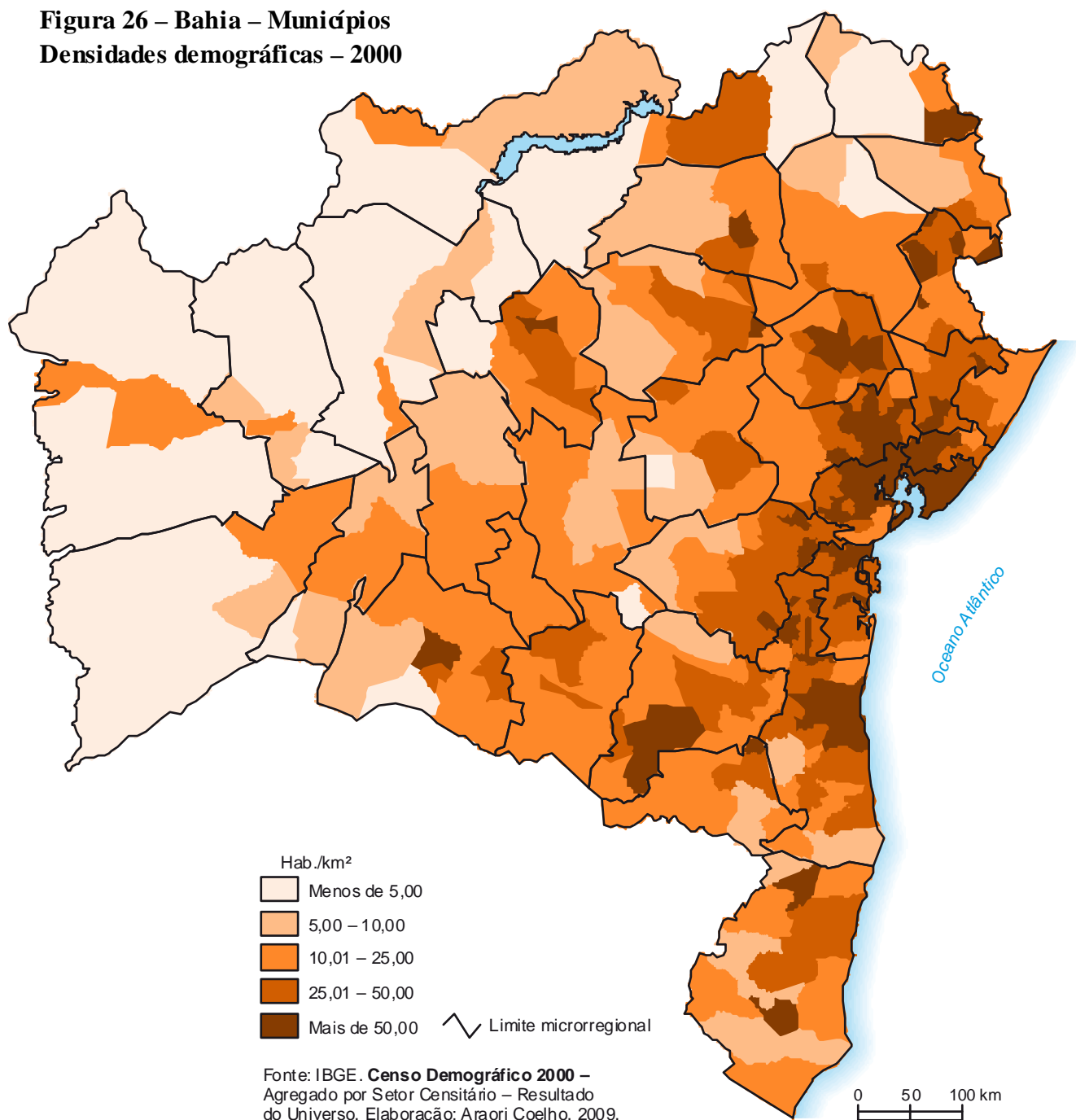
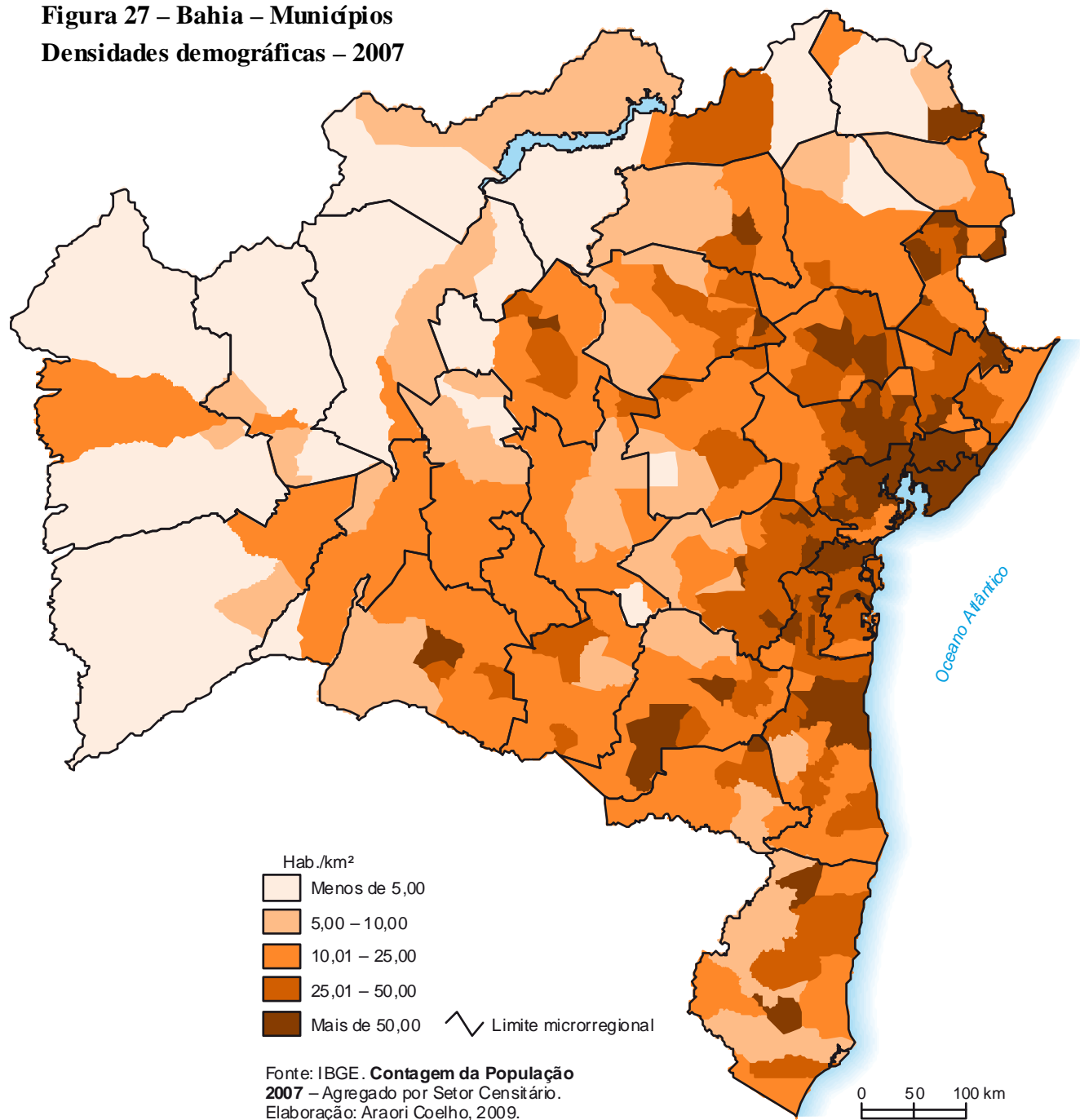


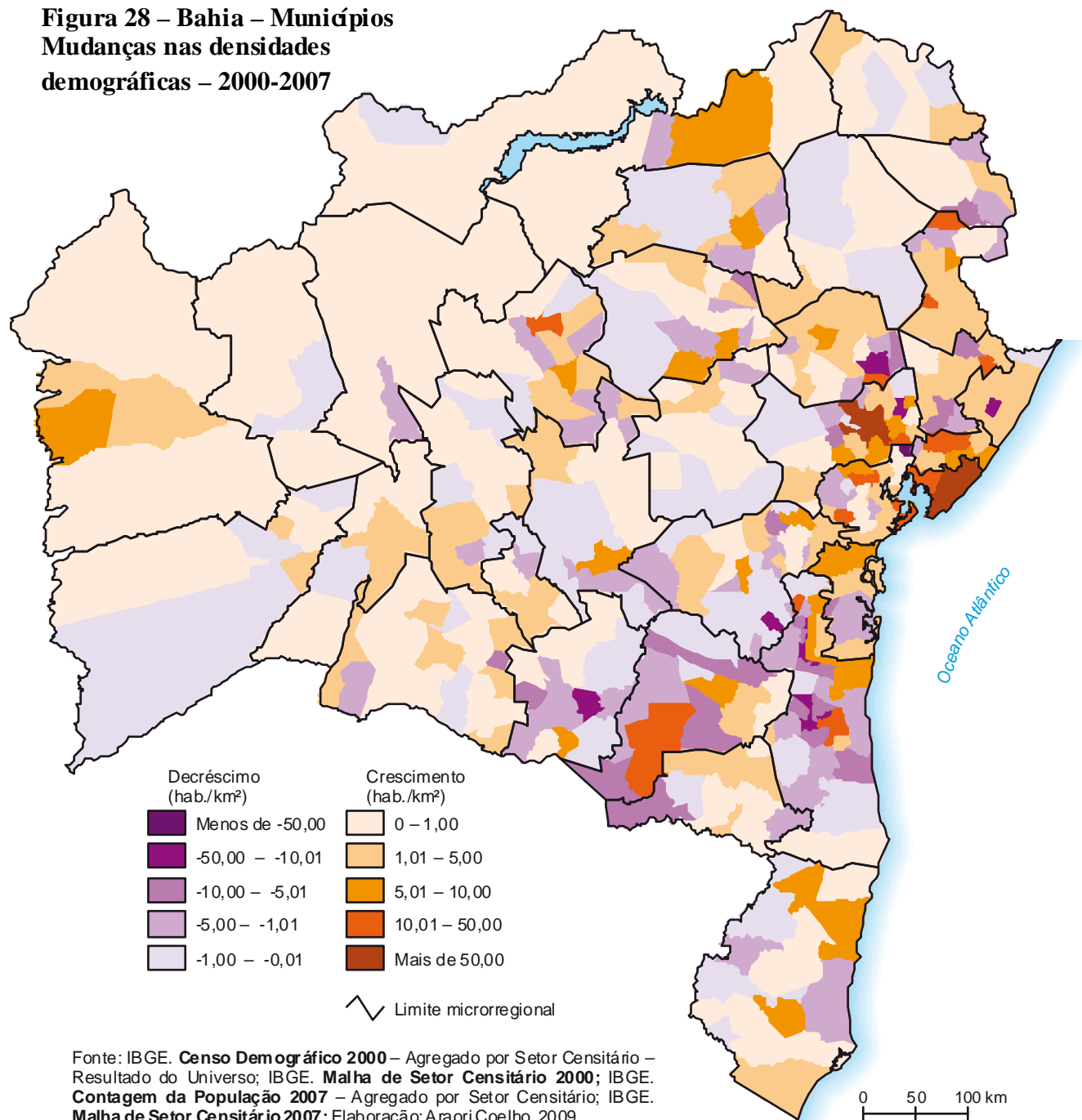
Figura 27 – Bahia – Municípios
Densidades demográficas – 2007



Se neste período de sete anos a densidade demográfica média baiana aumentou de 23 para 25 hab./km², pode-se dizer que apenas as duas últimas classes dos dois mapas agora apresentados estão dentro do padrão estadual, ou muito acima, mostrando como a média pode ser algo distante da realidade dominante no Estado, em termos de distribuição populacional. Pouca coisa mudou no período analisado, considerando-se apenas a observação cartográfica dos dois documentos supracitados.

Os dois núcleos que concentram a população baiana (Recôncavo e a zona do Cacau) se alinham no litoral. Ligam-se formando uma faixa irregular de densidades que aumentam e diminuem abruptamente, com áreas de povoamento mais intenso ou mais fraco, como é o caso do município de Valença, com 70 hab./km², seguido por Jaguaripe, com 18 hab./km² ao norte, e Maraú, com 20 hab./km². Mas é no sentido leste-oeste que a intensidade do povoamento se reduz mais gradativamente, formando áreas contínuas de densidade homogênea.

Figura 28 – Bahia – Municípios
Mudanças nas densidades
demográficas – 2000-2007



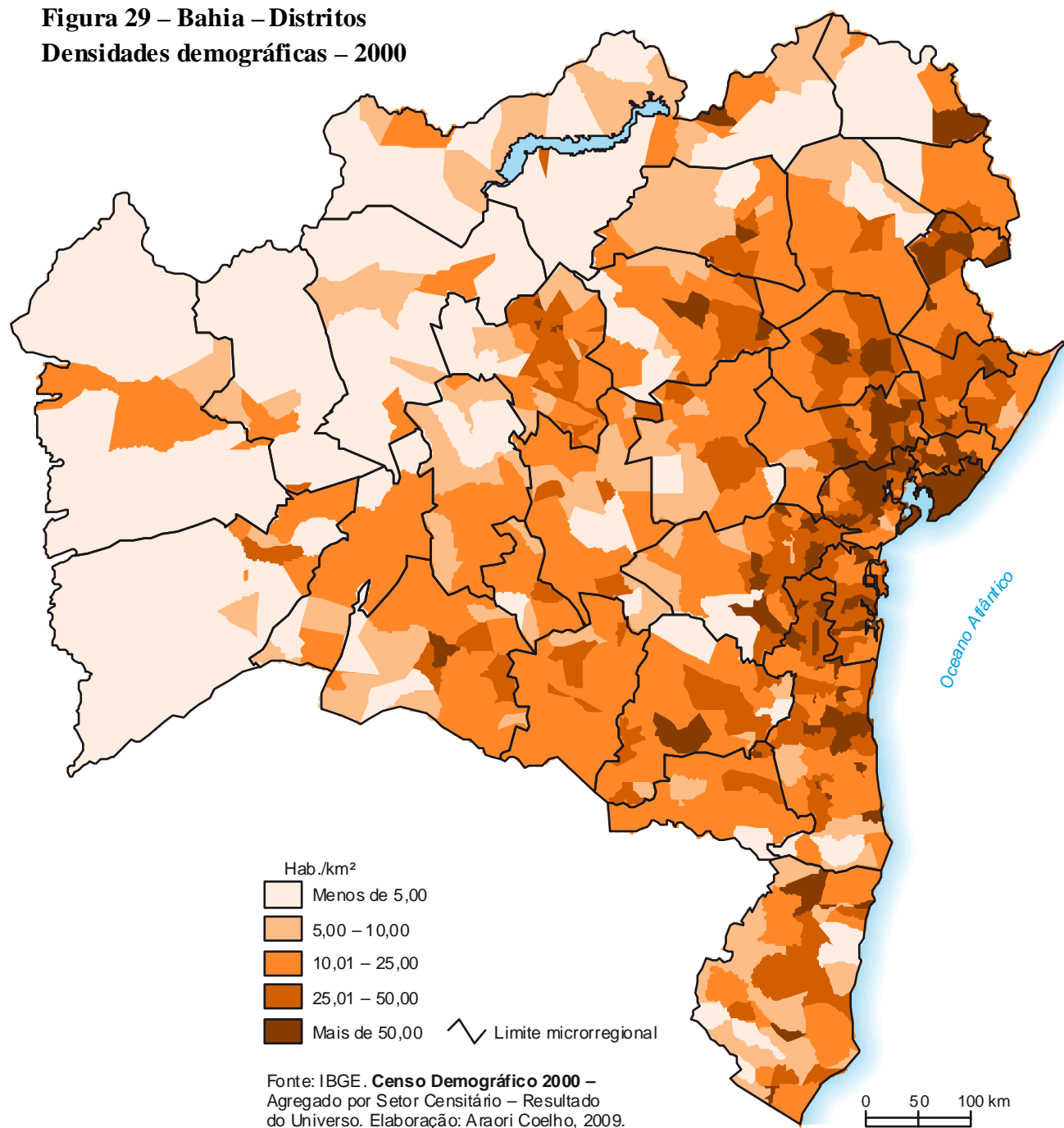
Para melhor mensurar as mudanças na densidade demográfica dos municípios baianos, fez-se o mapa da figura 28, no qual as densidades municipais de 2000 foram subtraídas de 2007, resultando na variação no número de habitantes por quilômetro quadrado destas unidades que formam o Estado.

As áreas de decréscimo populacional abrangem 187 mil km² – um terço do Estado. Seu número de moradores caiu de 3,5 para 3,3 milhões entre 2000 e 2007, reduzindo a densidade demográfica de 18,72 hab./km² para 17,62 hab./km². Ao redor dos municípios de Vitória da Conquista e de Itabuna há uma zona de redução drástica da densidade de povoamento. São 62 municípios abarcados num raio de 130 km destas cidades, com redução de 145 mil habitantes de sua população, sendo que o Estado todo diminuiu 200 mil. Levanta-se a hipótese que a migração rural persiste retroalimentando o crescimento urbano dos centros urbanos microrregionais e mesorregionais do próprio Estado, haja vista que o êxodo para as capitais metropolitanas não está mais no auge, mas, o que merece uma investigação à parte.

É na região metropolitana que ocorre o crescimento de maior intensidade (figura 28), contagiando as áreas vizinhas a nordeste e noroeste. Um enclave de decréscimo, por sinal o mais grave da Bahia, se coloca entre Salvador e Feira de Santana. Trata-se do município de Amélia Rodrigues, que teve sua fronteira remarcada com Conceição do Jacuípe e Terra Nova, aumentando 29% sua jurisdição, de 124 para 160 km², ao passo que seus 24 mil moradores em 2000, reduziram-se para 22 mil (8% a menos). Com isso, sua densidade demográfica caiu de 193 para 138 hab./km².

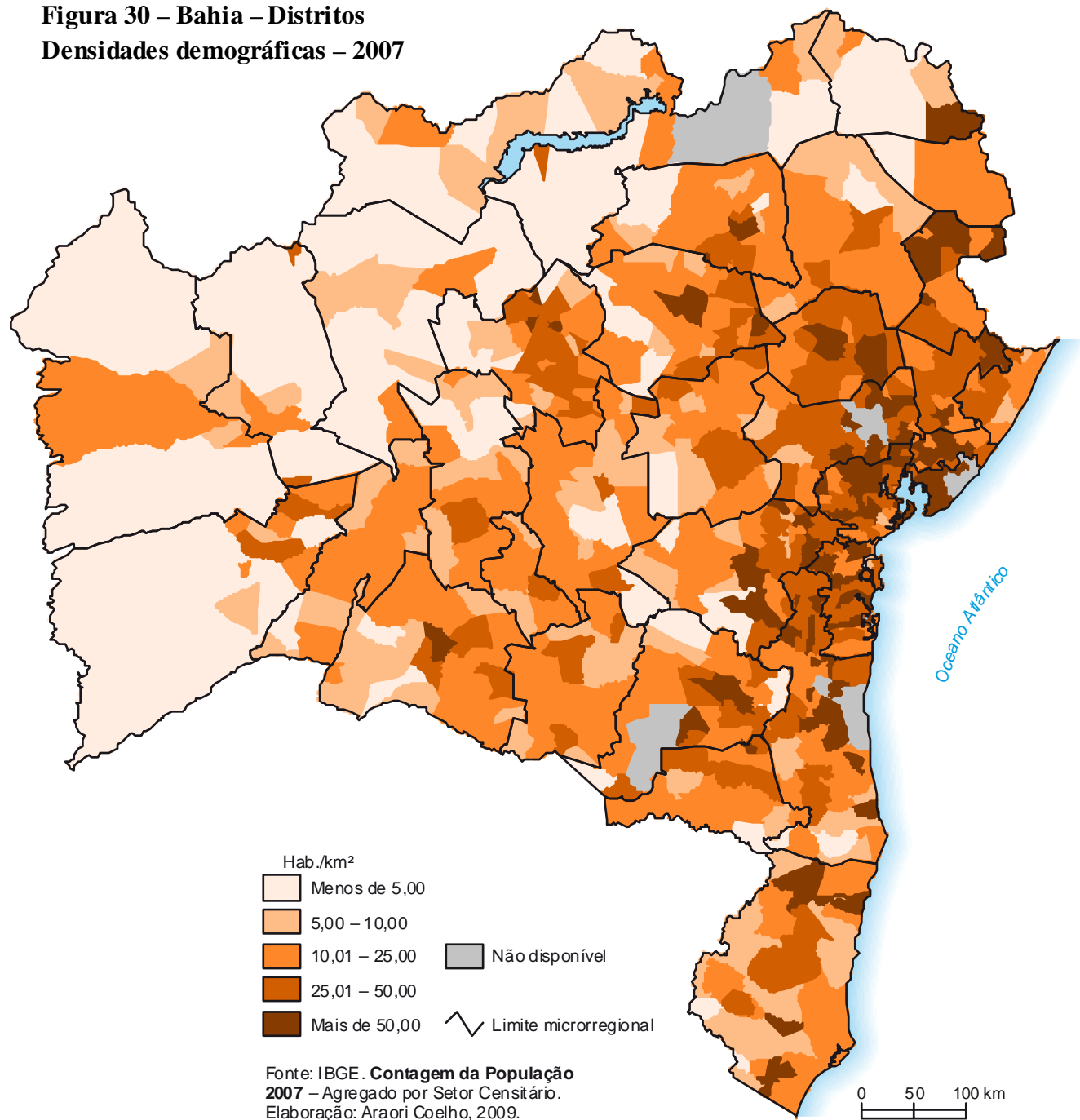
Detalhando a análise interescalar para o nível de distritos, que são 812 em 2000 e 830 em 2007. Desta forma, pode-se retalhar os municípios grandes, “confinar” os distritos mais urbanizados, das cidades médias e grandes, e assim revelar a realidade rural que abrange a maior parte do Estado. Nesse intuito, fez-se a figura 29 e a figura 30. Se faz pertinente observar, neste momento, que cinco dos sete municípios que foram excluídos da contagem 2007 não possuem dados disponíveis para o nível de distrito e por isso estão marcados com uma cor neutra no mapa. Salvador e Itabuna estão marcados no mapa porque são municípios só com o distrito sede.

Figura 29 – Bahia – Distritos
Densidades demográficas – 2000



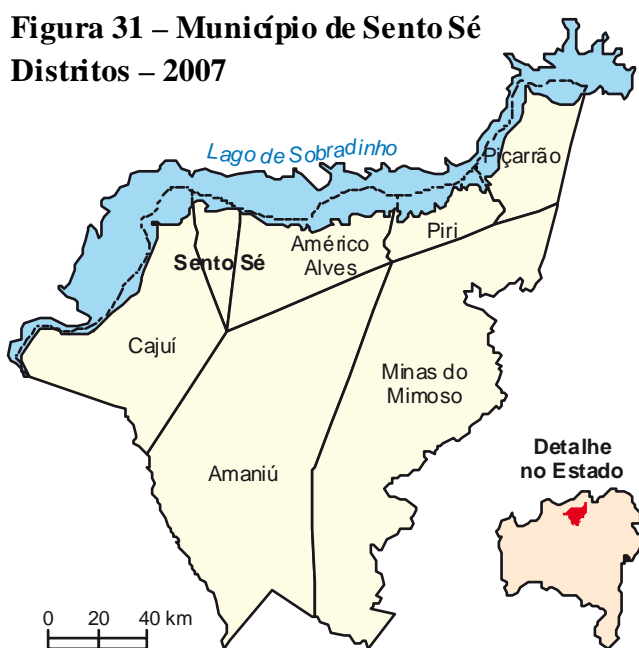
Com a intensificação da divisão cartográfica da geoinformação, mais descontínuos ficam os processos e estruturas geográficas representadas. É dessa forma que se comporta a distribuição populacional da Bahia. Porém, ao mesmo tempo aparecem mais pontos de densidade maior dispersos no interior, como em Juazeiro, Guanambi e Jacobina. Por outro lado, manifesta-se pontos de baixíssima densidade em zonas costeiras e sub-costeiras, como próximo de Porto Seguro e Belmonte.

Figura 30 – Bahia – Distritos
Densidades demográficas – 2007



Curioso é observar o grande município de Sento Sé (figura 31), com 12,5 mil km², o terceiro maior do Estado, menor apenas que Formosa do Rio Preto (16,2 mil km²) e São Desidério (14,8 mil km²). Sua distribuição populacional é típica da região do entorno do lago de Sobradinho, tal qual um imenso oásis, adensa em sua orla a maior parte dos povoados e fazendas dos municípios adjacentes, enquanto que o sertão circunvizinho é escassamente ocupado. Em Sento Sé, seu distrito sede está no centro assimétrico dessa orla, demarcado sobre 2,68% do território municipal, abrigando 44% de seus moradores, com uma densidade

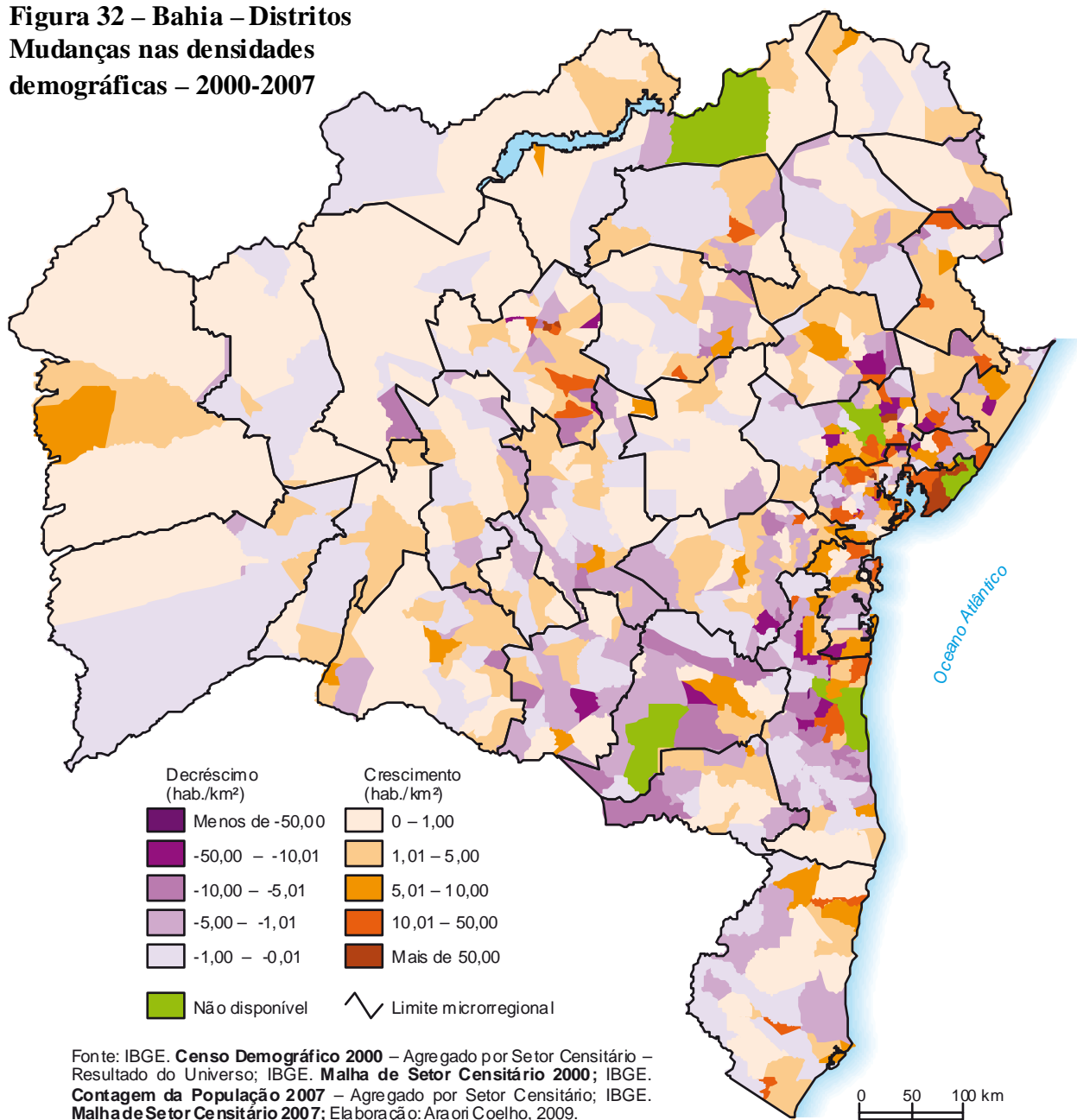
de 47,5 hab./km². Os outros à beira de Sobradinho – Cajuí, Américo Alves, Piri e Piçarrão – se estendem por 36,91% do território municipal e respondem por 46% de sua população, numa densidade média de 3,7 hab./km². Já o sertão dos distritos de Amaniú e Minas do Mimoso, que se estende por quase dois terços do território municipal (61,41%), tem apenas 10% do total da população e 0,5 hab./km², numa superfície de 7,7 mil km² – maior que 408 municípios baianos. Esta mesma Geografia Regional do povoamento se manifesta em Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Pilão Arcado, Barra, dentre outros, é decorrente da ocupação que historicamente ocorreu pela colonização impulsionada pelo avanço da bovinocultura para o interior brasileiro, no caso em questão, vetorizada pelo Rio São Francisco, cuja organização do espaço regional atual ainda preserva fortemente esta estrutura inicial.



Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

A análise das mudanças nas densidades demográficas neste Estado, comparando apenas a figura 29 com a figura 30, é um processo impreciso, pois, eram 812 distritos em 2000 e 830 em 2007. A figura 32 representa a mudança das densidades nos distritos de 2000 para 2007. Não há informações demográficas para 40 distritos dos cinco municípios não recenseados na Contagem 2007. Salvador e Itabuna, distrito único, são a exceção dentro da exceção e por isso têm seus valores plotados neste cartograma.

Figura 32 – Bahia – Distritos
Mudanças nas densidades
demográficas – 2000-2007

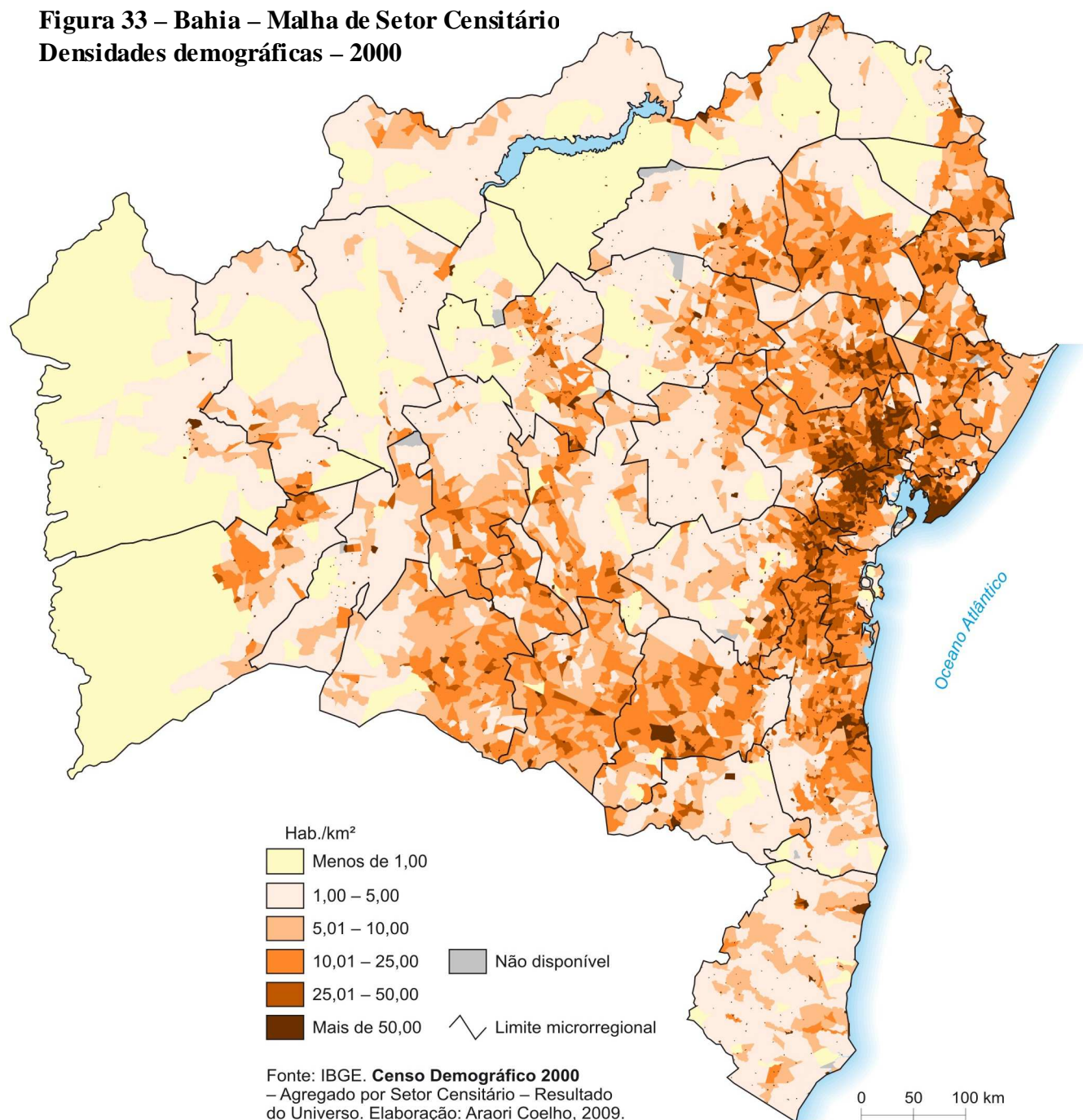


De um total de 830 distritos, 445 registram perda populacional, ou seja, 54% do total, numa área de 193 mil km², pouco mais de um terço do território estadual – 34,25% para ser mais exato – abrigando 2,7 milhões de pessoas onde antes havia 3,0 milhões. Mas, o crescimento geral do Estado é positivo: quase um milhão de baianos a mais em sete anos. Significa que os municípios que aumentaram sua população tiveram fôlego para anular as perdas populacionais e ainda incrementar o número de habitantes da Bahia. Salvador, Lauro de Freitas e Madre de Deus são os casos de maior adensamento demográfico, todos três municípios metropolitanos, todos três distrito único. Mas, a capital baiana está longe demais de

qualquer outro caso manifesto no Estado, com mais de 9.100 hab./km², enquanto que Lauro de Freitas, o segundo lugar no ranking, tem 2.400 e as ilhotas de Madre de Deus têm 1.400.

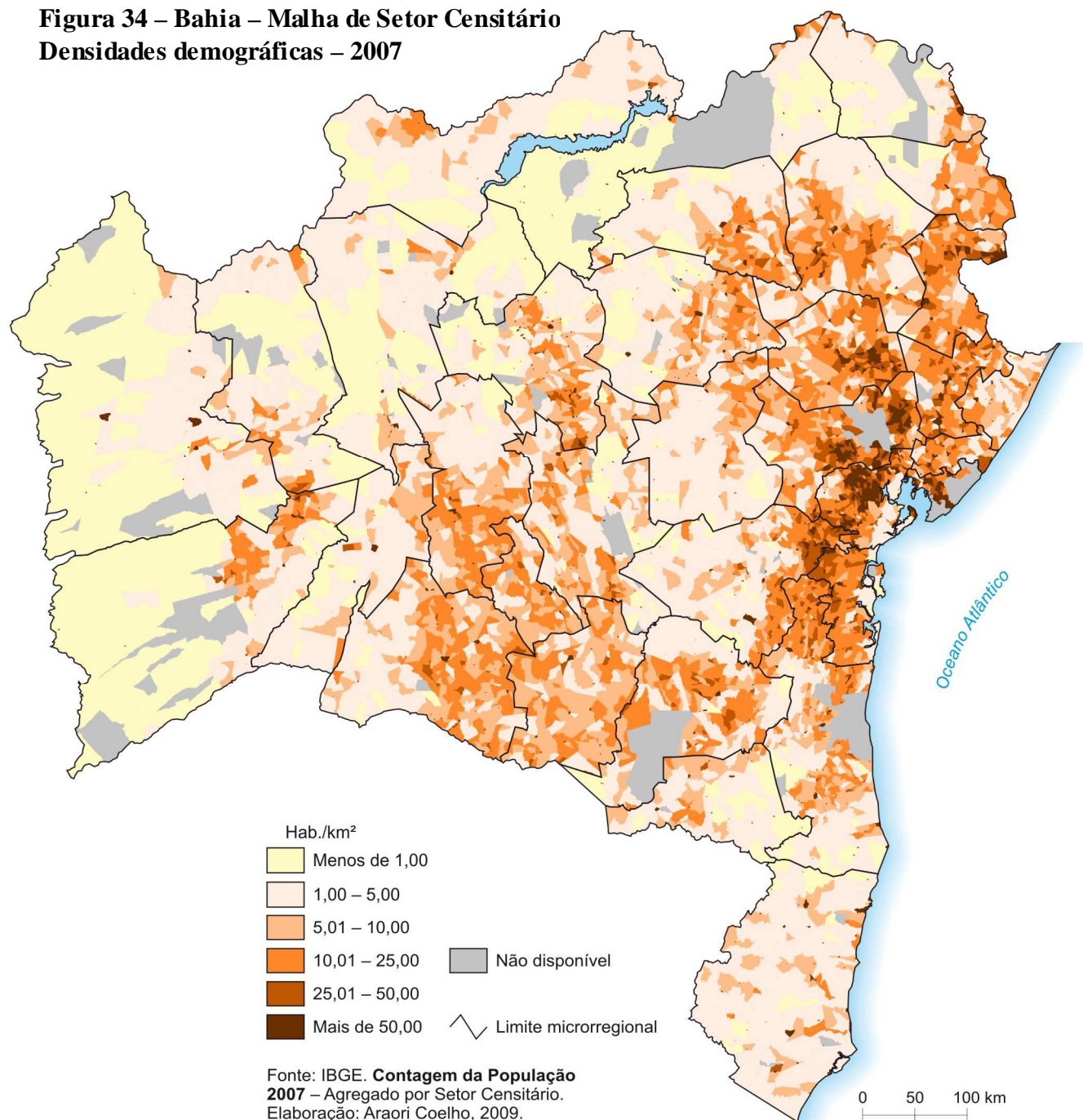
A figura 32 tem manchas mais irregulares que o anterior, classes mais descontínuas, transições mais abruptas ou não identificáveis, enfim, sua leitura é mais difícil. Afinal, trata-se de um documento cartográfico complexo, de 11 classes e quase 1.000 divisões, o que força naturalmente a descontinuidade dos fenômenos representados.

**Figura 33 – Bahia – Malha de Setor Censitário
Densidades demográficas – 2000**



A figura 33 e a figura 34 representam as densidades demográficas da Bahia nas malhas rurais de 2000 e 2007. Elas foram desenhadas seguindo a mesma classificação de dados e escala de cores da figura 26 e outras que representam o mesmo tema.

**Figura 34 – Bahia – Malha de Setor Censitário
Densidades demográficas – 2007**



Em relação aos demais mapas de densidade demográfica, a figura 33 tem uma classe amarela a mais, marcando as áreas com menos de 1 hab./km. Áreas com esta densidade muito

baixa raramente se manifestam isoladas, avizinhando-se entre si numa mancha contínua entre as microrregiões de Santa Maria da Vitória e Barreiras, estendendo-se por machas menores em Juazeiro, Paulo Afonso e Jeremoabo, além de outros pontos menores, isolados e dispersos entre densidades mais elevadas.

Para o ano 2000 aparecem algumas áreas sem informação por conta de inconsistências na documentação dos microdados, mas isto atinge uma fração muito pequena do universo pesquisado e geralmente são pontos de litígio de fronteira municipal. Já a parte mais densamente habitada do Estado é a faixa sub-costeira que parte de Ilhéus e Itabuna e segue rumo norte para o Recôncavo, onde fica mais larga até a região metropolitana e contagia Feira de Santana, Serrinha e seu entorno.

O vácuo de informação é o defeito que constitui-se na pior limitação dos microdados, pois, deve-se evitar utilizá-los onde há significativa parcela de lugares com esse “vácuo de informação”. Sobre o caos que se revelaram os mapas da Bahia na escala de setores censitários da malha rural, eles possuem sim uma limitação de legibilidade, mas isto não é um defeito. A finalidade da divisão em setor censitário não é de mapeamento de regiões extensas, mas sim de levantamento em campo em um mês.

Recomenda-se a utilização dos microdados censitários e sua malha de setores rurais apenas em estudos de escala geográfica pequena, menor que a regional. Isso perpassa pela observância de um aspecto de certa forma subjetivo: o número de repartições (polígonos) que o espaço tem na malha, e que estas subdivisões tenham tamanho não muito discrepante.

Um bom exemplo prático e concreto dessa recomendação é o da figura 35, com o município de Serra do Ramalho. Tem a densidade demográfica da população rural dispersa, o tamanho das localidades censitárias (povoados e a cidade), a demarcação do perímetro urbano, os principais acidentes hidrográficos e a rede das principais estradas e caminhos. Para melhorar a escala da malha rural (1:2.500.000) utilizou-se o MME do respectivo município, em 1:100.000.

Catorze setores rurais de povoamento disperso mais 26 povoados e a cidade perfazem a malha rural na Contagem da População 2007 em Serra do Ramalho. No conjunto, os 27 polígonos de população aglomerada ocupam 6,5 km², ou seja, 0,25% do território municipal de 2.627 km², 28 mil pessoas – concentra 80% dos ramalhenses – em localidades que variam de 55 a 5.423 habitantes. A figura 36 ilustra a distribuição da população municipal entre cidade, povoados e zona rural de povoamento disperso, ou seja, situação de domicílio 1, 5 e 8, respectivamente.

**Figura 35 – Município de Serra do Ramalho
Malha de Setor Censitário – Densidades demográficas – 2007**

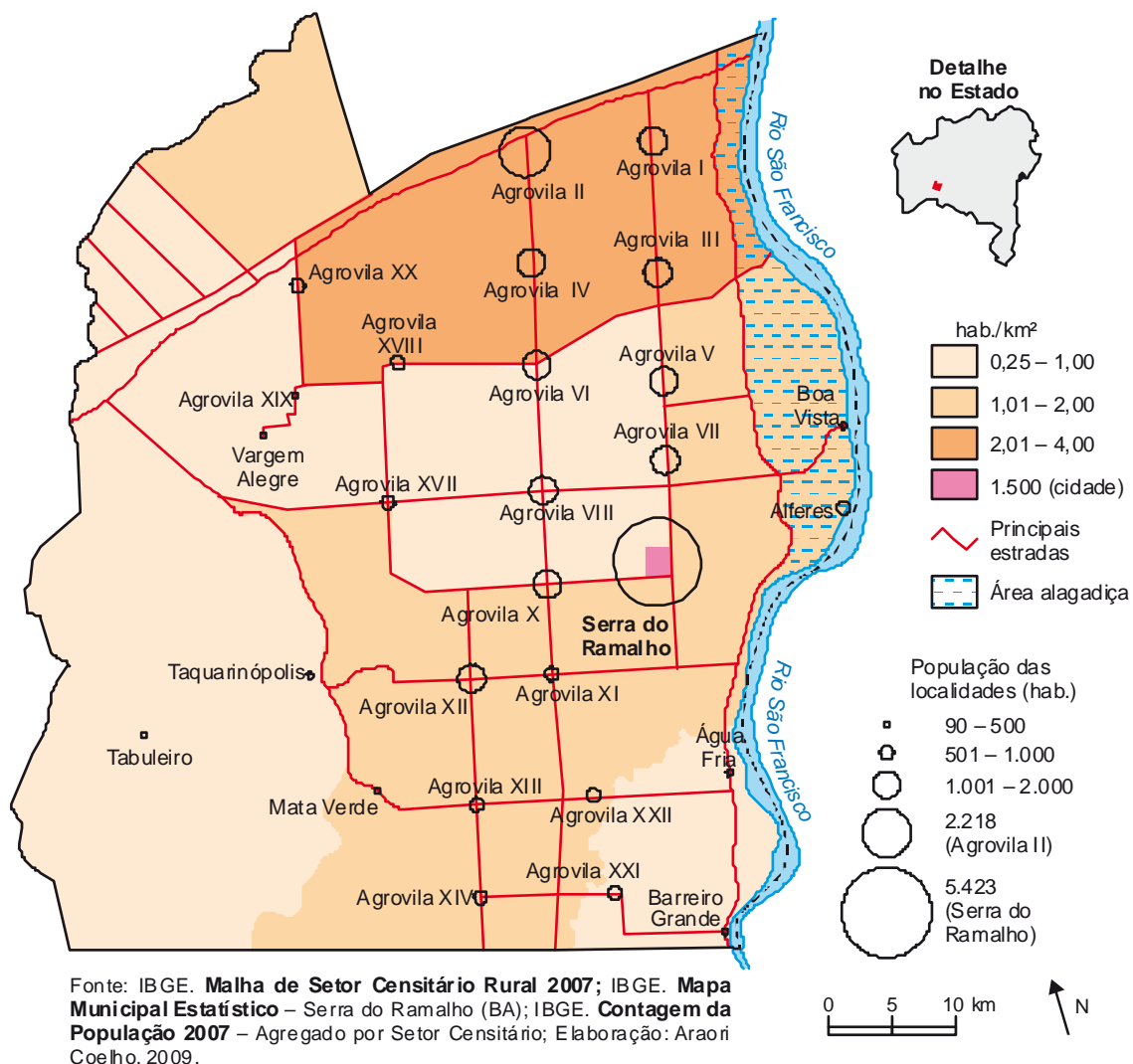
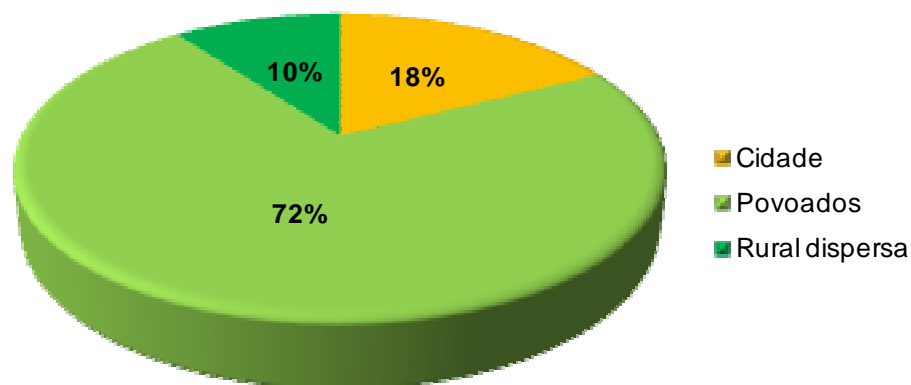


Figura 36 – Município de Serra do Ramalho – Distribuição da população municipal, por situação de domicílio – 2007



Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007 – Agregado por Setor Censitário**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Mas, cada uma das localidades foi representada no mapa com um círculo transparente. Outros geógrafos e demais usuário de geoinformação poderiam não adotar um norte falso, ou adotar outra classificação de tamanho de localidades, outro esquema de cores na densidade demográfica, enriquecer a rede hidrográfica, enfim, fazer o cartograma de modo diferente. O que se pretende mostrar com este mapa temático é demonstrar a viabilidade técnica da representação geográfica dos microdados e sua utilidade como instrumento de análise corológica.

Nem sempre quanto maior o recorte espacial, maior sua complexidade. Ilhéus, por exemplo, é um município bastante peculiar na mesorregião geográfica conhecida como Litoral Sul da Bahia. Baseando-se na observação dos contornos da malha municipal, os vizinhos de Ilhéus são muito pequenos comparados aos seus 1.841 km², especialmente São José da Vitória, com 32 km².

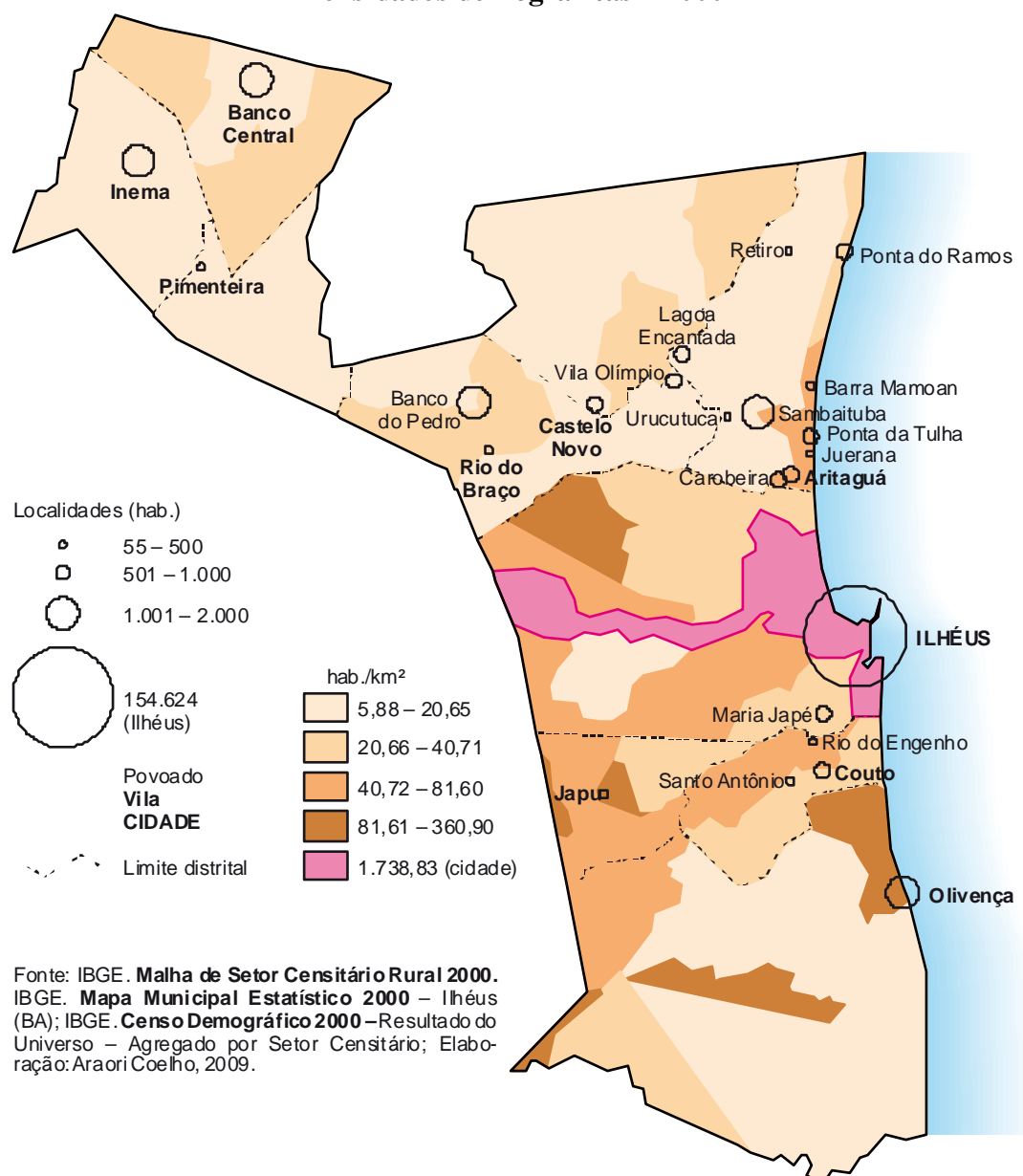
Isto é o total oposto de Serra do Ramalho, um município, apesar de imenso, mas relativamente pequeno se comparado aos vizinhos do Oeste, como Correntina e Jaborandi. Mas, Ilhéus se mantém grande: poderia ser uma microrregião se cada um de seus 10 distritos fosse um município. Factualmente, esta grande unidade política do litoral baiano foi preservada intacta, sob o controle de uma única prefeitura, após a onda nacional de emancipação pós-Ditadura Militar, no final da década de 1980. Isto é perfeitamente visível pela análise da distribuição bastante peculiar da sua população rural – que era de 60 mil pessoas em 2000, a maior da Bahia – com 23 aglomerados censitários, entre vilas e povoados, e densidades demográficas rurais que variam de 5,88 a 360,90 hab./km², como se pode observar no mapa da figura 37. A tabela 9 tem o detalhamento da classificação das suas densidades demográficas rurais.

Tabela 9 – Município de Ilhéus
Classes de densidade demográfica rural da figura 37

Cor	Classe	Intervalos de classe (hab./km ²)		População		Área rural	
		De	Até	Habitantes	(%)	Km ²	(%)
	1	5,88	20,65	12.963	25,16	950	54,49
	2	20,66	40,71	12.465	24,19	455	26,09
	3	40,72	81,60	12.910	25,06	242	13,90
	4	81,61	360,90	13.183	25,59	96	5,52
—	Total	—	—	51.521	100,00	1.743	100,00

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

**Figura 37 – Município de Ilhéus – Malha de Setor Censitário
Densidades demográficas – 2000**

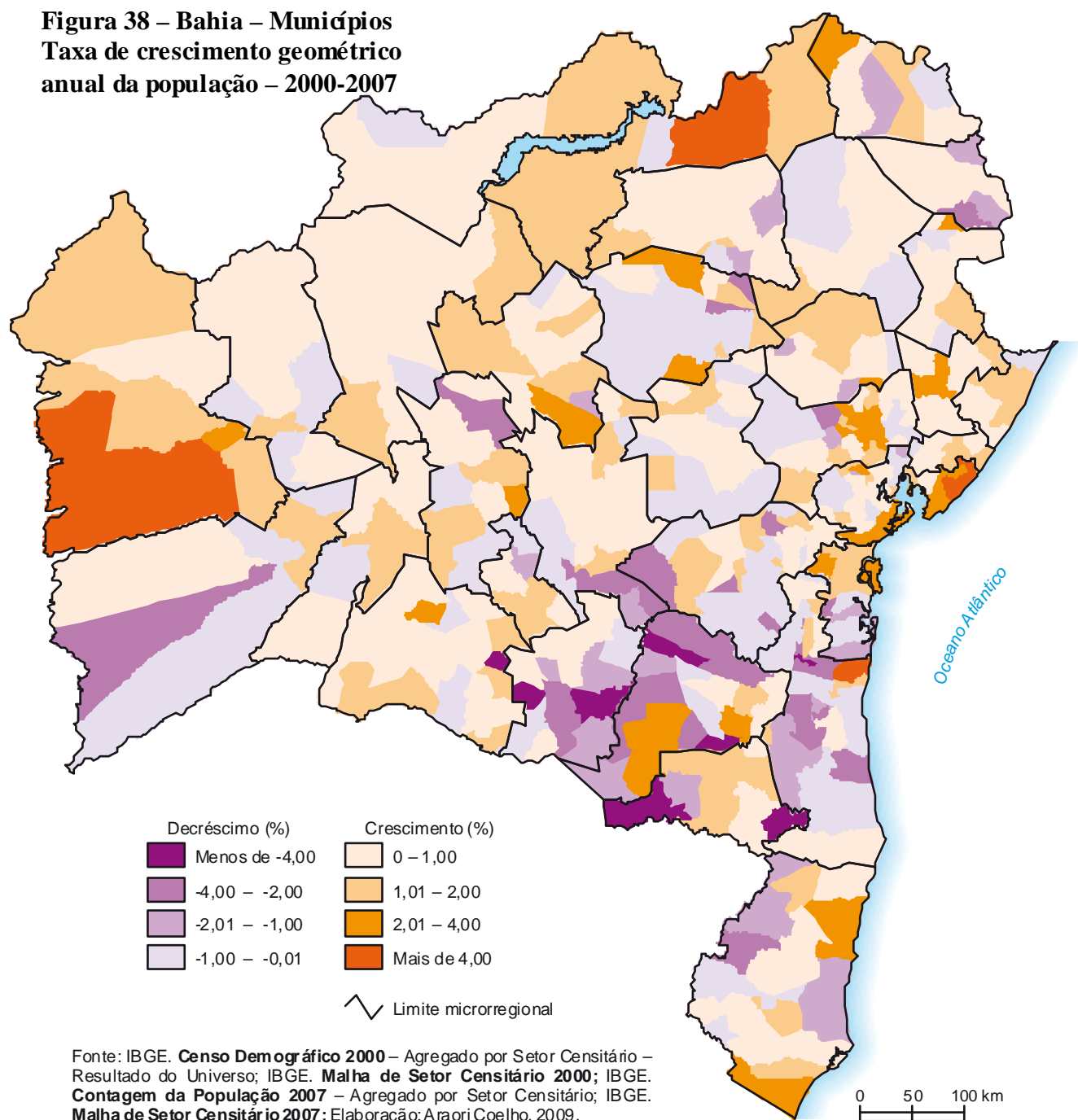


As densidades da tabela são dos setores de população rural dispersa, sendo que no mapa inclui-se a área urbana da cidade. Cada classe da tabela contém um quarto dos moradores da zona rural de povoamento esparsa. Povoados, vilas e a cidade estão representadas por classes de círculos (não por círculos proporcionais), pois, a cidade é demasiadamente grande em comparação às demais localidades. Para ser mais exato, Ilhéus é 88 vezes o tamanho da vila de Inema, segundo maior aglomerado do município. Dessa forma, a cidade é o centro assimétrico do município (porque não divide o todo em duas partes iguais), em torno do qual gravitam as maiores densidades. Tanto no norte quanto no sul há uma orla marítima mais densamente habitada *versus* o interior de ocupação mais esparsa.

Com estes dois casos de mapeamento de densidade demográfica municipal (Ilhéus e Serra do Ramalho) se anseia demonstrar a aplicabilidade dos microdados censitários no estudo da Geografia da Bahia e suas partes menores.

Até então neste sub-capítulo analisou-se a distribuição da população baiana em habitantes por quilômetro quadrado nos seus diferentes níveis de divisão geográfica. Neste momento, torna-se relevante visualizar as mudanças na intensidade do povoamento pela taxa de crescimento geométrico anual, como ilustra a figura 38.

Figura 38 – Bahia – Municípios
Taxa de crescimento geométrico
anual da população – 2000-2007



A figura 38 espacializa as taxas de crescimento geométrico anual dos municípios, usando a mesma escala de cores das figuras anteriores de dinâmica populacional. Luís Eduardo Magalhães e São Desidério tiveram um crescimento acentuadamente maior que a média estadual, com taxas de 12% e 4% ao ano, respectivamente. Mas, sua densidade de povoamento é das mais baixas do Estado, compondo 18 mil km² com quase 70 mil moradores, bastante concentrados na cidade de Luís Eduardo (59% do total).

Vitória da Conquista e Itabuna estão no centro da zona mais extensa de despovoamento da Bahia, conforme já dito anteriormente. Mas o miolo desta zona teve crescimento, compondo uma configuração regional bastante interessante, no qual o centro se adensa ao mesmo tempo que sua periferia se esvazia. Não há como afirmar que estas duas estruturas tenham alguma ligação, pois, os dados de migração do resultado do universo e da contagem da população só apontam a unidade da federação de origem dos seus moradores, não detalhando o município.

Guajeru, 130 km a oeste de Vitória da Conquista, é o pior caso de perda demográfica da Bahia, com uma taxa negativa de crescimento geométrico anual de 8,18% no período aqui estudado, reduzindo seu contingente populacional para 55% em apenas sete anos. Ainda há 15 municípios com taxas negativas de 3% a 4%, ou até mais, o que significa que sua população residente pode reduzir-se à metade em 18 ou 24 anos, persistindo esse ritmo geométrico. A tabela 10 sinaliza os casos mais graves de decréscimo demográfico na Bahia no período pesquisado.

Tabela 10 – Bahia – Dez municípios com pior perda populacional, em percentagem – 2000-2007

Município	População residente		Redução da população (%)	Taxa de crescimento geométrico anual (%)
	2000	2007		
Guajeru	12.836	7.062	44,98	-8,18
Caraíbas	17.164	10.439	39,18	-6,86
Maetinga	13.686	8.785	35,81	-6,14
Gongogi	10.522	6.834	35,05	-5,98
Caatiba	15.508	10.323	33,43	-5,65
Mirante	13.666	9.170	32,90	-5,54
Encruzilhada	32.924	22.477	31,73	-5,31
Potiraguá	14.579	10.325	29,18	-4,81
Ibiassucê	12.828	9.446	26,36	-4,28
Barra do Rocha	8.074	6.083	24,66	-3,96

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Cada um destes casos isolados está disperso no Estado em meio a uma zona de perda demográfica menos intensa. Os dez municípios postos acima têm perdas individuais absolutas que variam entre 2 mil e 10 mil habitantes. A tabela 11 sinaliza os casos de maior perda populacional absoluta na Bahia.

Tabela 11 – Bahia – Dez municípios com pior perda populacional, em valores absolutos – 2000-2007

Município	População residente		Redução da população (hab.)	Taxa de crescimento geométrico anual (%)
	2000	2007		
Encruzilhada	32.924	22.477	10.447	-5,31
Barra do Choça	40.818	32.468	8.350	-3,22
Una	31.261	24.140	7.121	-3,63
Caraíbas	17.164	10.439	6.725	-6,86
Guajeru	12.836	7.062	5.774	-8,18
Anagé	31.060	25.566	5.494	-2,74
Caatiba	15.508	10.323	5.185	-5,65
Coaraci	27.852	22.696	5.156	-2,88
Maetinga	13.686	8.785	4.901	-6,14
Boa Nova	20.544	15.965	4.579	-3,54

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Cinco dos dez municípios desta tabela estão na anterior. Mas, todos eles têm um aspecto fundamental em comum: são vizinhos de Vitória da Conquista e Itabuna, desenhando a Geografia Regional do despovoamento na Bahia. Esta perda populacional acentuada se reflete também em perdas de eleitorado, de população economicamente ativa, de força de trabalho, promove a descaracterização da cultura popular, ou seja, daquilo que é a parte humana do lugar, como se o espaço geográfico estivesse sendo desmontado, desarticulado.

Como a dinâmica populacional baiana tem saldo positivo, significa que as áreas que crescem superam as que decrescem. Desta forma, a tabela 12 tem os dez municípios que tiveram o maior crescimento relativo durante os sete anos aqui pesquisados, com as taxas geométricas e o respectivo percentual de acréscimo no número de moradores.

Na tabela 12 estão os municípios de Camaçari e Juazeiro, que não foram contados no último levantamento do IBGE, tendo seu resultado apenas estimado. O que chama atenção é a taxa de crescimento meteórico de Luís Eduardo Magalhães, o município mais novo da Bahia,

com acréscimo geométrico anual da ordem de 13%, em meio à região mais escassamente habitada do Estado, mas que ostenta extenso campo produtivo do agronegócio capitaneado pela oleicultura – não na sua monocultura, haja vista a diversidade de culturas comerciais plantadas nesta região. De acordo com a metodologia aplicada na estimativa da população municipal que o Instituto publica anualmente no DOU, se Luís Eduardo persistir com esta taxa, chegará a 63 mil habitantes no Censo Demográfico 2010, um cenário muito difícil de se comprovar. Itacaré também merece destaque por situar-se numa zona de séria perda populacional que é o entorno de Ilhéus e Itabuna.

Tabela 12 – Bahia – Dez municípios com maior crescimento populacional, em percentagem – 2000-2007

Município	População residente		Crescimento da população (%)	Taxa de crescimento geométrico anual (%)
	2000	2007		
Luís Eduardo Magalhães	18.757	43.952	134,32	12,94
Camaçari	161.727	220.495	36,34	4,53
Itacaré	18.120	24.215	33,64	4,23
Juazeiro	174.558	230.538	32,07	4,05
São Desidério	19.006	25.091	32,02	4,05
Lauro de Freitas	113.543	143.627	26,50	3,41
Piritiba	19.037	24.049	26,33	3,40
Lamarão	9.523	11.988	25,88	3,34
Madre de Deus	12.036	15.124	25,66	3,32
Abaré	13.648	17.041	24,86	3,22

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Municípios grandes e pequenos tiveram altas taxas de crescimento, mas somente os grandes podem ter o maior acréscimo absoluto, tais como os metropolitanos e os centros regionais, como mostra a tabela 13. Salvador sempre foi a maior cidade da Bahia. De acordo com a projeção oficial, esta capital tem agora 452 mil moradores a mais do que no início da década de 2000. É preciso juntar os 22 maiores crescimentos para igualá-lo. Luís Eduardo Magalhães é o único da lista com menos de 100 mil habitantes, mas o seu salto demográfico de 25 mil pessoas é comparável à maioria dos casos presentes nesta listagem. Assim como a capital do Estado, nesta tabela também estão quatro outros municípios com população estimada, fora Ilhéus, que teve uma projeção de crescimento negativo.

Tabela 13 – Bahia – Dez municípios com maior crescimento populacional, em valores absolutos – 2000-2007

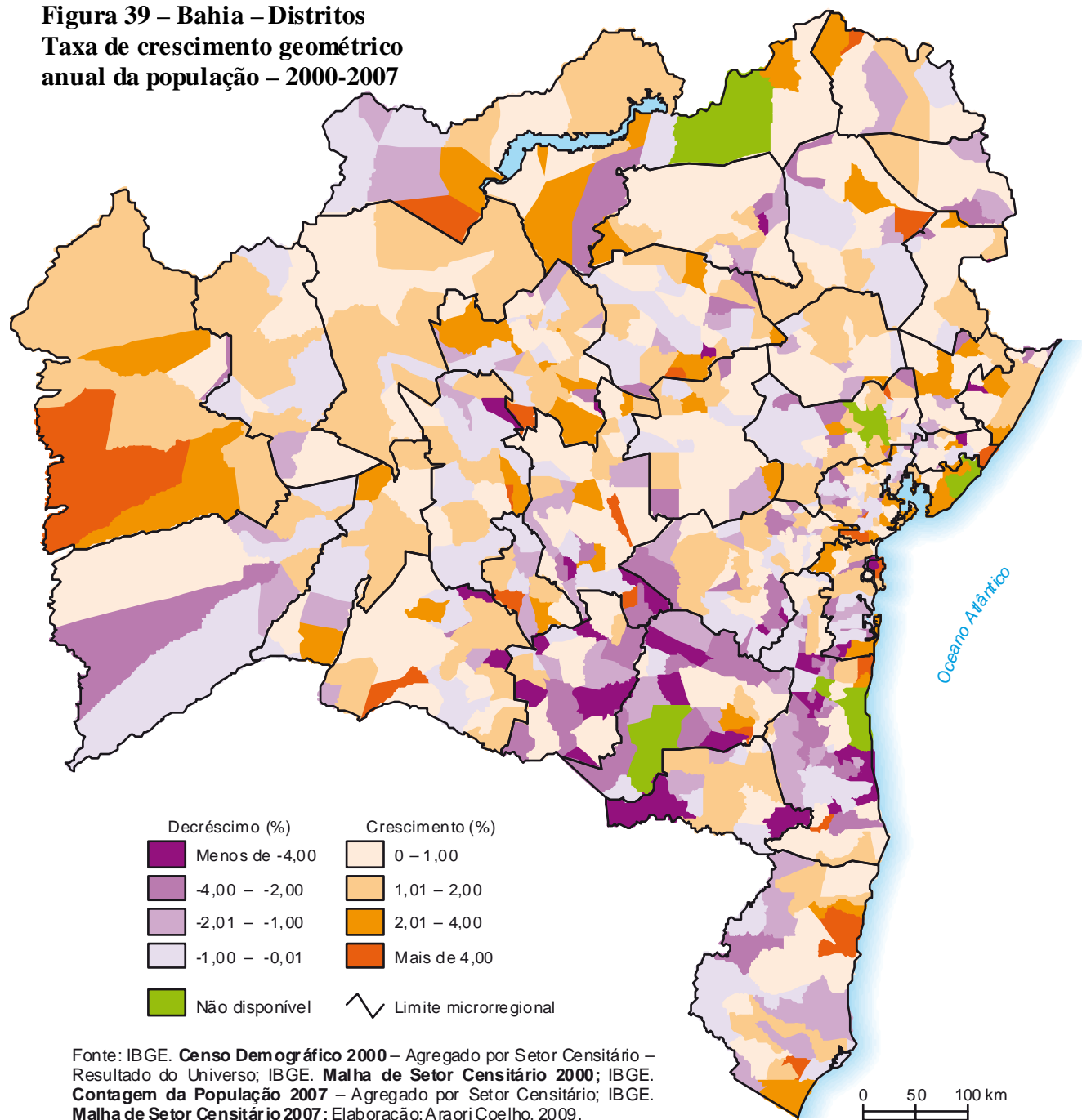
Município	População residente		Crescimento da população	Taxa de crescimento geométrico anual (%)
	2000	2007		
Salvador	2.440.260	2.892.625	452.365	2,46
Feira de Santana	480.949	571.997	91.048	2,51
Camaçari	161.727	220.495	58.768	4,53
Juazeiro	174.558	230.538	55.980	4,05
Vitória da Conquista	262.494	308.204	45.710	2,32
Lauro de Freitas	113.543	143.627	30.084	3,41
Luís Eduardo Magalhães	18.757	43.952	25.195	12,94
Porto Seguro	95.706	113.709	18.003	2,49
Barreiras	113.092	128.901	15.809	1,89
Simões Filho	94.066	108.680	14.614	2,08

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000**; IBGE. **Contagem da População 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Detalhando esta análise interescalar, a figura 39 usa a mesma classificação de dados e escala de cores da figura 38 (página 109), porém dividida em distritos. Nela é possível enxergar Sento Sé, um caso já destacado na figura 31 (página 101), pela Geografia Regional da sua distribuição populacional, tem sete distritos, sendo a sede, mais quatro na orla do Lago de Sobradinho e dois no sertão mais afastado do Rio São Francisco. Estes recortes de Sento Sé aparecem nitidamente desenhados na figura 39, pela diferenciação da sua dinâmica. O mesmo acontece com alguns vizinhos, como Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes e Remanso, mas não com Casa Nova, que tem homogeneidade neste aspecto populacional.

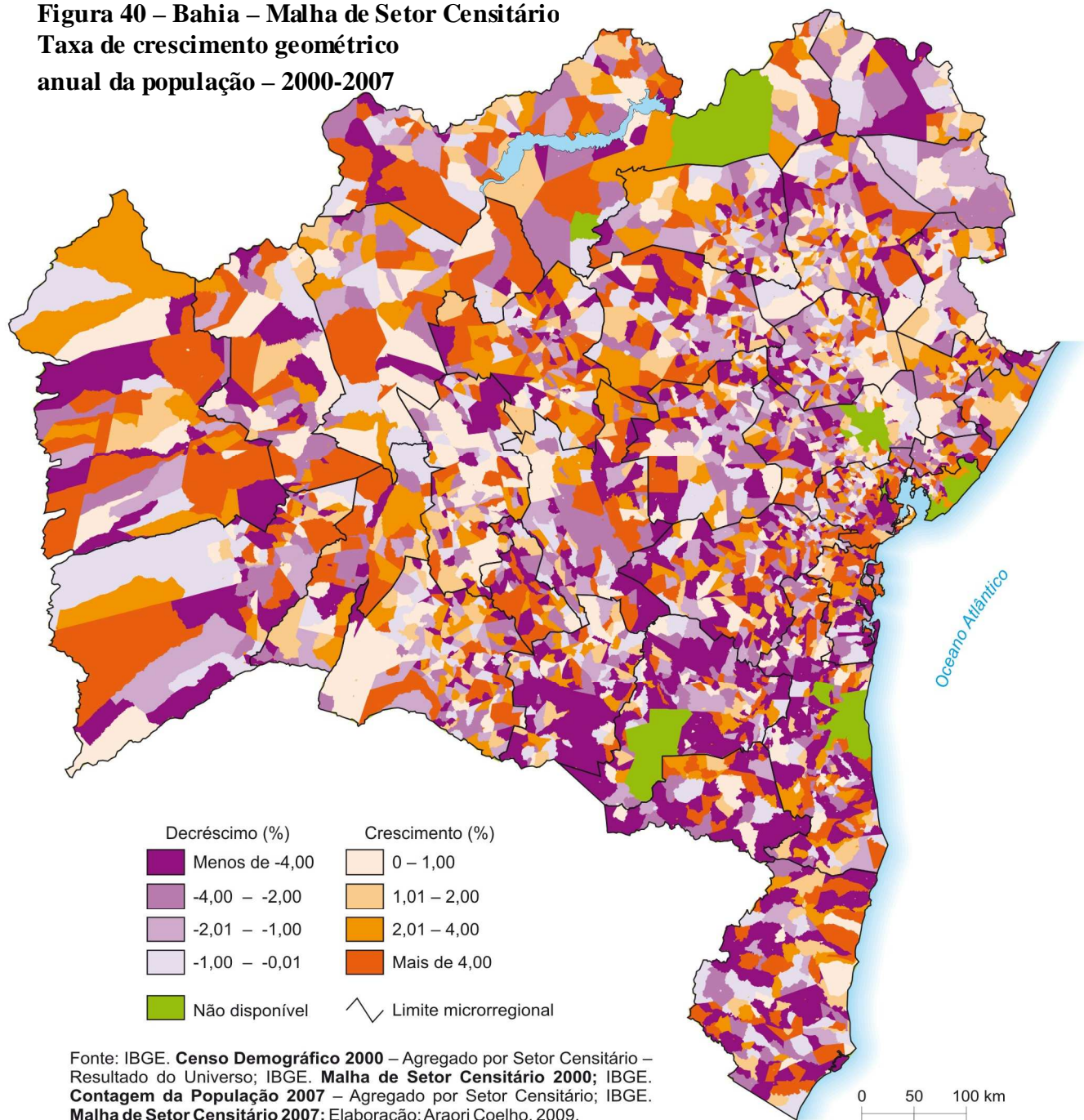
Entre 2000 e 2007, nove municípios tiveram perda geométrica anual maior que 4%. Mas, nada menos que 38 distritos registraram -4% ao ano, um ritmo de redução alarmante. Poderiam ser maiores estes números, se 40 distritos não fossem omitidos da Contagem 2007. Matematicamente, qualquer universo que evolua -4% ao ano leva 18 anos para perder a metade de si. Com Piraúna, distrito do município de Ubaitaba, a redução se processou a uma média de 11% ao ano e hoje o seu número de moradores é 44% do que era a menos de uma década.

Figura 39 – Bahia – Distritos
Taxa de crescimento geométrico
anual da população – 2000-2007



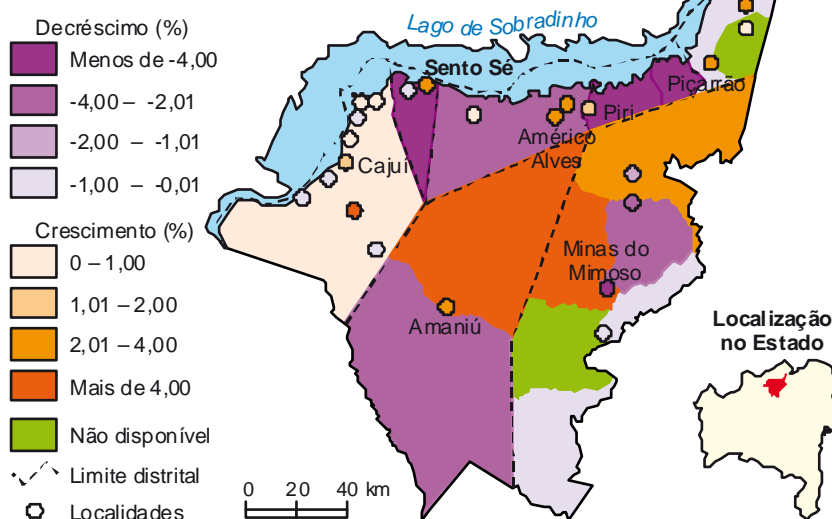
Cinco municípios cresceram mais de 4% ao ano entre 2000 e 2007. No nível de distritos, 24 cresceram com esta taxa. Um grupo de 27 municípios teve entre 2% e 4% de taxa de crescimento geométrico, o que passa para 72 distritos nesse mesmo ritmo. Por isso que este último mapa é mais complexo que os anteriores, sem falar que com essa divisão muito detalhada é mais difícil ter as continuidades. Muito mais carregado visualmente, mais difícil de ler, é o mapa da figura 40, que espacializa as taxas de crescimento geométrico anual na malha de setor censitário, cujo resultado sugere intensa movimentação populacional.

Figura 40 – Bahia – Malha de Setor Censitário
Taxa de crescimento geométrico
anual da população – 2000-2007



Utilizou-se os *shapes* das malhas de setor censitário combinadas em áreas mínimas comparáveis (AMC) criadas para possibilitar a comparação dos microdados de 2000 com 2007. Assim, a Bahia fica dividida em 5.700 partes, contra 7.200 da malha do censo demográfico e 9.500 da contagem da população. As AMC, além de viabilizar a análise conjunta dos resultados destes dois levantamentos, melhora sensivelmente a legibilidade do mapa, entretanto, não o torna legível o suficiente (figura 40) para a totalidade do Estado da Bahia, infelizmente. Mas, para mapear uma área extensa, porém razoavelmente dividida, a exemplo do município de Santo Sé (figura 41), os setores censitários são o ideal.

**Figura 41 – Município de Sento Sé
Malha de Setor Censitário – Taxa de crescimento
geométrico anual da população – 2000-2007**



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Contagem da População** – Agregado por Setor Censitário; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Boa parte das 5.700 AMC baianas, 1.626 para ser preciso, simplesmente não aparecem numa representação cartográfica no formato A4. Para desenhar este mapa na escala 1:2.500.000, o máximo de detalhe cartográfico que as malhas rurais permitem, seria necessário uma folha no formato A2 (de 42 cm de largura por 55 cm de altura) e, mesmo assim, os povoados seriam nuvens irregulares de milhares de pontos de meio milímetro de diâmetro (ou até menos), que não podem ser coloridos e aparecer com o devido contraste por cima de uma estampa visualmente bastante carregada, como a da figura em questão.

O que os mapas de dinâmica da distribuição populacional têm revelado é que a Bahia, em sua maior parte, constitui-se de áreas com povoamento rural extensivo, com densidades de 5 a 20 hab./km², demograficamente estagnados ou de crescimento relativamente pouco significativo, em valores positivos ou negativos. Cidades de tamanho maior cujo entorno se destaca, dão certo caráter urbano à sua região vizinha, frequentemente constituindo-se o seu centro econômico.

Uma metrópole comanda economicamente, politicamente e culturalmente esta grande unidade da federação brasileira. É o centro magnético que atrai para si uma grande periferia tropical, semi-árida, semi-decadente, semi-estagnada, em franco processo de concentração demográfica e por favelização das localidades oficialmente e oficiosamente urbanas, processo este alimentado pelo esvaziamento das fazendas, dos sítios e dos lugarejos.

Neste cenário, as exceções são muitas, são pontuais, devido a fatores de ordem variada que favorecem ou desfavorecem a estabilidade da organização do espaço geográfico. A persistência de aceleradas taxas de crescimento ou decréscimo populacional sinalizam instabilidades que organizam e desorganizam conjuntos de lugares hierarquicamente articulados por relações assimétricas, reflexo de processos que tornam os espaços e suas populações progressivamente mais heterogêneos.

3.4 MOSAICOS DO POVOAMENTO URBANO E RURAL

Campo e cidade são duas formas distintas de ocupação e uso do espaço geográfico. No Brasil, oficialmente, a distinção entre estes dois meios distintos em aspectos de ordem social, econômica e cultural, é feita pela delimitação do perímetro urbano por decreto legislado pelas prefeituras, seguindo um critério próprio. É preciso que haja um discernimento único, lógico e universal do que seja campo e cidade no Brasil para que se tenha uma noção do quanto realmente a nação está urbanizada e onde isso é mais proeminente.

Para se ter o mesmo discernimento entre zona urbana e zona rural, usando-se os dados produzido pelo IBGE, é imprescindível usar as suas definições embebidas em suas representações cartográficas. Primeiramente, a população ou está concentrada em localidades ou totalmente dispersa pelo espaço. Localidade ou aglomerado é um lugar permanentemente habitado, caracterizado por um conjunto de edificações adjacentes, formando uma área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou disposta ao longo de uma via de comunicação (IBGE, 1999b, p. 73; 2003a, p. 8). O que define se um aglomerado, ou localidade, é urbano ou rural é a delimitação legal lhe foi dada por decreto municipal.

Dentre as localidades rurais, a mais comum é o povoado. Segundo o IBGE,

[...] povoado é a localidade que tem a característica definidora de aglomerado rural isolado e possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e dois dos seguintes serviços ou equipamentos: um estabelecimento de ensino fundamental em funcionamento regular, um posto de saúde com atendimento regular e um templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela. (IBGE, 1999b, p. 74).

Dentre os tipos de localidade urbana, destacam-se a cidade e a vila que, via de regra, são a sede administrativa e respectivamente tem a mesma denominação do município e do distrito ao qual pertencem (IBGE, 1999b, p. 73). O caso de exceção em todo o Brasil é o

município de Vera Cruz, na região metropolitana de Salvador, cuja cidade chama-se Mar Grande, inexistindo qualquer localidade com o nome Vera Cruz.

Na Bahia, entre as décadas de 1940 a 1960, o que definia uma localidade como cidade era, basicamente, o seu número de habitantes. Não há hoje estipulação legal para a população mínima de uma cidade, tal como havia na lei estadual nº 140 de 22 de dezembro de 1948, que zoneava o Estado em três partes, de acordo com sua realidade regional, onde não se poderia criar uma cidade com menos de 1.000 ou 2.000 moradores, além de outras exigências eleitorais e tributárias, dentre outras próprias de cada região. Atualmente, a cidade é a localidade urbana que contém a prefeitura e a câmara de vereadores do município.

A tabela 14 contém as dez maiores áreas urbanas (em superfície) das sedes municipais da Bahia. Nela não se considerou as áreas de outras localidades urbanas que eventualmente estejam contidas no distrito sede, que são rotuladas pelo IBGE com o código 3 na situação de domicílio.

Tabela 14 – Bahia – Maiores cidades em área urbana (km²) – 2000

Cidade	Área urbana (km ²)	População (1.000 hab.)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Vitória da Conquista	328	215	657
Salvador	298	2.439	8.172
Feira de Santana	148	420	2.831
Porto Seguro	115	64	560
Ilhéus	89	155	1.739
Barreiras	83	100	1.212
Juazeiro	74	125	1.700
Itaparica	52	19	363
Itapetinga	51	51	1.002
Itabuna	50	191	3.821

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

É preciso salientar que contou-se apenas a área continental contida no perímetro urbano, senão, algo em torno de 110 km² de mar na Baía de Todos os Santos seria acrescentado à cidade de Salvador, fora outros 60 km² em Itaparica. O que se vê acima são as maiores áreas urbanas do Estado da Bahia, que é sinônimo de cidade em todo o Brasil. São reflexo da demarcação arbitrária das prefeituras que determinam zonas urbanas com densidade demográfica muito baixa, inferior a 1.000 hab./km², como é o caso de Vitória da Conquista, Itaparica e Porto Seguro.

Questões assim soerguem das discussões e estudos geodemográficos, pois, a distribuição da população também é reflexo direto da base territorial de levantamento de informações e isto se acentua quanto maior e mais dividido é o espaço analisado. – como acontece à Bahia em microdados censitários. Mas, somente neste nível de micro divisão estatística, se percebe a presença dos pontos de adensamento e aglomeração populacional que são as cidades, vilas e povoados. Na tabela a seguir estão as maiores áreas urbanas da Bahia em 2007.

Salvador tem a 25ª maior área urbana do Brasil e Vitória da Conquista é a 20ª, sendo a maior da Região Nordeste. A maior do país é Brasília, com 1.358 km², única cidade do Distrito Federal, por questões políticas, já que esta Unidade da Federação em especial não pode criar municípios. A segunda maior é a capital do Estado do Rio de Janeiro, com 1.184 km² e a terceira é Brasnorte, em Mato Grosso, cujo perímetro urbano de 1.100 km² é um círculo irregular com raio de 20 km e apenas 8.000 habitantes, mas é o tipo de coisa comum neste grande estado. Daí, como estabelecer um padrão nacional do que é urbano ou rural?

Tabela 15 – Bahia – Maiores cidades em área urbana (km²) – 2007

Cidade	Área urbana (km ²)	População (1.000 hab.)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Vitória da Conquista	326	—	—
Salvador	298	—	—
Feira de Santana	152	—	—
Ilhéus	112	—	—
Barreiras	83	115	1.386
Juazeiro	74	—	—
Porto Seguro	72	75	1.040
Jequié	71	131	1.851
Luís Eduardo Magalhães	61	40	661
Lauro de Freitas	60	144	2.398

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**; IBGE. **Contagem da População 2007**. Elaboração: Araoii Coelho, 2009.

A comparabilidade dos dados de 2007 com 2000 se evidencia mais uma vez. Cidades como Ilhéus e Porto Seguro modificaram seu perímetro urbano. Lauro de Freitas, tal como Itaparica, igualmente membro da região metropolitana, decretou que toda a sua jurisdição é urbana. Luís Eduardo Magalhães, motivada pelo crescimento meteórico de menos de um decênio com prefeitura própria, estendeu bastante os terrenos da cidade e tornou-se a nona maior do Estado, já bem distante do 307º lugar em 2000.

A tabela 16 exhibe as dez maiores e as dez menores sedes municipais do Estado, em número de moradores. Via de regra, a população da cidade é a população urbana do distrito-sede, assim como a população das vilas é a população urbana do distrito. Mas há municípios com outros tipos de localidade urbana isolada, como é o caso de Guarajuba no distrito de Monte Gordo, município de Camaçari, e Caldas do Jorro, no distrito sede do município de Tucano. Ao todo, na Bahia há sete distritos-sede com esses aglomerados urbanos isolados.

Tabela 16 – Bahia – Dez cidades mais e menos populosas – 2000

	Cidade	População		Cidade	População
1	Salvador	2.439.255	408	Vereda	1.276
2	Feira de Santana	419.816	409	Novo Horizonte	1.189
3	Vitória da Conquista	215.182	410	Lajedinho	1.154
4	Itabuna	191.096	411	Antônio Cardoso	1.121
5	Ilhéus	154.624	412	Ipecaetá	1.111
6	Jequié	126.906	413	Muquém de São Francisco	997
7	Juazeiro	125.286	414	Santanópolis	936
8	Camaçari	113.496	415	Catolândia	848
9	Alagoinhas	110.751	416	Serra Preta	521
10	Lauro de Freitas	107.787	417	Maraú	513

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Salvador é muito maior que as demais cidades do Estado. É seis vezes o tamanho de Feira de Santana (a segunda), 11 vezes Vitória da Conquista (a terceira), 22 vezes Lauro de Freitas (a décima) e nada menos que 4.755 vezes maior que Maraú (a menor). Sem contar que duas destas cidades estão inseridas na região metropolitana e outras duas estão muito próximas, ligadas à capital menos de 150 km por rodovia. Isto demonstra o quanto a Cidade da Baía é o centro urbano primaz deste grande Estado.

Como neste trabalho se considera a divisão municipal vigente em 2007 para facilitar comparar com o ano 2000, que tinha somente duas prefeituras a menos, ou seja, 417 ao invés de 415 cidades. As menores cidades da Bahia são muito pequenas para ter este status, geograficamente falando, haja vista que não há restrições legais para um tamanho mínimo deste tipo de localidade.

Em 2000, Maraú é a menor sede municipal do Estado e, sendo assim tão diminuta, nele havia dois povoados maiores, sendo que Tanque tinha 179% do seu tamanho e Barra Grande tinha 134%. Ibiacu e Taipus de Dentro, uma vila e um povoado, têm quase o mesmo

número de moradores (96% e 91% respectivamente) que a cidade de Marauá. Serra Preta, no mesmo ano, tinha uma localidade com 2.396 habitantes (o povoado do Bravo), com 460% a população residente da cidade. Duas outras localidades têm 170% e 253% do número de moradores da sede, fora mais outras duas com 107% e 110%. Tudo isso causa uma confusão para aqueles que pesquisam a Geodemografia numa perspectiva regional, pois, para isto, é preciso que haja um modelo geral do que seja cada localidade. É como Zelinsky (1969, p. 37) explica como a divisão política e administrativa do espaço não é condizente com a distribuição populacional ao ponto de atrapalhar muito o desenvolvimento do trabalho, cabendo ao geógrafo explorar várias possibilidades cartográficas, ou metodológicas, que melhor caracterizem o fenômeno ou estrutura em questão. Antes de adentrar neste tema controverso de povoados e vilas maiores que sede municipal, é preciso visualizar a dispersão destas localidades neste grande Estado. A tabela a seguir expõe o número destes aglomerados na Bahia em 2000 e 2007.

Tabela 17 – Bahia – Localidades – 2000-2007

Situação de domicílio	Tipo de localidade	Número de localidades	
		2000	2007
Urbana	Cidade	*417	417
	Vila	395	408
	Outras localidades urbanas	45	40
Rural	Povoado de extensão urbana	2	0
	Povoado	1.229	1.590
	Núcleo	13	10
	Outras localidades rurais	9	21
Total		2.110	2.486

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

(*) Considerou-se o mesmo número de municípios em 2000 e 2007.

No geral, a quantidade de localidades censitárias na Bahia aumentou 18% em apenas sete anos, sobremaneira o de povoados (29%). Não há sequer um povoado de extensão urbana (situação 4) sinalizado na malha rural de 2007 ou nas planilhas de microdados. Este tipo de aglomerado rural isolado é assim codificado por distar menos de um quilômetro de uma cidade ou vila, o que de certa forma estranha desapareceu neste grande Estado.

Multiplicam-se os povoados na intensificação da divisão micro estatística da Bahia e tem-se a primeira impressão de que a população rural cresceu, como se, metaforicamente, um endividamento crescesse tal como o número de pequenos credores.

Mesmo diante deste crescimento, 34 municípios baianos persistem com apenas um aglomerado censitário – a cidade – rodeado por uma área de ocupação rural dispersa, conforme a tabela 18. Nela há seis classes de municípios, definidas pelo seu número de localidades. O que era 10,79% em 2000, cai para 8,15% de municípios apenas com sua sede em 2007, sem nenhuma vila ou povoado. O grupo mais significativo é o de 2 a 5 localidades por município, que é mais da metade do total do Estado, seguido pelo grupo dos que têm de 6 a 10 localidades, que está chegando a 30% das prefeituras baianas. Vinte municípios já têm mais de vinte localidades, constituindo-se numa verdadeira microrregião, como é o caso de Sento Sé, com uma cidade, cinco vilas e nada menos que 22 povoados.

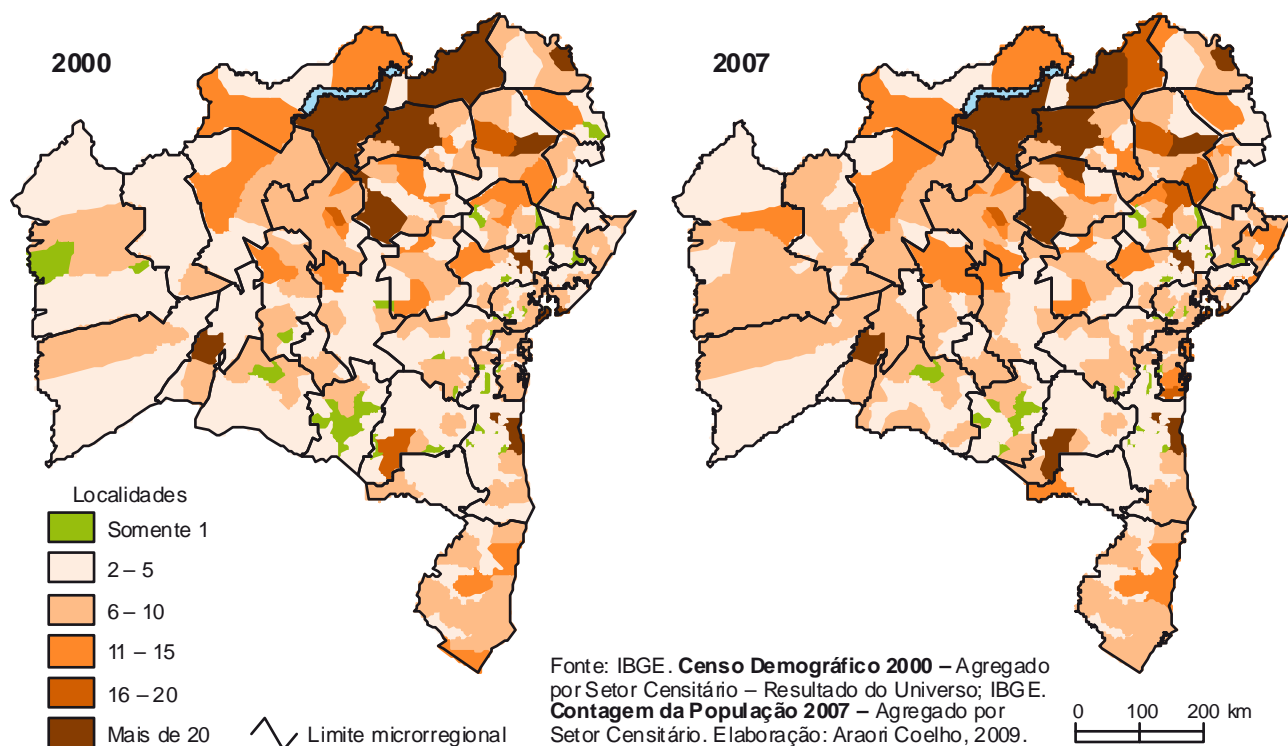
**Tabela 18 – Bahia – Município – Localidades
(ou aglomerados) – 2000-2007**

Número de localidades por município	Municípios			
	2000		2007	
	Total	(%)	Total	(%)
Somente 1	45	10,79	34	8,15
2 a 5	236	56,59	209	50,12
6 a 10	99	23,74	119	28,54
11 a 15	22	5,28	35	8,39
16 a 20	5	1,20	10	2,40
Mais de 20	10	2,40	10	2,40

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Salvador é um exemplo de município com apenas uma localidade. A cidade toma totalmente a área continental do município, mais a Ilha de Maré. As prefeituras de Itaparica e Lauro de Freitas, por exemplo, decretaram que toda sua extensão municipal é urbana, conferindo este *status* a uma série de comunidades camponesas contidas em seu território. A figura 42 transpõe em mapas as informações da tabela acima.

Figura 42 – Bahia – Municípios
Aglomerados censitários isolados (ou localidades) – 2000-2007



Classificou-se tanto o mapa quanto a tabela acima com intervalo isoescalar de cinco localidades, sendo que a primeira classe é exclusiva para municípios com um único aglomerado – a cidade. A análise que se pode fazer da tabela 18 é mais generalizadora que a da figura 42, ainda que usando a mesma classificação de dados, pois, o mapa mostra cada município com a cor representativa da intensidade do fenômeno. São os grandes municípios da zona semi-árida que agregam nuvens de pequenos povoados orbitando em torno da tutela de uma cidade, a exemplo de Juazeiro, Sento Sé, Campo Formoso e Morro do Chapéu, todos vizinhos.

Na tabela 19 e na tabela 20 que se seguem está o topo do *ranking* das municipalidades baianas que mais contém aglomerados censitários isolados, detalhados pelo seu tipo, de acordo com os códigos de situação de domicílio atribuídos pelos critérios técnicos do IBGE. Vitória da Conquista e Ilhéus são os únicos casos não inseridos no sertão e coincidentemente possuem cidades muito grandes se comparadas às outras localidades do município.

Tabela 19 – Bahia – Dez municípios com mais localidades – 2000

Município	Localidades					
	Total	Urbanas			Rurais	
		Cidade	Vila	Outras	Povoado	Outras
Juazeiro	34	1	7	–	26	–
Serra do Ramalho	26	1	–	–	25	–
Sento sé	25	1	6	–	18	–
Ilhéus	24	1	9	–	14	–
Eudides da Cunha	24	1	3	–	19	1
Campo Formoso	21	1	–	–	20	–
Morro do Chapéu	21	1	6	–	14	–
Vitória da Conquista	21	1	3	15	2	–
Curaçá	20	1	4	–	15	–
Glória	20	1	–	–	17	2

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Tabela 20 – Bahia – Dez municípios com mais localidades – 2007

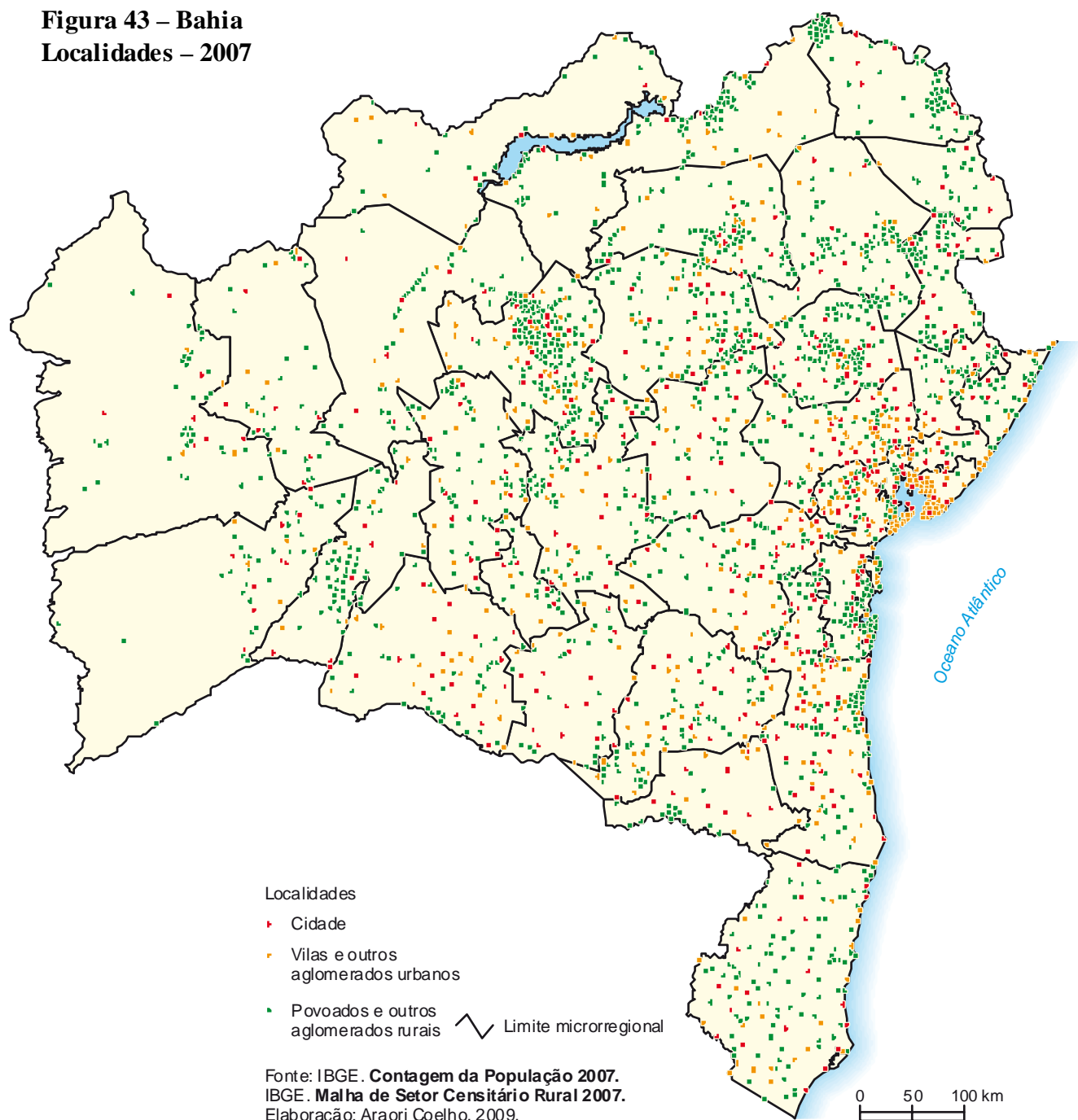
Município	Localidades					
	Total	Urbanas			Rurais	
		Cidade	Vila	Outras	Povoado	Outras
Juazeiro	50	1	7	–	42	–
Ilhéus	33	1	9	–	23	–
Sento Sé	28	1	6	–	21	–
Serra do Ramalho	27	1	–	–	26	–
Campo Formoso	25	1	1	–	23	–
Vitória da Conquista	25	1	11	–	13	–
Eudides da Cunha	23	1	3	–	19	–
Morro do Chapéu	21	1	6	–	14	–
Mirangaba	20	1	3	–	16	–
Glória	20	1	–	–	17	2

Fonte: IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Quatro destes municípios são vizinhos (Morro do Chapéu, Sento Sé, Campo Formoso, Juazeiro), formando uma mancha contínua de 33.550 km², tanto em 2000 quanto em 2007. Na divisão de setores censitários da Malha Rural 2007, Curaçá perdeu três povoados e saiu deste *ranking*, dando espaço para Mirangaba, que é bem menor e pulou de 15 para 20 localidades no período. Foi bem amplo este remanejamento no número de localidades entre os municípios baianos, no qual 9 perderam localidades e 174 ganharam uma nova vila ou povoado. Mas, 233 municípios continuaram com o mesmo número de localidades, sendo que 32 deles continuam tendo somente uma cidade.

Juazeiro é o município brasileiro que mais tem povoados em 2007 e Ilhéus é o décimo nesta lista. Apesar de não haver contagem nestes municípios em 2007, as localidades estão pontuadas na malha de setor censitário e nos mapas municipais estatísticos, o que permitiu a sua enumeração e localização para compilar a figura 43, na qual as cidades estão em vermelho, as vilas e demais localidades urbanas estão em laranja e os povoados e demais localidades rurais estão em verde.

Figura 43 – Bahia
Localidades – 2007



Serra do Ramalho é uma mancha de adensamento em meio a um imenso vazio pouco habitado, como aparece na figura 42, página 123, e nas duas tabelas acima, com seus 26 povoados em 2007 e 25 em 2000, cujo alinhamento geométrico pode ser visto na figura 43. Trata-se de um projeto de colonização rural das terras a sudoeste de Bom Jesus da Lapa na década de 1980. Percebe-se também como o rio São Francisco constitui-se uma força de direcionamento da ocupação do sertão, sobremaneira em Barra e Xique-Xique, de nada menos que as duas cidades, 20 povoados e quatro vilas estão nas margens do Velho Chico nestes dois municípios. Na figura 43 nota-se a distribuição irregular de localidades pelo território estadual, havendo alternância entre zonas de concentração e de rarefação, ou mesmo de completa ausência de cidades, vilas ou povoados. Parte da diversificada e complexa organização regional do espaço baiano, a borda costeira da Baía de Todos os Santos tem grande concentração de localidades urbanas, em oposição à microrregião de Irecê, onde gravita a maior quantidade de povoados e outras localidades rurais do Estado.

Observando-se estes dados do mapa acima em uma tabela, pode-se separar os maiores povoados e vilas da Bahia. Na tabela 21 e na tabela 22 estão listados os dez maiores povoados do Estado, com os municípios que os contém, mais o número de sedes municipais baianas menores, tanto para 2000 quanto para 2007, pois, é bastante comum na Bahia a ocorrência de cidades com população muito pouco numerosa.

Tabela 21 – Bahia – Dez maiores povoados – 2000

Município	Povoado	População	Cidades baianas menores que os povoados	
			Total	(%)
Brejões/Nova Itarana	Km 100	6.061	214	51,32
Ibirapitanga	Itamarati	5.234	178	42,69
Pindobaçu	Vila Carnaíba	4.875	160	38,37
Belmonte	Barrolândia	3.936	120	28,78
Campo Formoso	Poços	3.614	114	27,34
Ourolândia	Lagoa Trinta e Três	3.507	109	26,14
Barra do Choça	Barra Nova	3.463	109	26,14
Jacobina	Lajes	3.430	108	25,90
Itapicuru	Lagoa Redonda	3.332	101	24,22
Jacobina	Paraíso	3.313	101	24,22

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Tabela 22 – Bahia – Dez maiores povoados – 2007

Município	Povoado	População	Cidades baianas menores que os povoados	
			Total	(%)
Brejões/Nova Itarana	Km 100	6.819	219	52,52
Ibirapitanga	Itamarati	5.474	172	41,25
Porto Seguro	Vera Cruz	5.305	164	39,33
Itapicuru	Lagoa Redonda	5.123	153	36,69
Belmonte	Barrolândia	4.571	131	31,41
Pindobaçu	Vila Carnaíba	4.095	109	26,14
Jacobina	Lajes	4.031	108	25,90
Campo Formoso	Poços	3.899	106	25,42
Salinas da Margarida	Encarnação de Salinas	3.610	92	22,06
Cachoeira	Capoeiruçu	3.486	89	21,34

Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário 2007; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Por limitação da Contagem da População 2007, não foi possível fazer a medição da população de 91 povoados que estão contidos nos sete municípios não recenseados, o que afeta negativamente os resultados desta pesquisa.

Fazendo-se a leitura das duas tabelas, percebe-se que a Bahia tem povoados grandes, comparando-os com as demais cidades baianas. O povoado do Km 100, localizado às margens da BR-116, está dividido ao meio entre os municípios de Brejões e Nova Itarana, é maior que estas duas cidades somadas.

Nenhum povoado destes é maior que a cidade do município, apenas o Km 100 na parte de Nova Itarana, tanto em 2000 quanto em 2007. As duas tabelas evidenciam o quanto a urbanização é algo indefinido, sem padrão ou normatização geral ou regional aqui na Bahia. Como pode uma localidade rural ter mais cidadãos que metade das sedes municipais?

Vila é o aglomerado urbano isolado que contém serviços para atender a população que vive no distrito, uma subdivisão do município. Via de regra, é maior localidade do distrito, mas não do município – capitaneado pela cidade. Mas, é normal tanto que haja povoados maiores que as vilas, quanto que haja vilas maiores que as cidades, afinal, a Bahia é um universo bem vasto e um cenário dinâmico o suficiente para provocar situações como estas. Primeiramente, antes de aprofundar esta análise, é necessário olhar as maiores vilas da Bahia (tabela 23 e tabela 24), da mesma maneira que está posto nas duas tabelas acima.

Tabela 23 – Bahia – Dez maiores vilas – 2000

Município	Vila	População	Cidades baianas menores que as vilas	
			Total	(%)
Nova Viçosa	Posto da Mata	12.557	318	76,26
Camaçari	Abrantes	12.096	312	74,82
Porto Seguro	Arraial D'Ajuda	9.965	289	69,30
Mucuri	Itabatã	9.363	278	66,67
Mascote	São João do Paraíso	8.307	261	62,59
Santo Amaro	Acupe	6.367	220	52,76
Feira de Santana	Humildes	5.660	197	47,24
Casa Nova	Sobrado	5.657	197	47,24
Camacan	São João do Panelinha	5.559	194	46,52
Jacobina	Junco	4.733	157	37,65

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Tabela 24 – Bahia – Dez maiores vilas – 2007

Município	Povoado	População	Cidades baianas menores que as vilas	
			Total	(%)
Nova Viçosa	Posto da Mata	14.555	324	77,70
Mucuri	Itabatã	14.233	324	77,70
Porto Seguro	Arraial D'Ajuda	12.154	304	72,90
Mascote	São João do Paraíso	8.663	257	61,63
Porto Seguro	Trançoso	7.519	235	56,35
Casa Nova	Sobrado	7.055	226	54,20
Jaguarari	Pilar	6.700	216	51,80
Santo Amaro	Acupe	5.922	188	45,08
Camacan	São João do Panelinha	5.389	166	39,81
laçu	João Amaro	4.713	133	31,89

Fonte: IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário 2007; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Mais uma vez esbarra-se no problema da exclusão dos sete municípios mais populosos da contagem de 2007, que deixou de fora 36 vilas, duas das quais apareceram na lista de 2000 (Abrantes, em Camaçari, e Humildes, em Feira de Santana).

Vilas grandes quase sempre estão em municípios bem populosos, como os dois citados, mais Porto Seguro e Santo Amaro, por exemplo. Também, em lugares de divisão político-administrativa engessada, novas dinâmicas de ocupação promovem transformações geoeconômicas que geram cidades nos nós da rede logística e produtiva, porém, estas cidades

ainda têm *status* de vila, apesar de bem maiores que a sede municipal. Assim é na Microrregião Geográfica de Porto Seguro, tradicionalmente agrária, de ocupação litorânea, estagnada e distante da capital, por isso conhecida como Extremo Sul. Na década de 1970, a construção da BR-101 como vetor de circulação nacional criou nesta região uma zona de interiorização do povoamento numa faixa longitudinal sub-costeira, de onde surgem novos centros urbanos, como as duas vilas citadas, mais as cidades de Itabela, Eunápolis e Teixeira de Freitas, as quais passaram muito tempo sendo dezenas de vezes maiores que as antigas sedes municipais, revezando-se no título de maior povoado do mundo (SILVA, SILVA, 1987).

Já em outras partes do estado, como em Jacobina, um verdadeiro município-região, há uma série de grandes povoados e vilas que futuramente podem ser convertidos em novos municípios, tal como houve em Irecê no início da década de 1960. Juazeiro também é um forte candidato, com 42 povoados e 7 vilas, os quais saber-se-á no Censo Demográfico 2010 se são grandes o bastante para justificar sua autonomia.

Existem também as localidades urbanas que não são vilas nem cidades, que geralmente têm considerável número de moradores no contexto municipal. Atualmente é assim em Serra Preta, com o Bravo, de 4.088 habitantes, 7,3 vezes o tamanho da sede, fora outros dois aglomerados urbanos, assim considerados provavelmente por apresentar 1,5 e 2 vezes o número de moradores da cidade. Este tipo de geoinformação só pode ser obtida diretamente dos microdados, consultando dezenas de planilhas, com milhares de códigos e variáveis, e em malhas georreferenciadas de milhares de polígonos.

A sucessão de diferentes processos de ocupação do espaço gera mosaicos de microestruturas regionais, criando lugares apoiados no desempenho de novas funções – sociais, políticas e econômicas –, articulados ou não com os lugares que ali pré-existiam. Oito quilômetros ao sul da cidade de Tucano há uma estância hidromineral, em pleno semi-árido, que agrega infra-estrutura turística sem igual na região. Caldas do Jorro é hoje uma localidade que conta mais de meio século de existência e 6.389 habitantes, a metade da sede municipal. Jaguaquara é uma cidade de 26.487 moradores, dez quilômetros a leste da BR-116, onde instalou-se a localidade conhecida como Entroncamento de Jaguaquara, de 9.809 moradores em 2007. Apesar do tamanho, com esta identidade fortemente ligada à sua origem e tão próxima à cidade, dificilmente Entroncamento será um município no futuro.

Na faixa de expansão metropolitana imediatamente limítrofe a Salvador, um sem número de loteamentos, conjuntos habitacionais e localidades se enquadram na categoria de outros aglomerados urbanos, tais como o Conjunto Habitacional Ilha de São João, com 4.619 residentes contados em 2007, e Mapele, com 3.559, todos dois em Simões Filho. As localida-

des turísticas de Camaçari não foram contadas em 2007 e, em 2000, a documentação de cadastro e a malha rural são inconcomitantes.

A geografia da Ilha de Itaparica é bastante peculiar, se analisada através dos microdados. A estrada BA-001, enquanto estrutura regionalizadora, é a espinha dorsal por onde uma dezena de localidades turísticas se desenvolveram em meio a colônias de pescadores e cajuais da orla externa insular. Na orla interna, por assim dizer, voltada para o continente, é o domínio das interfaces fluviomarinhas, onde não instalou-se a atividade turística e por isso é fracamente habitada. A faixa de terra seca intermediária da ilha é a zona rural intermediária entre a área mais habitada e dinâmica e a área de manguezal mais preservada e muito menos povoada.

A Bahia é um mosaico de Geografia Regional da População ricamente diversificada. A concentração estratificada dos seus habitantes na Região Metropolitana de Salvador é algo até normal, universal, segundo a brilhante idéia de Gravier (1947), referindo-se á macrocefalia francesa. Este grande Estado é composto por regiões menores, formadas pela articulação de lugares menores em torno de lugares relativamente maiores, mais centrais. Cada uma destas regiões tem vida e comportamento próprio, por mais que estejam estagnadas e decadentes.

No Brasil é um fato concreto que o peso demográfico rural esteja progressivamente menor em relação ao urbano, sobremaneira a partir da segunda metade do século passado. De um lado, isto é devido ao êxodo das populações agrárias para as metrópoles, de outro, o desenvolvimento econômico da população rural de muitas regiões levou ao seu crescimento e urbanização.

3.5 A MIGRAÇÃO NOS DADOS CENSITÁRIOS

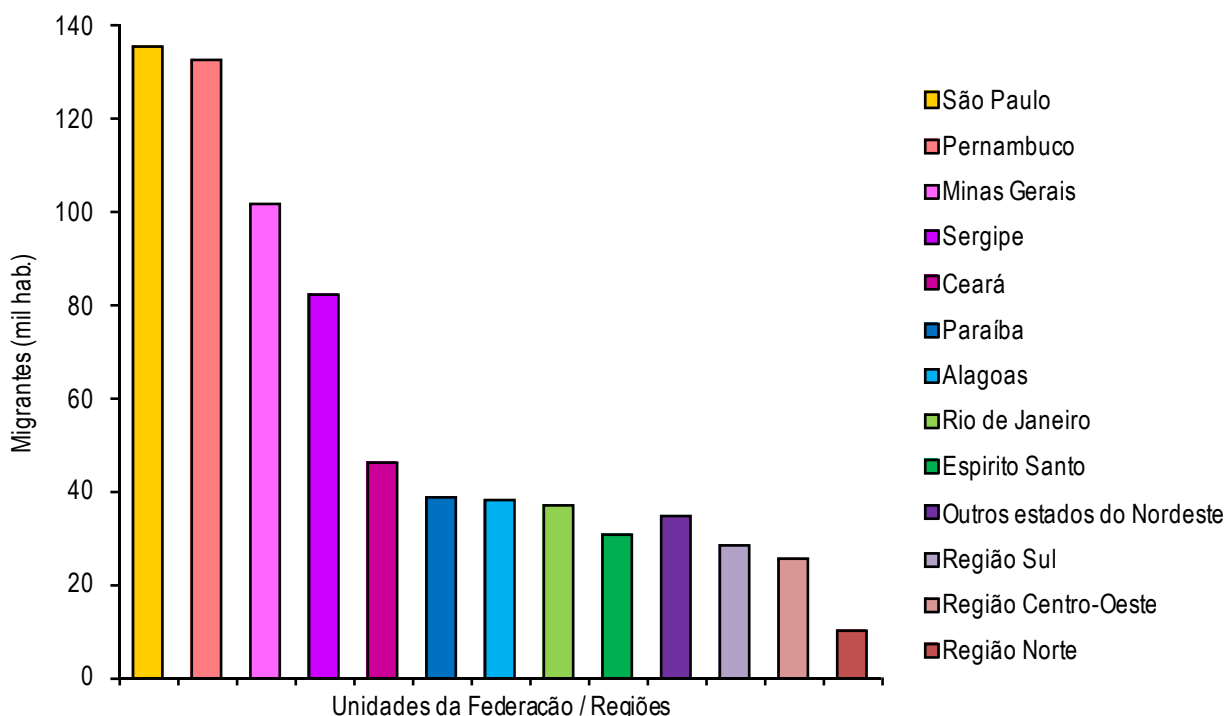
Para o período estudado, pode-se analisar a Geografia Regional da migração baiana a partir dos Resultados da Amostra do Censo 2000, os quais distinguem a unidade da federação de nascimento da população residente para os municípios. Pode-se saber quantos paranaenses vivem em Salvador, mas jamais se saberá se são oriundos de Londrina ou de Cascavel ou de qualquer outro município daquele estado.

Na documentação do Agregado por Setores Censitários de 2007 não se define o que é este migrante, ao contrário dos Resultados da Amostra de 2000, na qual consta a população por tempo de residência ininterrupta, por local de nascimento, último local de residência e muito mais, com disponibilidade do seu detalhamento por sexo, idade, renda e escolaridade. O

número de migrantes em 2007 é sempre muito diferente de 2000, por isso não é recomendável o seu uso.

Partindo do geral para o específico, a Bahia abriga pessoas naturais de todos os Estados brasileiros. Os grupos estaduais mais significativos aparecem sozinhos no gráfico, mas os das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte foram agrupados, pela sua relativa pouca expressão no cenário baiano, assim como os de três estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte) juntos formaram um grupo, conforme a legenda da figura 44.

Figura 44 – Bahia – Migrantes, por unidade da federação de nascimento – 2000



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra – Migração. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Percebe-se que as colunas não estão em perfeita ordem crescente porque os dados agrupados foram decantados para o final do gráfico. Cento e trinta mil paulistas e cento e trinta mil pernambucanos vivem na Bahia no ano 2000. Formariam duas cidades de Jequié se juntos estivessem, quando na verdade encontram-se mais dispersos em certas regiões, mais agrupados em certos lugares, por uma série de razões geográficas, econômicas e sociais. Outras naturalidades mais significativas são dos vizinhos Sergipe (82 mil), Minas Gerais (100 mil) e Alagoas (38 mil), mas também outros nem tão próximos assim têm contingentes migrantes

consideráveis residindo no Estado, como Ceará (46 mil) e Rio de Janeiro (37 mil). Ao todo, são 750 mil não-baianos morando na Bahia. Mas, quantos baianos vivem no Brasil, fora de seu estado natal? Afinal de contas, a transumância é atualmente um fenômeno de mão dupla, no qual um pólo de expulsão populacional também tem sua atratividade, sua capacidade de fixar população nascida noutras paragens.

Tabela 25 – Brasil – População nascida na Bahia morando em outros estados – 2000

Unidade da Federação	Baianos (1.000)	Unidade da Federação	Baianos (1.000)
Rondônia	41	Alagoas	12
Acre	1	Sergipe	64
Amazonas	4	Minas Gerais	175
Roraima	2	Espírito Santo	123
Pará	57	Rio de Janeiro	194
Amapá	1	São Paulo	1.811
Tocantins	15	Paraná	74
Maranhão	9	Santa Catarina	6
Piauí	12	Rio Grande do Sul	5
Ceará	12	Mato Grosso do Sul	26
Rio Grande do Norte	6	Mato Grosso	52
Paraíba	7	Goiás	188
Pernambuco	48	Distrito Federal	121

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra – Migração. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

No total, pouco mais de três milhões de baianos vivem fora do estado natal. Descontando os 750 mil imigrantes residentes na Bahia, o saldo migratório é negativo na ordem de 2,25 milhões. Mas, os baianos distribuem-se desigualmente no Brasil, pois, somente no município da capital de São Paulo, são 778 mil, seguido de Brasília, com 121 mil e o Rio de Janeiro, com 103 mil. Comparando-se a tabela 25 com a figura 44, vê-se que não há muita simetria entre eles, haja vista que o saldo migratório seja positivo para o Estado entre os oito vizinhos do Nordeste.

No contexto nacional, a Bahia é um caso dos mais graves de expulsão de imigrantes. A tabela 26 tem o percentual de pessoas que vivem fora do seu estado de nascimento. O maior percentual é o da Paraíba, na qual quase um terço dos paraibanos está espalhado pelo Brasil, seguido pelo Piauí, com um quarto dos piauienses na mesma situação. Surpreendentemente, o

Paraná, um dos estados mais desenvolvidos do país, é o terceiro lugar no *ranking*, praticamente empatado com Pernambuco e Alagoas. A Bahia é o quarto lugar, com um quinto dos baianos morando fora do estado, praticamente no mesmo patamar de Tocantins, Maranhão, Sergipe e Minas Gerais.

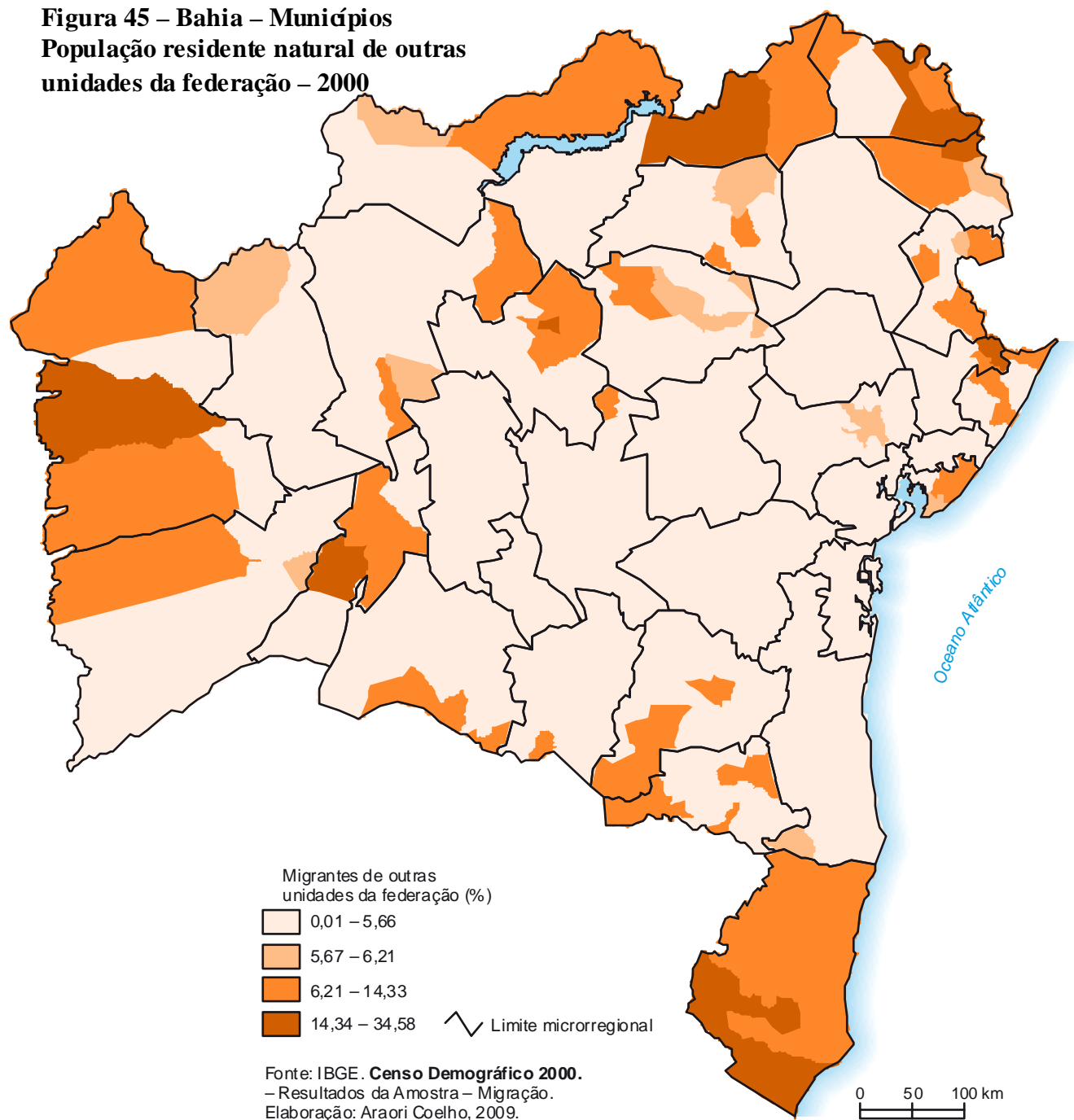
**Tabela 26 – Brasil – Unidades da Federação
População nativa que vive fora do seu estado – 2000**

Unidade da Federação	Nativos fora da UF (%)	Unidade da Federação	Nativos fora da UF (%)
Rondônia	12,86	Sergipe	19,43
Acre	11,72	Bahia	19,91
Amazonas	6,14	Minas Gerais	19,62
Roraima	7,94	Espírito Santo	18,55
Pará	9,83	Rio de Janeiro	6,63
Amapá	6,86	São Paulo	7,15
Tocantins	19,32	Paraná	22,81
Maranhão	19,32	Santa Catarina	12,95
Piauí	25,44	Rio Grande do Sul	9,36
Ceará	18,38	Mato Grosso do Sul	16,26
Rio Grande do Norte	16,70	Mato Grosso	14,48
Paraíba	28,97	Goiás	15,64
Pernambuco	22,20	Distrito Federal	21,34
Alagoas	22,88		

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados da Amostra – Migração. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Estas migrações podem ser a mudança de uma cidade no limite entre dois estados, como alguém que nasceu em Juazeiro e mora em Petrolina. Mas, pode ser também o caso de quem sai de Mucuri para Itamaracá. O censo entende que ambos os casos são de migração da Bahia para Pernambuco, da mesma forma, seja de 5 km ou de 1.400 km.

Figura 45 – Bahia – Municípios
População residente natural de outras
unidades da federação – 2000



A figura 45 espacializa os percentual de pessoas naturais de outras unidades da federação, por município. O critério de classificação é o seguinte: colocou-se em ordem decrescente os percentuais de pessoas nascidas em outros estados; depois, fez-se a soma do número de migrantes dos municípios com maior percentual até completar 25% do total estadual; fez-se novamente a soma dos municípios restantes, até completar mais 25% e assim sucessivamente. Cada uma das quatro classes tem o mesmo número de pessoas nascidas fora da Bahia. A tabela 27 detalha desta classificação.

Tabela 27 – Bahia – Municípios
População residente (%) natural de outras unidades da federação – 2000

Classes	Intervalos de classe		Municípios		Área		Migrantes nascidos em outros estados	
	De	Até	Total	(%)	km ²	(%)	Total	(%)
1	0,01	5,66	327	78,80	373.978	66,22	185.811	25,02
2	5,67	6,20	13	3,13	21.224	3,76	187.123	25,19
3	6,21	14,33	58	13,98	132.911	23,53	189.084	25,46
4	14,34	34,58	17	4,10	36.636	6,49	180.688	24,33

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado da Amostra – Migração. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Iniciando a leitura da tabela 27 pela classe de maior abrangência territorial, a nº 1 se estende por dois terços do Estado e tem os menores percentuais de migrantes. Da mesma forma, as outras três classes ocupam o outro terço restante do território estadual, mas, juntas têm 75% dos migrantes. Os migrantes de outras unidades da federação representam 5,68% da população na Bahia. Isso é praticamente o limite entre a quarta e a terceira classe da tabela acima. De qualquer ângulo que se analise, a concentração dos migrantes é muito forte na Bahia.

A tabela 28 sinaliza os dez municípios com o maior percentual de sua população residente natural de outro estado. Nesta tabela, Barreiras engloba Luís Eduardo Magalhães, que não tem dados próprios na amostra.

Tabela 28 – Bahia – Dez municípios com maior percentual de migrantes naturais de outras unidades da federação – 2000

Município	População residente	Migrantes de outros estados	
		Total	Percentual municipal
Mucuri	28.062	9.705	34,58
Paulo Afonso	96.499	33.016	34,21
Sobradinho	21.325	6.843	32,09
Lajedão	3.409	892	26,17
Santa Brígida	16.903	4.365	25,82
Nova Viçosa	32.076	7.780	24,25
Juazeiro	174.558	39.725	22,76
Teixeira de Freitas	107.486	22.757	21,17
Itanhém	21.334	4.357	20,42
Barreiras	131.849	25.933	19,67

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado da Amostra – Migração. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

A migração é marcante não somente nos municípios mais populosos que, teoricamente, são os de economia mais dinâmica e têm maior atratividade. Também municípios pequenos como Lajedinho, por estar na divisa com Minas Gerais, favorece geograficamente a entrada dos moradores vizinhos em seu espaço. Observando o mapa e a tabela, conclui-se que a migração interestadual é, segundo os padrões locais, mais significativa nas áreas de fronteira e, em segundo plano, onde houve avanço da fronteira agrícola nas últimas décadas, como nas microrregiões de Irecê e de Bom Jesus da Lapa. A tabela 29 destaca os dez municípios com maior número absoluto de migrantes interestaduais.

Tabela 29 – Bahia – Dez municípios com mais migrantes naturais de outras unidades da federação – 2000

Município	População residente	Migrantes de outros estados	
		Total	Percentual municipal
Salvador	2.440.260	142.599	5,84
Juazeiro	174.558	39.725	22,76
Paulo Afonso	96.499	33.016	34,21
Feira de Santana	480.949	28.737	5,98
Barreiras	131.849	25.933	19,67
Teixeira de Freitas	107.486	22.757	21,17
Vitória da Conquista	262.494	18.571	7,07
Camaçari	161.727	17.022	10,53
Eunápolis	84.120	11.717	13,93
Porto Seguro	95.706	11.305	11,81

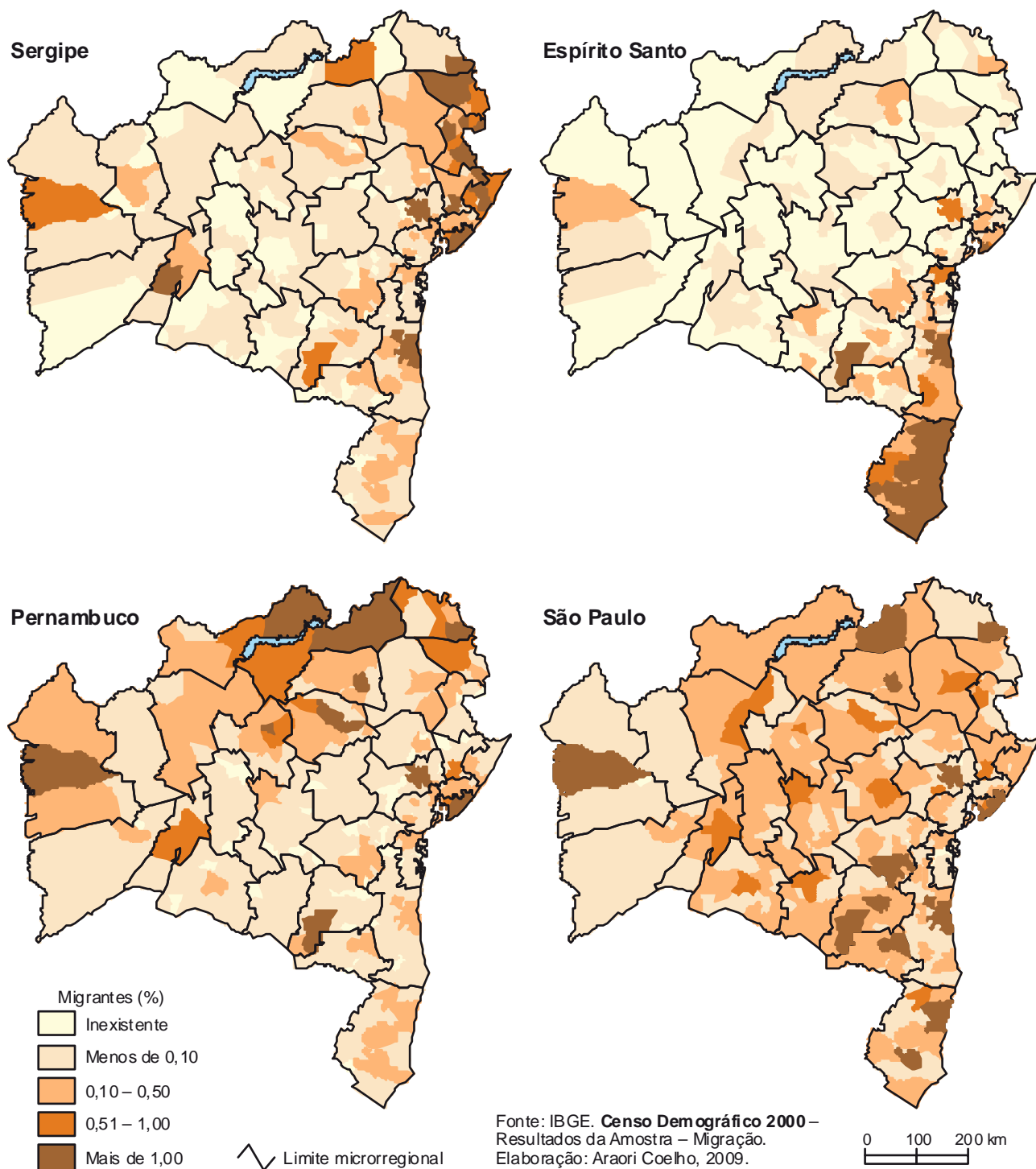
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado da Amostra – Migração.
Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Percebe-se o quanto a proximidade de outras unidades da federação favorece a migração interestadual quando tantos exemplos despontam neste *ranking*. Trata-se de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro no Extremo Sul, Juazeiro e Paulo Afonso na divisa com Pernambuco. Obviamente, as atividades econômicas aí desempenhadas são o fator de atração demográfica, mas, se estes lugares ficassem no interior da Bahia, a migração interestadual certamente não teria a mesma intensidade. Salvador, o centro político, cultural e populacional deste grande espaço, tem um contingente de 142 mil migrantes, longe de ser superado por qualquer outro município.

Assim como há vários lugares que originam maiores fluxos migratórios, há outros lugares com maior atratividade para fixação dessas pessoas. Cada grupo elege lugares da Bahia

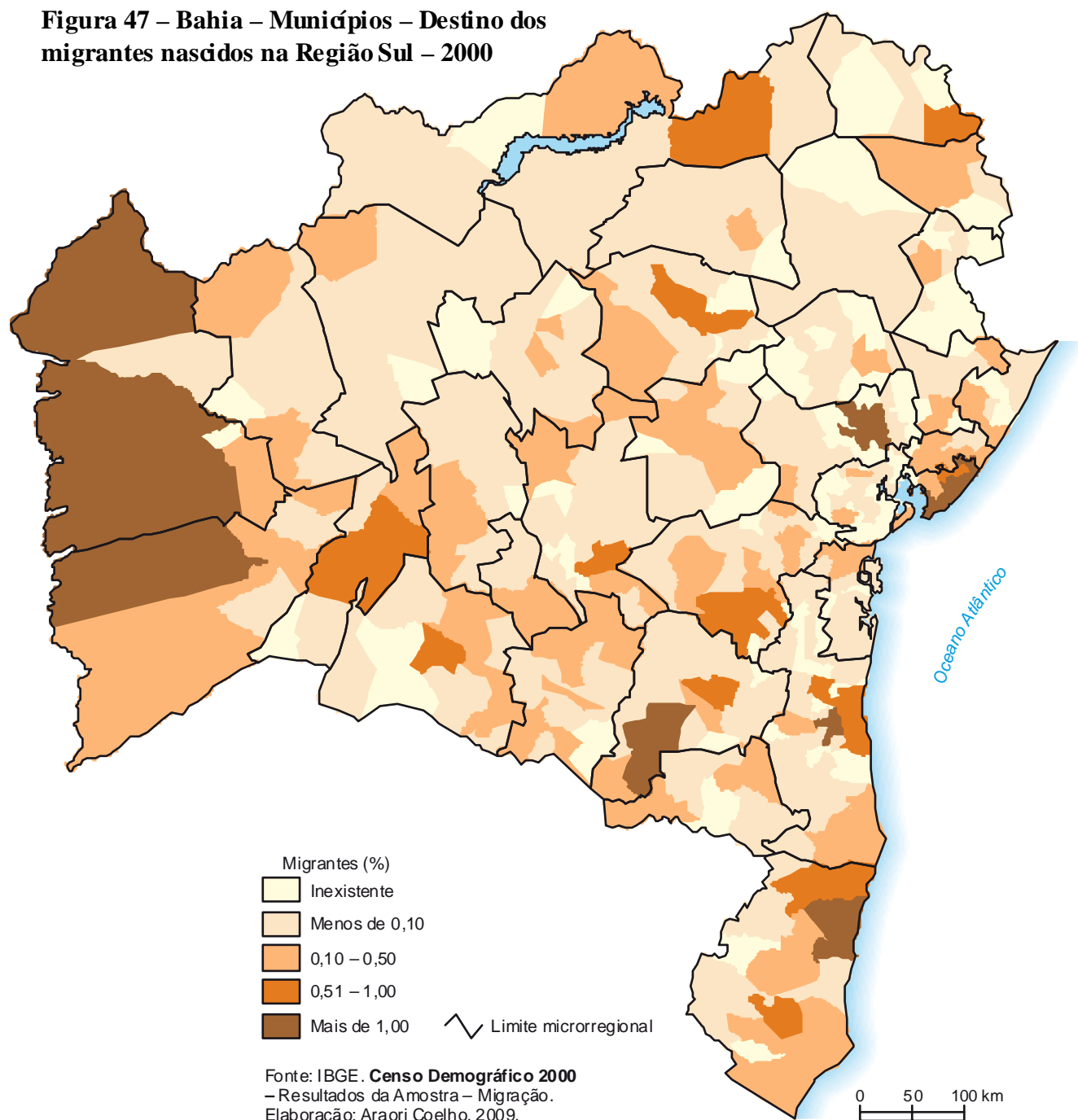
como destino preferencial, os quais muitas vezes estão numa vizinhança próxima, formando regiões que condensam a maior parte de migrantes oriundos de determinada origem, conforme ilustra a figura 46.

Figura 46 – Bahia – Municípios – Destino dos migrantes nascidos em Sergipe, Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo – 2000



Todos os quatro cartogramas têm os mesmos intervalos de classe e os limites das microrregiões geográficas sobre a base de municípios. Aqueles vindos de Sergipe se fixaram preferencialmente próximos ao seu estado natal, como os pernambucanos e os capixabas. Os paulistas, grupo migrante mais numeroso na Bahia, agregam-se nos municípios mais populosos, que também são os de maiores cidades. O mapa a seguir representa a distribuição dos migrantes naturais da Região Sul.

Figura 47 – Bahia – Municípios – Destino dos migrantes nascidos na Região Sul – 2000



Evidencia-se neste cartograma (figura 47) a predileção dos sulistas pelos municípios mais populosos da Bahia, mas, o que chama a atenção são os grandes municípios do oeste, um pólo de atração muito distante da origem destes migrantes, compondo um caso de exceção, já que a regra é das fronteiras com outros estados fixam migrantes das áreas vizinhas externas à Bahia. Certamente, o oeste baiano atraiu esta população sulista em virtude da implantação e do crescimento do agronegócio capitaneado pela oleicultura, que tem transformado a paisagem do Brasil central, deflorando toda e qualquer pedaço de cerrado (ANDRADE, 1996, p. 98). A região de Porto Seguro também sempre aparece entre os pólos de maior atração migratória do Estado.

O saldo migratório, tal qual o crescimento vegetativo, é componente fundamental no cálculo do crescimento demográfico. A Contagem da População 2007 aparentemente tem um incrível avanço nesse sentido, na medida em que publicou os microdados do local de origem dos imigrantes residentes, discriminados por unidade da federação. Há uma variável em especial que quantifica os migrantes oriundos de outros municípios do mesmo estado, dado que não existe nos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000. Mesmo na amostra não há esta última informação. Que aqui fique registrada a crítica, o alerta, sobre a inutilidade dos microdados de migração de 2007, que em nada se parecem com os de 2000, qualitativamente e quantitativamente.

3.6 ESTRUTURA POPULACIONAL E SUA DINÂMICA NA BAHIA

Dentro do esquema de três vertentes de estudo da Geografia da População, estrutura populacional diz respeito ao estudo das características das pessoas que habitam um determinado lugar em um dado momento (GEORGE, 1991). São características como a composição por sexo, idade, escolaridade, trabalho, renda, acesso a bens e serviços, por exemplo. Todos estes assuntos, além de outros, são objeto de análise da Demografia e são pesquisados em levantamentos como o censo demográfico.

Até então nesta pesquisa, não houve distinção da população do Estado, somente no tópico anterior, que diferencia a origem dos migrantes nascidos em outras unidades da federação residentes na Bahia em 2000. Que a análise interescalar comece pela característica fundamental que diferencia os seres humanos em dois tipos de indivíduo: homem e mulher. Chama-se razão de sexo o número de homens para cada grupo de 100 mulheres. Teoricamente, se ocorrer a razão 100, o que na prática é muito difícil, significa que há o mesmo número

de homens e mulheres. Como os sexos diferenciam-se muito em expectativa de vida, em número de nascidos, além de outros aspectos, sempre há um pouco mais de homens ou de mulheres, o que também varia conforme a região.

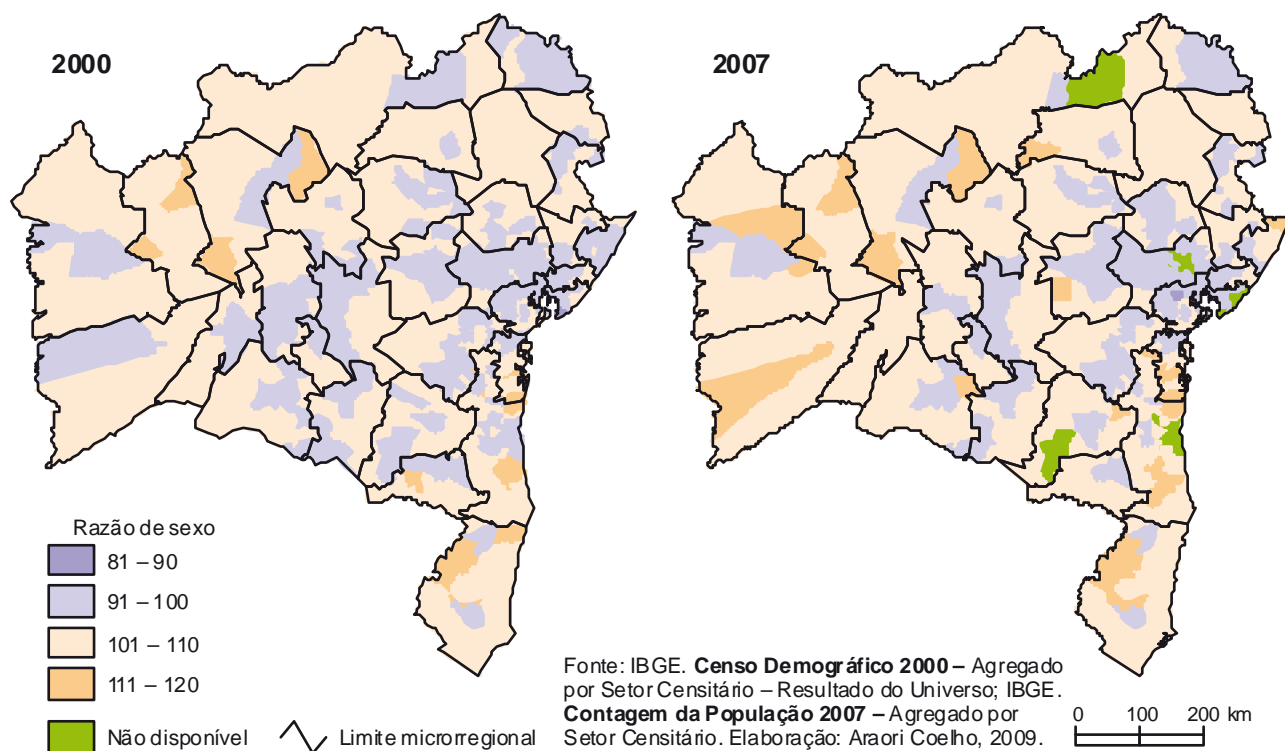
Se pretende nos tópicos que seguem, analisar as características biológicas de sexo e idade da população que vive neste espaço geográfico designado Bahia. Também haverá análise de seus aspectos de renda e escolaridade, dentro da compatibilidade da geoinformação produzida pelo Censo Demográfico 2000 e pela Contagem da População 2007, fazendo-se o confronto cartográfico entre os seus diversos níveis de divisão político-administrativa e estatística, desde os municípios até os microdados censitários, representados pelos setores censitários.

3.6.1 Estrutura populacional baiana por sexo

Mundialmente, uma tendência natural tem configurado uma humanidade cada vez mais idosa e feminina, pelo fato de que a mulher vive mais que o homem e por isto a razão de sexo é progressivamente menor quanto maior e a faixa etária.

Em 2000, a razão de sexo baiana é 98, relativamente equilibrada, ou seja, há um pouco mais de mulheres do que homens, compatível com a média nacional. Fez-se aqui uma série de mapas espacializando a variação da razão de sexo na Bahia em vários níveis de divisão territorial, para 2000 e para 2007, porém, com a mesma classificação de dados e a mesma escala de cores. Foi o nível de distritos o escolhido para estabelecer esse padrão, pois, é o nível de divisão territorial intermediário, considerando-se os setores censitários e os municípios. A figura 48 lustra como ocorre a variação geográfica desse importante indicador da estrutura populacional do Estado no nível de municípios, o qual, no ano 2000, oscilava de um mínimo de 89 ao máximo de 118, em Salvador e Arataca (50 km ao sul de Itabuna), respectivamente. Esta amplitude de 29 cai para 25 em 2007, com um mínimo de 90 e o máximo de 115, em Cruz das Almas e Arataca – lembrando que não há dados para sete municípios não contados neste último ano.

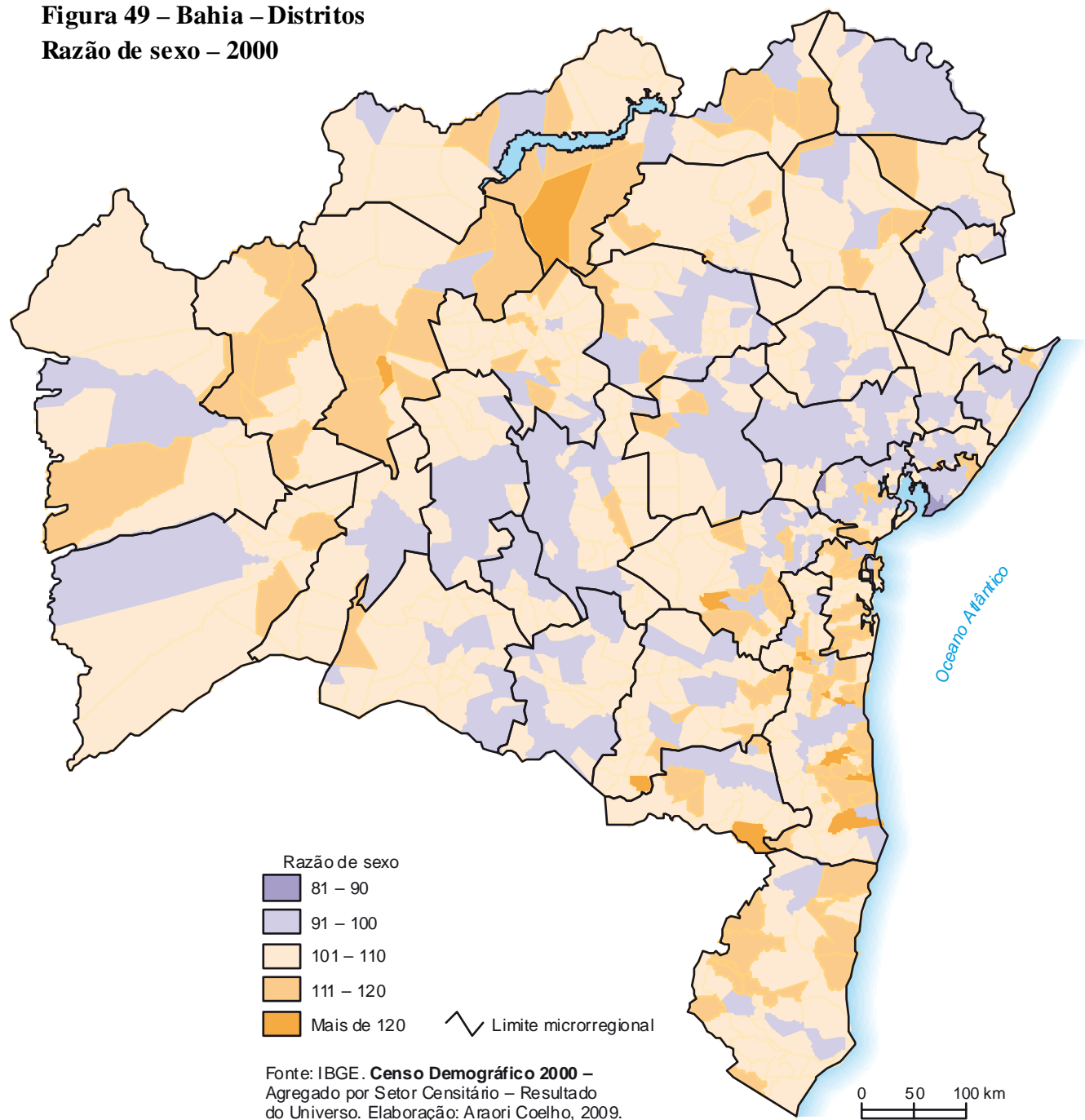
Figura 48 – Bahia – Municípios – Razão de sexo – 2000-2007



Tons de laranja marcam um peso maior da população masculina, tonalidades de azul apontam onde predomina as mulheres e o verde sinaliza os municípios sem informação em 2007. Estes dois mapas, como muitos anteriores, têm os limites microrregionais sobre o tema implantado na base de municípios. Fazendo a leitura dos dois cartogramas, revela-se um Estado de predomínio geográfico masculino onde a razão de sexo oscila entre 100 e 110. As mulheres predominam em algumas áreas irregularmente contínuas que formam faixas que partem do Recôncavo e se irradiam para o interior, começando pelas regiões de Feira de Santana e do Litoral Norte.

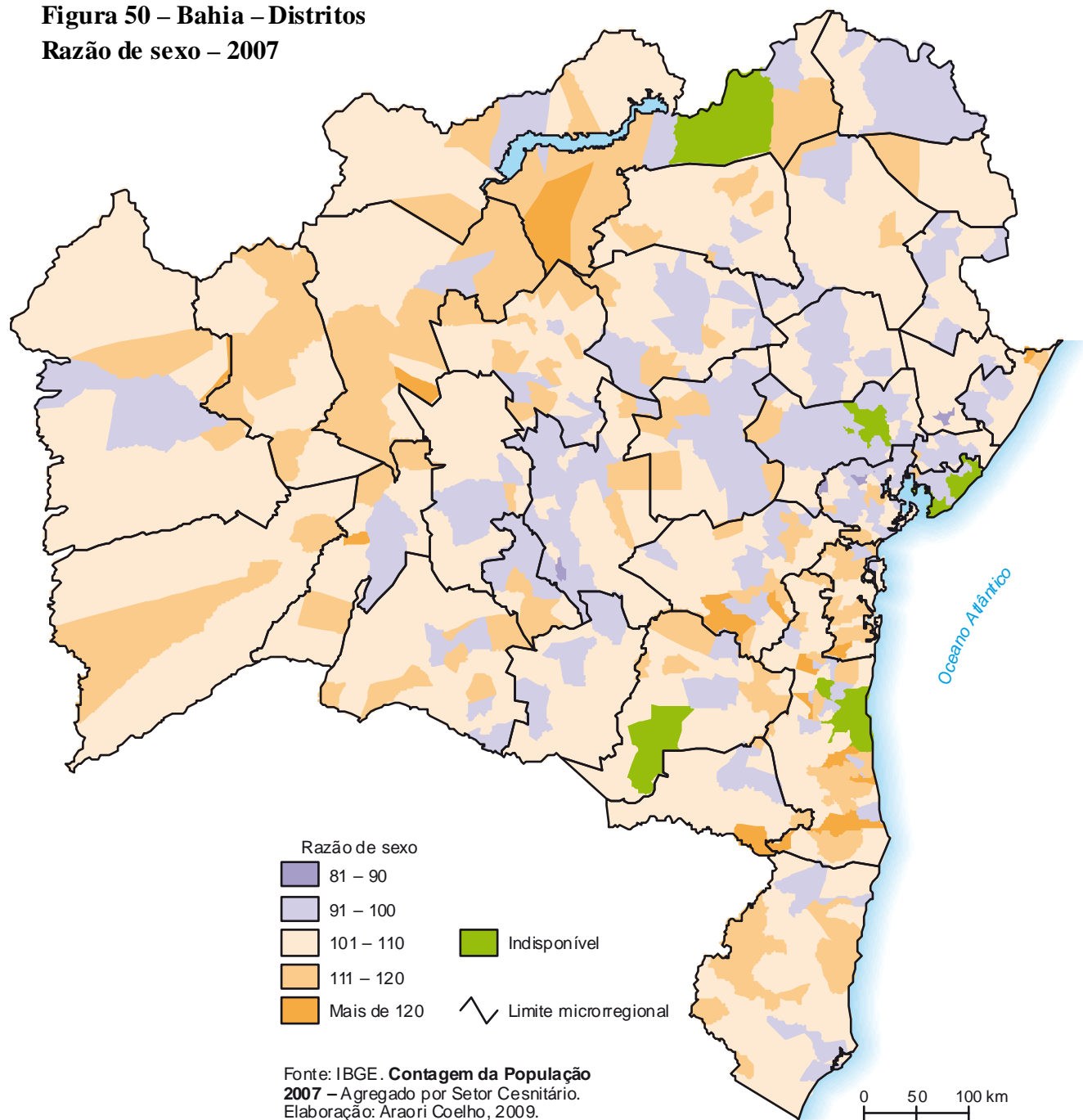
A figura 49 e a figura 50 representam a mesma geoinformação que a figura 48, porém, em distritos, com o território baiano bem mais dividido. Nesta divisão, a menor razão de sexo do Estado muda bastante, oscilando de 88 (Salvador e Muritiba) a 137 (Itatingui, distrito de Arataca) em 2000, na figura 49. Em 2007, o mínimo vai para 87 (Muritiba) e o máximo para 142 (Ouricana, distrito de Canavieiras), como se vê na figura 50. Há extremos cada vez mais distantes, uma amplitude cada vez maior no universo baiano, concentrações de homens cada vez mais fortes. Mas, é preciso lembrar que em 2007 os sete municípios mais populosos não foram contados, o que interfere neste resultado, pois, engloba 43 distritos sem informação.

Figura 49 – Bahia – Distritos
Razão de sexo – 2000



Com o detalhamento em distritos evidenciam-se mais variações geográficas do aspecto populacional estudado, principalmente nos municípios gigantescos, como Santo Sé, Jequié e Juazeiro, que têm mais população feminina na sede e mais homens nos demais distritos. Infelizmente, municípios grandes como Monte Santo e Tucano não têm subdivisões dessa natureza, o que viabilizaria esmiuçar geograficamente a razão de sexo no seu território. Mas, isso é possível usando a base cartográfica da malha de setor censitário.

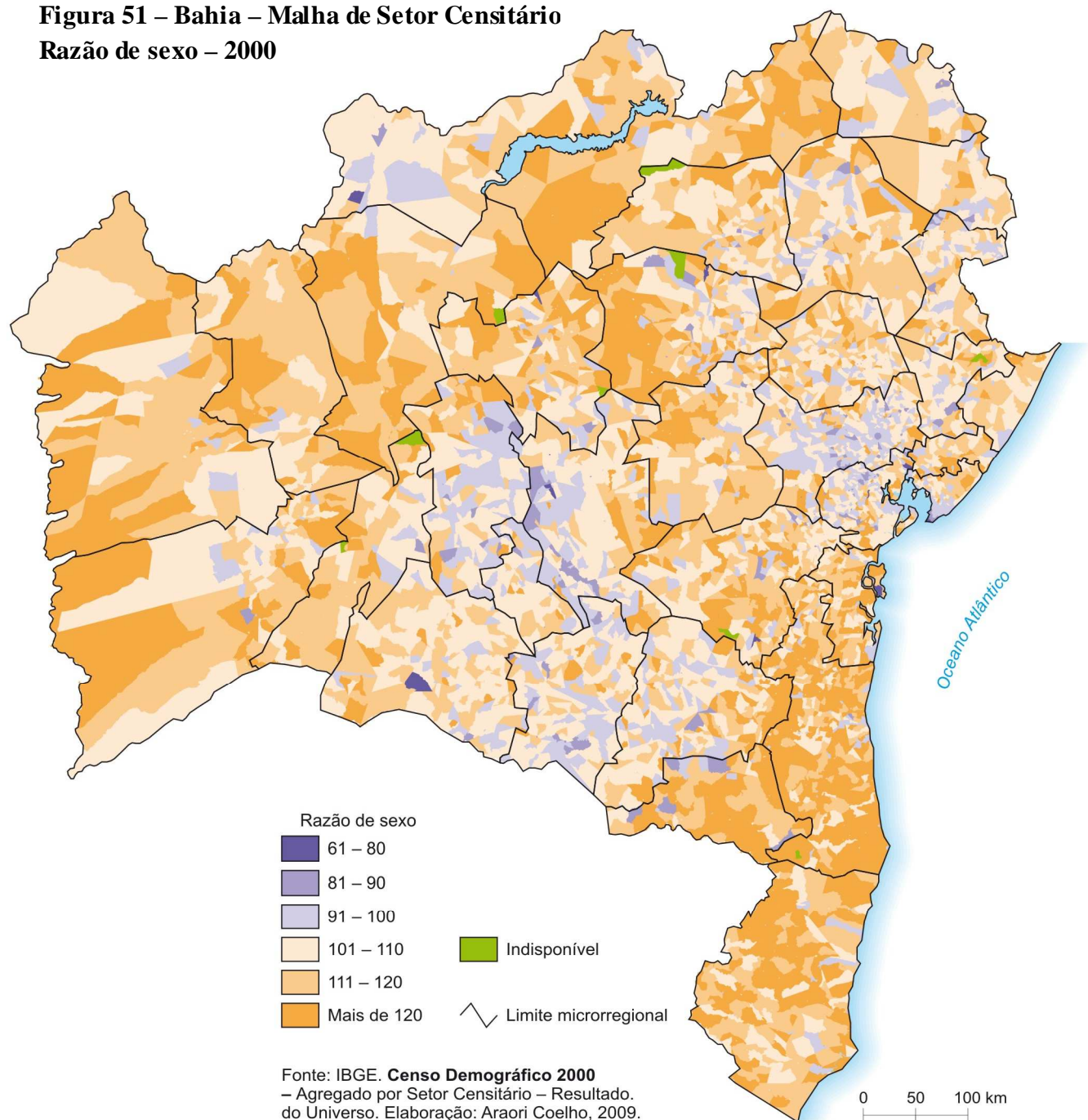
Figura 50 – Bahia – Distritos
Razão de sexo – 2007



Comparando os cartogramas de distritos de 2000 e 2007, nota-se que em todo o Estado se multiplicaram as áreas com predomínio acentuado da população masculina, da ordem de 120 homens ou mais para cada 100 mulheres, em média. De outro lado, os lugares onde predominam as mulheres estão timidamente reduzindo a sua abrangência, formando manchas progressivamente menores, falhadas e descontínuas.

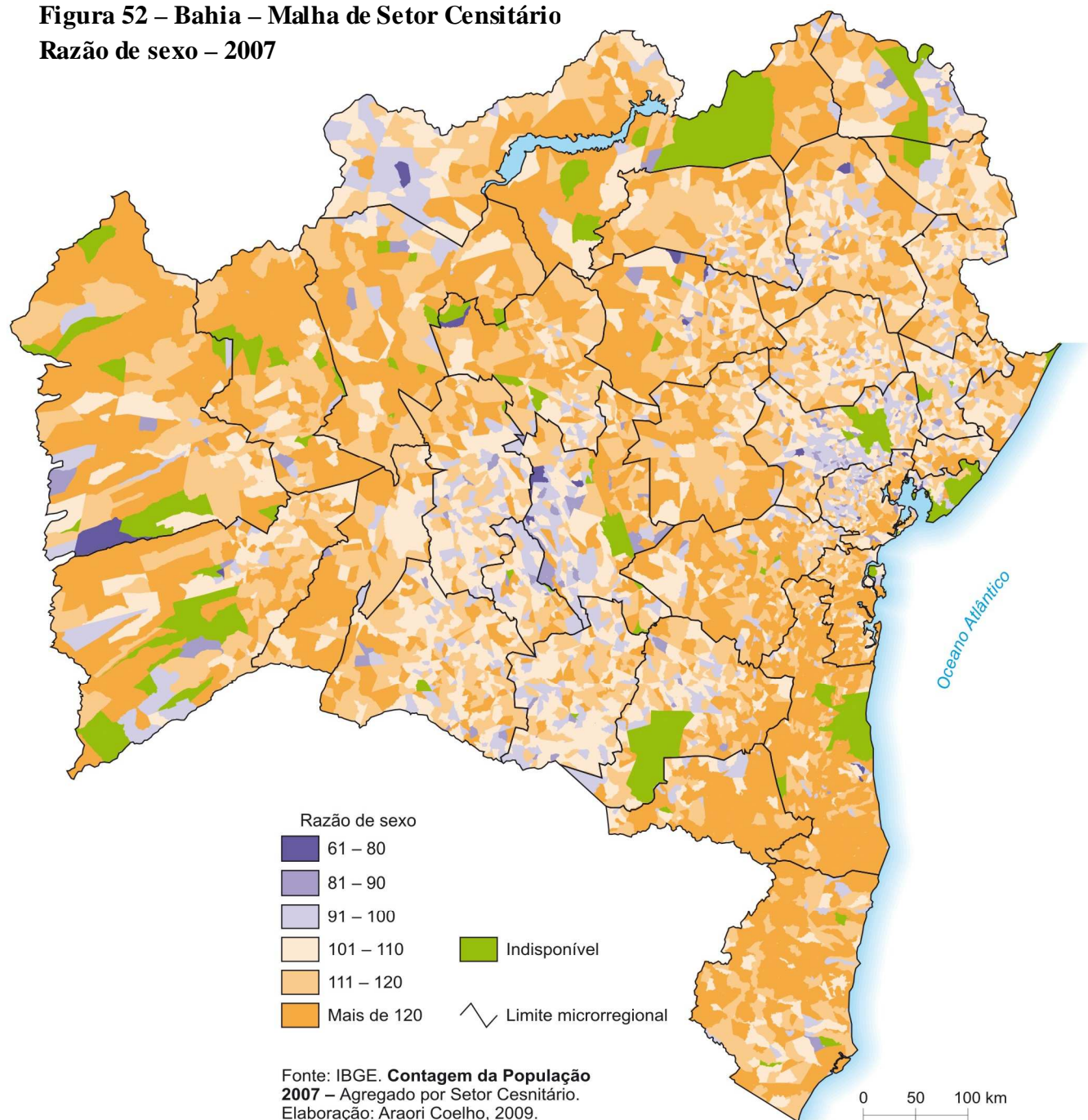
Com o advento dos microdados censitários em meio digital, é possível mapear a variação da razão de sexo na Bahia nesse nível de detalhe, como mostra a figura 51 e a figura 52.

Figura 51 – Bahia – Malha de Setor Censitário
Razão de sexo – 2000



Pouco legível é o mapa acima, assim como a maior parte dos outros em microdados apresentados até então. Usando a mesma classificação de dados que os mapas temáticos de razão de sexo, o aspecto laranja mais vivo indica como o Estado, em sua grande extensão, está ocupado por populações bastante masculinizadas. Em setores censitários, a razão de sexo na Bahia varia astronômicamente, de 60 (no sul de Jussara) a 221 (ao sul de Luís Eduardo Magalhães), no ano 2000, revelando a heterogeneidade bem contrastante desse fenômeno populacional.

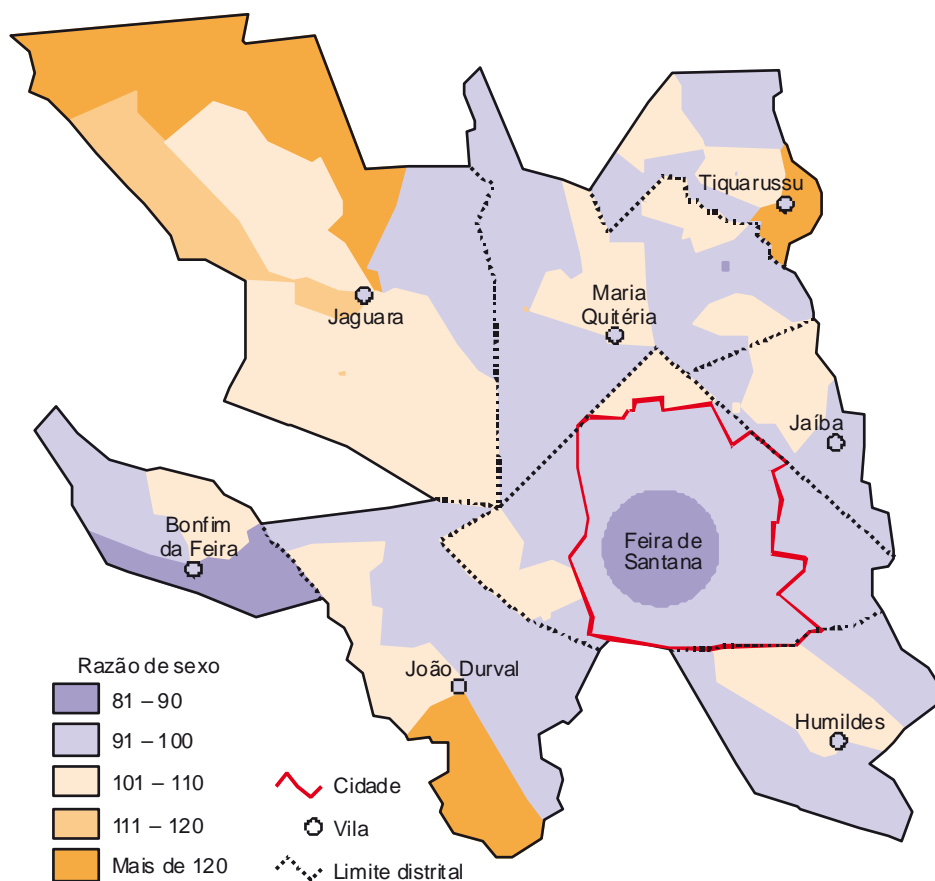
Figura 52 – Bahia – Malha de Setor Censitário
Razão de sexo – 2007



Fazendo a comparação deste cartograma de 2007 com o de 2000, salta aos olhos primeiramente o vácuo de informações censitárias da contagem da população, marcada pelas manchas verde no mapa acima, do que eram apenas tímidos pontos em 2000. Trata-se de áreas sem resultados em 2007, mais os municípios não contados neste levantamento. Em segundo lugar, neste cartograma mais recente, percebe-se que as áreas de população mais feminina estão bem menos abrangentes, apesar da legibilidade ruim peculiar deste tipo de documento cartográfico.

A análise de razão de sexo no município de Feira de Santana, em seguida, no exemplo da figura 53, que tem sete distritos, que variam de 57 km² a 396 km². Num estudo populacional que necessite de um detalhamento territorial maior, a Malha de Setor Censitário 2000 oferece 78 polígonos, entre os perímetros urbanos da cidade e das seis vilas, dez povoados e 61 setores rurais de ocupação dispersa. Aliando-se esta base cartográfica aos microdados censitários, pode-se extrair importantes informações não apenas sobre a sua população, como sobre a organização geográfica deste espaço que, dentro do Estado da Bahia, representa um dos seus maiores pesos demográficos.

**Figura 53 – Município de Feira de Santana
Malha de Setor Censitário – Razão de sexo – 2000**



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Este mapa temático espacializa a razão de sexo do município, com base nos microdados, com a sua respectiva malha, utilizando a mesma classificação de dados e escala de cores dos outros mapas desse tipo. Além disso, nele há os limites distritais, o perímetro urbano da

cidade e pontos marcando as vilas. Ficou bem evidente o predomínio de mulheres dentro do espaço da anel rodoviário da cidade, por onde sua área edificada transborda. Lamentável que não haja dados demográficos da Contagem da População 2007 para Feira de Santana.

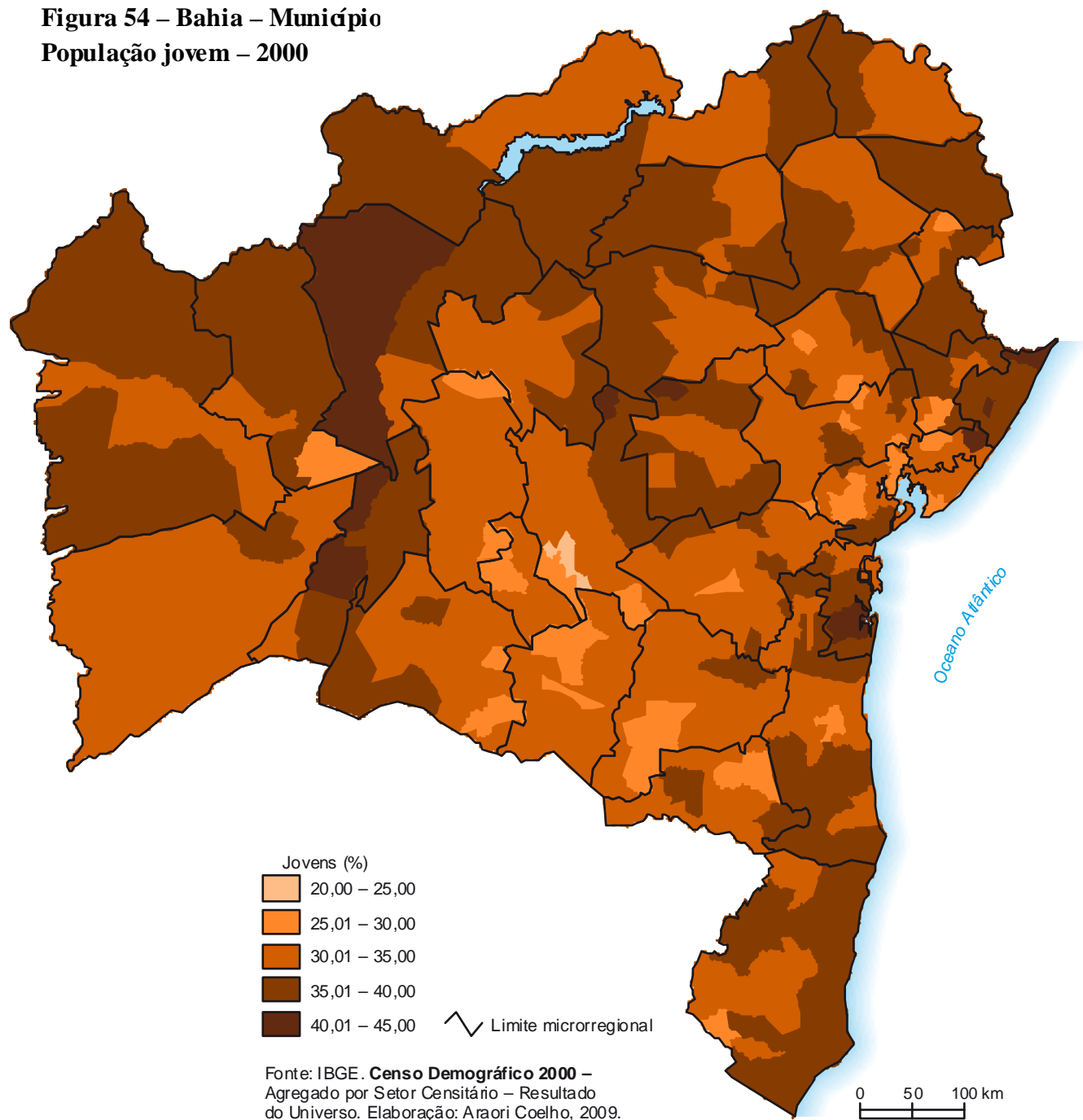
Na base cartográfica (malha rural) utilizada nesta pesquisa para o mapeamento dos microdados, não há distinção dos setores censitários urbanos individualmente, pois, eles estão agrupados em cidades e vilas, conforme já sinalizado anteriormente. Por isso, não aparecem nesta pesquisa os casos extremos de população masculina sem mulheres e de população feminina sem homens, como ocorre nos mosteiros e conventos, respectivamente, pois, eles estão diluídos junto com os demais setores censitários das localidades urbanas. Inclusive, estas instituições são individualizadas em setores à parte do tipo 7.

Pode-se concluir que, para o mapeamento da razão de sexo na Bahia, a divisão de distritos revelou-se como o melhor resultado, por retalhar os grandes municípios e revelar as realidades locais mais rurais – haja vista que as vilas, via de regar, são bem menores que a cidade. Já a malha rural não é recomendada para o mapeamento de toda a Bahia, mesmo que se faça um pôster que possibilite a visualização da maioria dos pequenos polígonos de aglomerados isolados, sejam cidade, vilas ou povoados.

3.6.2 Estrutura etária da população baiana

Um importante aspecto da estrutura demográfica é a idade. Convencionou-se três grandes grupos etários universais para simplificar e generalizar a sua análise: os jovens são os indivíduos abaixo de 15 anos de idade, adultos estão entre 15 e 64 anos completos e os idosos têm 65 anos ou mais. Começando pelos jovens, a figura 54 ilustra o seu percentual sobre a população total, em municípios, para o ano 2000. Como parte da análise interescalar, os próximos cartogramas com este tema terão a mesma classificação isoescalar e as mesmas cores, com algumas adequações quando necessário.

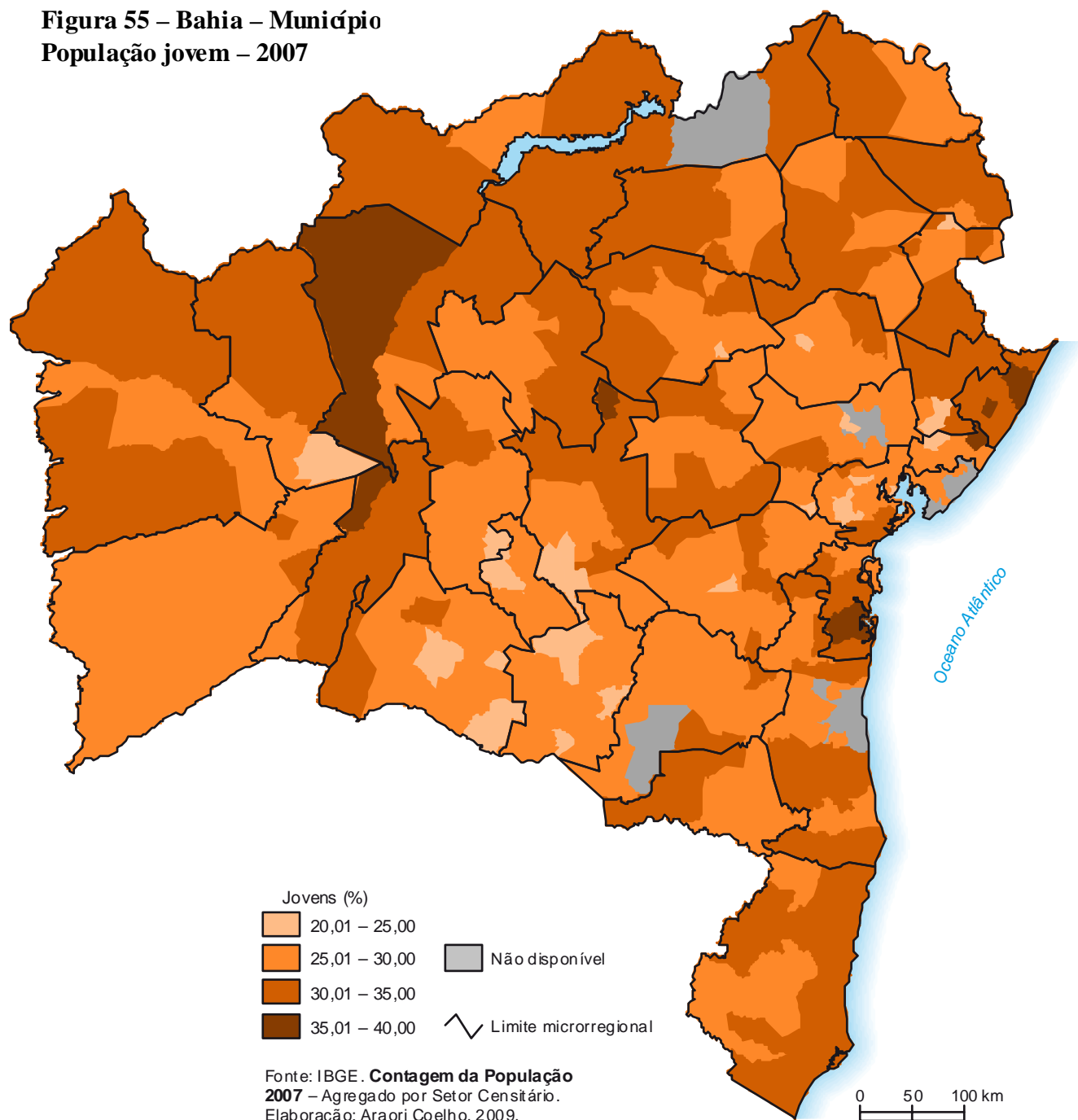
Figura 54 – Bahia – Município
População jovem – 2000



Estadualmente, a população jovem representa 32% em 2000, o que está bem explícito figura 54, cuja classe dominante está entre 30% e 35%. Na margem leste do Rio São Francisco tem uma grande área contínua com maior percentagem de jovens, destoando da maior parte da Bahia. Quase no centro do Estado há um ponto com a menor parcela de jovens, composto por Abaíra e Jussiape, com 25% e 23% respectivamente. Interessante observar como estas manchas de maior e menor intensidade do fenômeno se comportam de modo tão oposto em apenas sete anos.

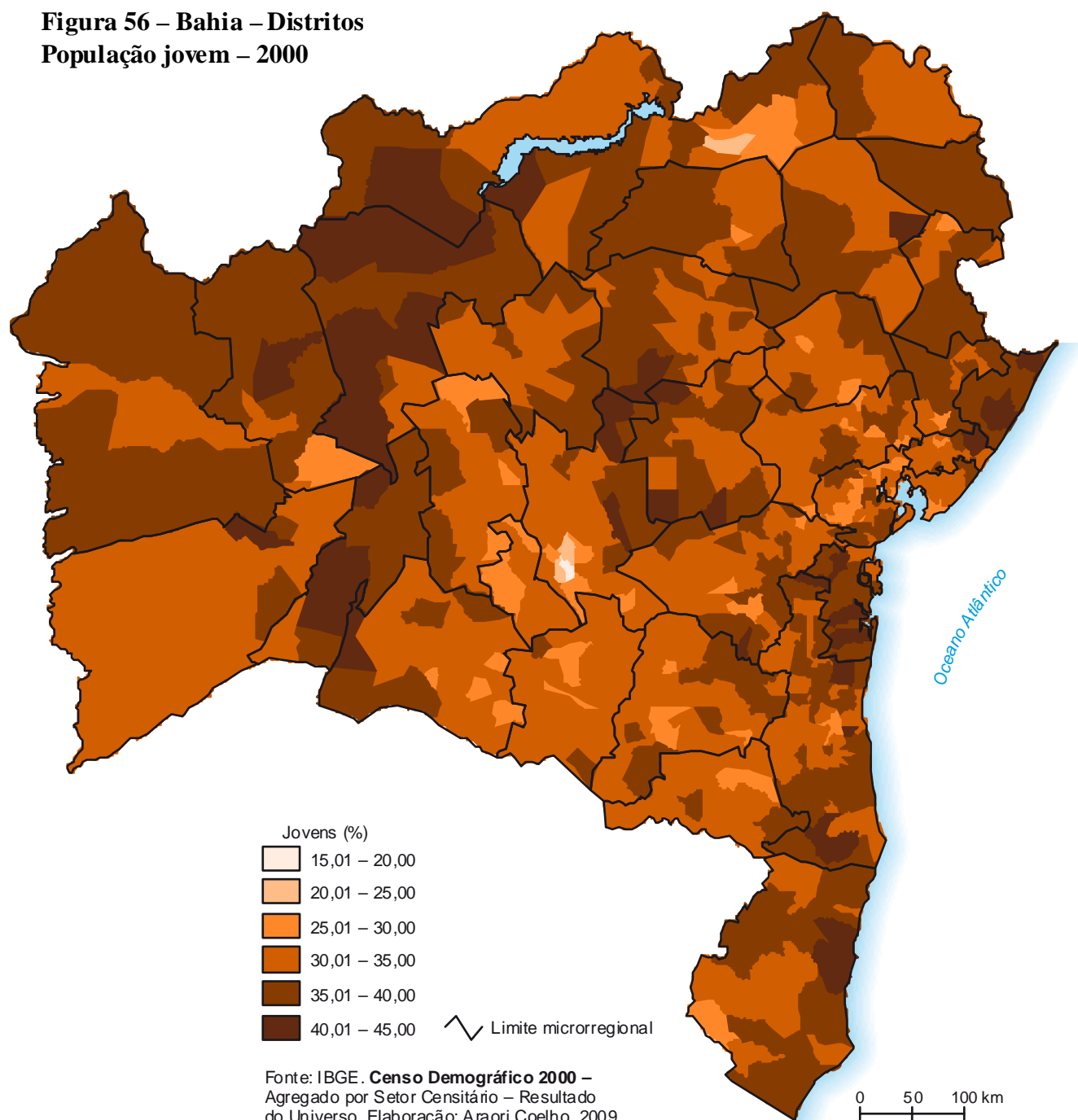
Como usa-se a mesma classificação e escalas de cores, o fenômeno está bem menos intenso em 2007 (figura 55). Também, o percentual médio de jovens no Estado caiu para 27%, do que antes era 32% (considerando-se apenas os municípios que foram recenseados em 2000 e 2007). Daí, a classe predominante é a segunda, entre 25% e 30%. Com essa redução geral da média em seis pontos percentuais, maior que o intervalo de classe, é normal que muitos municípios passem para uma classe de valor inferior e que a última classe desapareça.

Figura 55 – Bahia – Município
População jovem – 2007



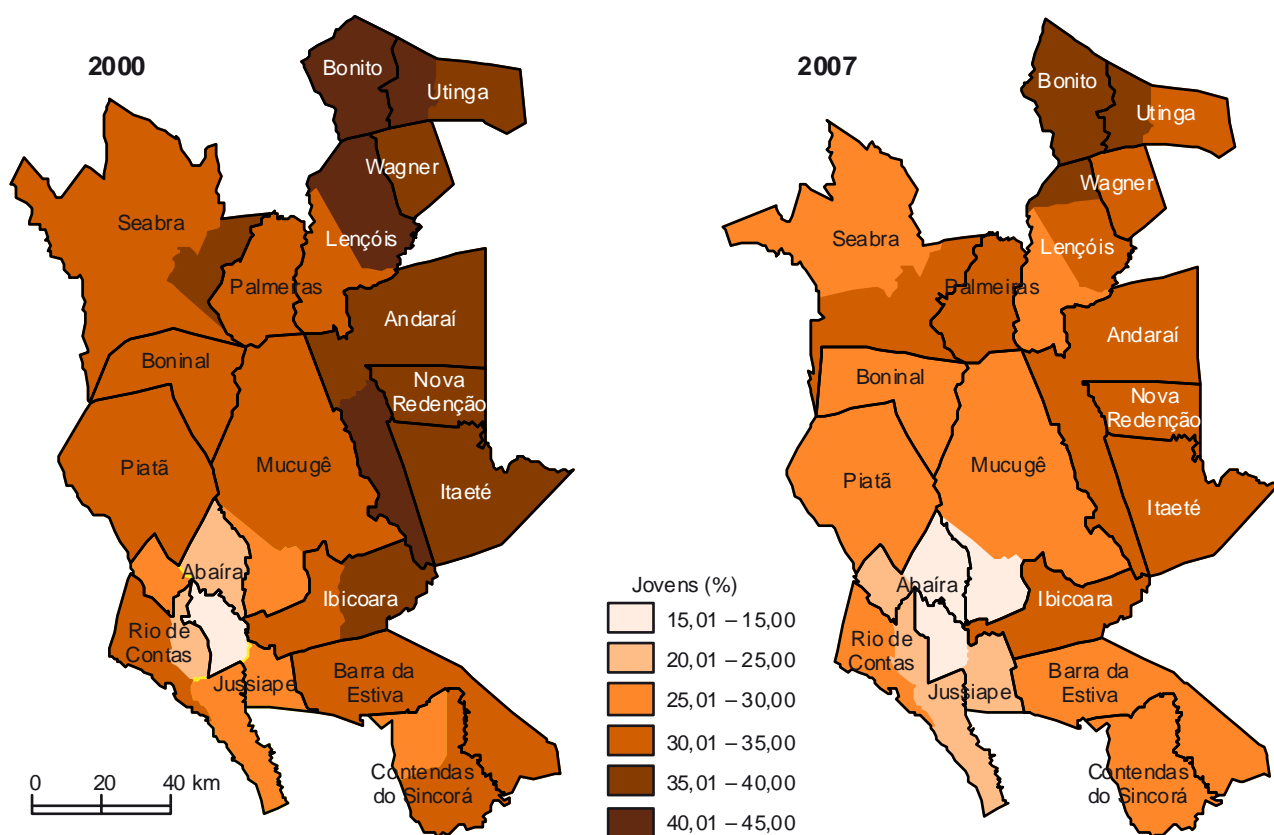
A figura 54 representa a população jovem de 2000 em municípios. Já a figura 56 tem este fenômeno mapeado no mesmo ano com a divisão em distritos. Mais uma vez, os municípios são retalhados em partes menores e revelam uma diversidade interna que faz contraste com outras extensas áreas contínuas de características homogêneas. Morro do Chapéu e Santo Sé têm três classes em seu território, e Juazeiro, quatro. Isto é indicativo de sua complexa e diversificada organização intra-regional, haja vista que são espaços muito extensos.

Figura 56 – Bahia – Distritos
População jovem – 2000



Neste cenário de homogeneidade e heterogeneidade, a região de Seabra, praticamente no centro geográfico do Estado, mostra-se bastante peculiar ao reunir todas as seis classes, na escala de distritos, revelando um padrão regional de redução da proporção de jovens do sudoeste em direção ao nordeste. No período analisado, a parcela juvenil da sua população restringiu-se drasticamente, como se pode visualizar na figura 57.

Figura 57 – Microrregião Geográfica de Seabra – Distritos População jovem – 2000 e 2007



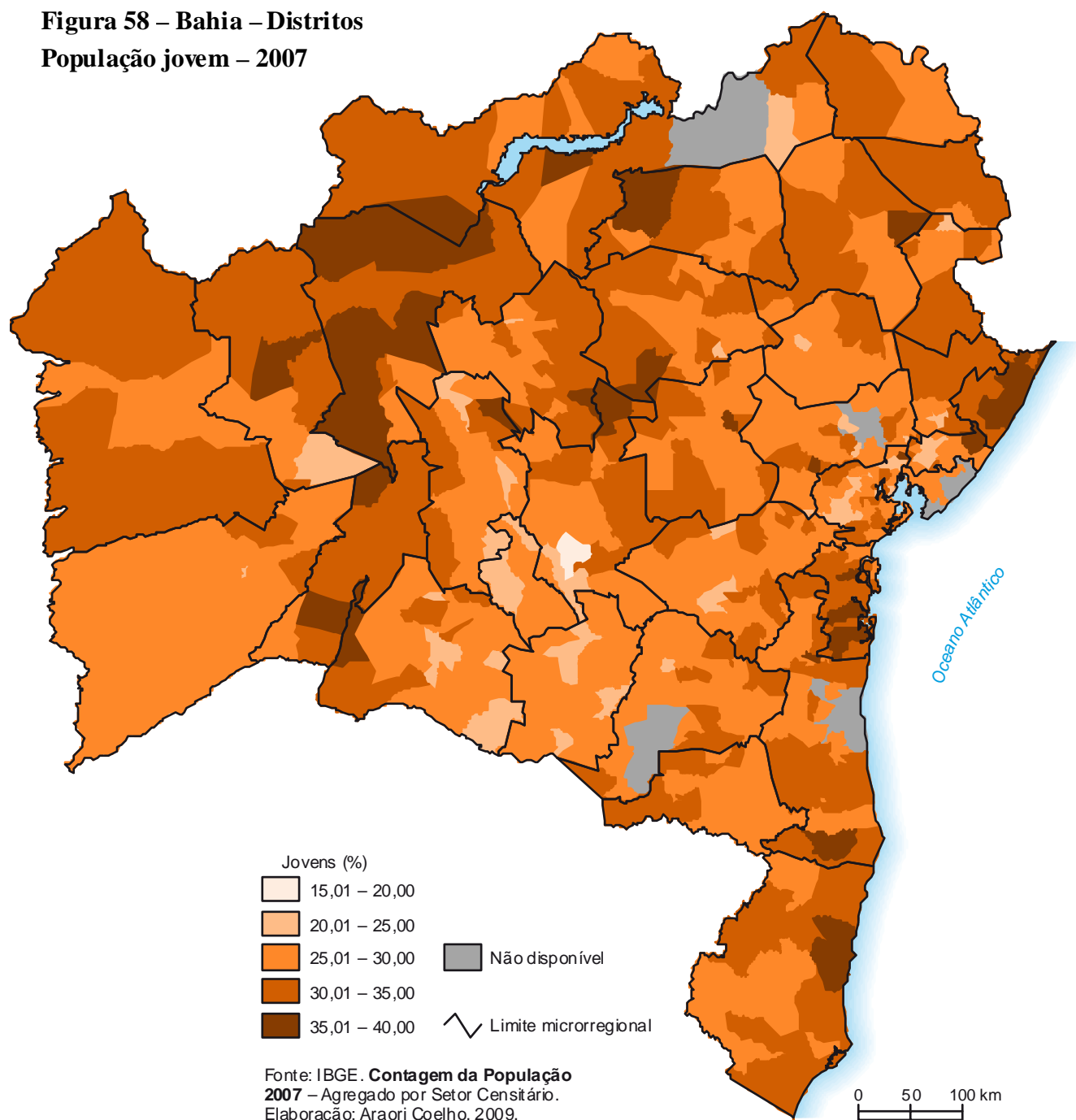
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Entre estes dois cartogramas há algumas diferenças nos limites dos municípios, pois, de 2000 para 2007 foram modificadas algumas divisas. Este fato foi respeitado ao aplicar-se os dados sobre sua respectiva malhas de distritos e municípios que, por sua vez, foram produzidas agregando os setores censitários.

Não somente a microrregião de Seabra, mas toda a Bahia é um grande mosaico de lugares bastante diferenciados, que se transformam segundo um ritmo próprio, uns mais acelerados, outros mais lentos. Igualmente a esta região, todos os confins deste grande estado

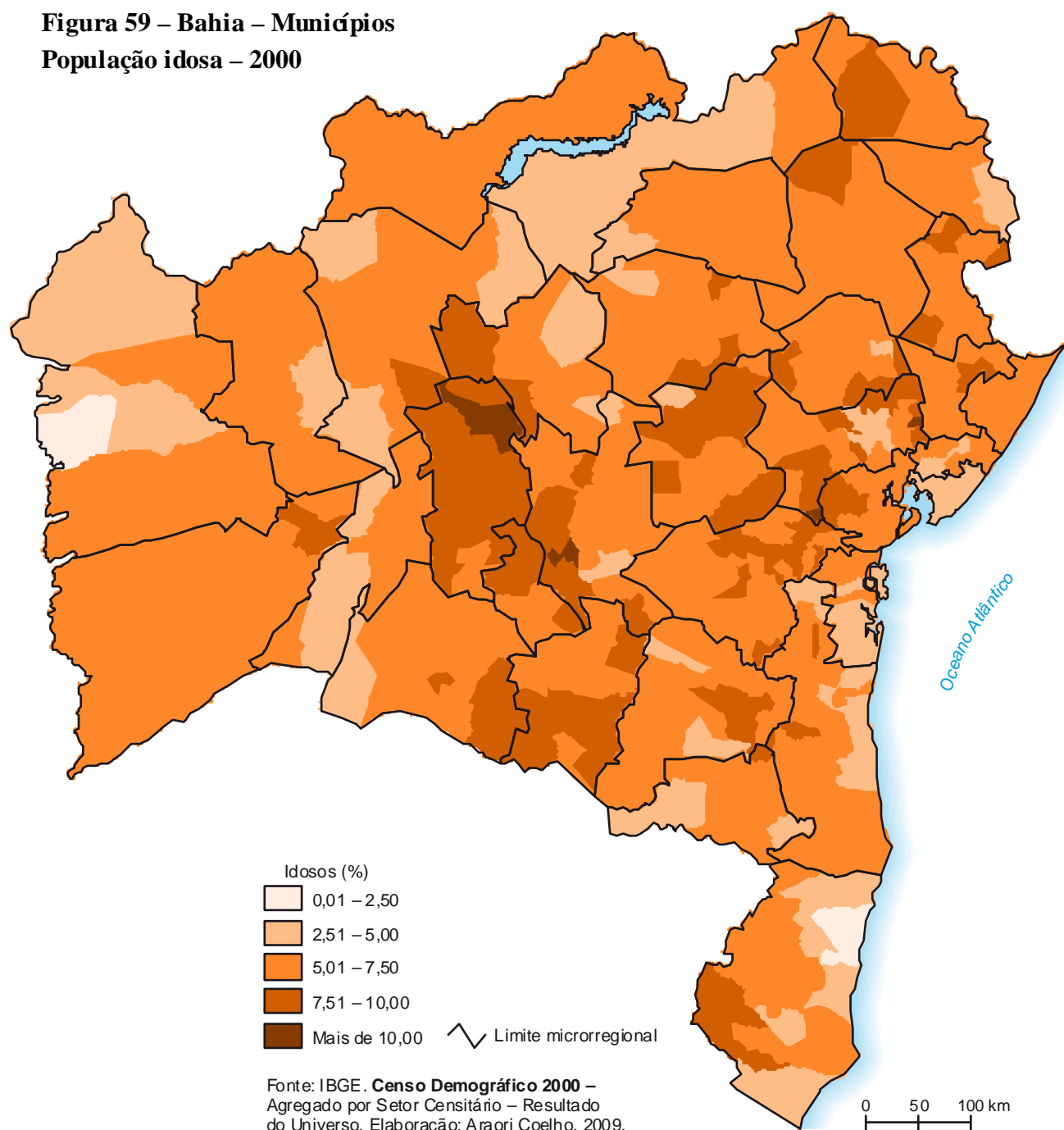
reduziram bastante a parcela de sua população jovem em 2007 (figura 58), obedecendo a uma tendência global de queda das taxas de fecundidade e fertilidade, do aumento da expectativa de vida e a uma particularidade do semi-árido brasileiro, da persistência da migração por décadas consecutivas do século XX, entrando no XXI.

Figura 58 – Bahia – Distritos
População jovem – 2007



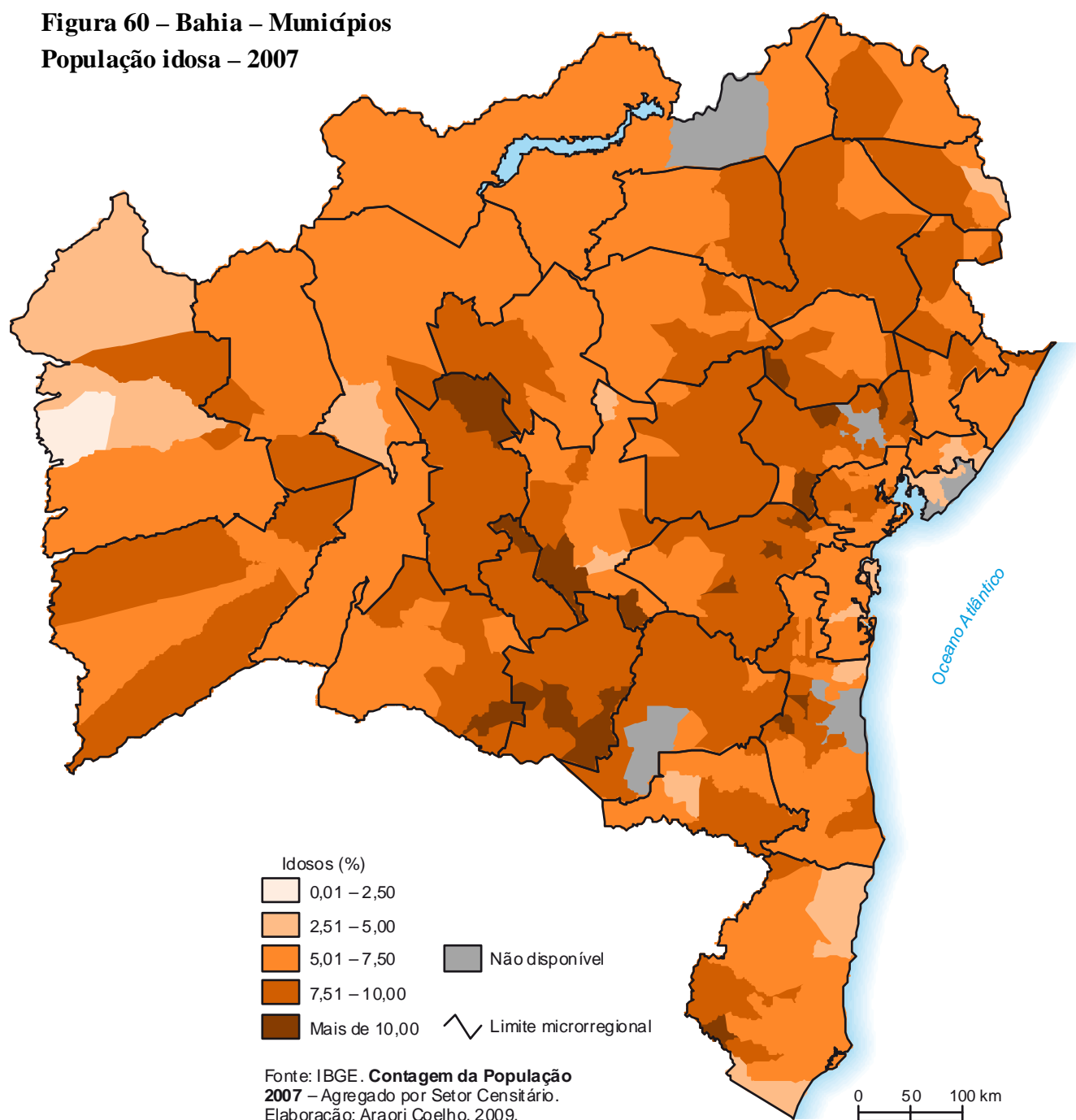
Se há uma redução progressiva na proporção de jovens na população baiana, provavelmente há um aumento dos percentuais de idosos. Para tanto, é preciso fazer a medição cartográfica e estatística desta possível transformação. A figura 59 tem os percentuais municipais de população de 65 anos ou mais, com intervalo de classe isoescalar de 2,5% e as mesmas cores usadas nos mapas da população jovem. Em 2000, Luís Eduardo Magalhães e Porto Seguro, o segundo município mais recente e o segundo mais antigo, respectivamente, têm praticamente o mesmo percentual muito baixo, muito reduzido de idosos, próximo de zero.

Figura 59 – Bahia – Municípios
População idosa – 2000



Bastante semelhante à média nacional, os 5,73% de população idosa da Bahia realmente predomina na maior parte do Estado em 2000, mas há também as variações. Entre Rio de Contas e Gentio do Ouro estão as taxas mais altas, numa extensa mancha que registra valores entre 7,5% e 10% de idosos, com dois municípios superando 10% (Jussiape ao sul e Brotas de Macaúbas ao norte). Em 2007 esta mancha se expandiu (figura 60) e a participação da população velha supera os 10%. A nova média estadual agora é de 7,11%, desconsiderando-se os sete municípios não contados. Sem eles, em 2000 esse percentual seria de 6,22%.

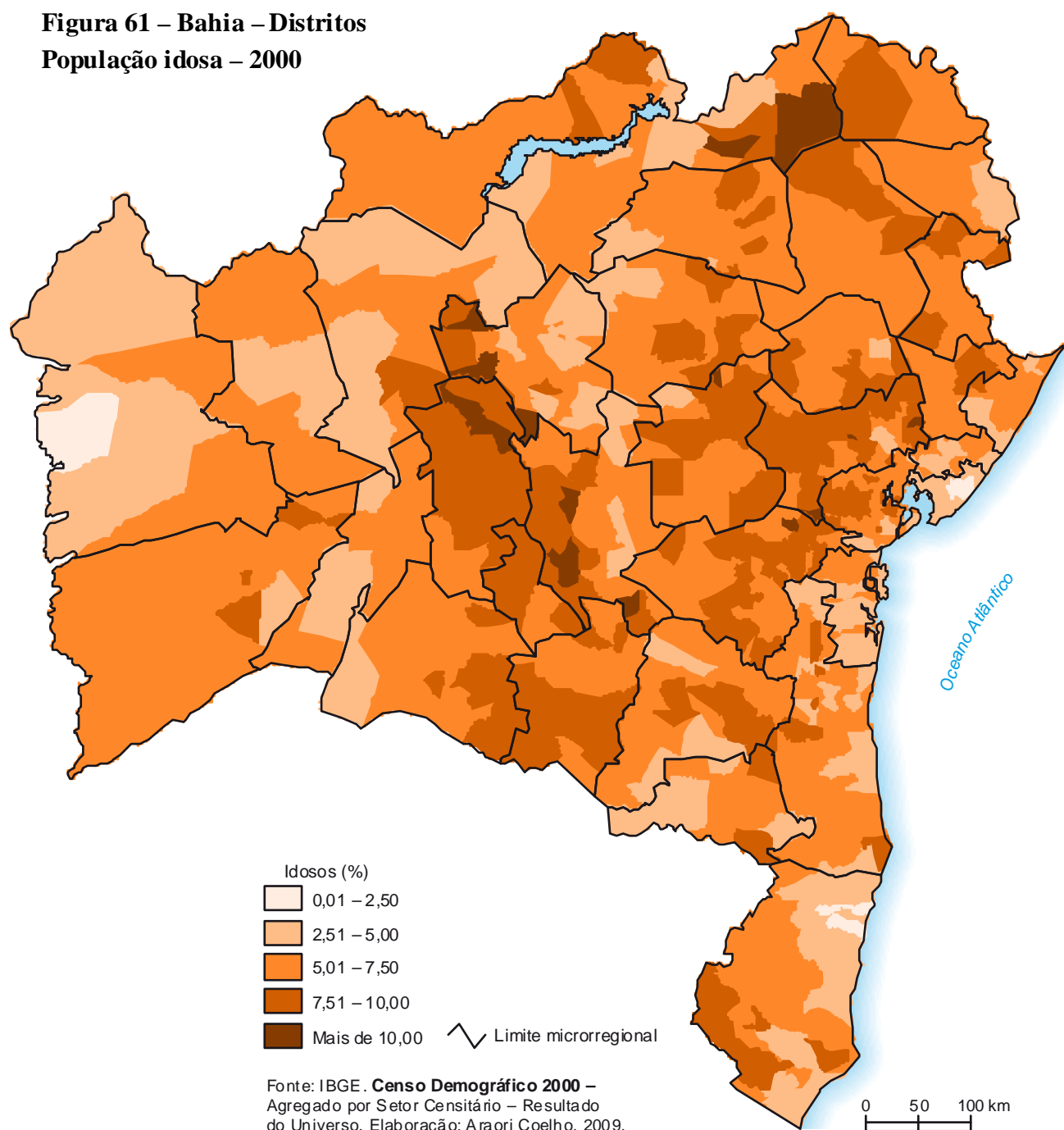
Figura 60 – Bahia – Municípios
População idosa – 2007



Nacionalmente, o envelhecimento tornou-se uma tendência irreversível. Isso não é diferente na Bahia, pois, observando-se a figura 60, a mancha marrom que se estendia de Gentio do Ouro a Rio de Contas, agora tomou quase um terço do Estado, além da multiplicação dos pontos que tinham mais de 10% de idosos, enfileirados e formando verdadeiros “corredores de velhice”.

Prosseguindo o detalhamento interescalar desta análise, a figura 61 ilustra a população idosa em distritos para o ano 2000.

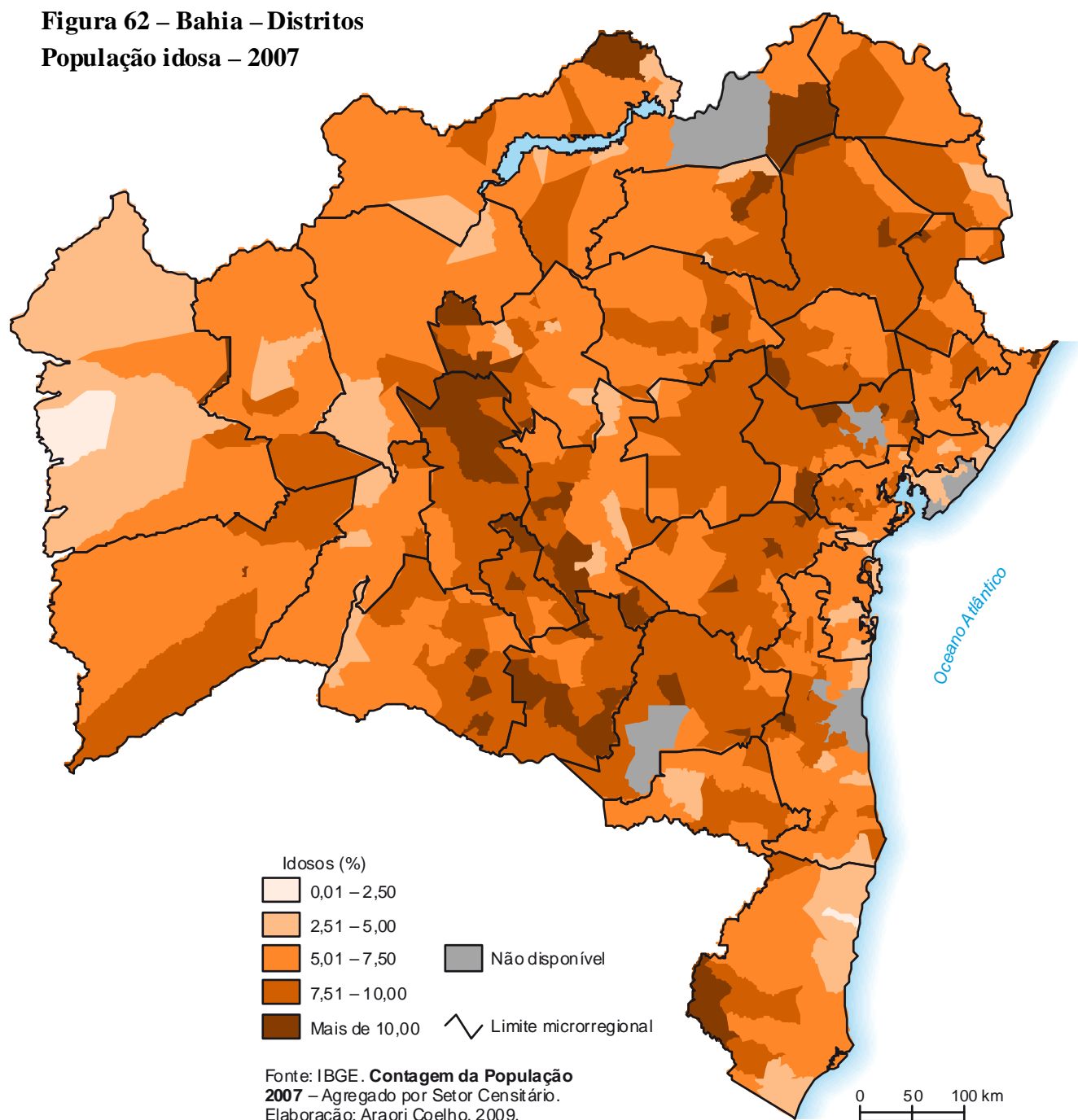
Figura 61 – Bahia – Distritos
População idosa – 2000



Comparado ao mapa de municípios, multiplicaram-se os espaços com mais de 7,5%, agrupados em faixas semi-descontínuas no interior do Estado, quase sempre distante mais de 100 km do litoral, como se estivesse respeitando uma faixa ali delimitada. O distrito sede de Camaçari pontua-se como um dos lugares de população idosa menos significativa, com apenas 1%.

Logo abaixo, figura 62 espacializa estes percentuais dos distritos em 2007, para visualizar a sua evolução.

Figura 62 – Bahia – Distritos
População idosa – 2007



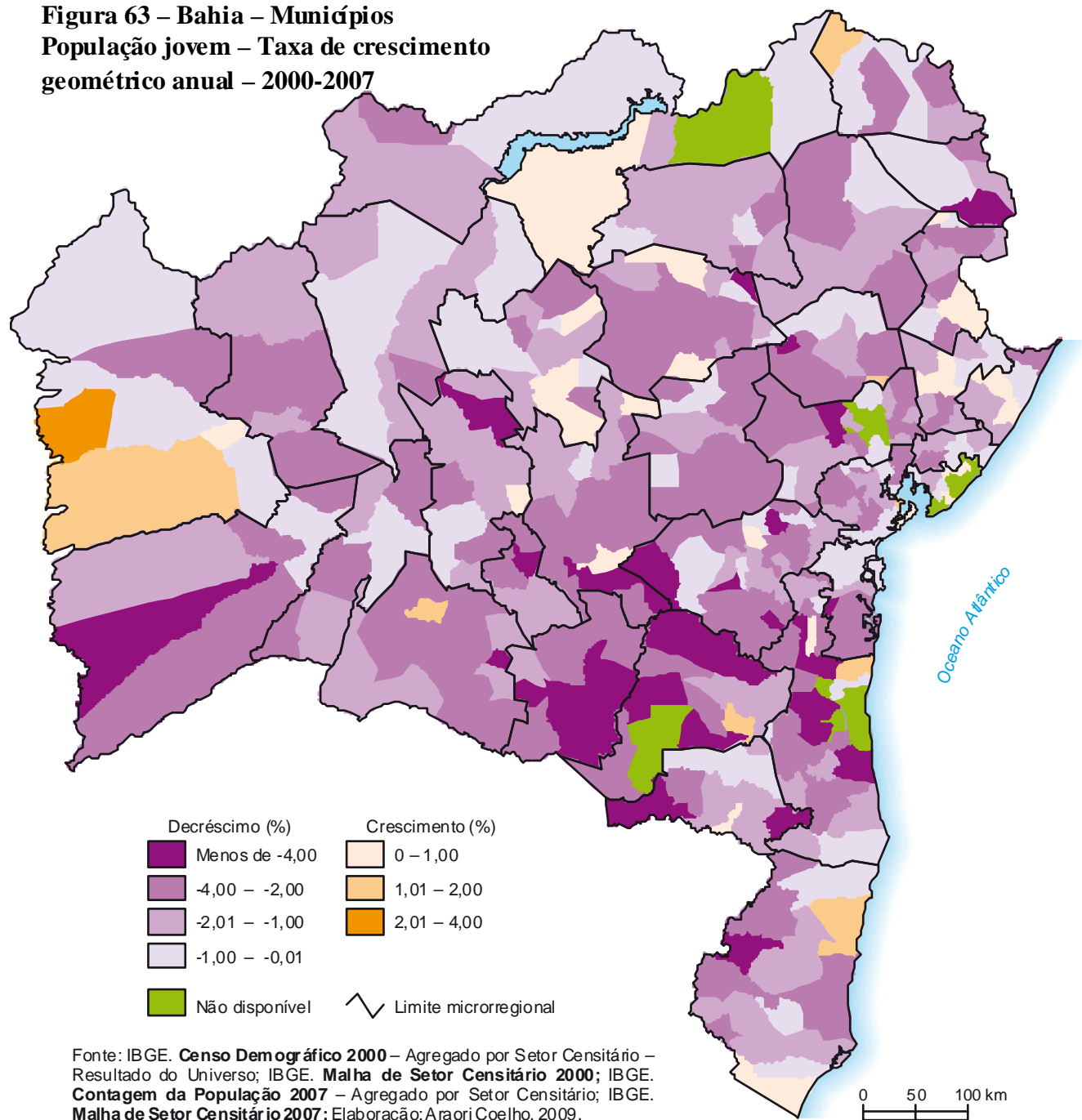
Tonalidades mais escuras significam a intensificação do fenômeno mapeado, ou seja, atesta-se que há um percentual crescente de pessoas com 65 anos ou mais vivendo na Bahia, especialmente na zona a oeste da microrregião de Irecê, ao norte de Boquira, a sudoeste de Seabra e ao norte de Livramento, que ainda é descontínua, mas tem porcentagens que alcançam 15%, onde outrora era 8%. O sul do município de Curaçá também registra valores dessa ordem, mas não se pode ver se o sul de Juazeiro também evoluiu para este estágio, diante da não realização da Contagem 2007 nesse município que, como já dito anteriormente.

A média estadual em 2000 era de 5,73%. Desconsiderando-se os sete municípios mais populosos que não participaram da contagem, esse valor sobe para 6,22%. Em 2007, essa média estadual passa para 7,11%, revelando um envelhecimento real. Certamente, esta cifra seria menor se Salvador e os outros seis entrassem na última contagem, pois, como são pólos de atração populacional, seu PEA dá maior peso ao grupo etário dos adultos, reduzindo a importância numérica dos jovens e dos idosos.

Esta sensível mudança na estrutura etária dos baianos se processa de maneira bastante diferenciada nos diversos recortes espaciais do Estado. São ritmos de mudança em descompasso, consequência direta das características e do comportamento individual de cada uma das regiões baianas, que também encontram diferenciações em sua estrutura interna, na organização e relação entre os elementos constituintes do seu espaço geográfico.

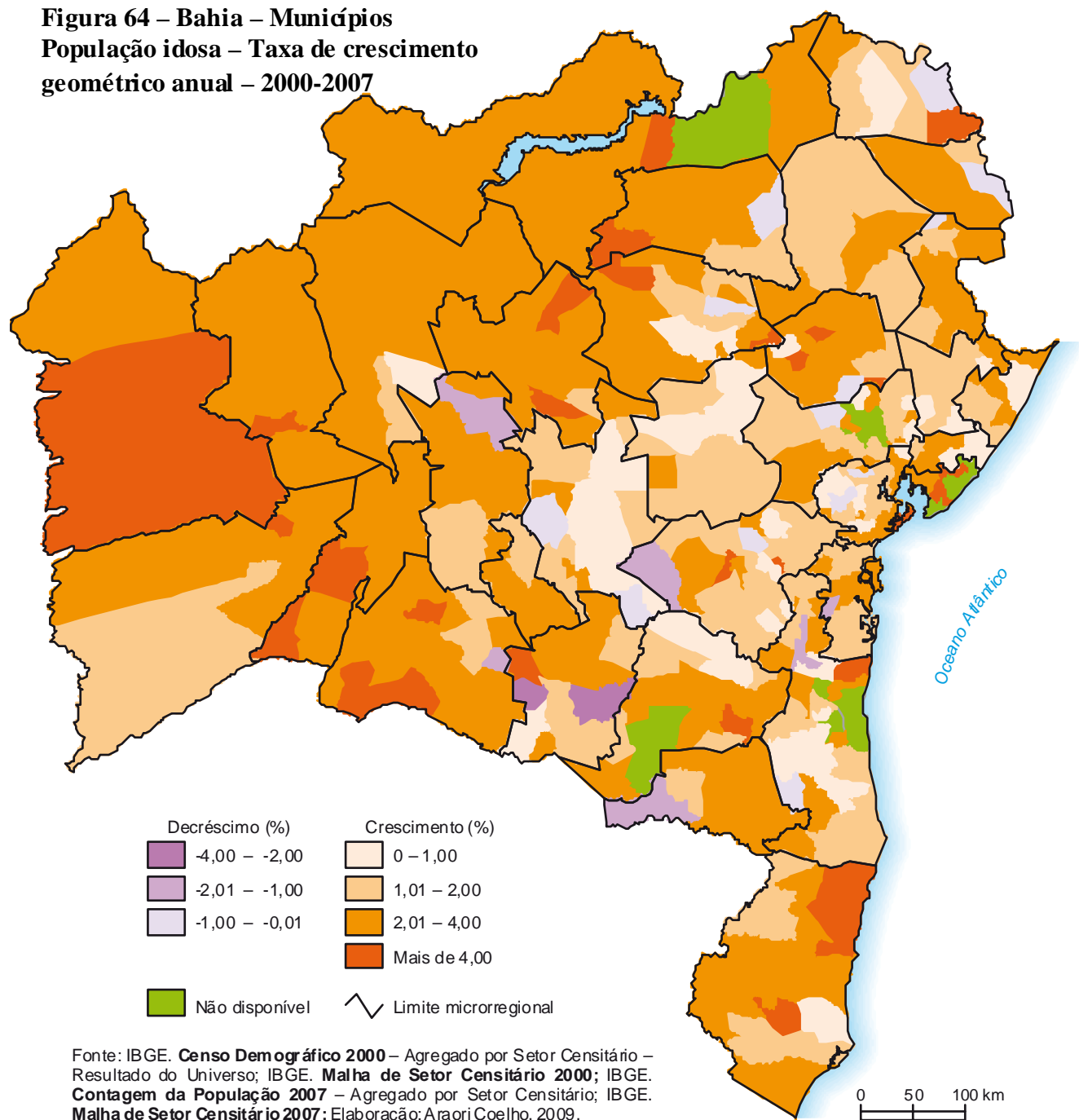
De modo geral, entre os municípios baianos, a população com idade inferior a 15 anos tem se reduzido consideravelmente a taxas negativas da ordem de 10% nos casos mais extremos (Guajeru, entre Guanambi e Vitória da Conquista), o que diminui o número de jovens para a metade em sete anos e meio, aproximadamente. Enquanto isso, o grupo etário das pessoas com 65 anos ou mais entrou em verdadeira explosão demográfica, com taxas geométricas de crescimento anual que chega a 20% (em Luís Eduardo Magalhães), uma velocidade nunca antes vista para os idosos. Estes casos extremos de decréscimo de jovens e crescimento dos idosos são somente a parte exagerada de uma tendência de envelhecimento da população, mas também ocorre o inverso, pois, os jovens ainda cresceram em 33 municípios e os idosos diminuíram em 22. A figura 63 e a figura 64 espacializam as taxas de crescimento anual dos jovens e idosos dos municípios baianos, seguindo a mesma classificação e esquema de cores de cartogramas que mapeiam esse fenômeno dinâmico, como o da figura 38, página 109.

Figura 63 – Bahia – Municípios
População jovem – Taxa de crescimento
geométrico anual – 2000-2007



Da primeira até a quarta classe há o decréscimo generalizado dos jovens, sobremaneira no entorno de Ilhéus-Itabuna, Vitória da Conquista e Jequié, onde é visível os tons mais escuros. Como as taxas de mortalidade infantil e juvenil estão muito mais baixas que no passado distante de meados do século XX, pode-se perfeitamente atribuir este fenômeno à migração dos moços diante da falta de oportunidade e perspectiva de desenvolvimento para o futuro, diante da pujança econômica dos grandes centros urbanos e das capitais litorâneas, quando não do centro-sul do país.

Figura 64 – Bahia – Municípios
População idosa – Taxa de crescimento
geométrico anual – 2000-2007

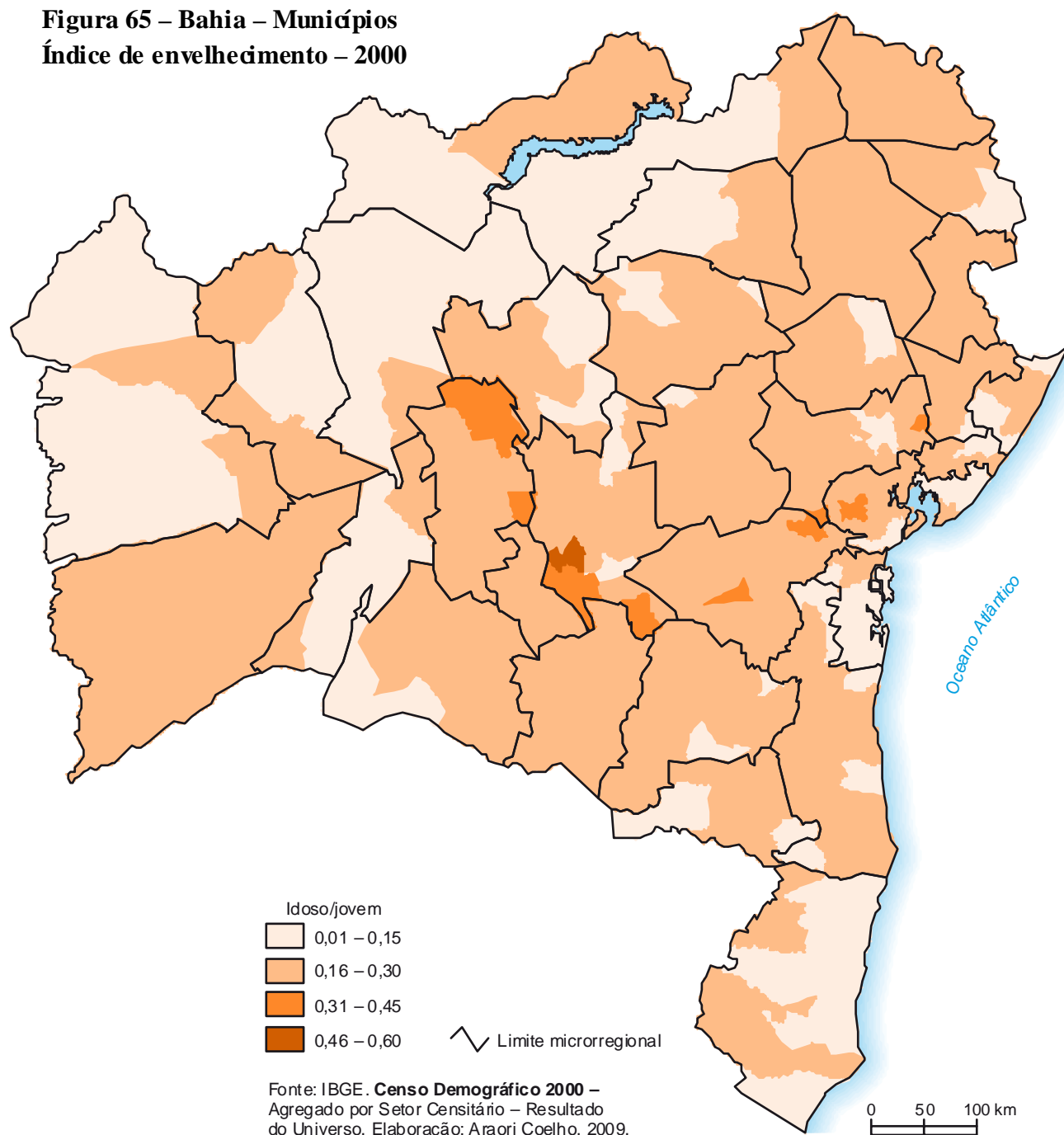


As quatro últimas classes sinalizam a rapidez da multiplicação da população idosa em todo o estado. Isto é consequência de uma série de fatores, dentre os quais se pode citar a aposentadoria rural que fixa estas pessoas com suas grandes famílias na zona rural e nas cidades pequenas, por tão pouco dinheiro. Mas é o Oeste de Barreiras que chama mais a atenção, com seus municípios imensos, o que foi motivado pelo aumento sensível do seu pequeno número de idosos nativos, que agora recebem outros migrantes que mudaram de faixa etária enquanto residiam na região.

Não se julgou necessário estender a análise interescalar para os microdados, nem mesmo para os distritos, pois, a sua legibilidade é difícil, não aprofundaria os resultados da pesquisa, nem acrescentaria novidade alguma. Provavelmente, trabalhando-se com uma região menos heterogênea que a Bahia, haja legibilidade da dinâmica populacional dessas duas faixas etárias com um detalhamento maior da base cartográfica.

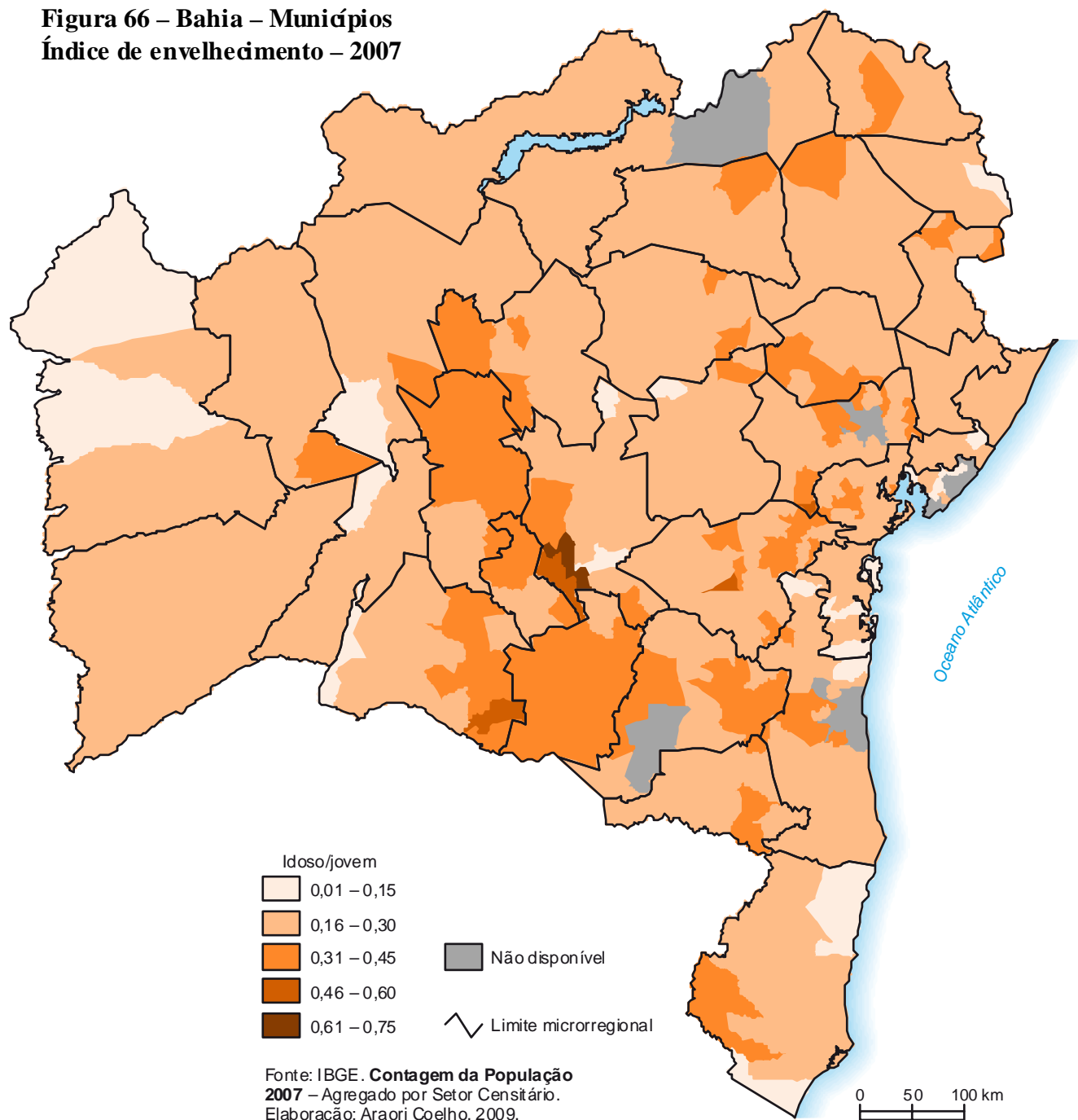
A figura 65 traz o índice de envelhecimento (IBGE, 2003f, p. 41), que divide o número de idosos pelo de jovens. Este mapa está em municípios e representa os dados de 2000.

Figura 65 – Bahia – Municípios
Índice de envelhecimento – 2000



O índice de envelhecimento é um número decimal. Se seu valor for igual ou maior que 1, significa que o número de pessoas com 65 anos ou mais é igual ou maior que a quantidade de indivíduos com menos de 15 anos. Quando isto acontece, naturalmente cessa o crescimento vegetativo, a reposição populacional dos velhos pelas crianças. Confrontando-se a figura 65, de 2000, com a figura 66, de 2007, atesta-se a tendência de envelhecimento.

Figura 66 – Bahia – Municípios
Índice de envelhecimento – 2007

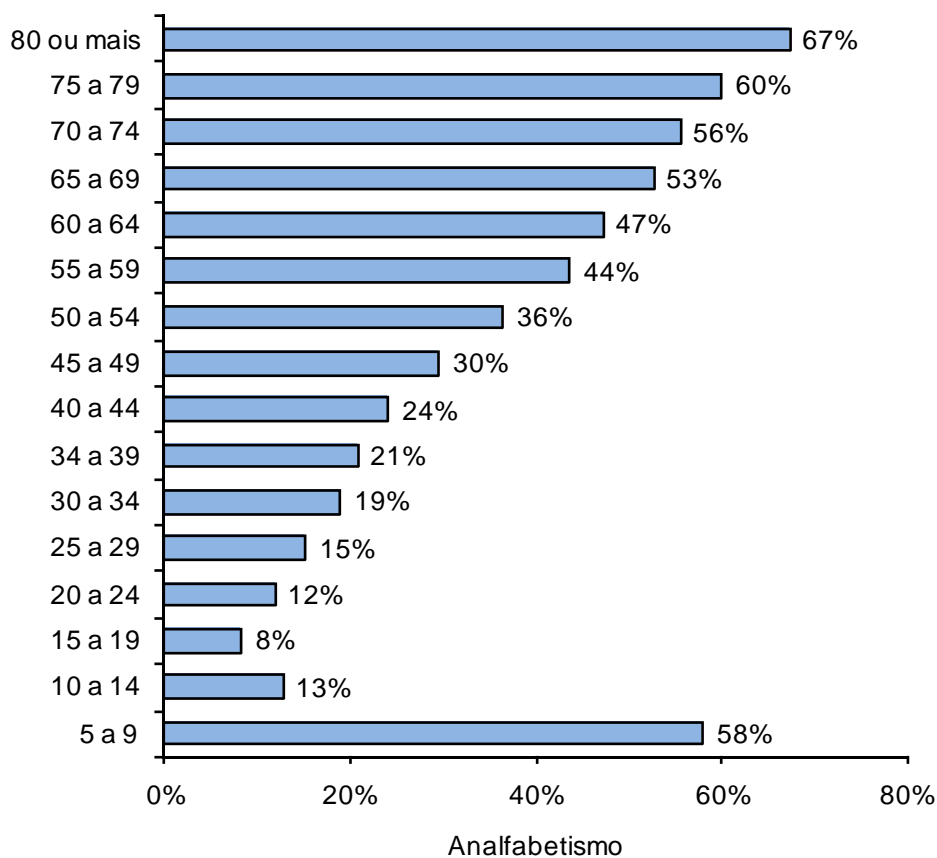


3.6.3 Escolaridade e renda da população baiana

Como já dito, não foram levantadas informações de educação ou renda na última contagem da população, daí, apenas o ano 2000 será computado nesta análise. O primeiro item a ser analisado diz respeito à formação escolar das pessoas. O IBGE levanta os dados de anos de estudo completos para os responsáveis por domicílio, já no formulário do universo. Para os demais moradores, marca-se apenas a alfabetização. Com a amostra, que é dez vezes mais detalhada, se destrincha qual o curso de formação, até mesmo o tipo de graduação, pós-graduação e mais, tanto do responsável quanto dos seus dependentes.

A Bahia, como já atestado na tabela 5, tem o maior número absoluto de aliterados do Brasil, infelizmente, e ainda está entre os estados com os piores percentuais desse problema. Internamente, verifica-se que há diferenciação no analfabetismo entre os três grandes grupos etários, de acordo com a figura 67.

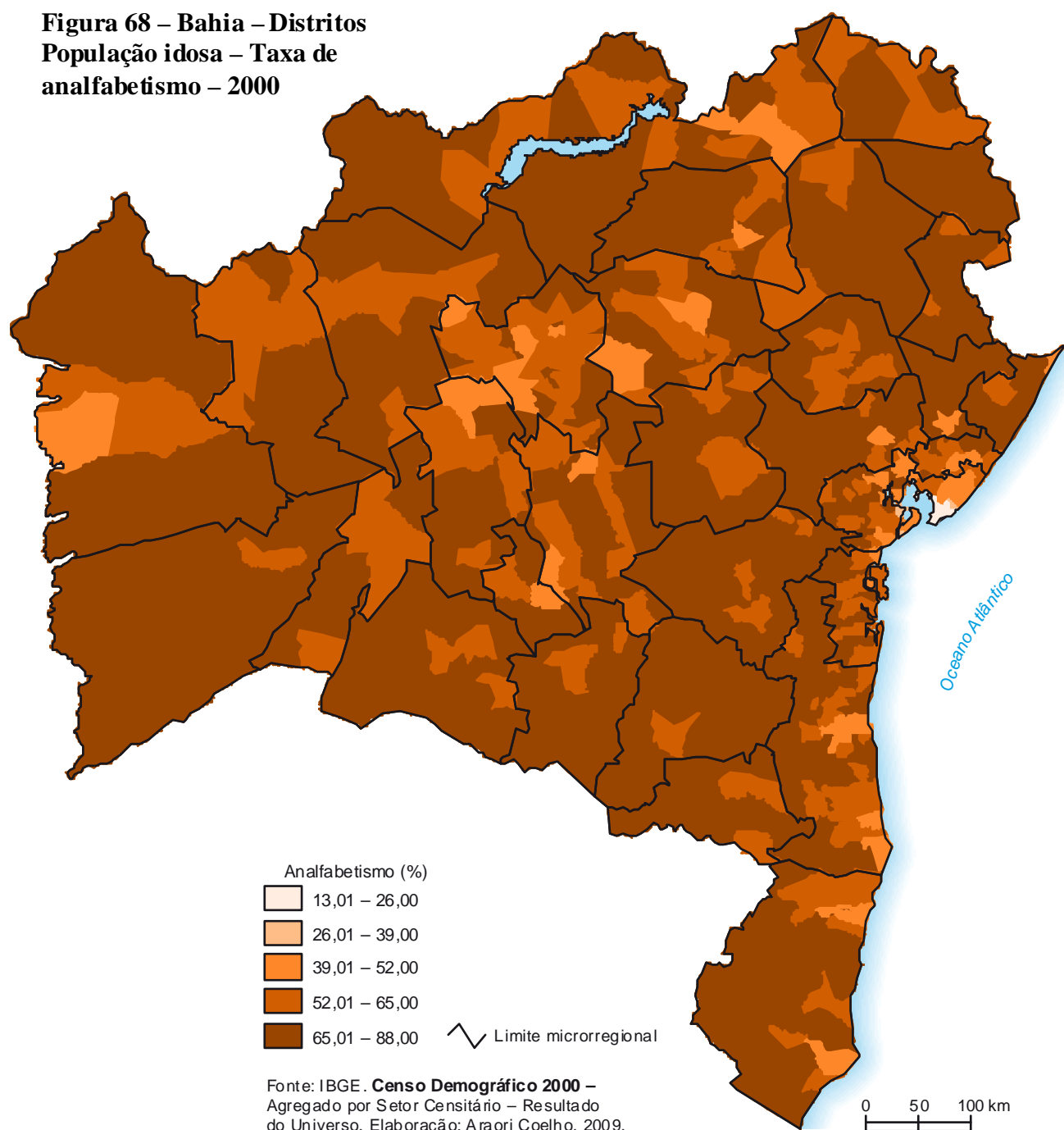
Figura 67 – Bahia – Taxa de analfabetismo por faixa etária – 2000



Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultados do Universo.
Elaboração: Araori Coelho, 2009.

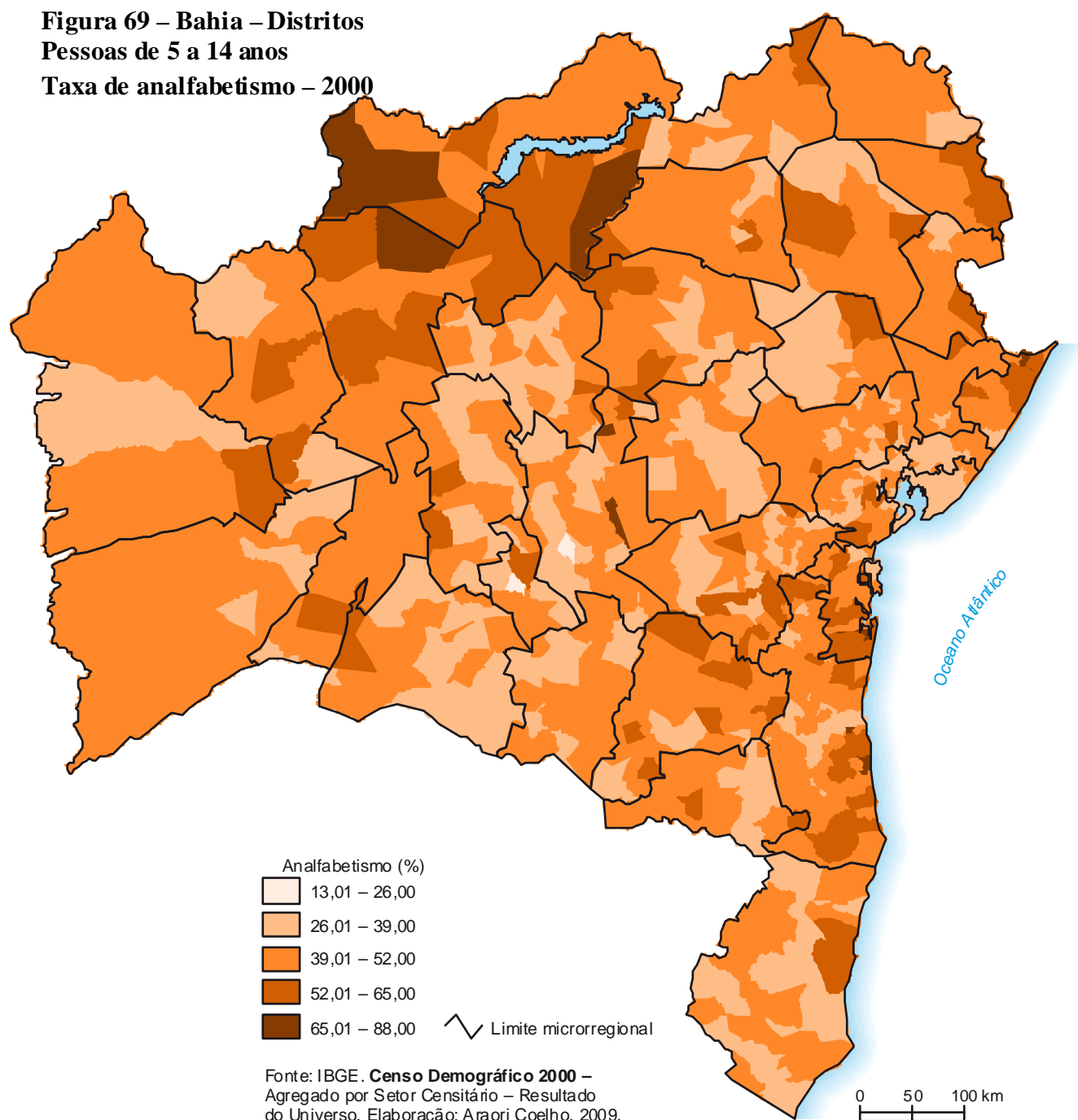
Não é exagero dizer que os índices acima são assustadoramente surpreendentes. A taxa média estadual de analfabetismo para as pessoas acima de cinco anos de idade estava em 26% em 2000, quando o Brasil tinha somente 17%. Progressivamente as taxas vão aumentando à medida que avançam as fixas etárias, o que provavelmente indica que no passado o acesso à educação era muito mais problemático e seletivo. Paulatinamente ao longo do tempo o acesso à educação vai se universalizando. Na Bahia, 58% das pessoas de 65 anos ou mais é analfabeta, o que pode piorar muito conforme o lugar, como mostra a figura 68.

Figura 68 – Bahia – Distritos
População idosa – Taxa de
analfabetismo – 2000



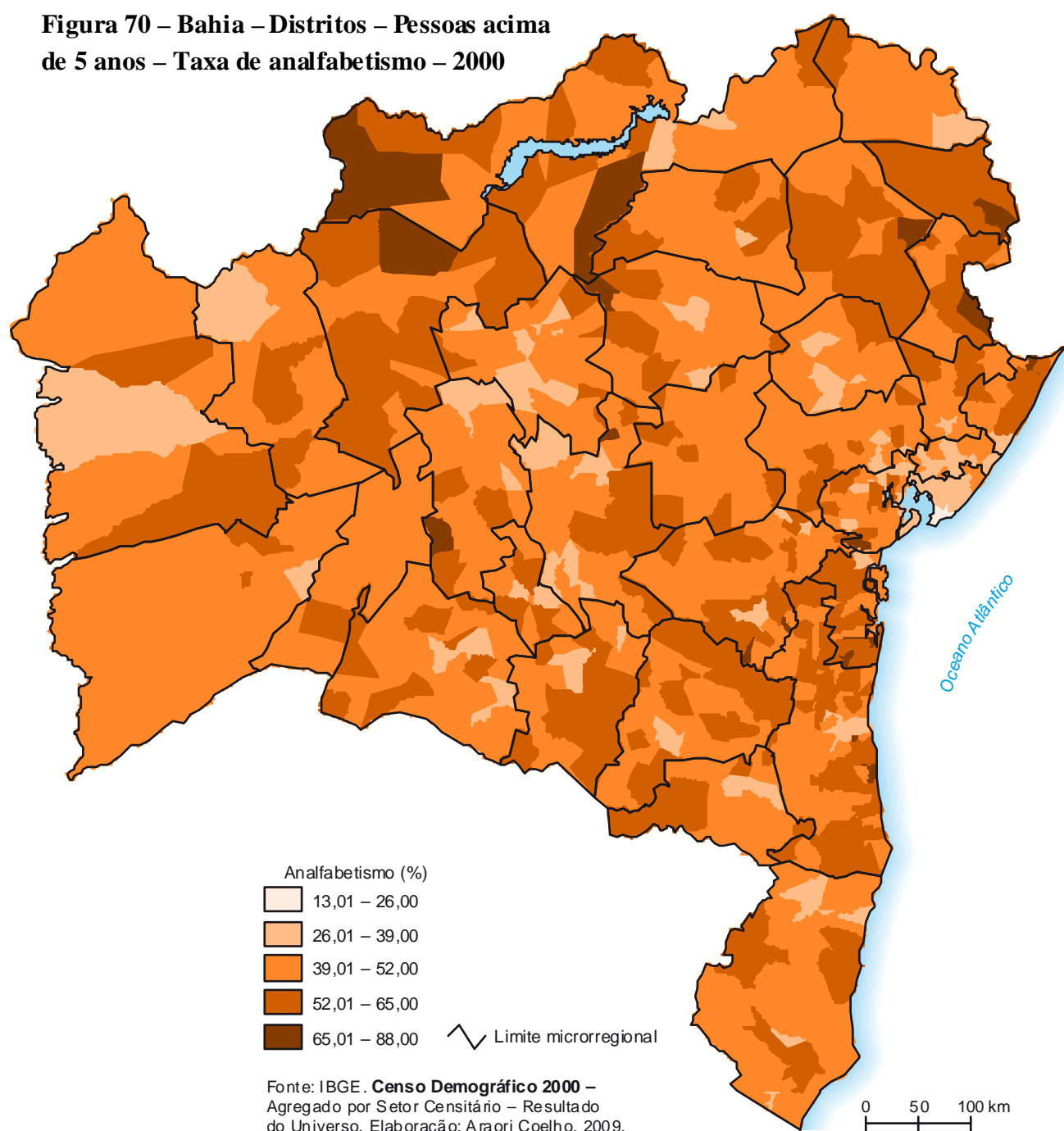
Pontua-se a Região Metropolitana de Salvador como a parte melhor do Estado nesta delicada questão social que é a falta de formação escolar da terceira idade. Aproximadamente, 83% do território baiano tem mais de dois terços de idosos aliterados e no restante do estado esta situação é um tanto mais amena, especialmente no litoral. Seria um acalento dizer que entre os jovens o analfabetismo é bem menor que entre os velhos, se não fosse 25%, ou seja, um quarto dos baianos de 5 a 14 anos de idade está alheio a tudo aquilo que está escrito.

Figura 69 – Bahia – Distritos
Pessoas de 5 a 14 anos
Taxa de analfabetismo – 2000



As cores mais claras neste cartograma indicam que o fenômeno é menos intenso do que no mapa anterior, ou seja, a aliteração entre os jovens é bastante menor do que entre os idosos. Mas, os municípios de Barra, Pilão Arcado e Sento Sé apresentam parte de seu território com taxas da ordem de 70%, lamentavelmente, assim como Andaraí e Bonito, na região de Seabra. Esta realidade é muito negativa, na medida em que a falta de formação causa uma série de prejuízos ao ser humano, a começar pela pobreza extrema. O analfabetismo entre os jovens é praticamente o mesmo da média estadual.

Figura 70 – Bahia – Distritos – Pessoas acima de 5 anos – Taxa de analfabetismo – 2000



A classificação dos mapas de aliteração neste tópico é isoescalar e usa 13% de intervalo porque é uma divisão da amplitude do analfabetismo em cinco classes, tanto para idosos quanto para jovens, no nível de distritos. A escala de cores é a mesma que foi usada nos cartogramas de estrutura etária.

A média de analfabetismo do Estado é de 26%, para as pessoas com 5 ou mais anos de idade. Mas, a maior parte do território baiano está entre 39% e 52%, muito aquém da média nacional de 17% em 2000. Este conjunto de realidades discrepantes tem seus extremos, ou seja, os lugares com os melhores índices em oposição aos lugares de piores índices. A tabela 30 é a seleção dos dez municípios com as menores taxas de analfabetismo e os outros dez com as taxas mais altas.

**Tabela 30 – Bahia – População de 5 anos ou mais
Dez municípios com as taxas de analfabetismo mais baixas e mais altas – 2000**

Município	Analfabetismo		Município	Analfabetismo	
	Taxa (%)	Total (mil pessoas)		Taxa (%)	Total (mil pessoas)
Salvador	9,63	215	Coronel João Sá	52,55	9
Madre de Deus	12,44	1	Pedro Alexandre	51,09	8
Lauro de Freitas	13,60	14	Santa Brígida	50,42	8
Simões Filho	15,92	13	Wenceslau Guimarães	50,07	11
Dias d'Ávila	16,37	7	Maraú	48,32	8
Camaçari	16,46	24	Itapicuru	48,16	11
Catu	16,53	7	Araci	47,56	20
Feira de Santana	16,88	73	Érico Cardoso	46,35	5
Candeias	16,99	12	Monte Santo	46,34	23
Alagoinhas	17,28	20	Jucuruçu	46,16	5

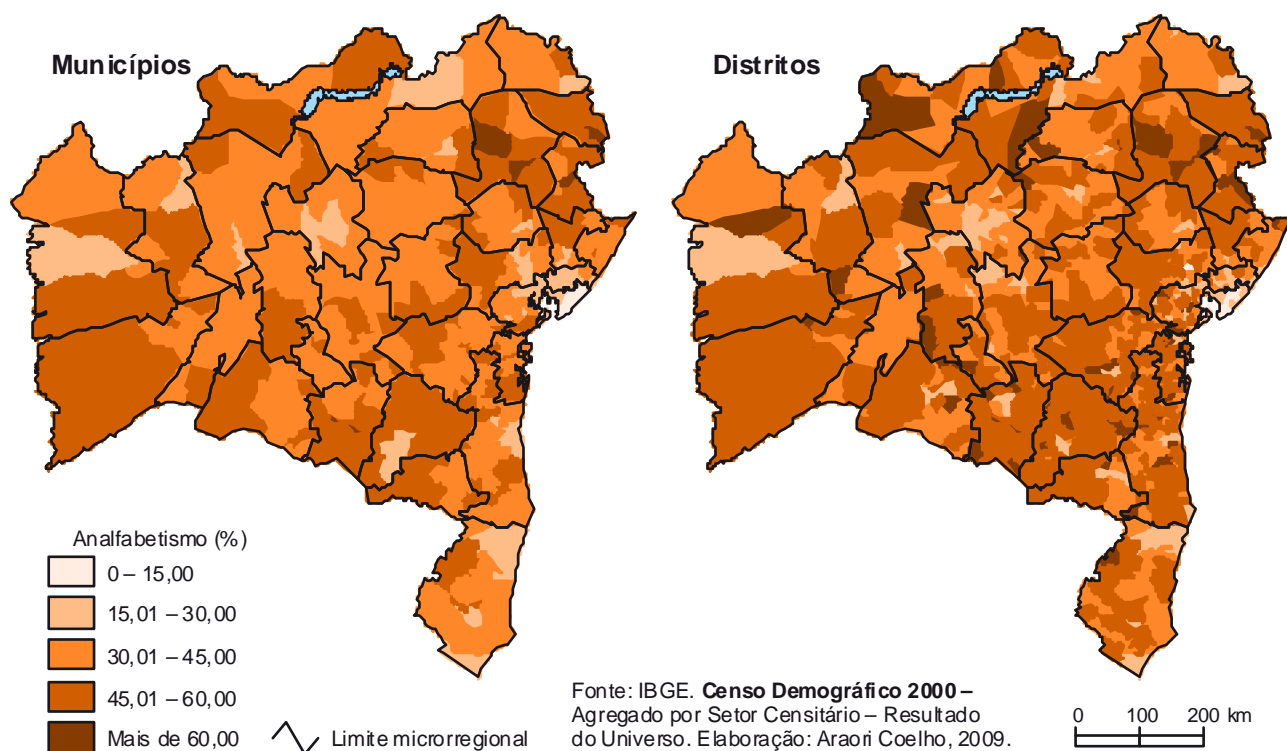
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Parece que aos municípios listados à direita desta tabela foram tirados de um país africano em guerra civil, sem exageros. Estas unidades mais desprivilegiadas não são vizinhas, com exceção de Coronel João Sá, Pedro Alexandre e Santa Brígida, da microrregião geográfica de Jeremoabo, no limite político com o Estado de Sergipe. Seria interessante medir se do outro lado da fronteira este problema de aliteração é tão grave assim, aponto de abranger metade das pessoas de cinco anos ou mais de idade. Já os menores percentuais gravitam em torno da capital e sua região metropolitana, sendo o mais longe Alagoinhas e Catu, distante 140 km por rodovia. Salvador, o município que tem o menor percentual deste grave problema

de aliteração, Ironicamente é o que possui a maior quantidade de pessoas sem um mínimo domínio da leitura ou da escrita.

Prosseguindo para os demais níveis de educação formal, o resultado do universo do censo demográfico considera somente os responsáveis por domicílio. Esta informação só é recolhida mais detalhadamente entre os outros moradores dos domicílios particulares permanentes no resultado da amostra, através de um formulário dez vezes maior que o do universo – material de pesquisa fundamental deste trabalho. Como já se constatou na figura 67, a taxa de analfabetismo aumenta conforme a faixa etária, talvez como reflexo da falta de acesso à educação quando as pessoas eram crianças. Como os responsáveis por domicílios têm uma média de idade maior que a população como um todo, logicamente, a sua taxa de analfabetismo também é maior, como atesta a figura 71, com a aliteração por distritos e municípios.

**Figura 71 – Bahia – Municípios e Distritos
Responsáveis por domicílios – Taxa de analfabetismo – 2000**



Neste cenário de analfabetismo agudo, a Região Metropolitana de Salvador tem a melhor situação e mesmo assim 15% dos responsáveis por domicílio não sabem ler nem escrever, o que puxa a média estadual para baixo, ficando em 30%, quando a maior parte da Bahia

está na classe entre 45% e 60%. A divisão distrital mostra índices mais altos que alcançam 80% no entorno de Vitória da Conquista e no sul de Sento Sé.

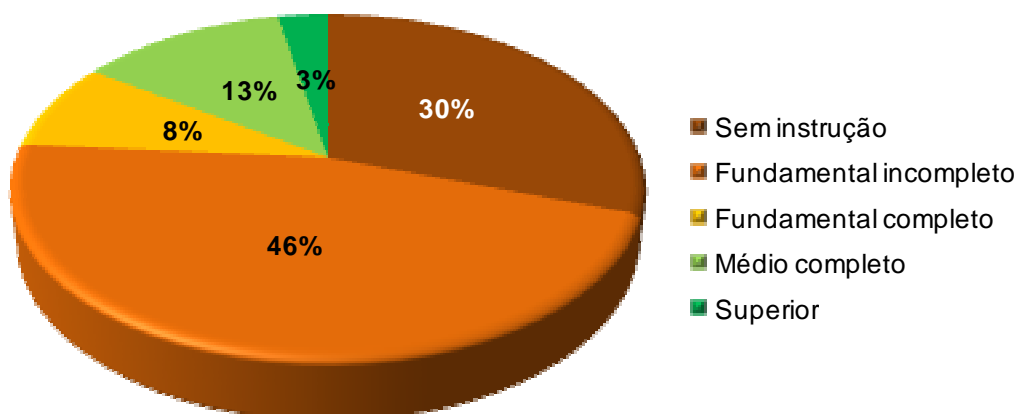
Quem é esse responsável por domicílio? No arquivo de documentação do agregado por setor censitário, o IBGE não tem nada explicando claramente o que vem a ser esta categoria de pessoa. Entende-se aqui nesta pesquisa que o responsável é aquele morador, com 10 anos ou mais de idade, que se declarou único responsável pelo domicílio particular permanente. Por exemplo, uma casa onde mora uma família de cinco pessoas – três filhos crianças e dois pais adultos – cujo casal trabalha na mesma empresa, cargo e função e ganha exatamente o mesmo salário, o censo computa somente um responsável. Mas, o censo admite o responsável com a renda menor que um dependente, ou melhor, o formulário do universo nem questiona outros rendimentos senão o do senhor, ou senhora, do domicílio, assim como não pergunta sobre a instrução dos dependentes, a não ser se são analfabetos ou não.

Nas planilhas de instrução, pode-se classificar os responsáveis pelos seus anos completos de estudo. Aqueles que têm menos de um ano são classificados como sem instrução e, por isso, aliterados. Um ano nada mais é do que a primeira série do ensino fundamental ou do antigo Primeiro Grau ou do Primário, mais antigo ainda. Ou seja, alfabetização não conta no Censo Demográfico 2000, o que dirá creche. Oito anos completos de estudo corresponde ao nível fundamental completo (e níveis antigos compatíveis), até a oitava série. É possível também identificar os níveis médio e superior, conforme o próprio IBGE (2003a, p. 47-49) incentiva na documentação dos microdados. Assim sendo, definiu-se cinco níveis de instrução para os responsáveis:

- **Analfabetos ou aliterados** – Sem instrução, ou nunca frequentou ou tem menos de um ano de frequência à escola;
- **Ensino fundamental incompleto** – De um a sete anos completos de ensino;
- **Ensino fundamental completo** – Entre 8 e 10 anos inteiros de estudo, que inclui também aqueles responsáveis com ensino médio incompleto;
- **Ensino médio completo** – Entre 11 e 14 anos de estudo, incorporando as pessoas responsáveis que começaram mas não completaram o ensino superior;
- **Ensino superior completo** – Pessoas com 15 anos ou mais de estudo, incluindo pós-graduação (mestrado, doutorado).

Baseado nessa classificação, com base nos microdados do universo, desenhou-se a seguinte estrutura da escolaridade dos responsáveis por domicílio na Bahia:

**Figura 72 – Bahia – Responsáveis por domicílio,
por nível mais avançado de formação – 2000**



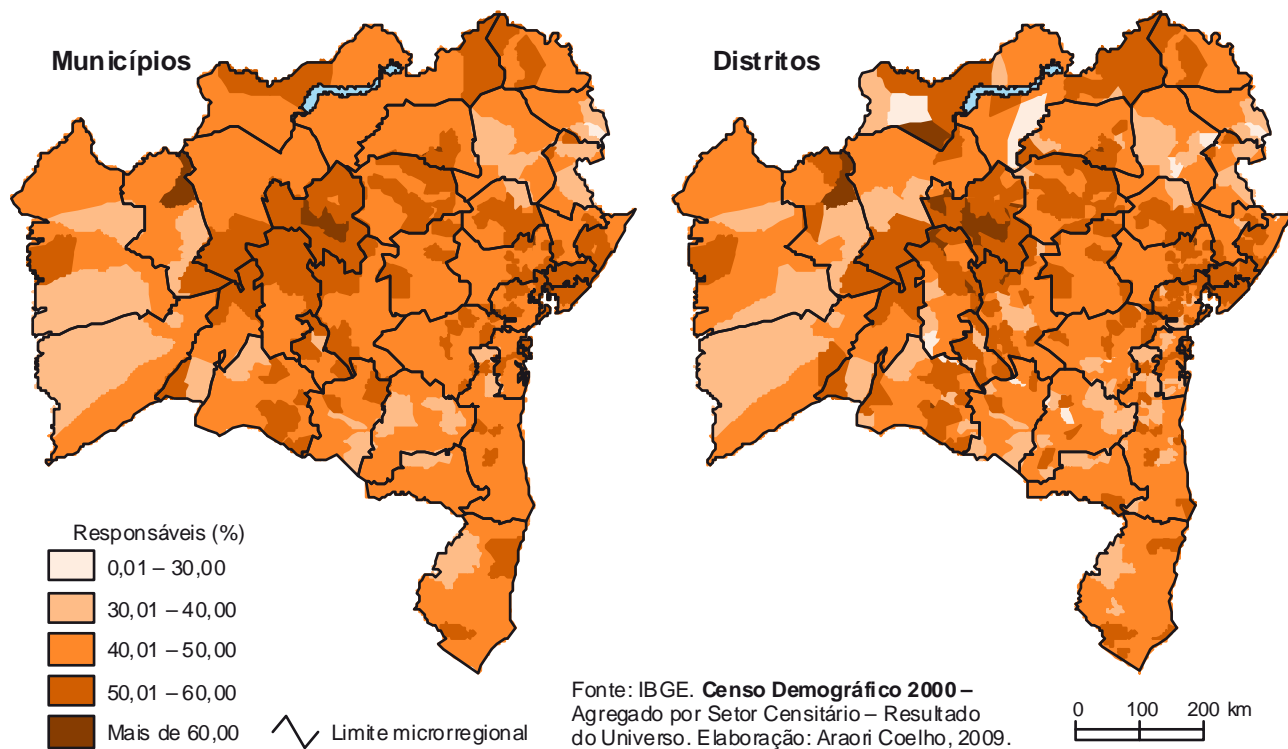
Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

Notavelmente, o maior grupo é aquele com sete anos ou menos de estudo, quase a metade do total de chefes de família da Bahia. Somando-se 30% de analfabetos com 46% com Ensino Fundamental incompleto, são 76% dos responsáveis por domicílio sem a instrução elementar, rotulada como “fundamental” pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, por entender que esta seja a educação mínima que um brasileiro precisa receber para garantir sua dignidade e cidadania. Esta média, que já está distante do mínimo, que dirá do ideal, corresponde á realidade de apenas uma pequena porção privilegiada do Estado, se comparada com a grande parte do seu território.

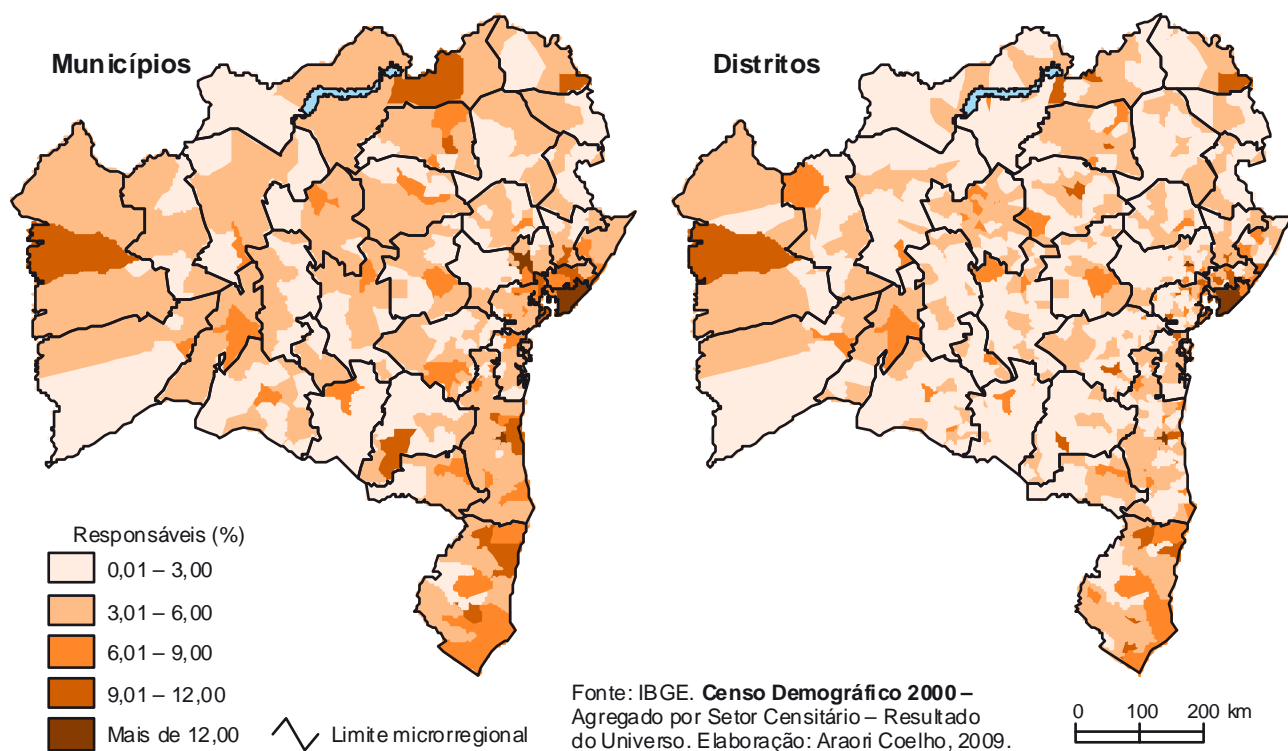
A figura 73 tem dois cartogramas que espacializam os percentuais municipais e distritais de chefes de família com nível fundamental incompleto. Os valores oscilam de pouco menos de 20%, ao norte da cidade de Vitória da Conquista, a mais de 80% em boa parte da Microrregião Geográfica de Irecê – o que é um indicador razoavelmente bom diante da conjuntura de aliteração que a Bahia se encontra, já que, na maioria dos lugares, provavelmente, é problemático ou muito seletivo o acesso a níveis intermediários e superiores de educação.

A figura 74 mapeia quem possui o Ensino Fundamental completo como o nível de instrução mais avançado, tanto em municípios quanto em distritos. Estão inclusos nesta classe os responsáveis por domicílio que têm entre 8 e 10 anos completos de estudo, ou seja, também estão aqui aqueles que iniciaram e não concluíram o Ensino Médio, ou o velho Segundo Grau, ou ainda o antigo Colegial.

**Figura 73 – Bahia – Municípios e Distritos
Responsáveis por domicílio com Nível Fundamental incompleto – 2000**



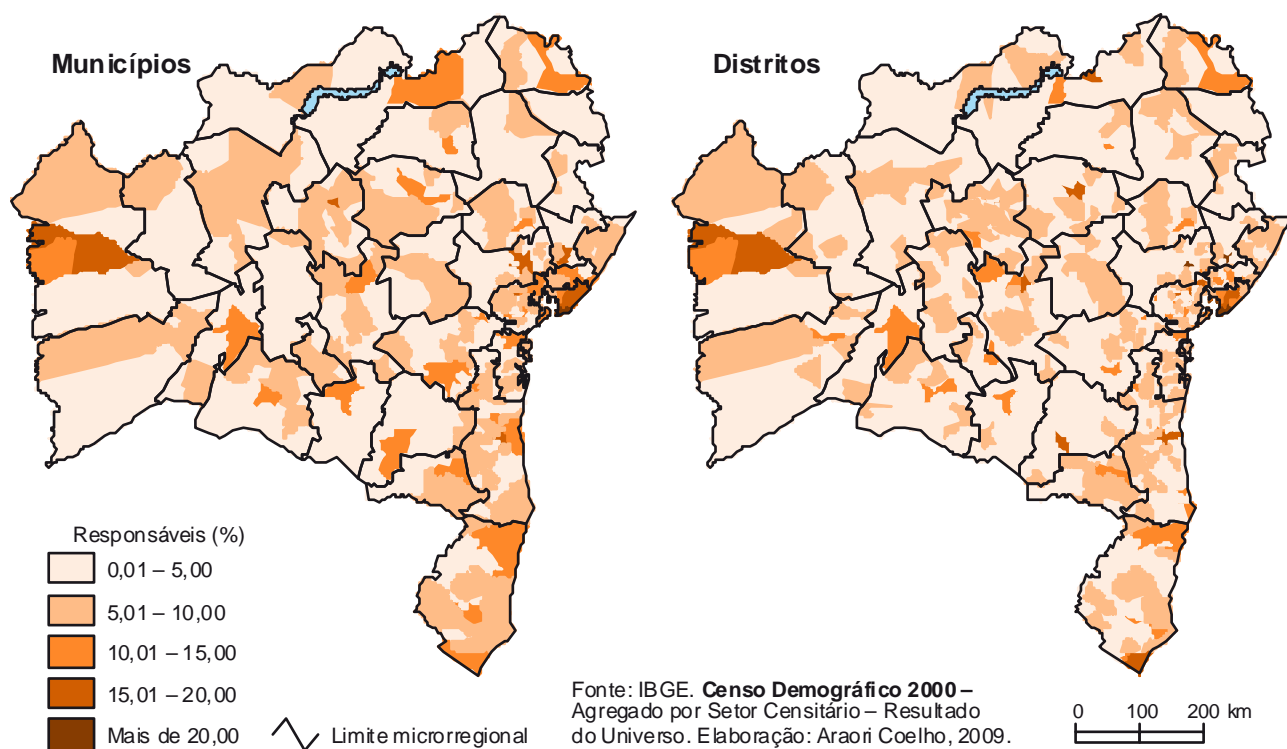
**Figura 74 – Bahia – Municípios e Distritos
Responsáveis por domicílio com Nível Fundamental completo – 2000**



Detalhar estes dados para o nível de distritos causa a impressão de restrição geográfica do fenômeno porque o restringe cada vez mais aos recortes mais urbanizados do Estado, que, certamente, exigem mão-de-obra com melhor formação, além de possuírem melhor oferta de serviços educacionais do que a vastidão semi-árida do interior rural, distante, isolado e pobre.

Como se percebe na figura 74, Salvador e seus vizinhos metropolitanos mostram sua primazia, concentrando os maiores percentuais baianos de responsáveis com Ensino Fundamental completo, que não ultrapassam 20%, por conta também do percentual de responsáveis com ensino Médio Completo, como mostra a figura 75. Mas, o que diminui mesmo a representatividade dos outros grupos de responsáveis com melhor instrução é a quantidade muito significativa de chefes de família analfabetos em todas as regiões baianas.

**Figura 75 – Bahia – Municípios e Distritos
Responsáveis por domicílio com Nível Médio completo – 2000**

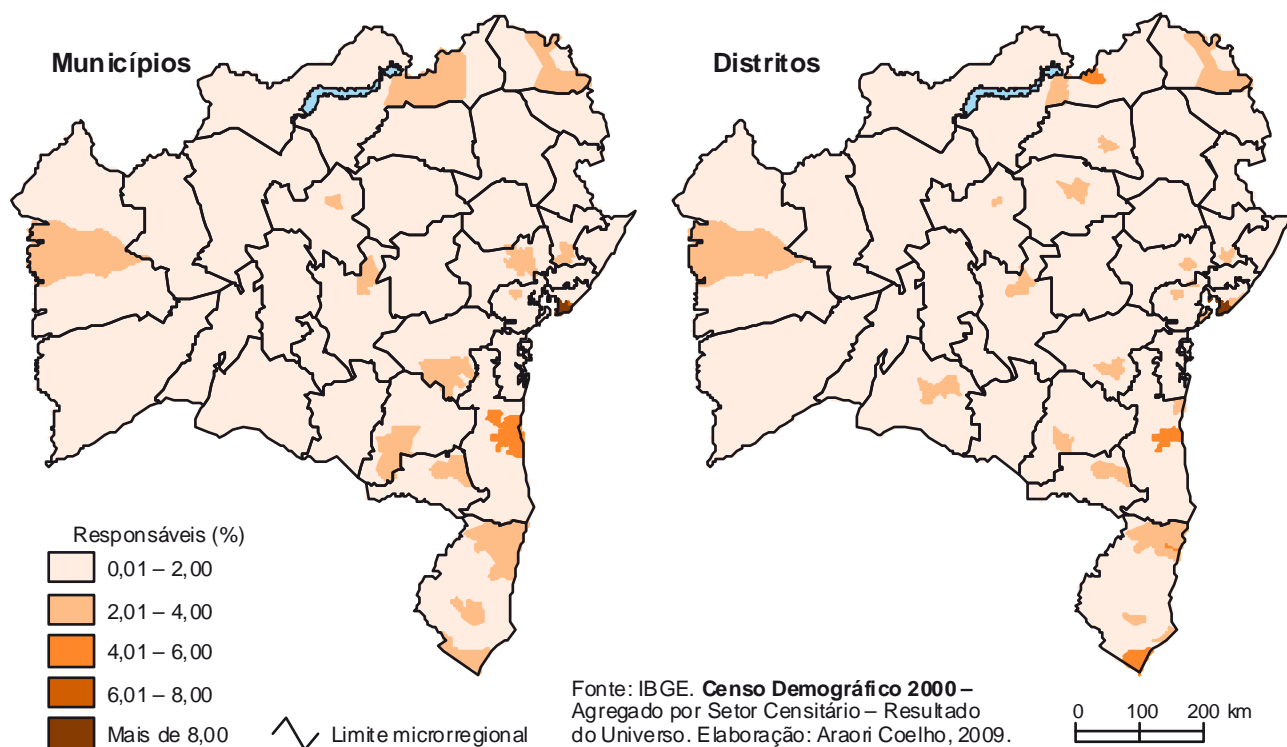


O par de cartogramas da Figura 75 tem os percentuais de responsáveis por domicílio com o Ensino Médio completo, que também inclui aqueles que iniciaram, porém não terminaram o Ensino Superior, ou seja, são aqueles chefes de família que têm entre 11 e 14 anos inteiros de estudo. De cada 100 chefes de família da Bahia, 13 tem o Segundo Grau (ou equivalente), muito distante da universalização desta formação à população. Majoritariamente,

te, os municípios baianos fazem parte das duas classes de menor representatividade desta característica.

Com o Nível Superior (incluindo mestrado e doutorado) como nível mais avançado de ensino dos responsáveis por domicílio da Bahia, a figura 76 traz a sua espacialização em municípios e distritos.

**Figura 76 – Bahia – Municípios e Distritos
Responsáveis por domicílio com Nível Superior completo – 2000**



Na figura 76 o Estado se assemelha a um grande deserto com pequenos oásis contendo alguns portadores de diploma universitário chefiando uma família. O mapa de distritos é muito cruel com a educação baiana, pois, restringe muito as áreas com pessoas de formação no Nível Médio e no Superior. Salvador mostra sua real faceta de capital concentradora de mão-de-obra melhor formada, quando tem 66% dos chefes de família com nível superior de toda a Bahia – nada amenos que 63 mil dos 96 mil responsáveis por domicílio com diploma de graduação no Estado.

Nos metadados dos microdados censitários do universo, mais especificamente no que se refere à primeira planilha sobre os responsáveis por domicílio, consta a seguinte classificação de rendimento nominal mensal:

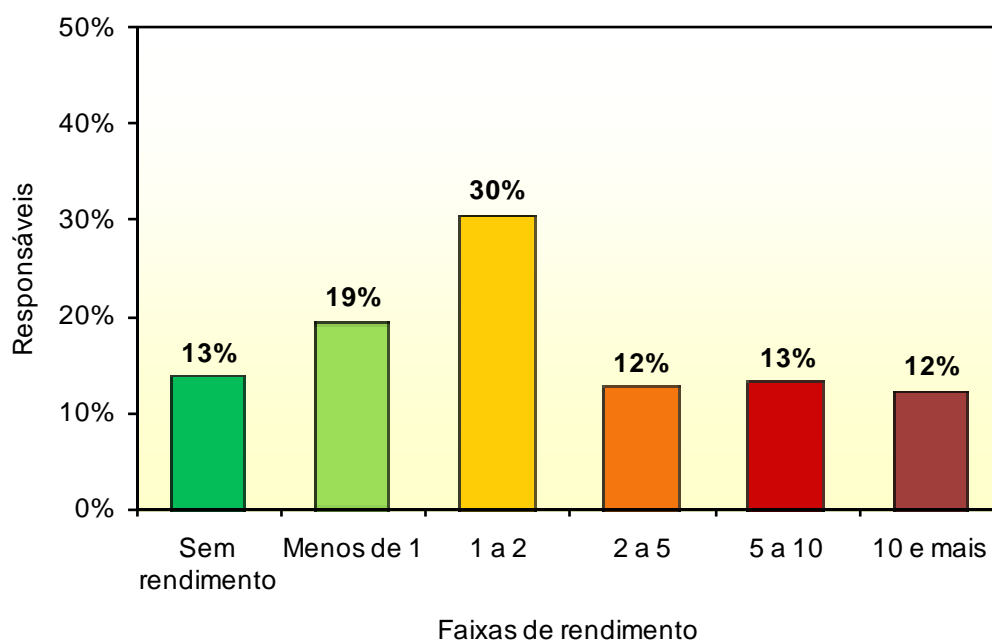
- Sem rendimento nominal mensal
- Até ½ salário mínimo
- De ½ a 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- De 10 a 15 salários mínimos
- De 15 a 20 salários mínimos
- Mais de 20 salários mínimos

No próprio banco de dados do censo, isto é cruzado com as informações de instrução destes responsáveis, ao acesso a serviços de infra-estrutura urbana e domiciliar, dentre outras associações. Para este presente trabalho, para facilitar a análise com menos grupos de renda, simplificou-se estes dez grupos nos seis que seguem:

- Sem rendimento nominal mensal
- Menos de 1 salário mínimo;
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

A figura 77 ilustra como os responsáveis por domicílio se dividem nestes grupos simplificados de renda na Bahia.

Figura 77 – Bahia – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos* – 2000

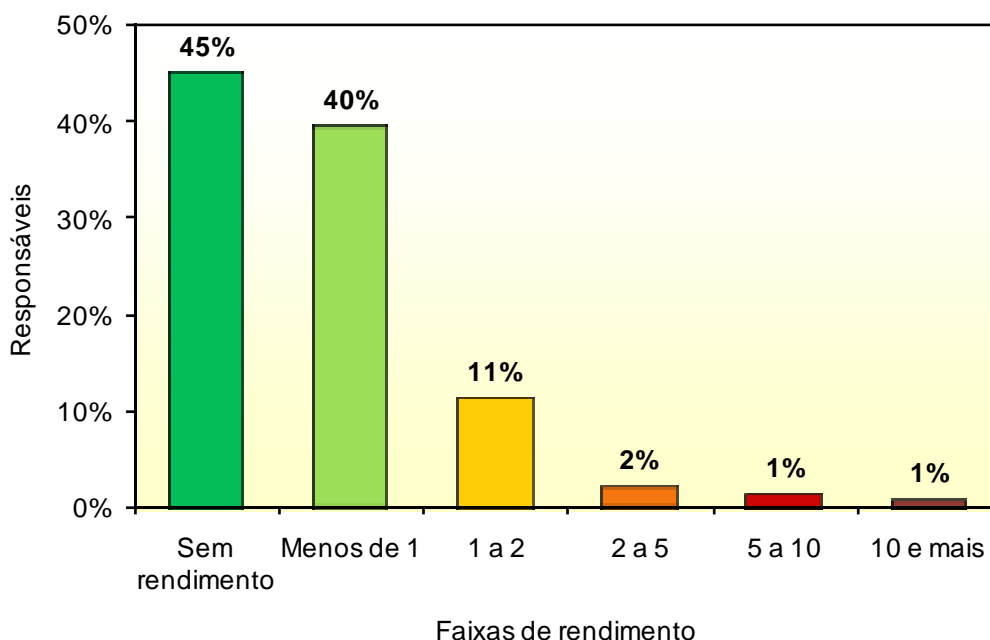


Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009. (*) O salário mínimo no ano 2000 era de R\$ 151,00.

Somente 17% dos chefes de família recebem mensalmente dois salários mínimos ou mais, enquanto que os 57% têm menos de um salário mínimo, ou não possuem rendimento mensal algum.

Amplitudes descomunais são reflexo direto de extremos muito distantes. Desta forma, selecionou-se a distribuição de renda de dois municípios, sendo o melhor e o pior, de acordo com o percentual de responsáveis por domicílio sem rendimento ou que isso seja menor que um salário mínimo. A figura 78 mostra o caso mais grave de ausência de renda.

Figura 78 – Município de Buritirama – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos* – 2000

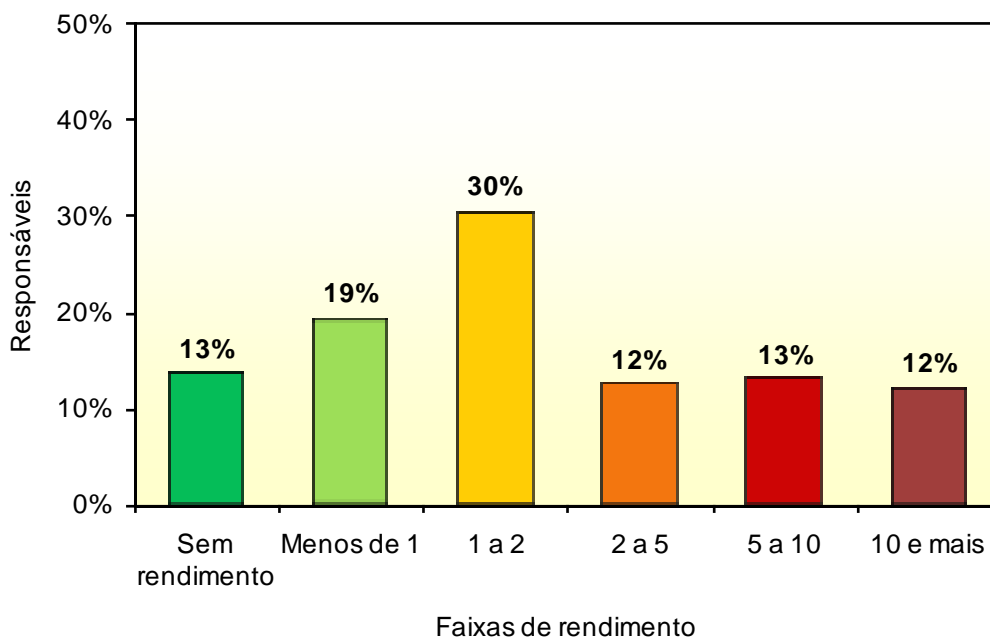


Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009. (*) O salário mínimo no ano 2000 era de R\$ 151,00.

Buritirama fica na fronteira com o Piauí. Foi emancipado do gigantesco município de Barra no final da década de 1980, juntamente com Muquém do São Francisco. Essa emancipação foi logo após o fim da estagnação da divisão político-administrativa sustentada por quase vinte anos pela Ditadura Militar, a qual deu espaço para uma onda de criação de novas prefeituras. O que choca no gráfico acima é que 85% dos chefes de família buritiramenses (40% + 45%) ganham menos de um salário mínimo ou mesmo não possuem nenhuma renda.

Agora se faz necessário observar o caso de menor estratificação das classes de renda entre os responsáveis por domicílio, o de Salvador, na figura 79.

Figura 79 – Município de Salvador – Responsáveis por domicílio, por grupos de rendimento nominal mensal, em salários mínimos* – 2000

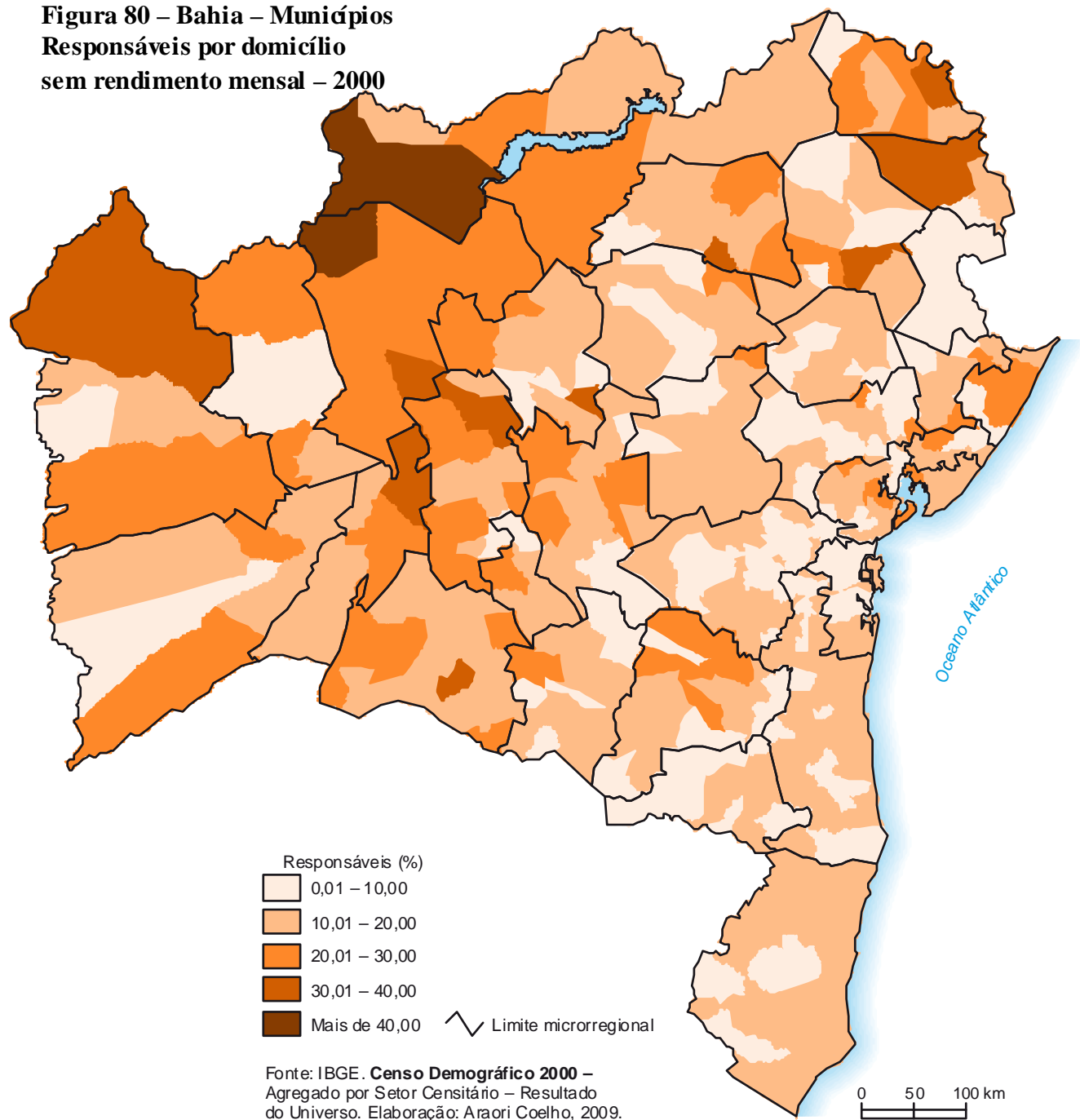


Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultado do Universo. Elaboração: Araori Coelho, 2009. (*) O salário mínimo no ano 2000 era de R\$ 151,00.

Salvador preserva majoritariamente o seu posto de capital de Estado, concentrando os melhores índices de renda. Pelo menos 37% dos responsáveis dos domicílios soteropolitanos ganham mais de dois mínimos mensalmente, o que já é o dobro da média estadual, de apenas 17%. O município detém ainda 56% do total de responsáveis baianos com mais de dez salários mínimos, o que aumenta para 60% considerando-se toda a região metropolitana.

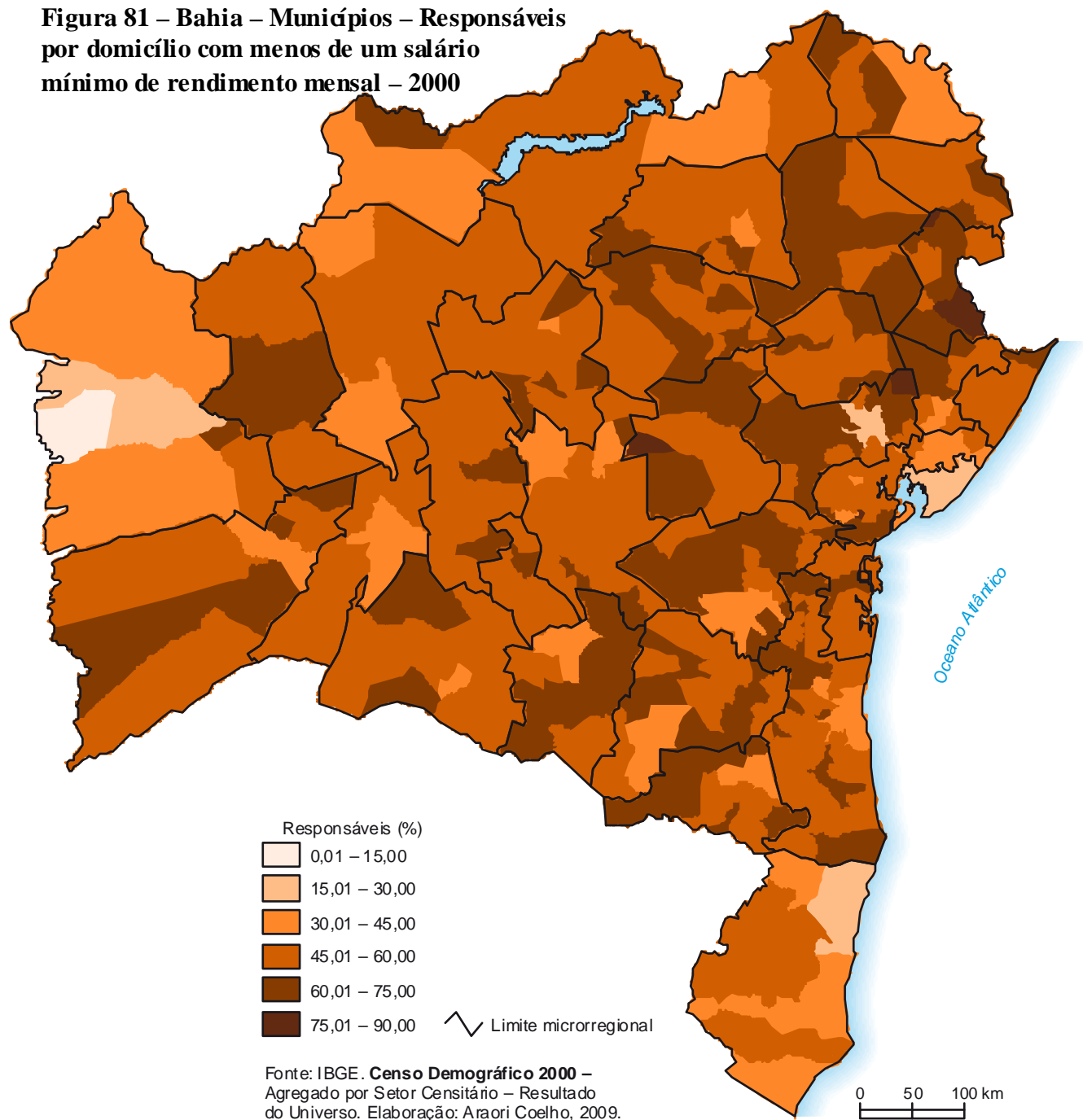
É preciso lidar com as duas classes de renda inferior – menos de um salário e sem renda – de maneira separada das outras quatro classes, devido à sua proporção assustadora. Assim sendo, a figura 80 e a figura 81 mapeiam como estas duas classes se manifestam nos municípios baianos. Juntamente com os de analfabetismo, estes são os mapas da miséria, os mapas da tristeza da Bahia, porque 396 municípios do Estado têm mais de 50% de seus responsáveis por domicílio com menos de um salário mínimo mensal – ou pior que isso: sem renda – mantendo suas famílias em condições subumanas.

Figura 80 – Bahia – Municípios Responsáveis por domicílio sem rendimento mensal – 2000



O Estado como um todo está quase todo preenchido pelos grupos de 0 a 10,01% e de 10,01 a 20%, com destaque para as microrregiões de Porto Seguro, Ilhéus-Itabuna, Itapetinga e Jequié, estão continuamente e inteiramente inseridas nestas áreas. Os vizinhos Buritirama e Pilão Arcado aparecem como os únicos municípios com mais de 40% dos chefes de família vivendo sem rendimento mensal algum. A figura 81 traz o percentual de chefes de família com menos de um salário mínimo de rendimento.

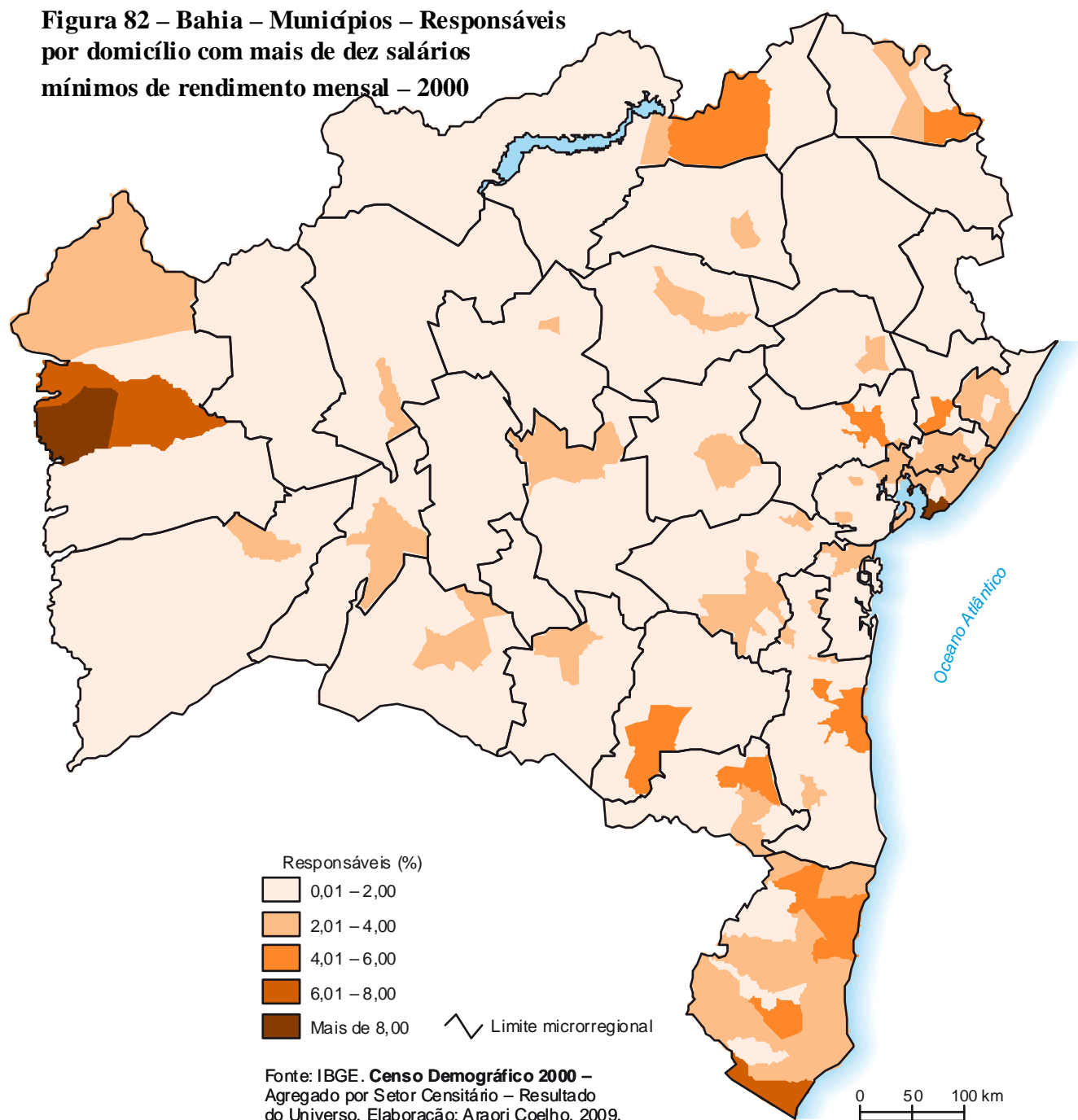
Figura 81 – Bahia – Municípios – Responsáveis por domicílio com menos de um salário mínimo de rendimento mensal – 2000



Predomina na Bahia os municípios entre 45 a 60% dos responsáveis com rendimento inferior a um salário mínimo, mostrando que este direito básico estabelecido por lei federal não é respeitado por muitos patrões, mas também é indicativo da generalização do subemprego. A projeção geográfica deste problema é muito semelhante aos altos índices de analfabetismo encontrados nestes lugares, apontando que os dois fenômenos estão intrinsecamente relacionados se retroalimentando mutuamente, pois, quem não tem uma boa educação não tem um bom emprego e não o pode proporcionar aos seus dependentes.

Passando para a classe de renda mais privilegiada entre os responsáveis por domicílio, a que recebe mais de 10 salários mínimos (mais de R\$ 1.510,00 bruto na época), a figura 82 tem a sua espacialização entre os municípios baianos. Percebe-se que este cartograma é bastante semelhante ao da figura 76, no qual, via de regra, somente alguns dos municípios que dão nome às microrregiões possuem um percentual maior de responsáveis com nível superior.

Figura 82 – Bahia – Municípios – Responsáveis por domicílio com mais de dez salários mínimos de rendimento mensal – 2000



Entretanto, diferente da referida figura, este mapa é, de certa forma, mais generoso ao mostrar uma microrregião – a de Porto Seguro – quase toda entre 2 e 4% dos responsáveis por domicílio recebendo mais de 10 salários mínimos mensais, além de três municípios na faixa entre 4 e 6% e Mucuri entre 6 e 8%, fazendo par nesse grupo com Barreiras, que está no oeste do Estado. Pode parecer pouco, mas, já indica uma característica menos negativa, dentro da conjuntura baiana de fortes desigualdades regionais e sociais.

Mais aspectos pertinentes à estrutura demográfica no tocando a escolaridade e renda serão abordados em caráter de conclusão nos próximos capítulos, comparando-os a outras características populacionais da Bahia exploradas nesta análise interescalar.

4. SÍNTESE DA ANÁLISE DEMOGRÁFICA BAIANA

Foram expostos e intensamente analisados ao longo desta dissertação, 81 mapas, 31 tabelas, 14 gráficos, cinco quadros e três fluxogramas, no exercício metodológico cativo da Geografia que é análise interescalar. Esta análise foi concebida dentro de uma perspectiva de sistema que entende o espaço estudado como um conjunto de partes menores, ao mesmo tempo em que é parte integrante de um sistema maior, distinguindo os espaços a partir da comparação das diferenças e semelhanças manifestadas através da medição das concentrações e dispersões de fenômenos e características geográficas. As idéias aqui sequenciadas se encadeiam seguindo o fluxo que vai do geral para o específico, do maior para o menor, do velho para o novo, da análise para a síntese e vice e versa.

Basicamente, o material de pesquisa utilizado nesta dissertação é derivado dos dois últimos levantamentos populacionais feitos no Brasil: a Contagem da População 2007 e o Censo Demográfico 2000 (principalmente o seu Resultado do Universo). Somente eles têm publicados os microdados demográficos, sob o rótulo de Agregado por Setor Censitário, geoinformações detalhadas ao nível local, pois, os setores censitários são a unidade de levantamento em campo. Muitas possibilidades metodológicas se abriram no campo da Geografia da População com a veiculação destes dados, juntamente com as bases cartográficas digitais compatíveis com os programas mais comuns de SIG e de planilha eletrônica.

Um recenseamento e uma contagem da população têm caráter bastante diferenciado, por isso sua comparabilidade não é a mesma para todos os assuntos, não sendo possível fazer a série cronológica de evolução de muitos aspectos e fenômenos populacionais dinâmicos. Diante disso, como fazer uma síntese da população baiana? No título deste trabalho está bem explícito o seu embasamento nos microdados censitários no estudo da população baiana, logo, uma síntese necessariamente também deve se basear nesse material.

Dentre os mapas temáticos produzidos com esta base de informação micro detalhada, foi o de densidade demográfica que se mostrou mais claro e inteligível. Os demais revelaram realidades bastante diferenciadas entrepostas lado a lado, configurando mosaicos ilegíveis. Diante disso, optou-se em construir uma síntese qualitativa a partir da leitura e interpretação gráfica dos dois cartogramas de análise da densidade demográfica em setores censitários de 2000 e 2007. Por sobre estes cartogramas, observou-se e desenhou-se áreas com tipo de povoamento predominante ou homogêneo, marcadas em verde na figura 83 e na figura 84. Estes mapas não são exatamente os mesmos da figura 33 e da figura 34, nas páginas 103 e

104, com base em setores censitários, pois, os que seguem estão em AMC para facilitar sua comparação.

Através da percepção e sensibilidade do geógrafo, foram detectados cinco tipos distintos de áreas de povoamento, a partir da identificação de padrões de combinação das classes de densidade. Mesmo assim, são perfeitamente identificáveis estas estampas, conforme mostra o sua delimitação em linhas verdes. Estes cinco tipos manifestam-se em onze áreas separadas que se entrecortam e se alternam.

Figura 83 – Bahia
Áreas Mínimas de Comparação
Delimitação das áreas
de povoamento – 2000

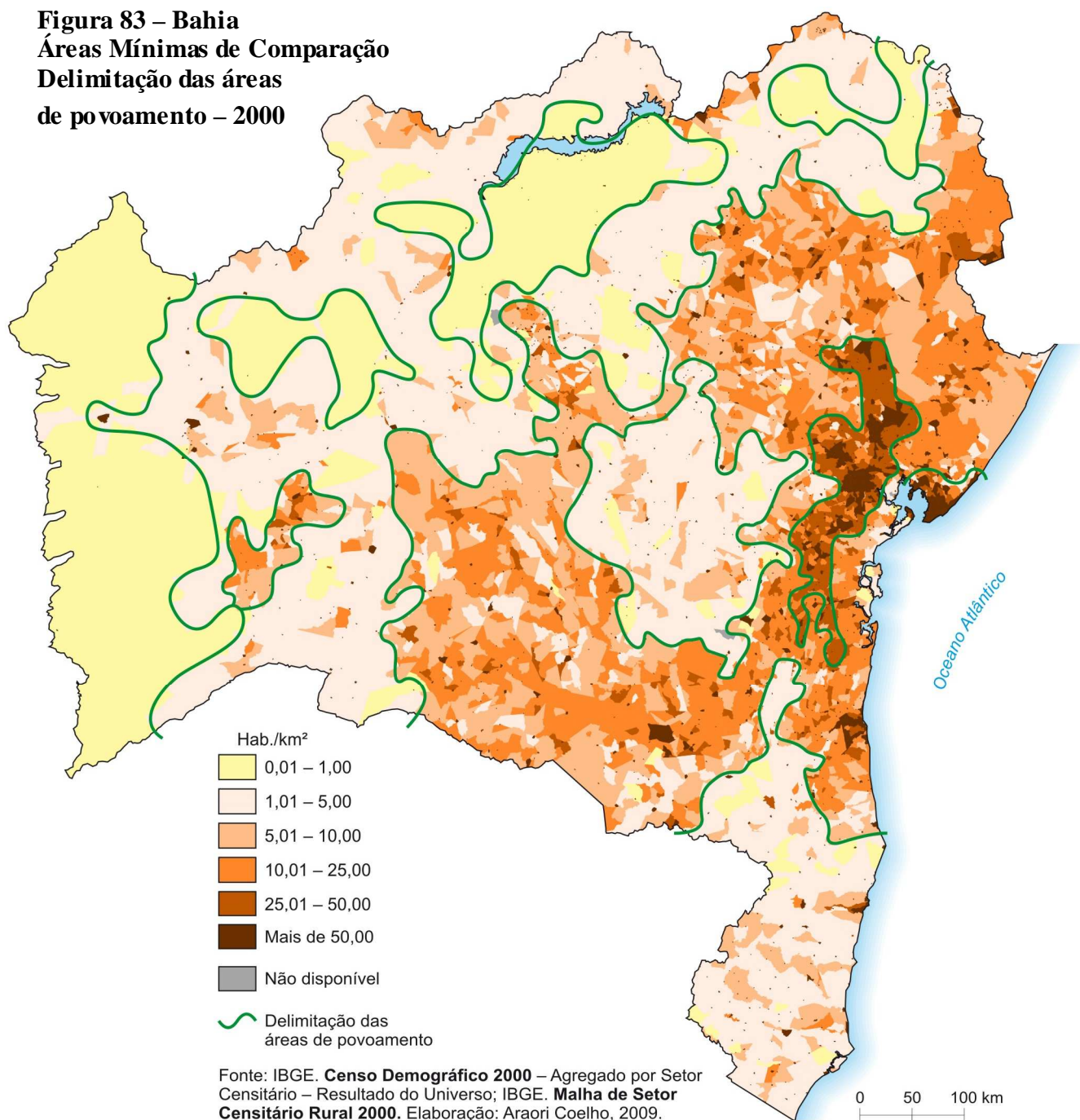
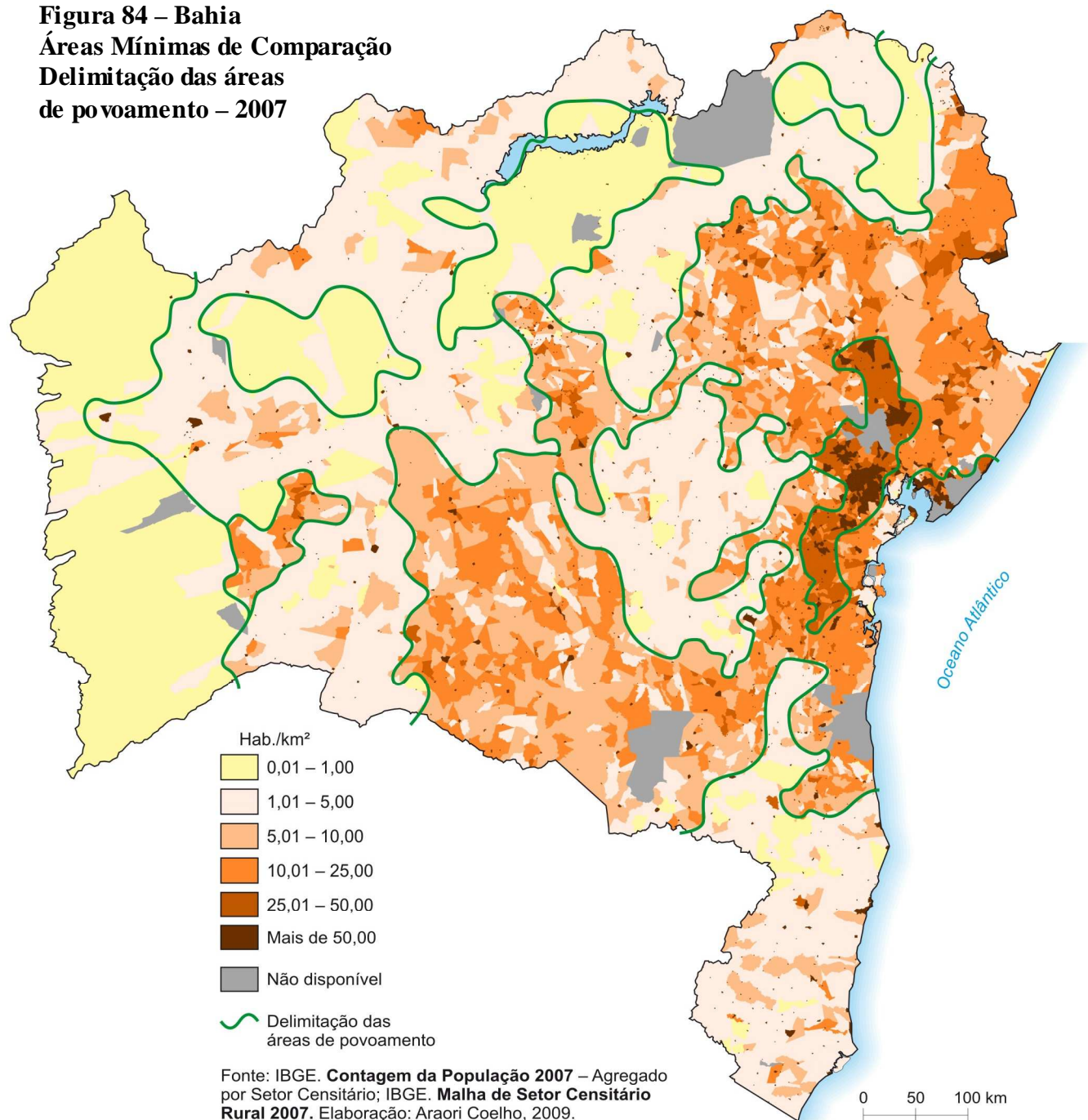


Figura 84 – Bahia
Áreas Mínimas de Comparação
Delimitação das áreas
de povoamento – 2007



Estas delimitação traduz diferentes realidades regionais de povoamento, que ora diminuem ou aumentam sua densidade gradualmente, ora têm sua transição abrupta. Quanto maior a densidade demográfica, maior o aparecimento de localidades, que, por sua vez, são maiores e mais próximas umas das outras do que aquelas inseridas em áreas menos habitadas. Nesta dissertação, quantificamos, classificamos e mapeamos cada fenômeno, daí a garantia de validade científica desta síntese.

Cinco tipos de área se alternam formando onze regiões distintas, mudando sensivelmente de 2000 (figura 85) para 2007 (figura 86). Zonas de mesma classe têm características

em comum, porém, cada uma tem suas peculiaridades, por conta de uma série de fatores que evidenciam sua diferenciação. Atribuiu-se uma letra para cada tipo, começando pela área de povoamento mais escasso (A), até a correspondente à Região Metropolitana de Salvador (E), mais intensamente habitada. Manchas de mesmo tipo se distinguem com a sucessão de números, sendo que, se há duas áreas do tipo C, sua denominação será C1 e C2. Não há limites rígidos para esta delimitação, já que são manchas muito dinâmicas que encolhem ou aumentam conforme a dinâmica de crescimento populacional dos lugares, daí o uso de linhas tracejadas.

Figura 85 – Bahia
Áreas de povoamento – 2000

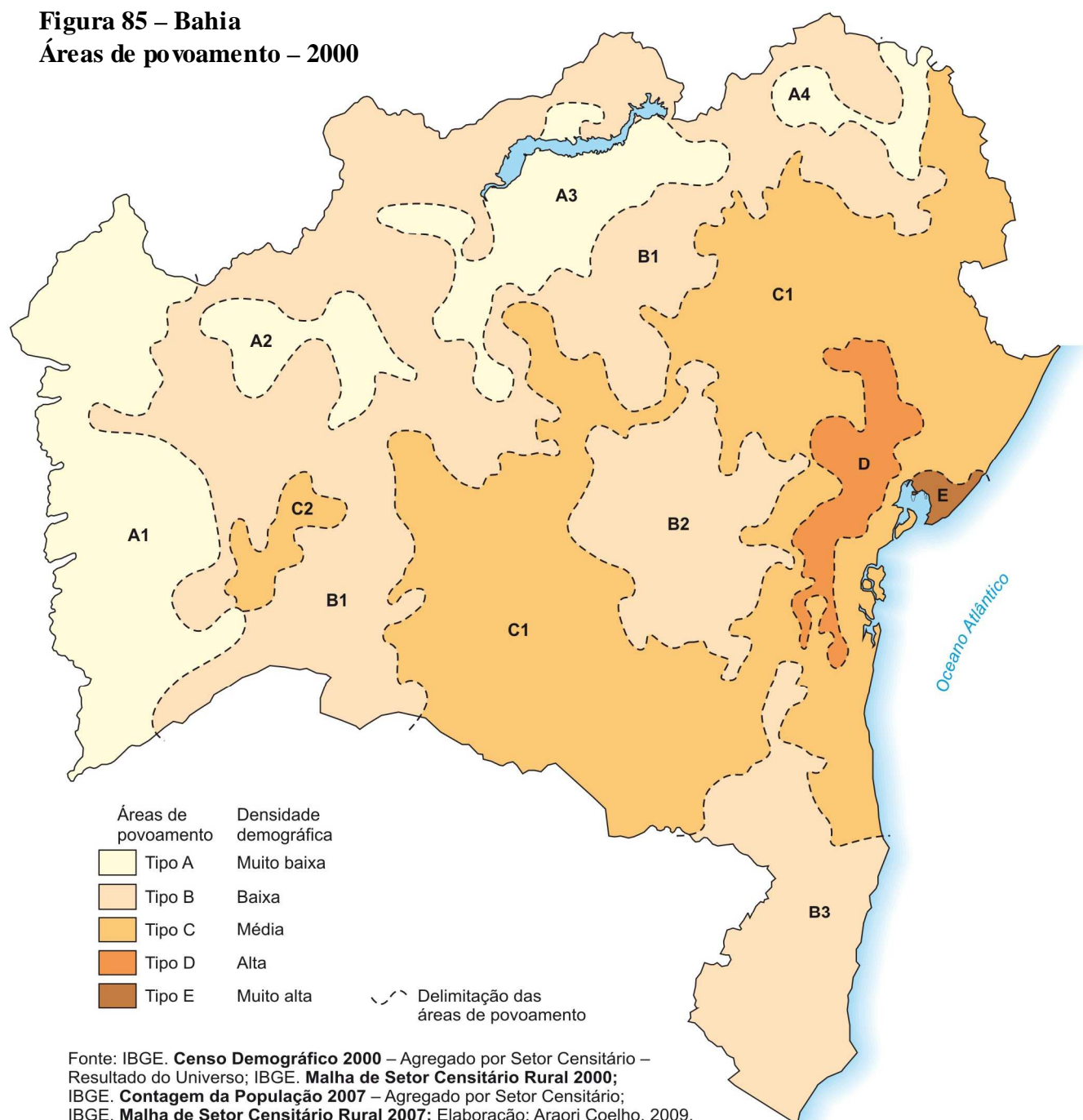
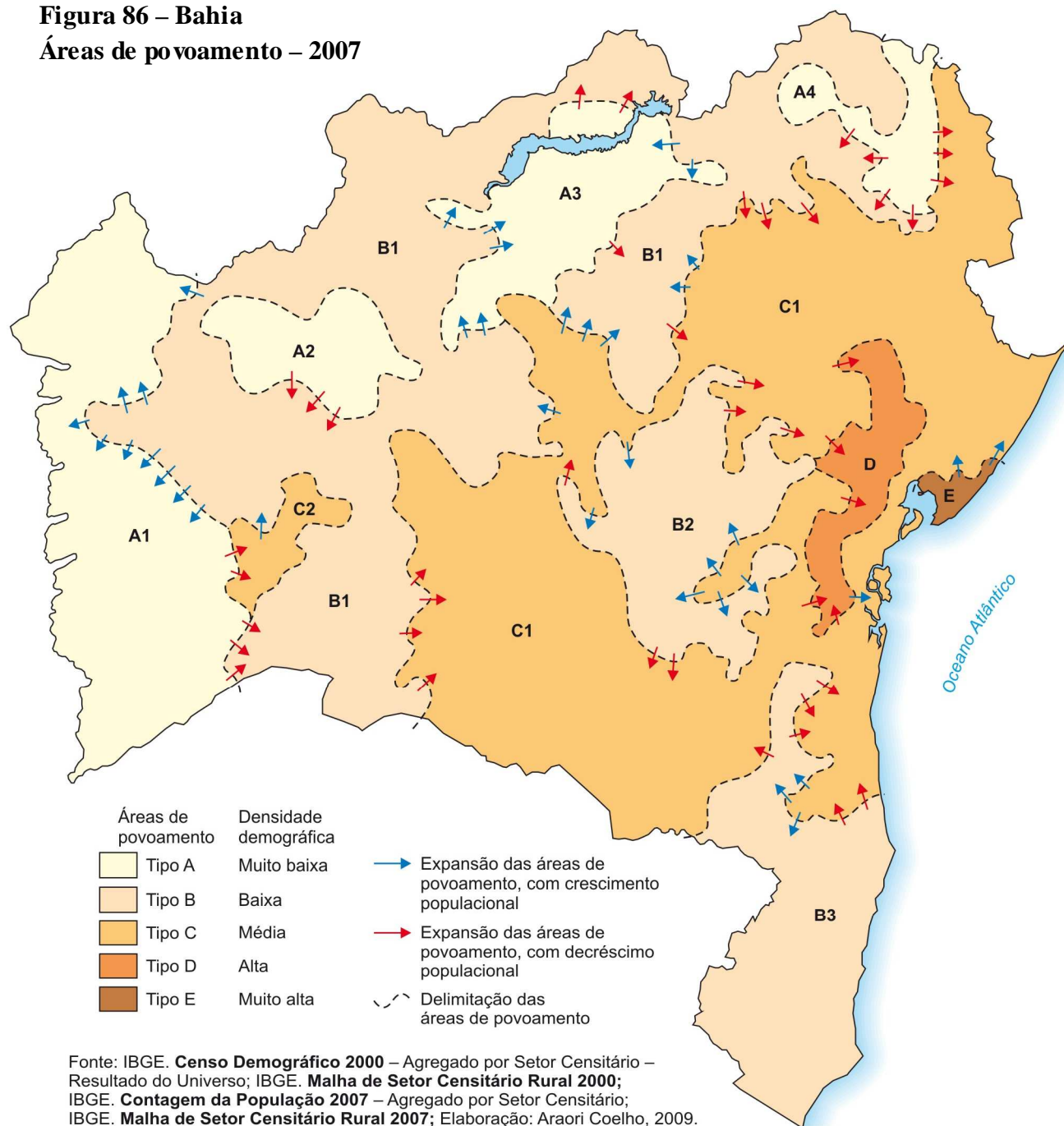


Figura 86 – Bahia
Áreas de povoamento – 2007



Em apenas um olhar, um mapa pode falar mais do que páginas de texto, segundo dizem os teóricos da visualização cartográfica (RAMOS, 2003). Mas, o texto aqui se faz necessário para explicar aquilo que não pode ser escrito e descrito em um cartograma como este. O mapa da figura 86, referente ao ano 2007, foi acrescido com setas que sinalizam o avanço e retração das zonas de povoamento, constituindo a síntese final deste trabalho. Muitos documentos e materiais de pesquisa foram empenhados até a sua elaboração – mal cabe na fonte.

Quando uma área de povoamento mais fraco avança sobre outra de povoamento mais intenso, significa que está havendo decréscimo populacional suficiente para fazer o lugar passar para outra de classe. Da mesma forma, se um espaço mais densamente habitado avança sobre outro mais escassamente habitado, significa que o seu crescimento é tanto que está provocando a mudança de classe. No caso da figura 86, há mais setas vermelhas que azuis, mostrando a diminuição da população em lugares estratégicos para forçar o recuo da demarcação destas áreas. Com isso, percebe-se o quanto a Geografia da População baiana é viva e dinâmica, reestruturando constantemente a sua distribuição em seu território.

Após a visualização cartográfica das áreas de povoamento, se faz necessário denominar de cada um dos tipos e subtipos, pormenorizando as características populacionais que fizeram cada lugar enquadrar-se num grupo.

- **Tipo A** – São os lugares menos habitados do território baiano, com densidade demográfica predominante inferior a um habitante por quilômetro quadrado, geralmente sem cidades ou mesmo um povoado que seja. Abrange 121 mil km², ou seja, 21,37% do território estadual, abrigando 135 mil habitantes em 2007 – apenas 0,97% da população baiana. Este tipo de área manifesta-se em quatro pontos separados do território baiano, que, em um passado não muito distante, provavelmente estiveram unidas formando uma imensa área que ocupava mais da metade do Estado, o que merece uma investigação à parte.
 - A área A1, do extremo-oeste, tinha 38 mil pessoas espalhadas por 68 mil km² no ano 2000, com 0,55 hab./km². Em 2007 esta área encolhe um pouco, devido ao crescimento populacional que provoca uma sensível mudança em sua estrutura, deixando-a com 39 mil pessoas e 0,57 hab./km².
 - A área A2, entre os municípios de Cotegipe e Barra, aumenta sua extensão de 2000 para 2007, passando de 13 mil para 16 mil km², evidenciando uma redução populacional na sua vizinhança. Aí havia 21 mil moradores em 2000, caindo para 19 mil em 2007, que fez sua densidade demográfica reduzir-se de 1,30 para 1,21 hab./km² nesse período. Sem sua única cidade, Cotegipe, a região teria uma densidade de 0,69 hab./km² em 2000 e 0,78 hab./km² em 2007.
 - Às margens do lago artificial de Sobradinho, a área A3 tem 27 mil km² e uma população de 56 mil pessoas em 2000, que passa para 63 mil em 2007, o que dá uma média de 2,12 e 2,38 hab./km² – bem superior ao padrão da classe. Isto é devido à presença da cidade de Sento Sé, com quase 15 mil moradores, e mais seis localida-

des, entre vilas e povoados, com mais de 2 mil pessoas. Sem elas, a densidade média cai para 1,09 (2000) e 1,13 hab./km² (2007), o que supera o limite da classe, inferior a 1 hab./km². Mas, a área A3 está aqui incluída pelo predomínio desta muito baixa densidade em sua extensão geográfica.

- No nordeste do Estado, próximo ao Raso da Catarina, a área A4 aumenta o seu vazão de 10 mil para 11 mil km², de 2000 para 2007, com uma população que estacionou em 14 mil pessoas, metade das quais vivendo nas pequenas cidades de Canudos e Rodelas. Sem elas, a densidade demográfica regional cai de 1,43 para 1,40 hab./km² entre 2000 e 2007. Porém, sua inclusão neste grupo deve-se ao predomínio da densidade inferior a 1 hab./km².
- **Tipo B** – Em sua maior parte, são conjuntos de áreas com densidades baixas, entre 1 e 5 hab./km², mas tem freqüentes manchas internas com valores bem inferiores. Possui alguns micro-arranjos regionais de povoamento rural mais intenso que alcançam 10 a 25 hab./km² gravitando em torno de cidades médias e maiores, ou grupos de dezenas de povoados alinhados em torno de um vetor de povoamento, seja um rio ou rodovia, ou por projetos de colonização e reforma agrária. Tem ao todo 234 mil km², sendo o tipo de povoamento mais comum na Bahia, ocupando 41,48% de seu espaço e 18% de sua população total. Seus 2,4 milhões de habitantes em 2000 passaram para 2,6 milhões em 2007, crescendo a uma taxa geométrica anual de 0,93%, muito próximo à média estadual de 1,02%. Manifesta-se em três áreas distintas do território estadual:
 - A área B1 está entrecortada pelas áreas do tipo A. Constitui-se uma grande faixa que, ocupa boa parte da bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Apesar do povoamento escasso, Aqui se encontra duas das maiores cidades baianas: Barreiras, com 100 mil habitantes, e Juazeiro, com 200 mil.
 - Grande demais para ser um enclave, a área B2 está incrustada no coração do Estado, com 35 mil km², que se expande pouco a pouco por conta das perdas populacionais das áreas vizinhas a oeste, apesar do crescimento demográfico nos lugares entre as cidades de Maracás e Jaguaquara, na sua porção sudeste. Sua densidade demográfica caiu de 8,2 para 7,8 hab./km² entre 2000 e 2007, sinalizando uma taxa negativa de crescimento geométrico de -0,71% ao ano. Suas 286 mil pessoas reduziram-se para 272 mil nesse período.
 - Pode-se dizer que a área B3 é uma região de transição das classes B e C, observando-se o critério aqui adotado. Sua densidade demográfica de mais de 20 hab./km² é

muito alta para esta classe (em torno de 8 hab./km²). Isto se deve às suas três cidades com mais de 50 mil moradores (Itapetinga, Eunápolis e Itamaraju) e duas de 100 mil (Porto Seguro e Teixeira de Freitas), dispersas em vastas áreas de densidades entre 5 e 10 hab./km², daí o seu enquadramento neste grupo.

- **Tipo C** – Está em contato com todos os quatro tipos de áreas de povoamento, constituindo-se num grande arranjo heterogêneo de zonas de transição entre os outros tipos – segundo o critério aqui adotado. Abrange a maior parcela da população baiana (45% em 2000 e 42% em 2007), quase seis milhões de pessoas, mas está reduzindo sua participação por conta de seu crescimento muito lento (0,18% ao ano) em relação à média estadual (1,02%). Tem duas áreas bastante distintas:
 - Mais de um terço da Bahia é a área C1, com 187 mil km², sendo quase toda a classe C. Sua densidade demográfica média é superior a 30 hab./km², um pouco aumentada pelas cidades de Alagoinhas e Jequié, com mais de 150 mil moradores, Ilhéus e Itabuna, com mais de 200 mil, e Vitória da Conquista, com mais de 300 mil, sem mencionar as outras tantas cidades com mais de 50 mil pessoas.
 - Muito pequena, a menor de todas para ser mais preciso, a área C2 tem apenas 6 mil km², ou seja, 1,1% do território estadual. Incrustada no Oeste Baiano, esta área é um núcleo de adensamento populacional em uma área de povoamento muito mais escasso, daí a sua distinção. Seus 140 moradores estão irregularmente distribuídos na região, mas têm uma densidade demográfica média de 23 hab./km², cercada por imensos vazios com muito menos de 1 hab./km².
- **Tipo D** – Faixa sub-costeira paralela ao litoral que contém as maiores densidades demográficas rurais do Estado, numa frequência média entre 25 e 50 hab./km², superando 100 em alguns pontos. Com as cidades e vilas, a média regional é de 115 hab./km² em 2000 e 126 hab./km² em 2007, cinco vezes a média baiana. Esta região de 1,8 milhões de pessoas tem Feira de Santana como seu núcleo demográfico, com mais de 500 mil moradores, além de outros centros urbanos de 50 mil habitantes. Aqui também ficam os menores municípios da Bahia, pois, as localidades são grandes, numerosas e muito próximas, o que proporciona contingente demográfico – além do eleitoral e econômico – suficiente para emancipá-las. Seus 14 mil km² sofreram pequena redução na sua parte sul devido às perdas populacionais registradas no estorno de Ilhéus e Itabuna, que não estão incluídas nesta faixa.

- **Tipo E** – Trata-se da área metropolitana de Salvador, em parte. É o conjunto de lugares mais intensamente povoados, com densidades altíssimas, acima de 1.000 hab./km², mas alcança a incrível cifra de 10.000 hab./km² em muitos pontos, sendo o núcleo primaz de concentração demográfica do Estado. Por conta disso, sua área de apenas 0,49% do Estado adensa nada menos que 25,71% dos baianos.

Construiu-se a tabela 31 com as áreas de povoamento, sua população, densidade demográfica e taxa de crescimento geométrico anual de 2000 a 2007, para sistematizar e quantificar estas principais características e a partir daí se constatar numericamente suas diferenças.

Tabela 31 – Bahia – Áreas de povoamento com base em microdados censitários – Principais características – 2000-2007

Áreas de povoamento	Superfície		População 2000			População 2007			Taxa de crescimento geométrico anual (%)
	Total (km ²)	(%)	Total	(%)	Hab./km ²	Total	(%)	Hab./km ²	
A1	67.838	12,02	37.559	0,29	0,55	38.668	0,28	0,57	0,42
A2	15.865	2,81	20.661	0,16	1,30	19.268	0,14	1,21	-0,99
A3	26.601	4,71	56.448	0,43	2,12	63.209	0,45	2,38	1,63
A4	10.260	1,82	14.405	0,11	1,40	14.660	0,10	1,43	0,25
B1	155.808	27,61	1.273.756	9,75	8,18	1.415.273	10,09	9,08	1,52
B2	34.813	6,17	286.300	2,19	8,22	272.302	1,94	7,82	-0,71
B3	43.466	7,70	872.031	6,67	20,06	907.528	6,47	20,88	0,57
C1	186.618	33,07	5.722.123	43,79	30,66	5.792.451	41,28	31,04	0,17
C2	6.215	1,10	140.075	1,07	22,54	142.427	1,01	22,92	0,24
D	14.009	2,48	1.614.143	12,35	115,22	1.759.813	12,54	125,62	1,24
E	2.789	0,49	3.029.658	23,19	1.086,36	3.607.743	25,71	1.293,65	2,53
Bahia	564.281	100,00	13.067.159	100,00	23,16	14.033.342	100,00	24,87	1,02

Fonte: IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado do Universo – Agregado por Setor Censitário; IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**; IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário; IBGE. **Malha de Setor Censitário 2007**. Elaboração: Araori Coelho, 2009.

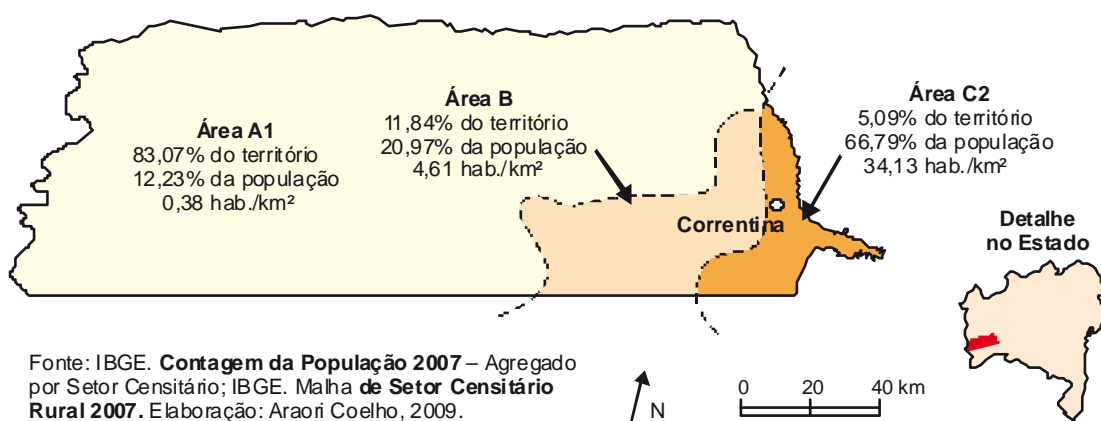
Explicitamente, nota-se a má distribuição populacional na Bahia, compartimentada em onze áreas distintas e heterogêneas, porém agrupadas segundo suas semelhanças. Segundo esta classificação, somente um terço do Estado tem densidade demográfica acima da sua média de 23 hab./km² em 2000 e 25 hab./km² em 2007. Isto pode se reduzir mais no futuro, pois, as taxas de crescimento geométrico anuais bastante desiguais (entre -0,99% e 2,53%) mostram que este quadro de concentração se agravou no período. Neste caso, há uma mancha anecumênica três vezes do tamanho de Brasília (área A2) em oposição à área metropolitana

de Salvador, que, se persistir evoluindo a 2,53% ao ano, duplicará seus habitantes em 29 anos. No Estado, apenas quatro áreas tiveram crescimento dentro da média geral – ou seja, a média é distante da realidade.

Mas, o quadro de concentração se repete em toda a Bahia. Por exemplo, na área B2, às margens do Rio Coribe, está o seu maior centro populacional, composto pela cidade de Santa Maria da Vitória, com 21.700 habitantes, na margem direita, mais São Félix do Coribe, na margem esquerda, com 8.500 moradores, perfazendo uma mancha urbana com pouco mais de 30 mil pessoas. Os dois perímetros urbanos somam 9 km², irrisórios 0,14% do território regional, concentrando 21% das pessoas desta área.

Ali do lado, o município de Correntina (figura 87), tem 5,09% de seu território (613 km² de 12.142 km²) inserido na área C2, contendo 66,79% de sua população (21,1 mil de 31,6 mil pessoas). A classificação de povoamento na Bahia aqui construída considera lugares de certa extensão dentro do Estado, o que fez um espaço de 1.438 km² em Correntina – com 6,6 mil pessoas e 4,61 hab./km² – ser incluído em A1 por ser geograficamente muito pouco expressivo no contexto do Estado. Em 2000, este pedaço estava estreitamente emendado a B1 pelo norte e se estendia ao Sul adentrando o município de Jaborandi. As perdas populacionais no seu entorno isolaram este espaço, que foi integrado a A1 em 2007. Entretanto, nesta abordagem local, pode-se considerá-la como uma área do tipo B. Daí, esta porção de 11,84% do território tem 20,97% da população municipal. Por fim, a área A1 de Correntina, com 3,9 mil pessoas espalhadas em 10.086 km², numa densidade demográfica de 0,38 hab./km², representando 12,23% da população e 83,07% do território municipal. Casos como este de intensa concentração demográfica só é aparente através dos microdados.

Figura 87 – Município de Correntina
Distribuição da população e do território por áreas de povoamento – 2007



5. CONCLUSÃO

No desenrolar deste trabalho de pesquisa, foi-se do geral para o específico, do maior para o menor, do todo para a parte, do velho para o novo e vice e versa. A parte, em si, muda quando olhada enquanto um todo. Assim é a Bahia, uma parte bastante peculiar do todo que é o Brasil, em vários dos aspectos populacionais estudados aqui neste trabalho. Olhada enquanto um todo, a Bahia reproduz uma miniatura do seu todo, mas com especificidades que contrastam mais ainda sua pobreza e concentração dos fenômenos geodemográficos aqui analisados. A discussão que segue é desdobrada do quadro 1 do capítulo 1 desta dissertação, fazendo-se a exposição das questões de pesquisa, suas hipóteses e resultados alcançados.

Objetivando analisar a representatividade baiana no Brasil, em termos demográficos, fez-se a seguinte pergunta: qual a participação da população baiana na população brasileira? Confirmou-se a hipótese de que a população residente no Estado cresceu, porém num ritmo mais lento que a média nacional, fato que persiste desde o final século XIX, quando se comparou os resultados do 1º e 2º censos demográficos (1872 e 1890).

A estrutura demográfica por idade e sexo é um dos poucos pontos de comparação entre Contagem da População 2007 e Censo Demográfico 2000. Neste quesito, a Bahia ficou mais próxima dos padrões nacionais, evidenciando-se um processo de redução da população jovem (pessoas com menos de 15 anos de idade) em oposição a um rápido crescimento da parcela de idosos (pessoas de 65 anos e mais), mais acentuadamente entre as mulheres que entre os homens.

Constatou-se que este processo é mais eminente em alguns pontos do Estado, especialmente na área que perpassa por Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora e Boquira, dentre outros municípios, formando algo como a região de população velha localmente mais representativa no Estado. Isto já responde em parte à seguinte assertiva: qual será e como está se transformando a composição etária e de sexo da população baiana? Além do Estado se comportar de certa forma como o Brasil, internamente ele desenvolve padrões regionais de aumento da população masculina nas áreas rurais – na maior parte do Estado – em detrimento a uma concentração maior da população feminina nas zonas urbanas, constituindo-se um fenômeno cada vez mais discreto e difícil de mapear, conforme a figura 51 e a figura 52.

Sobre a distribuição populacional da Bahia, perguntou-se: qual a dispersão da população baiana em seu território e qual a sua dinâmica atual? Para uma área tão grande como a Bahia, sete anos é um período muito curto para mudar a organização regional da distribuição de um povoamento que levou mais de cinco séculos evoluindo até chegar ao seu estágio

presente. Também, não se espera de forma alguma que ele se preserve estático do modo como está, haja vista que ele já se transformou em outros momentos históricos.

A expectativa inicial da pesquisa era encontrar o quadro regional de distribuição populacional com concentração no litoral próximo à capital e sua região metropolitana, com redução irregularmente progressiva das densidades na direção oeste, com algumas ilhas de adensamento demográfico dispersas em meio a grandes áreas de povoamento menor. De fato foi isso o que apontaram os mapas e as medições em gráficos e tabelas, revelando algo inesperado: é na zona sub-costeira desligada da região metropolitana que está a maior zona contínua com as densidades mais altas.

Outra surpresa veio da dinâmica populacional, revelando grandes áreas de perda populacional rural e total, com taxas geométricas de crescimento anual negativas, da ordem de 2%, havendo a estagnação do crescimento urbano. Matematicamente, qualquer universo que decresça dois por cento ao ano, em projeção geométrica, cai para 50% do que era em 35 anos. Nesses sete anos estudados, muitos municípios perderam população total a uma taxa de 4%, ou seja, o seu número de moradores será reduzido à metade em 18 anos, é claro, persistindo esse ritmo, alimentado pelo agravamento do mesmo problema. Guajeru, próximo a Vitória da Conquista, perdeu seus camponeses num ritmo de 8% ao ano, ficando com um terço de sua população rural de 2000 em 2007. Intrigante como estes casos de perda mais intensa estão emendados lado a lado, e não espalhados aleatoriamente pelo espaço baiano.

Em busca de explicações para esta resposta, aprofundou-se a investigação nas bases cartográficas de levantamento censitário de 2000 e 2007. Elas mudaram muito, comparadas uma com a outra, especialmente as fronteiras municipais que eram muito mais artificiais em 2000 e agora estão mais moldadas aos acidentes geográficos visíveis em campo, como rios, colinas e estradas. Os limites artificiais favorecem erro no trabalho do agente recenseador que, equivocado na interpretação do mapa de setor censitário, pode aplicar questionários em locais fora da sua área. Com o advento do PDA com GPS embutido, reduz-se esse erro a quase zero, pois, este aparelho avisa em tempo real ao agente quando este transcende o perímetro do setor. Sabendo-se das diferenças metodológicas do censo 2000 com a contagem 2007, surge outra pergunta: até que ponto eles dois são comparáveis? Isto poderia, inclusive comprometer toda a análise apresentada nesta dissertação. Porém, basta proceder como na figura 8 e na figura 9, nas páginas 60 e 62, respectivamente, para tornar comparáveis as divisões de setores censitários destes dois levantamentos, pois, a princípio, a divisão estatística de um censo sempre é baseada no anterior e sua base de delimitação de setores são as cartas topográficas 1:50.000, 1:100.000 e 1:250.000.

Outra questão de pesquisa constante no quadro 1: “como está se desenvolvendo o processo de migração no Estado?” Tinha-se a hipótese de que os migrantes oriundos de outras unidades da federação estariam concentrados em determinadas áreas do Estado, de acordo com a atividade econômica em expansão. A formulação da questão e da hipótese se deve a uma limitação do banco de dados dos resultados da mostra de 2000 e da contagem de 2007: só há dados de origem dos migrantes para unidades da federação, não para municípios.

Em 2007 há uma inovação nesse sentido, que é a origem de outros municípios dentro da mesma unidade da federação. Porém, lamentavelmente, não há comparabilidade entre estes dados dos dois levantamentos, pois, na documentação do agregado por setor censitário de 2007 não há definição do que seja este migrante, enquanto que para 2000 há migrantes por local de nascimento, último local de residência, tempo de residência no estado atual, além de outras denominações. A partir deste ponto do trabalho não houve mais comparação entre os levantamentos de 2000 e de 2007.

Considerou-se na análise dos movimentos migratórios da Bahia os migrantes por estado de nascimento, de acordo com os resultados da amostra de 2000. Notou-se que cada grupo de origem fixa residência em áreas de fronteira ou muito próximas, a exemplo dos sergipanos, capixabas, mineiros e pernambucanos e também confirmou-se a hipótese de que certos grupos se estabeleceram em torno de atividades econômicas em expansão, como os sulistas na microrregião de Barreiras. Os migrantes mais numerosos e mais dispersos são os paulistas que, provavelmente, são os filhos daqueles que um dia foram para São Paulo e retornaram com sua família, o que merecia uma investigação à parte.

Duas questões possuem resposta bastante semelhante: (i) qual a composição da população baiana segundo a sua renda? (ii) qual a composição da população baiana segundo o seu grau de instrução? Em síntese, as hipóteses apostavam na melhoria dos níveis de renda e educação da população, mas já havia consciência da persistência de um quadro grave de analfabetismo e de miséria. Para a renda, o que os resultados mostraram é que mais de 70% da população baiana acima de 10 anos de idade não tem nenhum rendimento ou que ele é inferior a um salário mínimo, ficando entre os piores estados brasileiros nesse quesito. Sobre o analfabetismo, várias medições foram feitas, segundo várias faixas etárias e percebeu-se uma situação muito negativa: quanto maior a idade, maior a taxa de aliteração – os avôs e avós da Bahia não sabem ler nem escrever (58% entre os maiores de 65 anos no ano 2000, chegando a 88% no caso mais grave).

Este trabalho constatou um aspecto bastante negativo: a Bahia tem o mesmo número de analfabetos (três milhões) que os dez estados das regiões Norte e Centro-Oeste, além de ter a mesma quantidade de pessoas sem rendimento (cinco milhões) que a Região Norte, aden-

sando um problema que está diluído numa área nove vezes maior e com o dobro de habitantes, revelando uma faceta da triste desigualdade regional brasileira.

A última questão de pesquisa constante do quadro 1 é “qual a qualidade e a aplicabilidade dos microdados censitários do IBGE?” Os microdados utilizados neste trabalho são um grupo de produtos (bancos de dados, bases cartográficas e respectivos metadados) que se referem ao setor censitário, o menor nível de informação geográfica mapeável referente ao censo demográfico brasileiro.

Sua qualidade cartográfica é da escala 1:2.500.000, obedecendo a divisão político-administrativa, dividindo o território nacional em 77 mil polígonos, sendo um detalhamento incrível se comparado aos outros níveis de divisão geográfica. Acreditou-se, num primeiro momento, que esse material de pesquisa poderia ser utilizado para o conjunto do Estado da Bahia, com os devidos ajustes. Infelizmente, não é recomendável a utilização dos microdados para o mapeamento de áreas muito extensas como a Bahia, pois, a sua grande quantidade de divisões, na maioria das vezes, revela uma heterogeneidade muito complexa, criando mapas de difícil leitura. Talvez um estado menor e economicamente menos desigual, como Santa Catarina (SILVA; SILVA; COELHO, 2008, p. 108-113), se estudado em microdado, revele resultados cartográficos mais satisfatórios. Daí, os microdados são plenamente indicados em estudos locais que precisam de um detalhamento escalar que os dados até então mais convencionais não oferecem.

Pela sua quantidade de informações – 3.200 variáveis em 2000 e 800 em 2007 – os microdados permitem muito mais possibilidades de investigação qualitativa aos pesquisadores de ciências sociais. Através dos microdados, pode-se saber, por exemplo, sobre os jovens de 17 anos de idade com o nível médio completo (11 anos de estudo) morando em um município, com a variável nº 0705 nas planilhas de setores censitários. Desta forma, vários gráficos e mapas temáticos em escala de municípios só foram elaborados graças às planilhas de microdados, devido à sua especificidade, como ocorreu com o mapa (figura 81, página 177) do percentual municipal de responsáveis por domicílio com rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo em 2000.

Com a aplicação do método interesalar busca-se justamente a comparação dos diferentes resultados cartográficos obtidos no mapeamento de um mesmo fenômeno, para que cada teste revele um aspecto importante que venha a compor a leitura geográfica da realidade. Hoje as geotecnologias computacionais permitem a aplicação deste método de comparação de diferentes resultados. Mais do que nenhum outro nível escalar aqui testado, os microdados revelaram-se aplicáveis no âmbito da pesquisa geográfica – guardando-se todas as ressalvas até então pronunciadas – diante da sua novidade e de seu potencial ainda não explorado.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Cotia: Ateliê, 2003. Editorial

ALCOFORADO, Fernando. **Bahia: desenvolvimento do século XVI ao século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea**. Salvador: EGBA, 2007.

ALMEIDA, Eliza. O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territoriais, 2003.

ALVES, José E. D. **Demografia, democracia e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatística, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. O espaço brasileiro e as migrações nas últimas décadas. In: SARMENTO, Walney Moraes; GMÜDER, Ulrich (Org.) **Migrações no Brasil e no mundo**. Salvador: ICBA, 1996, p. 89-102.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. **Geografia dos povoados: uma análise geográfica dos assentamentos humanos, rurais e urbanos**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

BAHIA. **Lei Orgânica de Municípios**. Lei nº 140 de 22 de dezembro de 1948.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (1. ed. de 1958).

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline; CARVALHO, Leônidas Gontijo. **Geografia de população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

BELTRÃO, Kaizô I.; MIGON, Hélio S. **Migrações anuais rural-urbano-rural** (período 70/80). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 1989.

BRITTO, Luiz, N. de; CARVALHO, Inaiá M. M. de. **Condicionantes sócio-econômicos dos estudantes da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: CRH-UFBA, 1980.

BRITTO, Luiz, N. de; FLAVO, Lícia Q. **População, educação e emprego**. V. 1, Salvador: CRH-UFBA, 1980.

CALDERON, ADOLFO IGNACIO. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo Perspectiva**, 2000, v. 14, n. 1, p. 61-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9802.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

CAMARANO, Ana A.; BELTRÃO, Kaizô I. **Dinâmica demográfica: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 1990.

CAMARANO, Ana A.; BELTRÃO, Kaizô I. **Dinâmica demográfica por nível de renda**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 1990.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: LEVY, Maria Stella Ferreira; SANTOS, Jair L. F.; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980. p. 12-18.

CARVALHO, Delgado de. Visão Geográfica. In: IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** – Separata da Introdução. Rio de Janeiro, 1958, p. 32-43.

CASTRO, Fabiana Silva Pires de; BARBUDA, Miriam Mattos da Silva. A evolução do produto mapa municipal do IBGE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 7., 2006, Florianópolis,. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 11. ed., Rio de Janeiro: Gryphus, 1992 (Primeira edição em 1946).

CASTRO, Nadya A.; FLAVO, Lícia Q. **População, educação e emprego**, v. 2, Salvador: CRH-UFBA, 1982.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

COELHO, Araori Silva; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Utilização das bases digitais georreferenciadas do IBGE para a produção de mapas temáticos. **Anais do XXII Congresso Brasileiro de Cartografia**, Macaé, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DAMIANI, A. **População e Geografia**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2006 (1. ed. de 1992).

DENATRAN. **Sistema de Registro Nacional de Veículos (Renavan)** – Frota 2008. Disponível em: <http://www.denatan.gov.br/download/frota/frota2008.zip>. Acesso em: 15 out. 2009. Brasília, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003 (1. ed. de 1995).

DEMKO, George J.; ROSE, Harold M.; SCHNELL, George A. **Population geography: a reader**. New York: McGraw Hill, 1980.

ENCE. **Componentes da dinâmica demográfica brasileira: textos selecionados**. Rio de Janeiro, 1996.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

GEORGE, Pierre. **Demografia: a distribuição geográfica da população e suas condições**. Lisboa: Cosmos, 1955.

- GEORGE, Pierre. **População e povoamento**. São Paulo: Difel, 1974.
- GEORGE, Pierre. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.
- GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. 8 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991 (1. ed. de 1959).
- GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Quantificação em Geografia**, São Paulo: DIFEL, 1981.
- GOMES, Horiestes. **Reflexões sobre teoria e crítica e Geografia**. Goiânia: Cegraf/ UFG, 1991.
- GRAVIER, Jean-François. **Paris et le désert français**. Paris: Portulan, 1947.
- HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: IPGH, 1969.
- HUGON, Paul. **Demografia brasileira: ensaio de Demoeconomia brasileira**. São Paulo: Atlas, 1977.
- IBGE. **Censo Demográfico 1950**. Série Nacional. v. 1, Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.
- IBGE. **Censo Demográfico 1960**. Bahia, v. I, tomo VIII. Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_BA.pdf.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1965**. v. 26, Rio de Janeiro, 1966.
- IBGE. **Censo Demográfico 1970**. Bahia, v. I, tomo XIII, Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1970/CD_1970_BA.pdf. Acesso em: 7 ago. 2009.
- IBGE. **Brasil – Áreas Mínimas Comparáveis (AMC) 1960-1970**. Rio de Janeiro, 1977.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980**. Dados Gerais – Migração. Instrução. Fecundidade. Mortalidade. Bahia, v. I, tomo IV, n. 15. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1980/CD_1980_Dados_Gerais_BA.pdf. Acesso em: 7 ago. 2009.
- IBGE. **Divisão Territorial do Brasil – Suplemento**. 10. ed., Rio de Janeiro, 1984.
- IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios, n. 17, Bahia, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_caracteristicas_populacao_domicilios_BA.pdf. Acesso em: 7 ago. 2009.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. v. 58, Rio de Janeiro, 1999a.

IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 8, Rio de Janeiro, 1999b.

IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Características gerais da população – Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000a. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000_populacao.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2000** – Feira de Santana (BA). Rio de Janeiro, 2000b. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2000/BA/BA-FeiradeSantana.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2006.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2000** – Formosa do Rio Preto (BA). Rio de Janeiro, 2000c. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2000/BA/BA-FormosadoRioPreto.pdf>. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2000** – Ilhéus (BA). Rio de Janeiro, 2000d. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2000/BA/BA-Ilheus.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2006.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2000** – Sento Sé (BA). Rio de Janeiro, 2000e. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2000/BA/BA-SentoSe.pdf>. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitaais/setor_rural_2000/projecao_geografica/Generico_Dxf/Censo_2000/E1000/Brasil/. Acesso em: 25 nov. 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Agregado por Setor Censitário – Resultados do Universo. Documentação do Arquivo. 2 ed., Rio de Janeiro, 2003a. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/censos/censo_demografico_2000/dados_do_universo/agregado_porsetores_censitarios/agregado_de_setores_2000_ba.zip. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Amostra de uso público – Microdados. Rio de Janeiro, 2003b [CD-ROM].

IBGE. **Censo Demográfico 2000** – Resultado da Amostra – Educação. Rio de Janeiro, 2003c [CD-ROM].

IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Série Relatórios Metodológicos, v. 25. Rio de Janeiro, 2003d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metologia/metodologiacenso2000.pdf>. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Malha Municipal 2001**. Rio de Janeiro, 2003e. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitaais/municipio_2001/BA/. Acesso em: 25 nov. 2009.

IBGE. **Tendências demográficas: uma análise do Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2003f.

IBGE. **Carta Internacional ao Milionésimo Digital** – Folha SC24 (Aracaju). Rio de Janeiro, 2004a. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/Carta_Internacional_ao_Milionesimo_shape/G04_SC24.zip. Acesso em: 12 set. 2008.

IBGE. **Carta Internacional ao Milionésimo Digital** – Folha SD24 (Salvador). Rio de Janeiro, 2004b. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/Carta_Internacional_ao_Milionesimo/shape/G04_SD24.zip. Acesso em: 12 set. 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 (PNAD)** – Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Rio de Janeiro, 2006b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/internet.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2007.

IBGE. Brasil – População residente, em 1º de abril de 2007, segundo os municípios. **Diário Oficial da União**, 30 ago. 2007a.

IBGE. Brasil – População residente, em 1º de abril de 2007, segundo os municípios. **Diário Oficial da União**, 5 out. 2007b.

IBGE. **Malha Municipal 2005**. Rio de Janeiro, 2007c. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitais/municipio_2005/E500/Proj_Geografica/ArcView_shp/brasil/acesso em: Acesso em: 25 nov. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2007** – Alagoinhas (BA). Rio de Janeiro, 2007d. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/BA/ALAGOINHAS.pdf>. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2007** – Formosa do Rio Preto (BA). Rio de Janeiro, 2007e. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/BA/FORMOSA_DO_RIO_PRETO.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2007** – Sento Sé (BA). Rio de Janeiro, 2007f. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/BA/SENTO_SE.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico 2007** – Serra do Ramalho (BA). Rio de Janeiro, 2007g. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/MME2007/BA/SERRA_DO_RAMALHO.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.

IBGE. **Contagem da População 2007** – Agregado por Setor Censitário – Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contagem_da_Populacao_2007/Agregado_por_Setores_Censitarios_2007/agregado_por_setores_censitarios_2007_BA.zip. Acesso em: 25 out. 2009.

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/ids/ids2008.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2009.

IBGE. **Malha de Setor Censitário Rural 2007**. Rio de Janeiro, 2008c. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitais/setor_rural_2007/Malha_Setorial_Rural/Malha_Setorial_Rural_2007_2500/Disseminacao_2007/Proj_Geografica/SAD_69/ArcView_Shp/2007/E2500/Brasil/. Acesso em: 25 nov. 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007 (PNAD)** – Pesquisa básica e suplementares de educação profissional. Rio de Janeiro, 2008d. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios/Microdados/Dados_PNAD2007.zip. Acesso em: 8 dez. 2009.

IBGE. **Vou te Contar**, p. 10, set. 2009. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/vtc12_web.pdf. Acesso em: 26 nov. 2009.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica – 2000**. v. 1, Brasília, 2001.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Principes de Géographie Humaine**. Paris: Armand Collin, 1922.

LEVY, Maria Stella Ferreira; SANTOS, Jair L. F.; SZMRECSÁNYI, Tomás (Org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980. p. 12-18.

MACEACHREN, Allan M. **How maps work: representation, visualization, and design**. New York: Guilford, 1995.

MAGNANI, Ruth Lopes da Cruz. Comentário do Mapa de Densidade Demográfica da Bahia de 1940. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 111, p. 735-738, nov./dez. 1952.

MADEIRA, João Lyra *et al.* **A dinâmica do movimento natural da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979 (Estudos e Pesquisas, nº 1).

MCDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury de. **A política de população no Brasil**. Rio de Janeiro: Par e Terra, 1984.

MONMONIER, Mark. **How to lie with maps**. 2 ed., Chicago: University of Chicago, 1996.

MONTELLO, Jessé. **A população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 18. ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

NEVES, José Adolfo Pereira Alves. **Desenvolvimento e População**. 1 ed., São Paulo: Atlas, 1973.

PATARRA, Neide L. Objeto e campo da Demografia. In: LEVY, Maria Stella Ferreira; SANTOS, Jair L. F.; SZMRECSÁNYI, Tomás (Org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980. p. 9-11.

RAMOS, Cristiane da Silva. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RIEDEL, Osvaldo H. M. **Nordeste: níveis de fecundidade feminina**. Recife: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

RAMOS, C. da S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias**. São Paulo: UNESP, 2003.

RATZEL, Friedrich. **Anthropogeographie**. Stuttgart, 1891.

ROSSINI, Rosa E. (Org.) **Atlas da população do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Economia, Fundação SEADE, USP, 1991.

SANTOS, Milton. **O povoamento da Bahia**: suas causas econômicas. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1948.

SANTOS, Milton. **Croissance démographique et consommation alimentaire dans les pays sous-développés**. Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1967.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., São Paulo: EDUSP, 2005 (1. ed. de 1993).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed., São Paulo: Record, 2006.

SARMENTO, Walney Moraes; GMÜNDER, Ulrich (Org.). **Migrações no Brasil e no mundo**. Salvador: ICBA, 1996.

SARMENTO, Walney Moraes. Migração no Brasil: teoria e realidade. In: SARMENTO, Walney Moraes; GMÜNDER, Ulrich (Org.). **Migrações no Brasil e no mundo**. Salvador: ICBA, 1996.

SEI. **Dinâmica demográfica na Bahia**: mudanças recentes. Salvador, 1996.

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes – Extremo Sul da Bahia**. Salvador, 1998.

SEI. **Projeção de população por sexo e idade**. Salvador, 1999a.

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes – Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 1999b.

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes – Baixo Médio São Francisco**. Salvador, 2000a.

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes – Região Irecê**. Salvador, 2000b.

SEI. **Mudanças sociodemográficas recentes – Região Oeste**. Salvador, 2000c.

SEI. **Dinâmica sociodemográfica da Bahia – 1980-2000**, v. 1-2, Salvador, 2003. Série Estudos e Pesquisas.

SILVA, Nelson do Valle. BARBOSA, Maria Lúcia de Oliveira. População e estatísticas vitais. In: IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006a [CD-ROM].

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **Elaboração de projetos de pesquisa em geografia**: uma orientação. Salvador: UFBA, 1986.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; ROCHA, Aline. Pereira. Análise da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia – 1940-2000. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. e; SILVA Barbara-Christine Nentwig (Org.). **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador, Mestrado em Geografia da UFBA, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; LEÃO, Sônia. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: Sudene, 1987.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Rômulo de Almeida e o sonho do planejamento regional. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano III, n. 3, Salvador, jul. 2001, p.11-15.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; NASCIMENTO, Daria Maria Cardoso *et al.* **Atlas Escolar Bahia**, 2 ed., João Pessoa: Grafset, 2004a.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2004b.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; COELHO, Araori. Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SOUZA, Guaraci A. A. de. **População do Recôncavo baiano**. Salvador: CRH-UFBA, 1976.

SOUZA, Itamar. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territoriais, 2003.

TREWARTHA, Glenn. **Geografia da População: padrão mundial**. São Paulo: Atlas, 1974.

UOL. **Copa do Mundo 2006 – História da Copa – Inglaterra 1966**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/copa/2006/historia/1966>. Acesso em: 7 out. 2008.

WALLE, Paul. **No Brasil, do São Francisco ao Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2006. (Facsimile, original de 1910).

WAGNER, Maria N. L. **Geografia de População**. Maceió: Edufal, 2003.

WOODS, Robert. **Theoretical Population Geography**. New York: Logman, 1982.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à Geografia da População**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 (1. ed. de 1966).